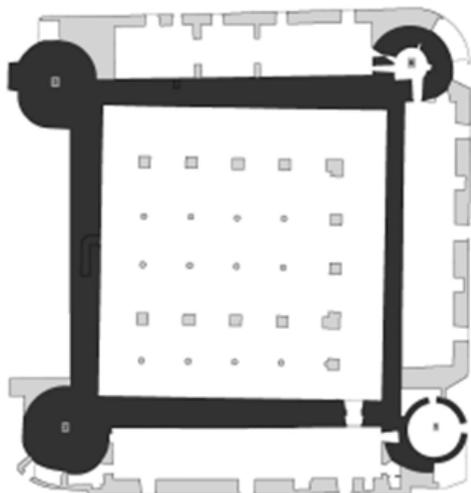


**As Guarnições Militares nas Praças Portuguesas da Região da
Duquela, no Algarve Dalém Mar**



Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em História do Algarve

Orientadores: Prof. Doutor António Rosa Mendes

Profª Doutora Renata Araújo

Mestrando: Fernando Pessanha, nº34772

Faro, 2012



Mestrado em História do Algarve

**As Guarnições Militares nas Praças Portuguesas da Região da
Duquela, no Algarve Dalém Mar**

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Copyright

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objectivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que seja dado crédito ao autor e editor.

Dedico este trabalho
ao meu mestre, orientador e amigo,
Prof. Doutor António Rosa Mendes
(1954 – 2013)
In Memoriam

Agradecimentos

Para a elaboração da presente Dissertação de Mestrado, foi fundamental a colaboração de um conjunto de pessoas sem as quais o resultado final seria, certamente, mais pobre. Agradeço, em primeiro lugar, aos meus orientadores: o Prof. Doutor António Rosa Mendes, e a Prof^a Doutora Renata Araújo, por terem partilhado comigo alguns dos seus vastos conhecimentos e por se terem mostrado sempre disponíveis, manifestando o maior interesse em acompanhar-me na elaboração deste trabalho.

Também gostaria de agradecer à Prof^a Doutora Maria Augusta Lima Cruz, do Centro de História de Além Mar da Universidade Nova de Lisboa, pelas sugestões bibliográficas e pela disponibilização dos vários tomos de *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*.

Também aqui devo referir os breves mas pertinentes conselhos do Prof. Doutor José Eduardo Horta Correia e Prof. Doutor Luís Filipe Oliveira, da Universidade do Algarve, assim como as explicações do Prof. Doutor Ahmed Tahiri, da Universidade Hassan II de Mohammedia e Abdel Malik Essaadi de Tetuão; e o apoio da Arq^a Fatima-Zahara Aitoutouhen Tamsamani, da Universidade de Sevilha. Igualmente preciosa foi ajuda do Sr. Mário Mateus na elaboração de mapas e gráficos, para além do incentivo da amiga e colega do Mestrado em História do Algarve, Andreia Fidalgo.

No decurso do presente trabalho faleceu o amigo e mestre Prof. Doutor António Rosa Mendes, que me acompanhou ao longo do meu percurso académico e a quem devo mais do que aqui me compete consignar. Aqui lhe deixo um comovido *in memoriam*.

Finalmente, mas não menos relevante, agradeço aos meus pais pela confiança em mim depositada ao longo do meu percurso académico e à minha companheira de todas as horas pelo sistemático e interminável apoio.

Resumo

A presente Dissertação de Mestrado intitula-se *As Guarnições Militares nas Praças Portuguesas da Região da Duquela, no Algarve Dalém Mar*, e pretende, no âmbito dos conhecimentos adquiridos ao longo do Mestrado em História do Algarve, elaborar uma abordagem cuidada e meticulosa acerca da presença militar portuguesa na primeira metade do séc. XVI, e num território específico do Algarve Dalém mar: a região da Duquela, em Marrocos.

Palavras-chave: Algarve, Expansão Portuguesa, Norte de África, Guarnições Miliars.

Abstract

The following Master's Thesis is entitled "The Military Garrisons in the Portuguese Strongholds in the Region of Duquela, in the overseas Algarve", and it aims, using the knowledge acquired throughout this Master's degree, to develop a careful and thorough approach in relation to the Portuguese military presence in the first half of the XVI century and in a specific territory of the overseas Algarve: the region of Duquela, in Morocco.

Key-words: Algarve, Portuguese Expansion, North Africa, Military Garrisons.

ÍNDICE

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO | 8 |
| CAPÍTULO 1. DELIMITAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DO TEMA..... | 11 |
| 1.1 OS ALGARVES..... | 11 |
| 1.1.1 <i>Al-Gharb al-Andaluz do mundo muçulmano</i> | 11 |
| 1.1.2 <i>Al-Gharb al-Magrebe do mundo muçulmano</i> | 13 |
| 1.1.3 <i>O Algarve Daquém cristão/português</i> | 14 |
| 1.1.4 <i>O Algarve Dalém cristão/português</i> | 15 |
| CAPÍTULO 2. A PRESENÇA PORTUGUESA NO ALGARVE DALÉM MAR | 17 |
| 2.1 CONQUISTAS MAIS RELEVANTES DA EXPANSÃO PORTUGUESA NO NORTE DE ÁFRICA | 17 |
| 2.2 ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO/HISTÓRICO – A REGIÃO DA DUQUELA, NO ALGARVE DALÉM MAR | 26 |
| 2.2.1 <i>Azamor</i> | 28 |
| 2.2.2 <i>Mazagão</i> | 32 |
| 2.2.3 <i>Safim</i> | 36 |
| 2.2.5 <i>Aguz</i> | 41 |
| CAPÍTULO 3. AS GUARNIÇÕES MILITARES | 44 |
| 3.1 AS GUARNIÇÕES NA REGIÃO DA DUQUELA | 44 |
| 3.1.1 <i>A Guarnição de Azamor</i> | 45 |
| 3.1.2 <i>A Guarnição de Mazagão</i> | 57 |
| 3.1.3 <i>A Guarnição de Safim</i> | 68 |
| 3.1.4 <i>A Guarnição de Aguz</i> | 84 |
| 3.2 ORGANIZAÇÃO MILITAR | 89 |
| 3.2.1 <i>Capitão</i> | 89 |
| 3.2.2 <i>Alcaide-mor</i> | 97 |
| 3.2.3 <i>Adail</i> | 98 |
| 3.2.4 <i>Almocadém</i> | 99 |
| 3.2.5 <i>Anadel-mor</i> | 100 |
| 3.2.6 <i>Besteiros</i> | 101 |
| 3.2.7 <i>Espingardeiros/Arcabuzeiros</i> | 103 |
| 3.2.8 <i>Fronteiros</i> | 105 |
| 3.2.9 <i>Soldados de cavalo</i> | 108 |
| 3.2.10 <i>Soldados a pé</i> | 110 |
| 3.2.11 <i>Atalhadores e atalaias</i> | 112 |
| 3.2.12 <i>Alfaqueques</i> | 113 |
| 3.2.13 <i>Bombardeiros</i> | 114 |
| 3.2.14 <i>Moradores</i> | 117 |
| 3.3 EQUIPAMENTO BÉLICO..... | 121 |
| 3.3.1 <i>O Armamento Moderno</i> | 122 |
| 3.3.2 <i>O Armamento Medieval</i> | 133 |
| 3.4 TÁCTICAS MILITARES..... | 140 |
| 3.4.1 <i>Táctica ofensiva</i> | 141 |
| 3.4.2 <i>Táctica defensiva</i> | 147 |
| CONCLUSÕES | 154 |

| | |
|---|------------|
| GLOSSÁRIO | 160 |
| FONTES E BIBLIOGRAFIA | 166 |
| BIBLIOGRAFIA..... | 170 |
| ÍNDICE DE ANEXOS..... | 192 |
| ANEXO I – MAPAS, PLANTAS, GRAVURAS E GRÁFICOS | 192 |
| ANEXOS | 199 |

Introdução

Por entre as múltiplas razões que me levaram a abordar as guarnições militares na região da Duquela, em Marrocos, encontram-se um conjunto de factores que não deverão ser esquecidos e que de seguida passarei a referenciar. Por um lado, o fascínio que sobre mim tem exercido um assunto que, nos últimos anos, me tem levado a fazer sistemáticas pesquisas *in loco* pela generalidade das antigas possessões portuguesas no Norte de África. Por conseguinte, estas pesquisas, de interesse meramente pessoal, mais não serviram que para aguçar uma curiosidade apenas saciável através do estudo de carácter mais aprofundado aqui apresentado. Por outro lado, também deverá ser realçado o profundo desconhecimento por parte da generalidade dos portugueses em relação à empresa norte africana e à História do Algarve Dalém mar português.

Torna-se impossível dissociar a História do Algarve Daquém da História do Algarve Dalém. Desde que o Algarve Daquém foi conquistado pelos cristãos que os pescadores algarvios se habituaram a frequentar os ricos mares das costas marroquinas. O contrabando de todo o género de produtos, nomeadamente armas e outras mercadorias proibidas e exóticas, passaram a abundar nos portos do Algarve peninsular. Acresce ainda que foram as conquistas no Algarve Dalém que determinou o desenvolvimento do Algarve Daquém, responsável pelo abastecimento e socorro das praças norte africanas sob domínio português.

Também aqui devemos referir que a própria ideia de um Algarve Dalém mar circunscrito às praças (e aos respectivos termos) das conquistas até 1471 demonstra algum desconhecimento – quiçá ingenuidade - em relação ao que efectivamente é o Gharb marroquino. Com efeito, após a conquista de Arzila e a ocupação de Tânger, D. Afonso V apressou-se em mudar o título de “Rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta” para “Rei de Portugal e dos Algarves Daquém e Dalém Mar em África” depois de negociado o acordo de paz e assinado o tratado entre Muley Xeque, o anterior senhor de Arzila. Desta maneira, voltava-se a criar outro Algarve português com fronteiras políticas e geográficas definidas, tal como já tinha acontecido aquando da conquista definitiva do Algarve por D. Afonso III, em 1249, e com a assinatura do Tratado de Badajoz, em 1267.

No entanto, nem o Algarve português Daquém mar correspondia geograficamente ao al-Gharb al-Andaluz muçulmano, nem o Algarve português Dalém mar correspondia ao al-Gharb al-Magrebe muçulmano. Se efectivamente o al-Gharb al-Andaluz correspondia a um território com limites algo imprecisos, englobando os territórios a ocidente de Sevilha e parte do Alentejo, também o al-Gharb al-Magrebe correspondia a um território com limites algo imprecisos, englobando os territórios marroquinos entre o Riff e o Cabo de Gué. Aliás, o próprio topónimo de “Gharbia” ou “Gharbiyya”, em Marrocos - a actual região de Gharb-Chrarda-Béni Hssen (الغرب الحسني بـني شراردة) - denuncia o território a ocidente deste país, a sul das praças portuguesas do norte, onde vivia a tribo berbere do mesmo nome que tão incansavelmente investia contra as praças portuguesas do litoral marroquino.

A verdade é que durante o reinado de D. João II e de D. Manuel, as fronteiras do Algarve Dalém mar foram alargadas para sul, até ao Cabo de Gué. Posto desta maneira, não será mais acertado do ponto de vista prático e etimológico considerar o Algarve Dalém como o conjunto de todas as praças portuguesas na costa marroquina? Assim sendo, talvez não seja errado admitir a existência de vários Algarves Dalém mar, tendo em consideração os vários períodos e as várias conjunturas políticas e militares da expansão portuguesa para o Norte de África.

Ora, as guarnições militares que nos propomos apresentar situam-se na região da Duquela que, efectivamente, faz parte do Gharb marroquino, e enquadram-se no Algarve Dalém da fase dos protectorados e da fase imperialista, ou seja; de finais do séc. XV até à reformulação da estratégia norte africana de meados do séc. XVI. E porquê as guarnições militares? A resposta é óbvia. A História das praças portuguesas do Algarve Dalém mar é essencialmente uma História Militar. Não se pense que a vida bélica era exclusividade das próprias guarnições destacadas para defender estas possessões. Não só os moradores destas praças eram essencialmente antigos soldados (e suas famílias), como continuavam a desempenhar funções de carácter militar, sempre que a necessidade assim o determinava. De resto, toda a população – fossem cristãos, mouros ou judeus – acabavam por exercer funções subjacentes à administração militar, o que não é de estranhar se tivermos em consideração que estas possessões eram autênticas praças de guerra e que foi exactamente na região da Duquela que mais se sentiu o poder dos xerifes que, oriundos do sul de Marrocos, declararam a guerra santa contra o cristão invasor.

Por outras palavras, a História destes lugares do Algarve Dalém é praticamente indissociável do *modus vivendi* e do *modus operandi* das guarnições, na medida em que toda a vida das praças era determinada, antes de mais, pelos interesses ou necessidades militares. Exemplo disso é a figura do capitão que, apesar de acumular as responsabilidades subjacentes à administração civil, era o comandante supremo no contexto da hierarquia militar das praças portuguesas de Marrocos. Do mesmo modo, torna-se imprescindível a compreensão da configuração do restante quadro militar, onde assumem inevitável importância os vários postos e a hierarquia que, naturalmente, lhe é inerente. Por outro lado, torna-se igualmente interessante compreender em que medida as chefias militares nestas praças do Algarve Dalém estavam relacionadas com títulos, rendas e mercês relativas ao Algarve Daquém. Isto é; existiria alguma relação entre as alcaidarias do Algarve Daquém e as capitánias no Algarve Dalém (e vice versa)? E, a existir alguma relação, seria aleatória ou atenderia a alguma estratégia?

Se a História das praças portuguesas em Marrocos está estreitamente relacionada com as suas guarnições, a analogia leva-nos a um conjunto de diferentes questões, por vezes de difícil resposta. É certo que se torna problemático determinar a identidade e proveniência de todos os soldados, contudo, é possível determinar a média do conjunto de elementos que compunham as guarnições. Estariam todas as possessões portuguesas sujeitas a um determinado número de militares ou variaria este número de praça para praça? Quem os liderava e como estavam organizados?

É claro que abordar as guarnições militares acaba por prender-se, inevitavelmente, com o equipamento bélico usado pelos soldados. Com efeito, o reinado de D. Manuel foi pautado por um considerável incremento em material de guerra, o que acabou por reflectir-se na Duquela, a região do Algarve Dalém que mais cedo sentiu a pressão dos xerifes. Este aspecto acaba também por revelar-se de particular interesse, não fosse a tecnologia de guerra uma das grandes inovações na transição da Idade Média para o Renascimento e, claro está, determinante na acção dos soldados portugueses nesta região do Algarve Dalém.

Por outro lado, a acção das guarnições não resulta apenas do quantitativo subjacente aos recursos humanos ou do material de guerra. Factores como as condições geográficas, climatéricas ou as tradições de combate dos adversários determinaram que as tácticas de combate praticadas apresentassem características especiais e diferentes em relação a outros teatros de guerra. Uma vez mais voltamos a sublinhar que a História

das praças portuguesas da região da Duquela, é essencialmente uma História Militar. Neste sentido, torna-se indispensável apresentar as tácticas ofensivas e defensivas praticadas pelas guarnições. Por outras palavras, as tácticas de combate que bem reflectem o tipo de guerra praticado neste Algarve Dalém da fase imperialista, ou seja; de finais do séc. XV até à reformulação da estratégia norte africana de meados do séc. XVI.

Capítulo 1. Delimitação e Justificação do tema

1.1 Os Algarves

O espaço geográfico compreendido como Algarve, ou Algarves, já designou territórios actualmente marginais ao actual Algarve português. Como Frei João de S. José bem observou em *Corografia do Reino do Algarve*, “as terras que os mouros chamam Algarves são muito grandes e de muitos senhorios e cingem boa parte do mar Mediterrâneo dum banda e da outra e também do oceano”¹. E, de facto, é possível encontrar a designação de Algarve ou al-Gharb não somente em Portugal e Espanha como também em Marrocos, uma vez que o topónimo compreende duas entidades territoriais no Extremo Ocidente².

A verdade é que esta diversidade de “Algarves” poderá gerar algumas confusões, pelo que se torna necessário proceder a um prévio esclarecimento de conceitos de modo a tornar mais claro o trabalho que se segue. Para tal, usaremos um critério de diferenciação de carácter cronológico, geográfico e cultural, de modo a tornar claro qual o espaço abrangido pelo nosso objecto de estudo.

1.1.1 Al-Gharb al-Andaluz do mundo muçulmano

Por Al-Gharb al-Andaluz devemos compreender o território a ocidente do al-Andaluz, ou seja; a região mais ocidental da Península Ibérica sob domínio Islâmico³, a

¹ Frei João de São José, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, p.25.

² Ahmed Tahiri, “Gharb al-Magreb e al-Andaluz nos itinerários Geográficos”, in *Itinerários e Reinos – Uma Descoberta do Mundo – O Gharb al-Andaluz na obra do Geógrafo al-Idrisi*, pp.54-56.

³ Ver anexo I, fig.1.

partir do ano de 711. A verdade é que a designação al-Gharb, que significa literalmente “o ocidente”, só faz sentido para quem, efectivamente, vem do oriente. De acordo com Azzeddine Guessous, “*Algarve est la trace linguistique de ce qui reste de la présence de l’islam dans la péninsule iberique. L’origine arabe complete du mote st «Gharb al-Andaluz»: l’ouest d’al-Andalus*”⁴. Ora, se nos debruçarmos sobre a natureza etimológica dos topónimos que designam as actuais regiões que compõem Portugal, como Estremadura, Ribatejo, Alentejo, etc, rapidamente nos apercebemos que o nome da região mais meridional de Portugal não é de origem latina, mas antes árabe. Por outras palavras, a designação de al-Gharb al-Andaluz surge para designar um território que, no decurso da expansão islâmica vinda do oriente, se refere a um território de contornos algo imprecisos, situado na antiga *Hispania Romana*.

Segundo Henrique Fernandes Sarrão, “*Teve esse nome, porque os Mouros, que vivem ao oriente, em Arábia e na Pérsia, chamam algarbi aos Mouros, que viviam nessa costa última do ponente, e, corrupto o vocábulo, se chamou Algarve*”⁵. Mas quão imprecisos serão os limites do al-Gharb al-Andaluz? Frei João de S. José, em 1577, situa o Gharb al-Andaluz entre Almeria e o Cabo de São Vicente: “*Da banda de Espanha começam do cabo de S. Vicente e correm ao levante até Almeria...*”⁶. Da mesma maneira - talvez induzido por Frei João de S. José -, também Luíz Caetano de Lima, em 1736, e Damião António de Lemos Faria e Castro, em 1751, situam o Gharb al-Andaluz entre o Cabo de São Vicente e Almeria. Segundo Caetano de Lima: “*Antigamente se entendia no nome de Algarve a muito maior espaço (...) a saber: a toda a Costa, que corre desde o Cabo de S. Vicente, ou Promontório Sacro, até à cidade de Almeria*”⁷. E, do mesmo modo, também Faria e Castro situa geograficamente o Gharb al-Andaluz da seguinte maneira: “*Antigamente compreendia o Reino dos Algarves toda a costa marítima desde o Cabo de São Vicente até à cidade de Almeria,*

⁴ Azzeddine Guessous, “Pour une délimitation de Gharb a-Andalus d’après les sources géographiques”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, p.23.

⁵ Henrique Fernandes Sarrão, “História do Reino do Algarve”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, p.138.

⁶ Frei João de São José, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, p.25.

⁷ Luíz Caetano de Lima, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, com as mudanças, que houve nos seus domínios, especialmente pelos tratados de Utrecht, Rastad, Badesn, da Barreira, da Quadruple Alliança, de Hannover, e de Sevilha; e com as geneologias das Casas reynantes, e outras muy principaes, dedicada à sacra, real, augusta magestade delrey D. João V Nosso Senhor*, p.288.

com muitas Cidades da costa da Lusitania e Andaluzia”⁸. Porém, investigações mais recentes têm vindo a delimitar os limites geográficos do Gharb al-Andaluz com maior precisão. É o caso de Ahmed Tahiri, para quem as *kuras* de Uqxûnuba e Beja apresentavam-se como subdivisões administrativas contíguas às outras curas de Sevilha e Niebla, constituindo o conjunto destes territórios a designada “*terra do Algarve*”⁹.

1.1.2 Al-Gharb al-Magrebe do mundo muçulmano

Por al-Gharb al-Magrebe devemos compreender o território a ocidente do al-Magrebe, ou seja; a região mais ocidental do norte de África sob domínio Islâmico¹⁰. Tal como vimos no caso anterior, também aqui a designação al-Gharb, que significa literalmente “o ocidente”, só faz sentido para quem efectivamente vem do oriente. Por outras palavras, a designação de al-Gharb al-Magrebe surge para designar um território que, no decurso da expansão islâmica vinda do oriente, se refere a um território de contornos algo imprecisos, situado na antiga *Mauritania Romana*. Frei João de São José, em 1577, situa o Gharb al-Magrebe entre o estreito de Gibraltar e o cabo de Guê: “*Se estende por África, desde o reino de Tremecem, pelo estreito de Gibraltar, té o cabo de Gué, tomando toda a ribeira da Mauritània, Tingitânea, em que há muitos reinos de grande fertilidade e jaz a melhor terra de toda a África*”¹¹. Já Faria e Castro, em 1751, encurta sobremaneira o Algarve africano referindo apenas que “*comprehendia tudo o que corre da boca do Estreito de Gibraltar até Tremecém, em que entra o Reino de Fez, Ceuta, e Tangere*”¹². Porém, também neste caso a recente investigação historiográfica tem vindo a delimitar os limites geográficos do Gharb al-Magrebe com maior precisão. Segundo Ahmed Tahiri, o estudo atento dos livros de itinerários e reinos revela que o Algarve marroquino deve ser dividido em duas regiões: *Gharb al-Awsat*, ou “*terra do Algarve Central*”, enquanto a região ocidental banhada pelo oceano era conhecida como *al-Gharb al-aqsã*, ou “*terra do extremo Algarve*”, sendo que as duas regiões formam o que os antigos cronistas magrebinos e andalusinos consensualizam

⁸ Damião António de Lemos Faria e Castro, *Política Moral, E Civil, Aula da Nobreza Lusitana*, p.69

⁹ Ahmed Tahiri, “Gharb al-Magreb e al-Andaluz nos itinerários Geográficos”, in *Itinerários e Reinos – Uma Descoberta do Mundo – O Gharb al-Andaluz na obra do Geógrafo al-Idrisi*, pp.54-55.

¹⁰ Ver anexo I, fig.2.

¹¹ Frei João de São José, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, p.25.

¹² Damião António de Lemos Faria e Castro, *Política Moral, E Civil, Aula da Nobreza Lusitana*, p.69

em chamar *jami al-Gharb*, ou “todo Algarve”¹³. Deste modo, facilmente nos apercebemos que o Algarve marroquino que refere Faria e Castro aproxima-se mais do *Gharb al-Awsat*, ou “*terra do Algarve Central*”, enquanto o Algarve marroquino referido por Frei João de São José remete-nos para o *al-Gharb al-aqsã*, a região ocidental banhada pelo oceano e conhecida como “*terra do extremo Algarve*”.

1.1.3 O Algarve Daquém cristão/português

Por Algarve Daquém devemos compreender todo o território continental a sul do baixo Alentejo, ou seja; a região mais meridional do actual território português conquistada definitivamente por D. Afonso III, em 1249, e cujas fronteiras ficaram delimitadas com a assinatura do Tratado de Badajoz, entre Afonso III de Portugal e Afonso X de Castela, em 1267¹⁴. Tal como Henrique Fernandes Sarrão bem observou, em 1600, “*Chama-se Algarve d’aquém à diferença do Algarve d’além, que está defronte, na costa d’África*”¹⁵. Porém, já em 1577 delimitava Frei João de São José o Algarve Daquém: “*começa do Sacro Promontório (...) té dar na barra do rio Guadiana (...) sobe pelo rio acima (...) té a vila de Alcoutim (...) Dai corta pelo sertão, antre as serras chamadas do Algarve (...) direito ao mar (...) junto do mesmo cabo de S. Vicente, onde esta demarcação começou*”¹⁶. E, do mesmo modo, também Caetano de Lima e Faria e Castro balizavam geograficamente o Algarve Daquém com as mesmas delimitações. Segundo Faria e Castro: “*Hoje confina este Reino ao Oriente com a Provincia do Alentejo, de quem o separa a ribeira de Vascão, e com a Andaluzia, servindo-lhe de demarcação o rio Guadiana; e para as partes do Sul, e Poente com o Oceano Athlantico*”¹⁷.

¹³ Ahmed Tahiri, “Gharb al-Magreb e al-Andaluz nos itinerários Geográficos”, in *Itinerários e Reinos – Uma Descoberta do Mundo – O Gharb al-Andaluz na obra do Geógrafo al-Idrisi*, pp.54-55.

¹⁴ Ver anexo I, fig.3.

¹⁵ Henrique Fernandes Sarrão, “História do Reino do Algarve”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, p.138.

¹⁶ Frei João de São José, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, p.25.

¹⁷ Damião António de Lemos Faria e Castro, *Politica Moral, E Civil, Aula da Nobreza Lusitana*, p.69. ver também Luíz Caetano de Lima, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...*, p.287.

1.1.4 O Algarve Dalém cristão/português

Com efeito, um dos objectivos do presente trabalho visa esclarecer o que efectivamente devemos compreender por Algarve Dalém mar para se tornar possível localizar geograficamente o nosso objecto de estudo. Como já anteriormente foi referido, a ideia de um “Algarve Dalém mar” circunscrito às praças (e seus respectivos termos) das conquistas até 1471 demonstra algum desconhecimento – quiçá confusão ou mesmo falta de rigor - em relação ao que efectivamente foi o Gharb marroquino sob domínio português.

Quando se deu a conquista de Arzila, os portugueses não aceitaram a rendição dos habitantes da vila, razão pela qual foram capturados pelos sitiadores “*duas mulheres, e hum Filho de Molle-xeque Senhor d’ Arzila, Gram Senhor antre os Mouros, que depois foy Rey de Fez*”¹⁸. Depois de Tânger ter sido ocupada, Muley Xeque regressou até perto de Arzila, estabelecendo a paz por vinte anos e reconhecendo como portuguesas as praças de Ceuta, Alcácer Ceguer, Arzila e Tânger. Deste modo, o território e os povoados não murados que coubessem no termo daquelas cidades passavam também a pertencer a D. Afonso V¹⁹. É neste contexto que monarca português apressou-se em mudar o título de “Rei de Portugal e do Algarve e Senhor de Ceuta” para “Rei de Portugal e dos Algarves Daquém e Dalém Mar em África”, depois de negociado o acordo de paz por vinte anos com Muley Xeque. Deste modo, voltava-se a criar outro Algarve português com fronteiras políticas e geográficas relativamente definidas, tal como já tinha acontecido aquando da conquista definitiva do Algarve por D. Afonso III, em 1249, e com a assinatura do Tratado de Badajoz, em 1267, entre Afonso III de Portugal e Afonso X de Castela. Mas será este Algarve Dalém mar o mesmo Algarve africano sob domínio português dos reinados de D. João II e D. Manuel I? Não.

Como já anteriormente vimos, o Gharb al-Magrebe muçulmano correspondia a um território que englobava os territórios entre o Riff e o Cabo de Guê, pelo que a costa atlântica das regiões marroquinas da Enxovia e Duquela e do Suz também faziam parte deste Algarve. Do mesmo modo, quando D. Manuel expandiu as conquistas em Marrocos para sul alargou naturalmente as fronteiras do Algarve Dalém mar português,

¹⁸ Rui de Pina, “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V”, in *Crónicas*, p.823.

¹⁹ Ver Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.14.

como tímida mas pertinentemente observou António Dias Farinha: “em Marrocos, o título de «rei do Algarve dalém mar em África» podia designar as novas conquistas de Safim, Azamor e outras, pressupondo apenas, uma extensão do conceito geográfico do Algarve dalém”²⁰. No entanto, a historiografia nacional parece ter insistido numa divisão entre as praças do norte (Ceuta, Tânger, Alcácer Ceguer e Arzila), cujos termos designavam o Algarve Dalém, e as praças do Sul (Azamor, Mazagão, Castelo Real do Mogador, Safim, Aguz e Santa Cruz do Cabo de Guê), frequentemente denominados “Lugares Dalém”. Um exemplo desta tendência reside no título da obra publicada em 1923 por Vergílio Correia, *Lugares Dalém – Azemôr, Mazagão, Çafim*, ou nas palavras de Durval Pires de Lima, em 1930: “nós conquistávamos nas fronteiras do Algarve de além mar os miradoiros de Ceuta, Alcácer Ceguer Tânger e Arzila, e na Duquela (...) Santa Cruz, Azamor, Mazagão e Safim”²¹. Pensamos, contudo, que será mais acertado do ponto de vista prático, histórico e etimológico considerar o Algarve Dalém como o conjunto de todas as praças portuguesas na costa marroquina, uma vez que toda a extensão territorial que Portugal ocupou em Marrocos corresponde exactamente ao que os antigos cronistas magrebinos e andalusinos denominavam enquanto *al-Gharb al-aqsã*, ou “terra do extremo Algarve”, a região ocidental de Marrocos banhada pelo oceano²². Aliás, as próprias cartas de mercê presentes na *Chancelaria de D. Manuel I* não fazem qualquer distinção entre as praças do norte e as do sul considerando todos os “lugares dalém” como parte integrante do “Algarve de África”²³. Do mesmo modo, também a epistolografia emitida de Santa Cruz do Cabo de Gué – a possessão portuguesa mais a sul da costa marroquina – denomina de “Algarvee” as regiões litorais a ocidente do Grande Atlas²⁴.

Assim sendo, talvez o mais correcto seja admitir a existência de vários Algarves Dalém mar, tendo em consideração os vários períodos e as várias conjunturas políticas e militares da expansão portuguesa para o Norte de África. Consideramos assim, o

²⁰ António Dias Farinha, “O conceito de «império português»”, in *História de Portugal - Vol. V – Os Descobrimientos (II)*, (dir. João Medina), p.451.

²¹ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.13.

²² Ahmed Tahiri, “Gharb al-Magreb e al-Andaluz nos itinerários Geográficos”, in *Itinerários e Reinos – Uma Descoberta do Mundo – O Gharb al-Andaluz na obra do Geógrafo al-Idrisi*, pp.54-55.

²³ Veja-se, a título de exemplo, a mercê de D. Manuel I a D. Pedro de Sousa, “*Capitão da cidade de Azamor, do reino do Algarve de Africa, com toda a jurisdição e alçada, como tinham os outros capitães dos lugares de além*”, em 2 de Junho de 1514. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 115v.

²⁴ Veja-se, a título de exemplo, a carta de António Leitão de Gamboa a D. João III, em 16 de Janeiro de 1525. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXXIV, pp.332-343.

primeiro Algarve Dalém de 1415 a 1471 enquanto período de conquistas que termina com a conquista de Arzila e a ocupação de Tânger²⁵. O segundo Algarve Dalém, entre 1471 e 1508, caracterizado por uma soberania limitada no norte e que se alastra a um protectorado sobre algumas zonas mais a sul como Azamor, Safim e Meça, e com o qual é mantido uma relação comercial²⁶. O terceiro Algarve dalém, entre 1508 e 1541, caracterizado pela fase imperialista manuelina com recurso à guerra constante²⁷.

Capítulo 2. A Presença Portuguesa no Algarve Dalém mar

2.1 Conquistas mais relevantes da Expansão

Portuguesa no Norte de África

Torna-se impossível abordar as guarnições militares das praças portuguesas na região da Duquela sem o devido enquadramento indispensável à compreensão de toda a conjuntura política, militar e estratégica da expansão portuguesa no Norte de África. Existe, de facto, uma efectiva unanimidade entre os historiadores em considerar a conquista de Ceuta como o início da expansão portuguesa. Devido à sua privilegiada localização geográfica, a lendária cidade de Ceuta aparecia como uma base naval que podia servir de apoio à defesa da costa algarvia, assim como à navegação entre a península itálica e Portugal, permitindo também reprimir e interceptar a pirataria dos mouros nas costas do Atlântico²⁸.

Após os meticulosos preparativos para tão ambiciosa empresa, a praça marroquina acaba por ser tomada em 1415, com relativa facilidade, por uma expedição organizada por D. João I e pelos infantes da coroa portuguesa²⁹. Contudo, os mouros

²⁵ Ver anexo I, fig.4.

²⁶ Ver anexo I, fig.5.

²⁷ Ver anexo I, fig.6.

²⁸ Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. I, pp.53-567; Ver também Isabel M. R. Mendes Drumond Braga & Paulo Drumond Braga, *Ceuta Portuguesa (1415 – 1656)*, pp.27-28; Abel dos Santos Cruz, “«Como El-Rey Emuiou Noteficar Ho Boom Aqueecimento» Da Conquista de Ceuta”, in *XII Colóquio “Laços Histórico Militares Luso Magrebinos. Perspectivas de Valorização”*, p.84.

²⁹ Com efeito, segundo a *Crónica da Tomada de Ceuta*, a conquista da cidade deveu-se ao desejo de os três filhos varões de D. João I, D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique quererem ser armados cavaleiros em palco mais honroso do que um simples torneio. Ver Gomes Eanes de Zurara, *Cónica da Tomada de Ceuta*, pp.55-57; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga & Paulo Drumond Braga, *Ceuta Portuguesa (1415 – 1656)*, p.27. Ver também Abel dos Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1515-1464)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.27-28.

desviaram as rotas comerciais para outras cidades do Norte de África, tornando-se Ceuta uma cidade cristã isolada e constantemente atacada. Os “*enormes recursos financeiros e militares*”³⁰ que implicavam manter esta praça não tardaram em fazer-se sentir. Em 1426, o infante D. Pedro escrevia de Bruges que “*emquanto asy estiver ordenada como agora esta que he muy bom somydoiro de gente de vossa terra e d’armas e de dinheiro*”³¹. Tornava-se então necessário traçar uma estratégia que permitisse continuar a manter esta possessão ultramarina sem gastos tão avultadamente elevados. A metódica ocupação de Marrocos ou a progressão ao longo da costa Atlântica surgiram como as soluções inevitáveis a longo prazo; agradavam à nobreza que procurava a guerra como forma de obter honra, glória, novos cargos e títulos³²; agradavam à burguesia, na medida em que o comércio do “*ouro, das especiarias e dos escravos*”³³ ou mesmo dos cereais apresentava-se como uma rentável actividade económica³⁴, e agradavam ao clero por ser uma forma de combater o mouro inimigo da religião cristã e de conquistar os territórios anteriormente pertencentes à cristandade, ou seja: o prolongamento da conquista cristã em África³⁵. De facto, os motivos que levaram D. João I a conquistar e conservar Ceuta têm dado origem a diversas interpretações e a acesos debates historiográficos, tendo sido avançadas várias hipóteses de carácter estratégico-militar, social, religioso e económico. Não é nosso objecto de estudo discuti-los no presente trabalho, no entanto, não podemos deixar de referir que

³⁰ Vitorino Magalhães Godinho, *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, p.184.

³¹ Carta do infante D. Pedro a D. Duarte, em 1426. Transcrito de António Dias Farinha, “O Norte de África”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.123.

³² António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, p.12; Abel dos Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1515-1464)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.26-28.

³³ António Borges Coelho, *Raízes da Expansão Portuguesa*, (5ª ed.), p.24.

³⁴ Os motivos de carácter económico defendidos por autores como António Borges Coelho, António Sérgio ou Vitorino Magalhães Godinho foram refutados pelo arabista David Lopes, para quem a cidade nem era grande entreposto de mercadorias orientais nem sequer zona produtora de cereais, ao contrário das regiões da Duquela e da Enxovia, no sul marroquino. Ver David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, pp.5-10.

³⁵ Autores como Luís Filipe Reis Thomaz ou Maria Augusta Lima Cruz têm vindo a defender que a conquista de Ceuta deve ser encarada, antes de mais, como um prolongamento natural da “Reconquista”. Ver Luís Filipe Reis Thomaz, *De Ceuta a Timor*, pp.1-43; Maria Augusta Lima Cruz, “Os portugueses em Marrocos nos séculos XV e XVI” in *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, p.58. Ver também Paulo Drumond Braga, “A Expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa – Vol. II – A Expansão Quatrocentista*, p.255.

certamente todos estes motivos terão pesado, de algum modo, na decisão estratégica do monarca português³⁶.

Após a Conquista de Ceuta, segue-se o desastre da tomada de Tânger, chefiada pelo Infante D. Henrique em 1437, tendo como resultado a derrota portuguesa. O fracasso da expedição levou Portugal a ter que compactuar com os mouros, tendo ficado o infante D. Fernando enquanto refém como penhor da entrega de Ceuta. Acabou por morrer em Fez, vítima de maus tratos, após a coroa portuguesa ter negado a cedência da praça³⁷.

Foi durante o reinado de D. Afonso V, em 1458 que, com os meios disponibilizados para a cruzada contra os turcos, foi tomada Alcácer Ceguer³⁸, pequeno castelo que funcionava como complemento de Ceuta e base de frequentes ataques navais ao Algarve daqué. Porém, a praça de Alcácer Ceguer sempre teve uma importância limitada dada a sua má localização. Damião Góis conta que, quando D. Afonso V desembarcou em Ceuta, após a conquista de Alcácer Ceguer, ficou constrangido perante a grandeza desta e a pequenez da praça recém-conquistada³⁹. Com efeito, a intenção inicial do monarca português era atacar Tânger, contudo, o capitão de Ceuta, D. Sancho de Noronha, rapidamente alertou o “Africano” da inviabilidade do projecto, pelo que o ataque acabou por ser dirigido a Alcácer.

³⁶ Com a Restauração de 1640, a praça manteve-se leal a D. Filipe IV, requerendo a integração na coroa espanhola em 1656 e sendo a soberania espanhola da mesma reconhecida pela dinastia de Bragança somente em 1668. Com efeito, a Restauração de 1640 provocou algumas dificuldades nos territórios ultramarinos, nomeadamente no Norte de África. Enquanto Mazagão aclamou sem problemas D. João IV, Ceuta optou pela soberania espanhola em virtude da troca das guarnições portuguesas por guarnições espanholas em 1638. Ver Isabel M. R. Mendes Drumond Braga & Paulo Drumond Braga, *Ceuta Portuguesa (1415 – 1656)*, p.27.

³⁷ A Crónica d’el-rei D. Duarte, de Rui de Pina, é a principal fonte para a malograda expedição a Tânger de 1437. Ver Rui de Pina, “Crónica do Senhor Rey D. Duarte”, in *Crónicas*, pp. 509-570; Ver também António Dias Farinha, “O Norte de África”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.124; Paulo Drumond Braga, “A Expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa – Vol. II – A Expansão Quatrocentista*, p.255; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – Volume II – A Fundação do Estado Moderno (1415-1495)*, pp.49-51.

³⁸ Ver Rui de Pina, “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V”, in *Crónicas*, pp.772-778; Damião Góis, *Chronica do Principe Dom Joam*, Capítulos X-XIII, pp.40-54. Ver também António Borges Coelho, *História de Portugal Volume III – A Largada das Naus*, pp.178-179; António Dias Farinha, “O Norte de África”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.125; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – Volume II – A Fundação do Estado Moderno (1415-1495)*, pp.82-85. Alcácer Ceguer viria a ser abandonada em 1550, por decisão de D. João III, no contexto da reformulação da estratégia norte africana.

³⁹ Cf. Damião Góis, *Chronica do Principe Dom Joam*, Capítulo XVI, p.63.

Deve-se também aqui assinalar a tomada e destruição de Anafé (ou Anfa), actualmente Casablanca, pelo infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, em 1468⁴⁰. Para tal comandou o infante uma esquadra de 50 navios que puniu violentamente esta base de corsários que fustigava as costas do Algarve. No entanto, e apesar de conquistada, a cidade acabou por não ser ocupada pelos portugueses, pois Anafé encontrava-se isolada em relação às outras possessões portuguesas (Ceuta e Alcácer). Perante a impossibilidade de deixar a cidade conquistada em estado de defesa, D. Fernando optou por saqueá-la e destruir as suas muralhas⁴¹.

A obsessão por Tânger fez D. Afonso V voltar a empreender novos preparativos em 1463 e 1464, mas sem resultados favoráveis. Porém, a instabilidade política que o norte marroquino conheceu em meados da década de 60 do séc. XV veio a determinar uma nova ofensiva portuguesa. D. Afonso V, sabendo que Fez se encontrava cercada pelo alcaide de Arzila, Muley Xeque, planeou lançar nova ofensiva militar sobre Tânger. Contudo, foi aconselhado a optar por Arzila, uma vez que a operação era menos custosa e que com a conquista desta cidade Tânger acabaria por ficar isolada. Por outro lado, a conquista de Arzila permitia o domínio das planícies que se estendiam na direcção de Alcácer Quibir e do interior de Marrocos. Tomada Arzila, em 1471⁴², os habitantes de Tânger abandonaram a cidade convencidos que a conquista portuguesa era inevitável. Deste modo, a cidade foi ocupada pelos portugueses no mesmo ano de 1471⁴³.

Fechava-se assim o ciclo de conquistas que classificámos de primeiro Algarve Dalém de 1415 a 1471; um ciclo de conquistas pautado por um fervoroso espírito de

⁴⁰ Rui de Pina, “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V”, in *Crónicas*, p.816; Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, pp.60-61.

⁴¹ Ver Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.316; Fernando Pessanha, “Sobre o Infante D. Fernando e a Expansão para o Algarve D’além Mar”, *Jornal do Algarve*, Nº2884, 5 de Julho de 2012, p.7.

⁴² Rui de Pina, “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V”, in *Crónicas*, pp.820-823; Ver António Dias Farinha, “O Norte de África”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, 127; António Borges Coelho, *História de Portugal Volume III – A Largada das Naus*, p.182. Arzila resistiu às investidas dos soberanos marroquinos até ter sido abandonada por ordem de D. João III, em 1549. Voltaria a ser reocupada em 1577, em vésperas da batalha de Alcácer Quibir, mas acabou por ser definitivamente abandonada no tempo dos Filipes, em 1589.

⁴³ Tânger tornou-se numa das possessões portuguesas mais representativas, resistindo aos constantes ataques marroquinos e mantendo a fidelidade a Portugal após a restauração de 1640. Só viria a ser cedida à Inglaterra em 1661, como dote da Infanta D. Catarina de Bragança, por ocasião do seu casamento com o rei inglês Carlos II.

cruzada⁴⁴, pelo desejo de controlar o Estreito de Gibraltar e de suprimir a pirataria magrebina que tão frequentemente atacava as costas algarvias. Não será, portanto, inocente a tomada ou destruição de bases de corso e pirataria como Anafé⁴⁵ ou Alcácer Ceguer, a vila de “*homens de guerra, principalmente no negócio do mar, no qual erao muy exercitados, e acostumados a fazer mal, e dano aos Christãos da Hespanha, e a outros que navegavam para aquella Estreyto*”⁴⁶. Ainda que Joaquim Veríssimo Serrão – talvez induzido pela *História Económica e Social da Expansão Portuguesa* de Vitorino Magalhães Godinho - encontre na conquista de Arzila razões de “*comércio por ser Arzila a capital económica do Garbe, terra fértil de cereais e fruta e o término da rota do ouro do Mali*”, devemos manter algumas reservas. Recordamos que com a conquista de Ceuta os mouros desviaram as rotas comerciais para outras cidades marroquinas, tornando-se Ceuta numa cidade cristã isolada, abastecida pelo Algarve e Andaluzia, e constantemente atacada⁴⁷. Face ao encargo que Ceuta representava para o erário da Coroa há mais de meio século, não seria de prever que o mesmo acontecesse com Arzila? Não acreditamos, portanto, que motivações de carácter económico-comercial tivessem sido muito determinantes nas conquistas compreendidas entre 1415 e 1471. Motivos de honra e prestígio militar se impunham. Se a tomada de Alcácer Ceguer pode ser justificada pela tentativa de erradicar a pirataria que assolava o Estreito, a conquista de Arzila só pode ser determinada em virtude da real incapacidade de conquistar Tânger; o espinho cravado no orgulho bélico português e o símbolo do martírio do Infante Santo. Por três vezes tentaram os portugueses conquistar a cidade, mas sem sucesso. Antes da tomada de Alcácer Ceguer, pensou D. Afonso V dirigir o ataque a Tânger, o mesmo se passando antes da tomada de Arzila. Com a conquista de Arzila e a ocupação de Tânger fechava-se um primeiro ciclo; o Tratado de Paz entre Muley Xeque e D. Afonso V fazia do monarca português “*Rei de Portugal e dos Algarves Daquém e Dalém Mar em África*”. Efectivamente, a “Reconquista” tinha avançado para África, as

⁴⁴ Repare-se na total ausência de relações diplomáticas entre as partes envolvidas e a crueldade manifestada na conquista de Ceuta e especialmente na conquista de Arzila, onde a população não foi poupada ao massacre. Segundo Damião Góis, os mortos eram tantos no assalto ao castelo de Arzila que “*por nenhum lugar do pateo se podia dar passo, senão sobre sangue e corpos vivos e mortos*”. Ver Damião Góis, *Chronica do Principe Dom Joam*, Capítulo XXVI, p.111.

⁴⁵ Rui de Pina, “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V”, in *Crónicas*, p.816.

⁴⁶ Damião Góis, *Chronica do Principe Dom Joam*, Capítulo XI, p.43.

⁴⁷ Sobre os ataques a Ceuta depois da conquista portuguesa ver Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, pp.43-378.

fronteiras portuguesas tinham sido alargadas, e dignidade militar tinha sido restaurada. No entanto, as riquezas de Marrocos continuavam longe das ambições portuguesas. As praças que compreendiam o primeiro Algarve dalém sofriam repetidos ataques dos mouros, pelo que se viam impossibilitadas de se abastecerem a si próprias⁴⁸.

É neste contexto expansionista que a rica região da Duquela, fértil em “*pão, carnes, pescados e outras muitas cousas*”⁴⁹, entra na esfera de interesses da Coroa portuguesa. O primeiro acordo conhecido entre Portugal e Safim remonta ao reinado de D. Afonso V, como foi referido na carta que D. João II enviou a Amadux, o alcaide da cidade em 1488⁵⁰. Já dois anos antes, em 1486, tinha D. João II imposto a soberania portuguesa aos habitantes mouros de Azamor⁵¹. Dava-se assim início a um segundo ciclo; um ciclo caracterizado por uma soberania limitada no norte marroquino e que se alastrava a alguns protectorados sobre algumas zonas mais a sul, com as quais era mantida uma relação comercial. É no seguimento desta política marroquina que, em 1497, também D. Manuel I acabou por estabelecer um contrato de suserania com os habitantes de Meça⁵², região do Suz que recebia o tráfico transariano do ouro e dos escravos da Guiné⁵³. *Grosso modo*, são acordos em que estas cidades e vilas comprometiam-se a pagar tributos, conceder facilidades comerciais e permitir a construção de feitorias a troco de protecção. Por outras palavras, tentavam-se explorar as cobiçadas riquezas da Duquela através de uma política de intimidação; note-se que em Agosto de 1487, pouco antes de Azamor se tornar tributária de D. João II, voltaram os portugueses a Anafé, onde mataram novecentos inimigos e cativaram 400 pessoas⁵⁴, que trouxeram para o reino.

⁴⁸ Esta situação levou o “Africano” a procurar obter de Castela vantagens económicas para poder abastecer as praças do Algarve Dalém. Veja-se, por exemplo, a criação da feitoria portuguesa em Sevilha, destinada a abastecer as praças do Algarve Dalém. Ver Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, pp.20-25.

⁴⁹ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, p.63.

⁵⁰ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguêsa em Çafim (1506 – 1542)*, p.15; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.463; António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, p.26.

⁵¹ Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, Capítulo XXI, pp.53-54; Garcia de Resende, *Biografias da História de Portugal – Vol. XXIX - D. João II*, p.56; David Lopes “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, vol. III, p.508.

⁵² Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.321; António Dias Farinha, “O Norte de África”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, 127.

⁵³ Cf. Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, pp.71-77. Ver também Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, pp.118-126.

⁵⁴ Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, Capítulo XXVII, pp.58-59.

Simultaneamente, nunca deixaram os portugueses de consagrar esforços para dilatar o seu domínio no norte marroquino; logo em 1488 foi lançado um ataque a Alcácer Quibir do qual resultou 250 cativos mouros e muitas peças de gado, para além de ouro e prata⁵⁵. No ano seguinte, depois de imposta a soberania portuguesa em Safim e Azamor, mandava D. João II construir a fortaleza da Graciosa, a 15 quilómetros da foz no rio Lukkos e a caminho de Fez. Pretendia o monarca português alargar o seu domínio às planícies de Alcácer Quibir. Prontamente se apercebeu o monarca muçulmano da ameaça que isto constituía. Rapidamente se viram os portugueses cercados, pelo que acabaram por negociar a retirada levando consigo as armas, artilharia e cavalos⁵⁶.

D. Manuel procurou manter os protectorados sobre as cidades do sul, porém, a irregularidade no pagamento dos tributos⁵⁷ e a actuação pouco correcta dos feitores portugueses⁵⁸ poderão ter dificultado a fidelidade das populações locais para com a Coroa portuguesa. Será, seguramente, com o objectivo de explorar os recursos provenientes da feitoria de Meça que D. Manuel consente a João Lopes Sequeira a construção do castelo de Santa Cruz do Cabo Guê (no território correspondente à actual cidade de Agadir), na foz do rio Suz, em 1505⁵⁹. Também nos anos que se seguiram à construção do castelo de Santa Cruz do Cabo Guê foi construída a fortaleza satélite de Ben Mirao⁶⁰, na mesma região, a sul da Duquela. Porém, nem todos os castelos construídos no sul marroquino terão sido impulsionados por motivos de carácter económico-comercial. A construção do Castelo Real do Mogador, no território que hoje

⁵⁵ Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, Capítulo XXXVI, pp.67-68; D. Fernando de Meneses, *História de Tânger Durante la Dominacion Portuguesa*, pp.65-68; Ver também Paulo Drumond Braga, “A Expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa – Vol. II – A Expansão Quatrocentista*, pp.290-291.

⁵⁶ Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, Capítulo XXXVIII, pp.74-78; Garcia de Resende, *Biografias da História de Portugal – Vol. XXIX - D. João II*, pp.68-70. Ver também António Borges Coelho, *História de Portugal Volume III – A Largada das Naus*, pp.187-188; António Dias Farinha, “O Norte de África”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, pp.127-128.

⁵⁷ Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, p. 85; Paulo Drumond Braga, “A Expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa – Vol. II – A Expansão Quatrocentista*, pp.287-288.

⁵⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – Volume III – O Século de Ouro (1495-1580)*, p.20.

⁵⁹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, I, Capítulo XCIV, p.128; Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo – O Espaço Atlântico (séculos XV – XIX)*, pp.50-51. D. Manuel I acabou por adquirir esta possessão (a mais a sul de Marrocos) em 1512 e deu-lhe guarnição até que em 1541 a praça foi tomada pelos mouros.

⁶⁰ Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, pp.328-334.

corresponde à cidade piscatória de Essauira⁶¹, e a construção do castelo de Aguz⁶², na foz do rio Tensift, em 1508, denunciam o projecto de estender o domínio português para o fértil sul de Marrocos. E, de facto, nesse mesmo ano de 1508, a cidade de Safim foi tomada pelas armas⁶³. Dava-se assim início ao período que designámos de terceiro Algarve dalém, um período caracterizado pelo recurso à guerra constante e que só chegaria ao fim com a reformulação da estratégia norte africana de D. João III⁶⁴. Com efeito, a carta de Diogo de Azambuja a D. Manuel, datada de 12 de Dezembro de 1507, manifesta a intenção de uma ambiciosa empresa: a “*fê (...) em pôr bandeira em Marrocos*”⁶⁵, ou seja; a conquista de Marraquexe. Aliás, diz-nos Damião Góis que ainda em 1495, pouco depois de D. Manuel ter subido ao trono, “*proveu em muita abastança todolos lugares dalém, assi de mantimentos, como de gente de pé, & de cavalo, artelharia, & outras munições, acrecentando hos ordenados, soldos, & mantimentos aos capitães, adais, & outros oficiais, & assi aos moradores, & outra gente de guerra...*”⁶⁶. Deste modo anunciava-se a intenção de investir na guerra marroquina que, de facto, acabou por revelar-se como um dos principais interesses do monarca. Tal como João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues bem observaram, logo em 21 de Abril de 1496, começavam os preparativos para quando o rei convocasse a armada para atacar África⁶⁷, ou seja; de acordo com a documentação régia, a passagem de D. Manuel a Marrocos apresentava-se como uma possibilidade tão previsível quão natural.

É ao abrigo deste projecto que a região da Duquela, rica em tantos produtos cobiçados pelos portugueses⁶⁸, captou a atenção dos planos expansionistas de D.

⁶¹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*; II, Capítulo XIII, p.177. Ver Também Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo – O Espaço Atlântico (séculos XV – XIX)*, p.50; António Dias Farinha, “O Norte de África”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.129.

⁶² David Lopes, David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.541; Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*, pp.189-192. Do mesmo autor ver também *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415 – 1822)*, p.49.

⁶³ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*; II, Capítulo XVIII, pp.186-191; Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguêsa em Çafim (1506 – 1542)*, pp.26-32.

⁶⁴ Ver anexo I, fig.6.

⁶⁵ Carta de Diogo de Azambuja a D. Manuel I, em 12 de Dezembro de 1507. Transcrito David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.473; Ver também Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – Volume III – O Século de Ouro (1495-1580)*, pp.21-22.

⁶⁶ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, I, Capítulo XI, p.11.

⁶⁷ Trata-se de uma licença para que se fretassem os navios que haviam de carregar 160 toneladas de víveres destinados à armada que deveria atacar África. Ver João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.12.

⁶⁸ Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, pp.83-94.

Manuel. Se o período dos protectorados acabou por resultar em tensões e intermitências nos pagamentos de tributos, a conquista das cidades pelas armas asseguraria o controlo efectivo do território e a exploração das suas riquezas. Da mesma forma que Safim também Azamor, que Portugal manteve como suserana até 1502, acabou por ser conquistada em 1513⁶⁹, seguindo-se a construção do castelo de Mazagão ainda no mesmo ano. Deste modo estavam conquistadas as duas grandes cidades da Duquela⁷⁰, cada uma apoiada pela sua fortaleza satélite.

É, portanto, neste quadro da ocupação portuguesa em Marrocos que as praças portuguesas da região da Duquela - Azamor, Mazagão, Safim e Aguz - surgem como possessões de interessante papel estratégico. Os estudos relativos ao Algarve Dalém mar e à expansão portuguesa para o Norte de África têm favorecido especialmente o norte marroquino; Ceuta, Tânger, Alcácer Ceguer e Arzila. Se excluirmos Mazagão, as praças da região da Duquela têm sido abordadas num plano secundário no contexto da ocupação norte africana, talvez por terem tido vida efémera. No entanto, Azamor e Safim constituíram interessantes praças no contexto da expansão portuguesa em Marrocos, nomeadamente, durante o período dos “mouros de pazes”, altura em que uma série de campanhas vitoriosas, levavam as armas portuguesas até ao Atlas. Mazagão, por seu lado, constituiu a mais portuguesa das praças em Marrocos; não só foi construída de raiz pelos portugueses, como foi aquela em que mais tempo permaneceram: 255 anos, contra 225 anos de Ceuta e os 190 de Tânger. Ainda nos dias de hoje a cidade continua a povoar o imaginário marroquino, sendo tradicionalmente designada por “Cité Portugaise”.

⁶⁹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XLVI, p.367; Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I*, p.157; Damião Peres, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime em 1513*, pp.7-14; David Lopes “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. III, pp.512-517. Azamor permaneceu sob domínio português até 1541, altura em que foi abandonada por ordem de D. João III.

⁷⁰ Apesar de densamente povoada por tribos nómadas e aduares, a Duquela não contava com elevado número de cidades ou povoações, pelo que Azamor e Safim apresentavam-se como os dois grandes núcleos urbanos da região.

2.2 Enquadramento Geográfico/Histórico – A Região da Duquela, no Algarve Dalém mar

A região da Duquela, no Algarve Dalém mar, era tradicionalmente considerada uma das mais ricas regiões de Marrocos, razão pela qual David Lopes chegou a referir-se à mesma (e à região da Enxovia) como “o grande celeiro de Marrocos”⁷¹. Na actualidade, este território corresponde à região de Doukkala-abda, em árabe, *عبد دكالة*, que faz fronteira com a região de Marrakesh-Tensift-El Haouz (*تاند سديفت مراكش*), a sul, e a região de *Grand Casablanca* (*البرية الادار جهة*) e Chaouia-Ouardigha (*وردي غة الاشاوية*), a norte⁷².

São várias as fontes árabes que se referem a esta região. Segundo Ibn Khaldum, historiador árabe do séc. XIV, Duquela “é o nome de uma tribu que ocupou o território para o poente, desde o sopé setentorial da montanha vizinha de Marrocos até ao Oceano. Aí se encontra o ribat e asfi, porto fortificado que tem também o nome dos Beni Maguer, família de Dokkala. É difícil averiguar a sua origem, mas consideram-se alguns como descendentes de Masmodh, outros de Sanhadjin”⁷³. Para além da descrição de Ibn Khaldum, é a *Descrição de África*, de Leão, o Africano, a fonte árabe mais importante para o nosso conhecimento da geografia do Gharb marroquino do século XVI. Segundo o próprio, “a região da Duccala (...) da parte do poente começa no Tensift e acaba junto do oceano; da banda do sul é limitada pelo rio de Habid, e ao poente pelo o Omirabi. Esta provincia percorre-se ao comprido em tres dias, e em largura em dois; é muito habitada, mas por uma população inhospitaleira e barbara, as cidades são muito poucas”⁷⁴.

Porém, outras fontes cristãs do século XVI também se referem a esta região. O grande cosmógrafo e navegador português Duarte Pacheco Pereira refere-se a esta região da seguinte maneira: “ao campos de Duquela, que se estendem quási quarenta léguas, terra de grande fertilidade de pão e carnes”⁷⁵. E, do mesmo modo, também Jerónimo Osório, Bispo do Algarve e grande humanista português que viveu no séc.

⁷¹ David Lopes “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.519.

⁷² Ver anexo I, fig.7.

⁷³ Ibn Khaldum, “História dos Berberes II”, transcrito de Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.2.

⁷⁴ Leão Africano, “Description d’Afrique”, transcrito de Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.3.

⁷⁵ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, p.64.

XVI⁷⁶, diz que “naquela parte de África (...) jaz uma província mui grossa e fértil, que os arábios intitulam Duecala”⁷⁷.

Nela se cultivava trigo, cevada, milho e centeio, para além do cultivo da vinha e da fava e da criação de gado, cavalos e camelos. O solo da região é relativamente plano, a baixa altitude, com neblinas e orvalhos frequentes que ajudam a manter a vegetação. A *Descrição de Marrocos* de um anónimo português, feita em 1596, corrobora as informações avançadas pelo navegador e pelo bispo: “A Duquela é um campo formoso e muito chão, sem arvore nem moita; para a parte de Safim corre 25 léguas. Por cima da terra há muitas pederneiras soltas, pequenas. É campo de muito trigo, cevada, centeio, milho e de muitas criações de gado vacum, miúdo e camelos. É este campo muito povoado de alcaimas, isto é; tendas e aduares”⁷⁸.

De modo geral, as fontes escritas apontam este território como bastante fértil, e que o estudo de Vitorino Magalhães Godinho confirma⁷⁹. A epistolografia mostra que se tratava de uma importante zona cerealífera, como podemos comprovar pela carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I, em 1513⁸⁰, documento em que este capitão informa o monarca que tinha apanhado muito pão em Almedina, o qual tinha remetido para Safim e Azamor. Do mesmo modo, também a carta do Duque de Bragança a D. Manuel I, em 30 de Setembro de 1513, e publicada por António Baião em *Documentos do Corpo Cronológico Relativos a Marrocos 1488-1514*⁸¹, é demonstrativa da quantidade de cereais que abundava na região.

É precisamente nesta fértil região da Duquela, na costa atlântica, que se situam as antigas praças portuguesas de Azamor, Mazagão, Safim e Aguz. De um modo geral podemos afirmar que, durante o séc. XV, o poder central de Marrocos tinha a sua sede em Fez, onde residiam os soberanos das dinastias merínida e oatácida. As regiões periféricas, nomeadamente as do litoral sul, obedeciam dificilmente ao poder central de

⁷⁶ António Rosa Mendes, “Renascimento e Reforma no Algarve: a criação cultural; a renovação da consciência religiosa”, in *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias*, pp.213-223.

⁷⁷ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.192.

⁷⁸ Descrição de um anónimo português em 1596, transcrito de Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.152.

⁷⁹ Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, p.83.

⁸⁰ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde para a D. Manuel I, em 29 de Outubro de 1513, A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 13, n.º 87.

⁸¹ Carta do Duque de Bragança a D. Manuel I, em 30 de Setembro de 1513, publicada por António Baião em *Documentos do Corpo Cronológico Relativos a Marrocos 1488-1514*, apud Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, pp.15-16.

Fez, debilitado pelas lutas internas. A prosperidade que se vivia em importantes cidades portuárias como Azamor e Safim eram a base de uma independência que o enfraquecido rei de Fez não se atrevia a contestar⁸². Aliás, como Vergílio Correia bem observou aquando da sua passagem por Marrocos, em 1923, estas ricas cidades situadas entre o rio Morbeia e o rio Tensift funcionavam como portos de “*desaguadouro ao comércio do interior e aos produtos das férteis províncias da Dukala...*”⁸³. Deste modo, e dado o enfraquecimento do reino de Fez, os portugueses puderam estabelecer protectorados sobre algumas das mais importantes cidades costeiras como Meça, Azamor, Safim e seus territórios adjacentes, com o apoio dos denominados “mouros de pazes”⁸⁴.

Para melhor compreendermos em que circunstâncias se instalaram as guarnições portuguesas na região da Duquela, passaremos de seguida a fazer uma breve retrospectiva geográfico-histórica sobre cada uma destas praças, até à chegada dos contingentes militares portugueses.

2.2.1 Azamor

Azamor, actualmente Azemmour (أزمور), situa-se junto ao mar, na costa ocidental da província da Duquela, em Marrocos. Está localizada na margem esquerda do rio Morbeia (الربيع أم), a cerca de 410 quilómetros a sul da ponta de Sagres, 136 quilómetros a norte de Safim e a 10 quilómetros a norte de Mazagão. Segundo Duarte Pacheco Pereira, “*Da furna de Acicor de que atrás falámos, ao rio e vila de Azamor, são duas léguas (...) e quem for ûa légua avante a este cabo, pêra do dito rio, logo parece a vila de Azamor, na qual há maravilhosa pescaria de sáveis muito grandes e bons*”⁸⁵. Segundo Damião de Góis, “*foi edificada pelos Africanos, naquela parte, & provincia que se chama Aduenciala, na costa do mar Oceano Athalantico, apar da boca de hum rio navegável, a que os mouros chamam Ommirabih*”⁸⁶.

⁸² António Dias Farinha, *História de Mazagão Durante o Período Filipino*, p.186.

⁸³ Vergílio Correia, *Lugares Dalém – Azemôr, Mazagão, Çafim*, p.15.

⁸⁴ Por esta designação entende-se o conjunto da população muçulmana que aceitava o domínio português.

⁸⁵ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, p.62.

⁸⁶ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LXVII, p.370.

Frei Luís de Sousa, que viveu no séc. XVI, referia-se a Azamor nos *Anais de D. João III* como: “ua grande e estendida comarca de boa e fértil terra”⁸⁷. A verdade é que Azamor, que significa literalmente “oliveira selvagem”⁸⁸, remonta ao tempo dos Almóadas e é também conhecida por Moulay Bouchaib, o santo patrono da cidade que no séc. XII foi também protector do comércio que então florescia entre a cidade e Málaga, na Espanha. A partir de então, a cidade de Azamor tornou-se num importante centro económico do Magrebe, potenciado pela excelência de seu porto fluvial e por uma actividade comercial bastante dinâmica. O Bispo do Algarve, Jerónimo Osório, descreve a cidade antes do domínio português: “tem Azamor assento e dentro dos muros seus encerra para cima de 5000 fogos. A gente dela é polida, as casas grandes e magníficas”⁸⁹. Também David Lopes refere-se a Azamor antes da conquista pelo Duque de Bragança: “A cidade era grande, de nobres edifícios e muitas mesquitas sendo 28 de alcorão ou minarete; tinha muito fortes muros e havia neles 80 torres muito altas”⁹⁰.

As pretensões de D. João II em dominar política e comercialmente o Magrebe, sem recorrer à força excessiva, ao contrário do que fizera o seu pai D. Afonso V, deram frutos em Azamor, aproveitando assim as vantagens económicas da terra, rica em peixe, cereais, panos e de assegurar as relações comerciais com a região da Duquela. Em 1486, devido à instabilidade política na região, os seus habitantes escreveram a D. João II, por João Fróis e Martim Reinel, pedindo protecção e manifestando o seu desejo de se tornarem seus vassallos e tributários. Segundo Rui de Pina, “No ano de mil e quatrocentos e oitenta e seis a cidade de Azamor do reino de Fez em África, temendo ser de el-rei tomada e conquistada pela força, para escusarem sua perdição e cativo, com acordo e procuração de todos os governantes e moradores dela, enviaram a el-rei, estando em Santarém, sua obediência e o receberam por seu senhor”⁹¹. O tributo

⁸⁷ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. I, p.95.

⁸⁸ Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.292.

⁸⁹ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.192.

⁹⁰ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel I”, in *História de Portugal*, vol. III, p.516. Ver anexo I, fig.8.

⁹¹ Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, Capítulo XXI, p.53. Também Garcia de Resende segue de perto a crónica de Rui de Pina: “No ano de mil e quatrocentos e oitenta e seis os Governadores e moradores da cidade de Zamor em África, temendo mandar el Rei, ou ir sobre ela, e receando a sua destruição, com acordo e procuração de todos mandaram a el Rei sua obediência, e o reconheceram por seu senhor (...) e em tudo se fizeram firmes contratos, que muito inteiramente cumpriram sempre em quanto el Rei viveu”. Ver Garcia de Resende, *Biografias da História de Portugal – Vol. XXIX - D. João II*, p.56.

compreendia o pagamento anual de dez mil sáveis, peixe abundante naquele rio⁹², carregados em barcos portugueses, isenção de direitos aos navios régios, autorização para compra de cavalos e cedência ou licença para construção de uma casa para os feitores do rei guardarem as suas mercadorias e ali passarem a residir⁹³. Os protectorados e o período de “mouros de pazes” trouxeram então tributos em cereais e outros produtos, além do incremento das compras e do comércio em geral⁹⁴. Com D. Manuel I dá-se a continuação da política de D. João II no domínio comercial, reforçando o domínio português não só na região da Duquela, como também na região da Enxovia e do Suz, e assegurando as relações diplomáticas com os “mouros de pazes” dos territórios próximos a Azamor. É, portanto, neste sentido que D. Manuel I confirmou os termos do contrato com Azamor, em 1497.

Contudo, a fidelidade dos seus habitantes à Coroa portuguesa foi muito irregular depois de 1502⁹⁵. Quiseram submeter-se em 1504, pelo que acabaram por enviar delegados a Portugal⁹⁶. Em 1508, Rodrigues Bérrio, um armador de Tavira que costumava ir pescar sáveis a Azamor, deu conhecimento a D. Manuel I das grandes divisões entre os seus habitantes e do desejo que alguns manifestavam em se tornar súbditos de Portugal. Atendendo a esses motivos, foi enviada uma armada (50 navios e 2.500 homens) sob o comando de D. João de Menezes, com o apoio de um príncipe oatácida que já estivera em Portugal, Muley Zião⁹⁷. Porém, a expedição fracassou, não

⁹² Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, p.62.

⁹³ Ver Carta de D. João II aos habitantes de Azamor, em 4 de Julho de 1486, e Ratificação do tratado entre D. João II e os habitantes de Azamor, em 16 de Agosto de 1486. Documentos publicados in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, Docs I e II, pp.5-17.

⁹⁴ David Lopes “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, vol. III, p.508. A título de exemplo veja-se a carta de quitação ao feitor de Azamor, de fim de Junho de 1486 a Fevereiro de 1501. Documento publicado in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. IV, pp.446-447.

⁹⁵ Vergílio Correia refere que habitantes de Azamor pilharam alguns navios portugueses por estes anos. O autor levanta a hipótese de estes navios pertencerem à esquadra de Manuel Jorge de Melo que, em 1502, partiram de Lisboa para atacar Targa, mas que assaltados por uma tempestade, se viram obrigados a desembarcar a alguma distância de Azamor. Ver Vergílio Correia, *Lugares Dalém – Azemôr, Mazagão, Çafim*, pp.32-33.

⁹⁶ António Dias Farinha, *História de Mazagão Durante o Período Filipino*, p.188.

⁹⁷ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, I, Capítulo XXVII, pp.208-210; Damião Peres, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime em 1513*, pp.8-9; Teresa Lacerda, “D. João de Meneses. Um retrato da Nobreza Portuguesa em Marrocos”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, p.126.

só porque o aliado mudara de posição⁹⁸, mas também porque os meios envolvidos se revelaram insuficientes para tomar a praça⁹⁹.

No ano seguinte, o monarca português pensou lançar nova ofensiva contra Azamor comandada por seu sobrinho, D. Jaime, o duque de Bragança. Apesar da tentativa falhada, as intenções da Coroa em tomar Azamor mantiveram-se até que, em 1513, deu-se um levantamento geral em Portugal para uma nova empresa, que Damião Peres apresenta como num autêntico “*ambiente de vibração patriótica*”¹⁰⁰. Os preparativos em Portugal para a conquista de Azamor foram realmente de âmbito nacional, como podemos constatar no *Auto da Exortação da Guerra*, de Gil Vicente, bem ao gosto do espírito de cruzada em voga na corte portuguesa¹⁰¹.

Para a expedição de 1508, o papa Leão X concedeu a devida autorização após ler o pedido do rei. A autorização manteve-se para a expedição de 1513, de modo que esta constituiu a maior armada organizada no reinado do *venturoso*; mais de 400 navios e cerca de 25000 homens, entre soldados, cavaleiros e infantes¹⁰². Muitos membros da grande fidalguia do reino participaram nesta expedição, entre os quais D. João de Menezes, que já tinha comandado a expedição a Azamor de 1508, Rui Barreto, alcaide-mor de Faro e vedor da fazenda do Reino do Algarve¹⁰³, e D. Fernando de Faro¹⁰⁴, pelo que aqui fica atestada a forte relação da nobreza do Algarve daquém nas campanhas militares no Algarve dalém¹⁰⁵. Aliás, segundo Damião Góis, foi D. Martinho de

⁹⁸ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.192.

⁹⁹ Apesar de estas forças não terem conquistado Azamor, acabaram por ser fundamentais no socorro a Arzila, que sofreu então o mais perigoso assalto muçulmano, conduzido pelo próprio rei de Fez. O contra ataque desta armada evitou a perda da praça, quando o conde D. Vasco já perdera o casario e se defendia dentro do castelo com os seus últimos homens. Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, I, Capítulos XXVIII-XXIX, pp.210-215; Diogo do Couto, *Diálogo do Soldado Prático*, p.234; João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.38. Ver também Vasco Resende, “Os portugueses em Marrocos e a guerra no mar no princípio do séc. XVI”, in *A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XIX)*, pp.102-103.

¹⁰⁰ Damião Peres, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime em 1513*, p.9.

¹⁰¹ Gil Vicente, “Auto da Exortação da Guerra”, in *Autos e Farsas*, p.86.

¹⁰² Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XLVI, p.367; Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I*, p.157; João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.28.

¹⁰³ Já o pai de Rui Barreto, Nuno Barreto, tinha sido alcaide-mor de Faro e vedor da fazenda do Reino do Algarve. A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, liv. 877, n.º 20; A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 26, fl. 14.

¹⁰⁴ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LXVI, p.368.

¹⁰⁵ Ainda assim, sentiu-se a ausência de D. Pedro de Meneses, Conde de Alcoutim e herdeiro do Marquês de Vila Real, pois esta linhagem, que detinha a capitania de Ceuta, rivalizava com as casas ducais, pelo que, à luz das rivalidades que existiam no seio da corte manuelina, se compreende a sua ausência na

Castelbranco, conde da Vila Nova de Portimão, que deu despacho a toda esta armada em apenas quatro meses. Acresce ainda que a armada partiu de Lisboa, “foi lançar ancora na baía do Faram, no regno do Algarve”, onde se lhe juntaram mais navios com combatentes do Algarve¹⁰⁶.

A armada que do reino partiu para tomar a praça seguiu para Mazagão, tal como podemos acompanhar na *Crónica Militar* desta praça: “Desembarcaram na praia da baía, perto de Mazagão, as tropas da expedição do Duque de Bragança para a conquista de Azamor”¹⁰⁷. Com o desembarque do grosso das tropas na baía de Mazagão, em 28 de Agosto, os portugueses atacaram por terra e pelo rio no primeiro dia de Setembro¹⁰⁸. Os defensores de Azamor, impressionados com o poderio do exército português, acabaram por abandonar a cidade, procurando refúgio nas regiões vizinhas. A notícia da tomada da cidade correu rapidamente por toda a Enxovia e Duquela, pelo que as povoações de Almedina e Tide acabaram por ser abandonadas. Muitos chefes mouros pediram então a paz, alegando quererem ser vassallos e pagar tributo a el-rei de Portugal¹⁰⁹. Finalmente, a 3 de Setembro, o Duque de Bragança entrava na cidade¹¹⁰ e D. Manuel I acrescentava mais uma praça marroquina ao império português.

2.2.2 Mazagão

Também Mazagão está situada junto ao mar, “meio assente na rocha, meio no fundo marítimo, está junto da ponta Oeste duma baía com praia virada a Norte, que se

armada de 1513. Ver João Paulo Oliveira Costa & Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaldes – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.29.

¹⁰⁶ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LXVI, p.369. Até da vizinha ilha da Madeira vieram 20 navios com “seiscentos homens de pe, & duzentos de cavallo”, iniciando-se a tradição na protecção e ajuda das praças do Norte de África.

¹⁰⁷ Augusto Ferreira do Amaral, in *Mazagão- A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.229.

¹⁰⁸ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.193; Damião Peres, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime em 1513*, p.11. Ver anexo I, fig.13 e 14.

¹⁰⁹ Veja-se, a título de exemplo, a carta de Lud, o mouro, a D. Manuel I com propostas apresentadas pelos mouros da Enxovia, em 5 de Dezembro de 1513, ou a carta de D. João de Meneses a D. Manuel I sobre as propostas de paz apresentadas pelos mouros da Enxovia, datada de 18 de Fevereiro de 1514. A.N.T.T., *Núcleo Antigo* 877, n.º 442.

¹¹⁰ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.194; Damião Peres, *Conquista de Azamor pelo Duque de Bragança D. Jaime em 1513*, p.12; João Paulo Oliveira Costa & Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaldes – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.30.

estende até Azamor ¹¹¹. Actualmente faz parte integrante da cidade de El Jadida (الجديدة), e está localizada a pouca distância da foz do rio de Morbeia (الربيع أم). Encontra-se a cerca de 420 quilómetros a sul da ponta de Sagres, 10 quilómetros a sul de Azamor e a 146 quilómetros a norte de Safim. É privilegiada a sua localização geográfica. Encontrar-se ao norte do Cabo de Cantim e a meia distância dos Cabos de Espartel e de Guer, os dois pontais extremos do país.

Mazagão aparece-nos desabitada aquando da chegada das forças militares portuguesas, em 1513, contudo, é provável que a presença humana na região remonte ao período orientalizante. Segundo Augusto Ferreira do Amaral, teria havido no antigo sítio de Mazagão uma feitoria fenícia¹¹². Também os autores marroquinos Ahmed Chahid e Mustapha Lekhiar, referem a presença fenícia e cartaginesa no local, desde finais do séc. VII a. C.¹¹³. Várias fontes medievais referem o sítio de Mazagão. Al-Idrisi e um outro autor marroquino referem, no século XII, um porto de pescadores chamado *Mazighan*¹¹⁴. Leão, o Africano, fonte indispensável para o conhecimento de tantas cidades norte africanas, não refere Mazagão na sua descrição de África, provavelmente já despovoada ao tempo da sua passagem, no entanto, Bekin, no seu *Relatório Sobre a África Setentrional* escrito no século XI, refere que *Mazighan* encontra-se a sessenta milhas de Anafé (Casablanca)¹¹⁵. Só em 1502 um pequeno navio português reconheceu a baía e avistou uma antiga torre de guarda em ruínas chamada *El Brija*¹¹⁶. Contudo, na opinião de Vitorino Magalhães Godinho, o comércio português em Mazagão é anterior a 1500, pois numa carta de quitação de 17 de Fevereiro fala-se de trigo proveniente desse lugar. Além disso, sabemos que em 1502 foram dois barcos de Tavira a Mazagão carregar trigo, e que em 1503 e 1504 vinha para Portugal trigo de Mazagão, como demonstra o alvará de 29 de Agosto de 1503¹¹⁷ e a carta de quitação de 22 de Fevereiro

¹¹¹ Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão - A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.15.

¹¹² Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, p.17.

¹¹³ Segundo Ahmed Chahid e Mustapha Lekhiar, “*Depuis l’antiquité, phéniciens et carthaginois remarquent le fabuleux site d’ El Jadida. Les premieres y font scale, en route vers Essauira, à la fin du VII avant Jésus-christ (...)*” Ver Ahmed Chahid & Mustapha Lekhiar, *El Jadida Memoire*, p.1.

¹¹⁴ Azzedine Karra, arqueólogo e ex-director do Centro do Património Luso-Marroquino de El Jadida, no quadro das suas prospecções arqueológicas na região, determinou com exactidão a localização da antiga “Mazighan”, nome de origem berbere.

¹¹⁵ Bekim, “Relatório Sobre a África Setentrional”, transcrito de Vitorino Magalhães Godinho, in *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, p.87.

¹¹⁶ Laurent Vidal, *Mazagão, A Cidade que atravessou o Atlântico*, p.14; Ahmed Chahid & Mustapha Lekhiar, *El Jadida Memoire*, p.3; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel”, in *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. III, p.530.

¹¹⁷ Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, pp.87-88.

de 1504¹¹⁸. Aliás, o interesse dos indígenas por este comércio fez com que um chefe local, Celeme ibn Omar, chegasse a propor a construção de uma fortaleza no sítio de Mazagão ainda em 1502¹¹⁹.

Duarte Pacheco Pereira, no *Esmeraldo De Situ Orbis* assinala: “*aqui foi, antigamente, a cidade de Mazagão, que agora é de todo destruída. E esta angra é bom porto pera naos grandes (...) e nesta baía de Mazagão carregam muitas nãos destes reinos, e assi de Castela, de trigo, quando cá, por nossos pecados, o Deus não dá*”¹²⁰. Desta feita, parece indiscutível que a região em que Mazagão se inseria apresentava-se absolutamente rica em cereais e que Mazagão constituía um importante porto de exportação dos cereais da Duquela. Foi somente em 1513 que os portugueses passaram a controlar o sítio de Mazagão. A armada que do reino partiu para tomar Azamor seguiu para Mazagão, tal como podemos acompanhar na *Crónica Militar* desta praça¹²¹. Uma vez conquistada Azamor, um problema fundamental se punha; a cidade, embora próxima do mar, ficava a cerca de meio quilómetro da praia. Tal como já tinha sido descrito no *Esmeraldo de Situ Orbis* de Duarte Pacheco Pereira, o rio que a banha é muito estreito e com uma barra de difícil entrada: “*esta entrada é pêra navio pequeno (...) e porque a barra e canal deste rio muitas vezes se muda, o piloto que aqui houver de entrar sonde*”¹²².

As dificuldades de acesso junto da barra de Azamor que Duarte Pacheco Pereira refere e que os navios portugueses experimentaram durante o período de paz, eram bem conhecidas pelo duque de Bragança, que resolveu escolher Mazagão para porto da esquadra. Com efeito, as queixas relativas ao porto de Azamor são tão antigas como a presença portuguesa naquela cidade. A carta de D. Jaime para D. Manuel, de 20 de Setembro de 1513, diz claramente: “*a barra é muito má. Desde a tomada da cidade só houve uma maré para saírem navios grandes e duas para navios pequenos*”¹²³. Ora, o

¹¹⁸ Carta de quitação por compra de trigo em Mazagão. Documento publicado in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. III, pp.155-156.

¹¹⁹ Carta de Pêro Mendes a D. Manuel, em 16 de Novembro de 1502, publicado por António Baião in *Documentos do Corpo Cronológico Relativos a Marrocos 1488-1514*, apud, António Dias Farinha, *História de Mazagão Durante o Período Filipino*, p.187.

¹²⁰ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, pp.63-64.

¹²¹ Augusto Ferreira do Amaral, in *Mazagão- A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.229.

¹²² Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, p.62.

¹²³ Carta de D. Jaime a D. Manuel I de 30 de Setembro de 1513, publicada por David Lopes, in *História de Portugal*, vol. III, p.520.

domínio desta praça fora concebido em função do controlo da região e não em função dos interesses estratégicos de uma potência marítima.

As condições geográficas impossibilitavam a circulação de navios, mesmo os de pequeno porte, desde o mar até às muralhas da cidade, ao contrário do que tinha sido conseguido em Alcácer Ceguer, onde se procedeu à construção de “*huma couraça*”¹²⁴ sobre o rio. Por essa razão, na mesma carta de 30 de Setembro, D. Jaime informava D. Manuel que a armada ficara junto a Mazagão, onde era necessário construir uma fortaleza: “*Mazagam, honde he neçesario huua fortaleza (...) he o melhor porto do mundo*”¹²⁵.

Apesar dos responsáveis pela praça recém-conquistada concordarem com a construção de um forte em Mazagão, discordavam no tipo de fortaleza que esta deveria ser. Enquanto o capitão da cidade, Rui Barreto¹²⁶, desejava manter o carácter urbano de Azamor, reforçando os seus muros e construindo um porto/fortaleza mais forte em Mazagão, D. João de Menezes, que foi o primeiro capitão de campo¹²⁷, advogava que se limitasse em Azamor a área a defender, tornando antes Mazagão uma vila/reduto inexpugnável. Em carta de 1 de Dezembro de 1513, escrevia D. João de Menezes a D. Manuel: “*Se vosa Alteza detremyna fazer obra em Mazagam havendo de ser aquy vila*

¹²⁴ Damião Góis, *Chronica do Principe Dom Joam*, Capítulo XVII, p.67. Ver também Rui de Pina, “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V”, in *Crónicas*, pp.772-778; Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.152. Ver anexo I, fig.9.

¹²⁵ Carta do duque de Bragança a D. Manuel I, em 30 de Setembro de 1513. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. LXXVIII, pp.439-442. Documento também parcialmente publicado por David Lopes, in *História de Portugal*, vol. III, p.520. Sabemos que a armada permaneceu na baía de Mazagão até regressar ao reino, pois em 5 de Dezembro de 1513 escrevia D. João de Menezes a D. Manuel I dando parte ao rei que o duque de Bragança ficava embarcado em Mazagão devido a vários choques com os mouros. Ver A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 14, nº 18.

¹²⁶ Como anteriormente referimos, Rui Barreto era o alcaide-mor de Faro e vedor da fazenda do Algarve. Foi nomeado capitão e governador de Azamor por D. Manuel, após a conquista da cidade. Ver Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LXVI, p.368; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos ...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.512; João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.30.

¹²⁷ D. João de Menezes pertence a uma linhagem cujos descendentes marcaram de forma indelével a presença portuguesa no Algarve Dalém Mar. Ele próprio foi um dos mais intrépidos guerreiros portugueses na guerra em Marrocos, onde capitaneou várias praças e inúmeras operações militares. Além de guerreiro afamado, D. João de Menezes foi poeta cortesão e o seu nome aparece várias vezes no *Cancioneiro Geral* de Garcia de Resende. Diogo do Couto, por exemplo, refere-se a ele com grande admiração, adjectivando-o de valoroso e experimentado capitão. Ver Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, Parte III, pág.135. Ver também Teresa Lacerda, “D. João de Menezes. Um retrato da Nobreza Portuguesa em Marrocos”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, pp.117-140; João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, pp.37-38.

Bernardo de Sá Nogueira, “Memórias navais na corte portuguesa de D. João II a D. Sebastião”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*, pp.177-179.

e laa fortaleza heu o faria amtes ao comtrairo (...) esta cydade, com uua soo fortaleza, sosteria ho trato d'ela e da Emxovia sem perigo nenhum”¹²⁸. Curiosamente, a coroa portuguesa viria a adoptar uma solução mista. Esta solução passou pelo melhoramento das estruturas defensivas de Azamor, embora com a diminuição da zona defendida, recuperando o Alcácer, e com a construção de um castelo mais porto/forte em Mazagão¹²⁹.

No ano seguinte, os irmãos Francisco e Diogo Arruda - os melhores mestres de obra do reino à época - concluíram a edificação de um forte junto ao mar “*com quatro bastiões redondos acasamatados, e com praças altas dotadas de ameias de corpo largo e abertas capazes de suportar bocas-de-fogo*”¹³⁰. Trata-se, portanto, de uma construção que segue a mesma tipologia dos castelos de base quadrada verificável no Castelo do Mar, em Safim, em Aguz, e no Castelo Real do Mogador¹³¹. Este castelo passou então a funcionar como fortaleza satélite e porto de apoio a Azamor, sendo capitaneada por Martim Afonso de Melo como podemos constatar pela carta de D. Manuel de 10 de Agosto de 1514¹³².

2.2.3 Safim

Tal como Azamor e Mazagão, também Safim, a actual Safi (أسفي), está localizada junto ao mar, na costa ocidental da província de Duquela. Encontra-se a cerca de 546 quilómetros a sul da ponta de Sagres, 136 quilómetros a sul de Azamor e a 126 quilómetros de Mazagão. Segundo Edrici, do cabo de Mazagão a Safim, em linha recta, “*vão sessenta e nove milhas, e cento e trinta, seguindo o contorno da baia, no fundo da*

¹²⁸ Carta de D. João de Meneses a D. Manuel I, em 1 de Dezembro de 1513. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, Doc. LXXXIV, pp.461-467; Ver também Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão, A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.92.

¹²⁹ Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, pp.303-312. Do mesmo autor ver também “Mazagão: A última praça Portuguesa no Norte de África”, in *Revista de História da Arte*, Nº 4, p.189. Já em 28 de Outubro de 1513 mandava D. Martinho comprar 8 pipas de vinho para serem entregues a Vasco de Pina, pagador das obras do castelo de Mazagão. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 42, n.º 258.

¹³⁰ Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*, p.136. Ver anexo I, fig.10.

¹³¹ Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.338.

¹³² A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 118. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. III, p.531.

qual assenta a cidade”¹³³. Segundo Duarte Pacheco Pereira, “A cidade de Çafi, tributária a Vossa Alteza (...) é situada junto com o mar, e tudo ali é praia e costa brava. E o navio que ali pousar guarde-se do vento oeste, porque neste porto é travessão”¹³⁴. Diz-nos Damião de Góis que está “Situada na costa do mar Oceano Atlantico, na provincia a que nos corruptamente chamamos Daduecala”¹³⁵.

Tal como Azamor, também Safim era reputada pela excelência de seu porto fluvial. Duarte Pacheco Pereira descreveu as riquezas: “E esta cidade de Çafi é muito fértil de pão, carnes, pescados e muitos e bons cavalos que hão dos Alarves, dos quais alguns se trazem pera estes reinos; e assi há aqui ouro que os Alarves trazem por terra de Guiné, e muita courama de toda a sorte, e mel e cera, com outras mercadorias, em que se faz proveito”¹³⁶. Também Jerónimo Osório refere-se a Safim como cidade de “muita grandeza, muito opulenta em cabedais, e aonde de mui de vontade em razão dos ganhos acudiam de tôda a parte os mercadores. A região é mui fértil, e abunda em searas e rebanhos”¹³⁷.

Safim foi, desde a sua fundação, uma cidade importante devido à localização geográfica. Funcionou como importante entreposto da navegação de cabotagem a partir do séc. X, como referiu al Bakri e al Idrisi, e também como porto de mar de Marraquexe e da região da Duquela¹³⁸. Leão o Africano¹³⁹, que a visitou em 1500, refere a prosperidade económica que se vivia na cidade, o elevado número de judeus nela habitavam, e até o número de fogos (aproximadamente 4000)¹⁴⁰. Segundo Damião de Góis, que atesta as informações facultadas por Leão Africano, “Çafim a que os mouros chamam Azaafi, he cidade muito antiga antrelles, edeficada pelos naturais da terra,

¹³³ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.4.

¹³⁴ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, p.66.

¹³⁵ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, II, Capítulo LVIII, p.186.

¹³⁶ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, pp.66-67.

¹³⁷ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p. 107.

¹³⁸ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, pp.1-2; Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.259.

¹³⁹ Leão o Africano deixou-nos uma descrição que de seguida passamos a transcrever: “Azaafi est une cité sur le rivage de la mer Oceane, édifié par les ancienes Africans, bien peuplée, la ou il y eut Jadis grande quantité d’artisans, jusques au nombre de cent maisons de juifs, et contient environ quatre mille feux, mais elle est peu civile. Le terroir, est très bom, fértil, étans les habitans de gros esprit: á cause qu’ils ne sauroyent trouver le moyen du cultiver ny plantes la vigne, ils s’adonnent á faire jardinages”. Leão Africano, “Description d’Afrique”, apud Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.6.

¹⁴⁰ Também João Cosme estima que a cidade tivesse entre três mil e quatro mil vizinhos, antes da conquista dos portugueses, em 1508. Ver João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, II.

segundo dizem os scriptores arábicos (...) antes que a ganhássemos senhoreava muitas aldeas & aduares, & entam era passante de quatro mil fogos, allem de quatro centas casas que nela havia de judeus”¹⁴¹.

Tais informações permitem afirmar que este aglomerado populacional seria certamente o maior centro urbano da Duquela. De resto, parece ser essa a ideia claramente defendida por investigadores como Vitorino Magalhães Godinho que se refere a Safim como a cidade mais importante e próspera da Duquela¹⁴², ou António Dias Farinha, para quem a cidade de Safim era, de facto, “*o centro populacional mais importante de Marrocos*”¹⁴³.

A cidade teve um grande dinamismo com Marraquexe, de quem dependera politicamente até que a família *Farhon* se autonomizou¹⁴⁴. Os portugueses interessavam-se pelos mercados cerealíferos das planícies marroquinas, pelo menos desde meados do séc. XV. Em 1450, por exemplo, João Nunes e Luís Fernandes vieram comprar cereais a Safim e, cinco anos mais tarde, João Nunes e João Álvares lá voltaram para adquirir esse precioso bem alimentar¹⁴⁵.

O primeiro acordo conhecido entre Portugal e Safim remonta ao reinado de D. Afonso V, como foi referido na carta que D. João II enviou a Amadux, o alcaide da cidade em 1488¹⁴⁶. Os seus moradores colocaram-se sob protecção de D. Afonso V devendo no mês de Setembro de cada ano pagar 300 meticais de ouro e permitindo que ali se estabelecesse uma feitoria do monarca português¹⁴⁷ que assegurasse a compra de produtos que interessavam ao comércio com os negros¹⁴⁸. Autores como João Cosme ou Paulo Drumond Braga levantam a hipótese de D. Afonso V ter planeado um ataque à cidade de Safim¹⁴⁹. Na opinião de João Cosme, a carta de doação de David Malom,

¹⁴¹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, II, Capítulo LVIII, p.186. Ver anexo I, fig.11.

¹⁴² Cf. Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, pp.90-94.

¹⁴³ António Dias Farinha, “O Norte de África”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.129.

¹⁴⁴ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.107.

¹⁴⁵ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, IV. Ver também outras transacções comerciais em Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, p.92.

¹⁴⁶ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.463; António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, p.26.

¹⁴⁷ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguêsa em Çafim (1506 – 1542)*, p.15; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.463.

¹⁴⁸ António Dias Farinha, “O Norte de África”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.128.

¹⁴⁹ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, IV; Paulo Drumond Braga, “A Expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa – Vol. II – A Expansão Quatrocentista*, p.270.

judeu morador em Lagos, a Vasco Esteves, pode presumir que já D. Afonso V tinha projectado atacar esta cidade do sul de Marrocos¹⁵⁰. Porém, e ainda que tal não tenha acontecido, por esta altura os portugueses negociavam muito com esta cidade, “principalmente os algarvios”¹⁵¹, como observou Durval Pires de Lima. Aliás, as várias cartas de quitação ao feitor de Safim, presentes na *Chancelaria de D. Manuel* e publicadas nos vários volumes do *Archivo Historico Portuguez*, são bem representativas das relações comerciais que os portugueses mantinham com a cidade¹⁵².

Como já referimos, as regiões periféricas, em particular a Duquela, obedeciam dificilmente ao poder central. Daí que os portugueses estabelecessem suseranias ou protectorados sobre algumas cidades costeiras da região da Duquela, como Meça, Azamor e Safim e seus territórios adjacentes. Desta forma, em redor de Safim, constituíram-se grupos de “mouros de pazes” que aceitavam a soberania portuguesa, servindo nas suas tropas e pagando tributos.

A pretexto de discórdias internas entre os líderes mouros da cidade¹⁵³, D. Manuel I enviou ali o capitão Diogo de Azambuja¹⁵⁴, o construtor do castelo da feitoria de São Jorge da Mina¹⁵⁵, na costa da Guiné, e capitão do Castelo-Real de Mogador¹⁵⁶, que então tinha 76 anos de idade. Este velho militar tinha sido incumbido de conquistar Safim pelas armas se necessário fosse, porém, e como humoristicamente o observou

¹⁵⁰ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, IV.

¹⁵¹ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.15.

¹⁵² Veja-se, a título de exemplo, a carta de quitação ao feitor de Safim, de 1 de Julho de 1495 a 15 de Fevereiro de 1498. Documento publicado in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. IV, pp.282-283.

¹⁵³ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, pp.107-110; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, pp.472-476. Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, pp.16-21.

¹⁵⁴ Diogo de Azambuja era de Montemor-o-Velho. Cavaleiro da Casa Real, comendador da Ordem de São Bento, da comenda de alter Pedroso e da Seda. Foi conselheiro do rei e alcaide-mor do castelo de Monsaraz. Para além de ter conquistado e capitaneado Safim, foi o edificador, alcaide e capitão do Castelo Real de Mogador, na costa atlântica de Marrocos, capitania que lhe foi outorgada por carta régia de 1507. Ver Carlos Antero Ferreira, *Castelo da Mina*, p.17.

¹⁵⁵ Rui de Pina, *Crónica de D. João II*, Capítulo II, pp.6-11.

¹⁵⁶ Trata-se de um castelo que foi construído no território que actualmente pertence à cidade de marroquina de Essauira. Apesar do lugar ser central, não conheceu grande desenvolvimento e acabou por ser perdido em 1510. Segundo Duarte Pacheco Pereira, “no ano de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil e quinhentos e seis anos, mandou Vossa Alteza edificar na terra firme desta vila do Mogador, junto ao mar, um castelo que se chama Castelo Real, do qual foi capitão e per vosso mandado Diogo de Azambuja, cavaleiro de vossa casa e comendador da Ordem de S. Bento...”. Ver Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, p.69. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.472; António Dias Farinha, “O Norte de África”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.129; Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, pp.334-336; Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo – O Espaço Atlântico (séculos XV – XIX)*, p.50.

Vergílio Correia, a conquista de Safim deveu-se mais a um misto de “*heroicidade e (...) velhacaria, com que os nossos guerreiros quinhentistas procediam*”¹⁵⁷.

A 13 de Dezembro de 1507, Diogo de Azambuja referia ao rei que os trabalhos na fortaleza de Safim estavam a correr bem e dava-lhe conta da sua convicção “*de poer a bandeyra em Marrocos*” (Marraquexe), esperando que um filho de D. Manuel viesse a ser ali rei¹⁵⁸. Com a conquista de Safim, D. Manuel fez de Diogo de Azambuja capitão da cidade, para além de capitão do castelo de Aguz e do Castelo Real de Mogador. O velho guerreiro regressaria a Lisboa em 1510, queixando-se que “*o rei o achara môço para conquistar Cafim e velho para a defender*”¹⁵⁹, substituído por Nunes Fernandes de Ataíde¹⁶⁰. Este novo capitão, fidalgo da Casa Real e alcaide-mor de Alvor¹⁶¹, no Algarve Daquém, revelou-se um exímio chefe militar. Diz-nos Damião Góis que Nuno Fernandes de Ataíde foi tão astuto e incansável nos negócios da guerra que tanto cristãos como os mouros lhe chamavam “*o que nunca está quedo*”¹⁶². Juntamente com Bentafufa¹⁶³, o alcaide dos “mouros de pazes”, depressa granjearam prestígio na região, o que levou muitos chefes locais a preferirem aliar-se-lhes, em vez de os enfrentarem.

A Safim começou então a afluir cereal como paga da paz, e milhares de mouros aceitaram a soberania de D. Manuel I. Diz-nos *Da Vida e dos Feitos de el-Rei D.*

¹⁵⁷ Vergílio Correia, *Lugares Dalém, Azamor, Mazagão, Safim*, p.75.

¹⁵⁸ Carta de Diogo de Azambuja a D. Manuel I, em 13 de Dezembro de 1507. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. XXVII, pp.139-144. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.473; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – Volume III – O Século de Ouro (1495-1580)*, pp.21-22; João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.24.

¹⁵⁹ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.32.

¹⁶⁰ Nuno Fernandes de Ataíde era filho primogénito de Álvaro de Ataíde, fidalgo que em 1461 recebeu os direitos e rendas da Coroa em Alvor, no Algarve, depois da morte do Infante D. Henrique. Em 1510, D. Manuel I nomeou-o capitão de Safim e tornou-se num dos mais brilhantes e aguerridos militares de toda a história da presença portuguesa no Algarve Dalém Mar. Foi um autêntico pesadelo para os mouros inimigos, pois chegou a submeter as populações mouras num raio de 150 quilómetros em redor da praça e a levar as armas portuguesas até ao Atlas. Ver João Paulo Oliveira Costa & Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, pp.40-42; João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XI-XII; David Lopes “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, pp.485-491.

¹⁶¹ António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (séculos XIV a XVI)*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.260-261.

¹⁶² Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, IV, Capítulo VI, p.455.

¹⁶³ Bentafufa foi, juntamente com Nuno Fernandes de Ataíde, um dos principais responsáveis pelo domínio português na região da Duquela. De origem berbere, desempenhou entre 1510 e 1518 as funções de alcaide dos “mouros de pazes”, sendo responsável pelo arrecadar dos tributos e pela chefia militar dessas forças nas campanhas lançadas contra os soberanos de Zaz, Marraquexe ou os xerifes do sul marroquino. Ver João Paulo Oliveira Costa & Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, pp.42-46.

Manuel que “o Ataíde, e com várias correrias assustava os mouros, e de suas fazendas voltava com muitas presas (...) tanto susto finalmente meteu ele por aqueles contornos que vilas e aldeias e ainda capitánias inteiras lhe vinham pedir paz, receber as suas leis; e pagar os tributos ordenados”¹⁶⁴. Depois do cerco de 1510, foi repensada a defesa da cidade, pelo que foi reduzida a área a defender. Desta feita, já em 1512 se encontravam os irmãos Diogo e Francisco de Arruda a chefiar a grande campanha das obras de fortificação da cidade¹⁶⁵. Até ao seu abandono, em 1541, Safim tornou-se a praça mais temida e importante do dispositivo português no sul de Marrocos¹⁶⁶.

2.2.5 Aguz

O forte de Aguz situa-se junto ao mar, numa plataforma rochosa, e faz hoje parte integrante da localidade costeira de Souira Kedima (ال قديمة ال صويرة). Apesar de Vitorino Magalhães Godinho localizar esta antiga possessão portuguesa na região da Xiátima¹⁶⁷, a verdade é que o forte de Aguz situa-se ainda na região da Duquela¹⁶⁸, a “oito legoas de Çafim”¹⁶⁹ (33 Km a sul de Safim), 186 km a sul de Mazagão e 196 km a sul de Azamor.

O *Esmeraldo de situ Orbis*, de Duarte Pacheco Pereira, não refere o forte de Aguz, certamente inexistente aquando da passagem do célebre cosmógrafo português pelo local. No entanto, tal como pudemos verificar *in loco*, este castelo encontra-se a algumas centenas de metros do local onde desagua o rio Tensif, também designado por Duarte Pacheco Pereira como “rio dos sáveis”: “este rio é muito pequeno, que não pode nele entrar senão batéis (...) a entrada deste rio é ante duas pedras”¹⁷⁰. Ao contrário de Azamor ou Safim, que foram conquistadas pelas armas, o castelo de Aguz, tal como o

¹⁶⁴ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I*, p.156.

¹⁶⁵ Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*, p.166-167.

¹⁶⁶ António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, p.29.

¹⁶⁷ Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, p.95.

¹⁶⁸ Segundo Damião Góis, as terras da Xiátima, nas cercanias do forte de Aguz, constituíam uma província que foi atacada por Lopo Barriga e Bentafufa, em 1512. Ver Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel, III*, Capítulo XXXV, p.341. Ao que parece, Vitorino Magalhães Godinho terá usado a designação frequente nos documentos do séc. XVI, porém, na actualidade, Aguz e a localidade Sueira Qadima fazem parte da região da Duquela e tem como capital de província a cidade de Safim.

¹⁶⁹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel, IV*, Capítulo LXXXV, p.601.

¹⁷⁰ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, p.68.

de Mazagão, foi construído de raiz pelos portugueses, para servir de fortaleza satélite à praça de Safim. Desta maneira, poder-se-ia controlar a foz do rio Tensift e a fronteira da região da Duquela sob domínio português.

Não sabemos ao certo quando foi edificado o forte de Aguz, porém, é possível que tenha sido algures em 1507, uma vez que o *Esmeraldo de situ Orbis* refere a construção do Castelo real do Mogador, em 1506¹⁷¹, e não faz qualquer tipo de referência a Aguz. Sendo de 25 de Agosto de 1508 a carta da nomeação de Azambuja para a capitania de Safim e Aguz¹⁷², seria de supor que a edificação deste forte só poderia ter tido lugar entre 1507 e Agosto de 1508. Mas as opiniões divergem. Para Jorge Correia, apesar da propriedade sobre o lugar registar doações a partir de 1508, a decisão da construção de um castelo de pedra e cal avançaria somente a partir de 1519¹⁷³. De facto, a *lettre de présentation pour Duarte Fogaça*, de 11 de Outubro de 1520, denuncia a ordem para a construção de uma obra: “Praza vos a saber que nos temos mandado edeificar o castello d'Aguz e povoar”¹⁷⁴. Porém, não só a referida carta de nomeação para a capitania de Aguz, de Agosto de 1508, refere claramente o “*dicto castello da Aguz*” - o que nos leva a crer que já então existiria ali uma construção fortificada – como também nos deparámo com outras referências a este castelo no *Corpo Cronológico* do Arquivo Nacional da Torre do Tombo¹⁷⁵, ou na epistolografia publicada nos vários volumes de *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*.

Também Vitorino Magalhães Godinho refere que em 1521, Nuno Mascarenhas, capitão de Safim, construiu a pequena distância, na costa marítima, um pequeno forte denominado Aguz¹⁷⁶, que pensamos ser uma segunda construção. Com efeito, uma carta de Nuno Mascarenhas ao rei, datada de 1521, revelava interessantes pormenores sobre estas obras, não só por antever confrontos com os mouros assim que se desse início à

¹⁷¹ Também outros documentos se referem à construção do Castelo Real do Mogador, em 1506. Ver A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 5, n.º 112.

¹⁷² Carta patente de D. Manuel I, em 25 de Agosto de 1508. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. XXXI, pp.169-173. Ver também Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415 – 1822)*, p.49; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.541.

¹⁷³ Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.346.

¹⁷⁴ Carta de apresentação de Duarte Fogaça, em 11 de Outubro de 1520. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXII, pp.281.

¹⁷⁵ Veja-se, a título de exemplo, o mandado de D. Pedro de Azevedo, fidalgo da Casa Real e governador de Safim, para se dar 480 réis a quem trouxe os doentes que estavam em Aguz, em 23 de Outubro de 1509. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 19, n.º 21.

¹⁷⁶ Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, p.95.

empreitada, como também por prescindir de vedor e de outros oficiais: “*esta obra Senhor é de muito pouco custo e de muito proveito. Vossa Alteza não deve deixá-la por razão alguma, e para ela não tem necessidade nem de vedor de obras nem de oficiais, que não levam menos parte na despesa do que a obra propriamente dita. Para Vossa Alteza ser melhor servido e com menos custo eu tomarei sobre mim o trabalho...*”¹⁷⁷. E, do mesmo modo, também uma carta de D. João de Mascarenhas, filho de Nuno Mascarenhas, refere a construção do castelo de Aguz: “*Neste tempo que meu pay esteve em Çafim, pareceo a el Rey que Deos tem, que era seu serviço mandar fazer o castelo d'Aguz*”¹⁷⁸.

Assim sendo, será o castelo que ainda hoje existe de 1507/1508 ou de 1521? Partilhamos da opinião de Pedro Dias. A construção que hoje vemos será, certamente, do período joanino, portanto, a segunda construção portuguesa. Tem este castelo uma planta quadrada abrangendo uma área de 1000 m², com dois bastiões redondos, um voltado para terra, e que defendia a entrada voltada para a praia, e o outro o lado voltado para o mar¹⁷⁹. Os muros estão equipados com um alambor que “*na esquina sudoeste funciona como quebra-mar dos dois lados que para o mar se voltavam*”¹⁸⁰. Apresenta um parapeito em redor e um pequeno adarve, dotado de ameias de corpo largo com abertas e frestas para o tiro mergulhante e a pequena distância¹⁸¹. Apresenta também cinco canhoneiras que permitiam fazer fogo alto, “*pois apesar dos 4m e meio de diâmetro as esplanadas estavam dotadas de pequenas canhoneiras e abertas*”¹⁸². A construção é pobre, com pedra mal aparelhada, e não poderia resistir a um assédio sério com artilharia, o que poderá justificar a curta vida que teve. Do ponto de vista da evolução técnica aproxima-se dos castelos de Mazagão e do castelo do mar de Safim¹⁸³, mas feito por técnicos inferiores e com evidente carência de recursos financeiros.

¹⁷⁷ Carta de Nuno Mascarenhas a D. João III, em 1521. Transcrito de Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*, pp.189-190.

¹⁷⁸ Carta de D. João de Mascarenhas, em Novembro de 1522. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXVI, pp.294-299.

¹⁷⁹ Ver anexo I, figs. 12-13.

¹⁸⁰ Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.348.

¹⁸¹ Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415-1769*, p.192.

¹⁸² Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415 – 1822)*, p.49.

¹⁸³ Segundo Jorge Correia, a concepção do castelo de Aguz pode agrupar-se morfológicamente com estruturas muito semelhantes edificadas em Mazagão, Safim, e Castelo Real do Mogador. Ver Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.348.

Capítulo 3. As Guarnições Militares

Uma vez conquistadas as cidades e construídas as fortificações, tornava-se imperativo destacar forças militares capazes de assegurar a sustentabilidade das praças isoladas e em território hostil. São exactamente essas forças militares que devemos compreender como guarnições, ou seja; os contingentes incumbidos de guardar, proteger ou defender uma posição. Ora, quem eram estes homens? Quantos constituíam a guarnição de cada praça? Variaria este número de praça para praça? Ou estariam todas as possessões portuguesas sujeitas a um determinado número de militares? Quem os liderava e como estavam organizados? Estas são apenas algumas das questões que em seguida tentaremos responder.

3.1 As Guarnições na região da Duquela

Como já anteriormente referimos, a presença portuguesa na região da Duquela remonta ao período que designámos como segundo Algarve dalém, entre 1471 e 1508, e que é caracterizado pela fase de protectorados sobre algumas zonas como Azamor, Safim e Meça¹⁸⁴. A chegada das guarnições militares dá-se com a conquista das cidades, como Azamor e Safim, e a construção das fortalezas satélites, como Mazagão ou Aguz, ou seja, com o surgimento do terceiro Algarve dalém, entre 1508 e 1541, caracterizado pela fase imperialista manuelina com recurso à guerra constante¹⁸⁵. A mudança da política portuguesa face a Marrocos determinava, portanto, o envio de recursos humanos para uma região onde habitavam tribos hostis à presença dos invasores portugueses. Foi neste contexto que o Algarve daquém e as suas gentes beneficiaram com a política da Coroa portuguesa face ao Algarve dalém, pois não só o Algarve peninsular era local de passagem obrigatória para quem se dirigia para o outro lado do estreito, como era do Algarve daquém que partia parte significativa dos recursos

¹⁸⁴ Ver anexo I, fig.5.

¹⁸⁵ Ver anexo I, fig.6.

humanos destinados a “*ocupar os postos de defesa e de administração*”¹⁸⁶ nas guarnições das praças norte africanas¹⁸⁷.

3.1.1 A Guarnição de Azamor

Com a conquista de Azamor, em 1513, um outro problema se pôs: a guarnição militar destinada a defender a praça recém-conquistada. Quando a armada partiu de Lisboa, esperava-se que o duque de Bragança permanecesse um ano em Marrocos, pois Azamor seria apenas a etapa preliminar de um plano mais ambicioso que aspirava ao domínio de outras cidades costeiras, entre Azamor e Arzila e, eventualmente, a conquista de Marraquexe. No entanto, a grande fidalguia não simpatizada particularmente com campanhas demoradas no exterior. A 21 de Novembro, dois meses depois de tomada a praça, D. Jaime regressou a Portugal¹⁸⁸ e, a 5 de Janeiro de 1514, D. Manuel determinou que as gentes do duque regressassem ao reino e fixava o quantitativo da guarnição de Azamor¹⁸⁹.

A praça, agora sob domínio português, passou a ser capitaneada por Rui Barreto, “*alcaide mor de Faram, veador da fazenda do regno do Algarve*”¹⁹⁰, a quem competia a defesa da cidade recém-conquistada, e a D. João de Menezes a capitania do campo, “*para cometer com o seu exército guerra àquelas terras convizinhas*”¹⁹¹. Esta repartição dos poderes tinha como objectivo o aproveitamento racional dos meios humanos aí estacionados, a fim de poder responder de forma eficaz aos ataques que se adivinhavam

¹⁸⁶ Valdemar Coutinho, “O Algarve e a política marroquina de D. João III”, in *D. João III e o Império – Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, p.227.

¹⁸⁷ Segundo João Figueira-Rego, o Algarve foi a região do reino que mais contribuiu com hostes militares, oficiais e moradores para as praças portuguesas em Marrocos. Cf. João Figueira-Rego, *O Algarve e as Praças Marroquinas – nos Livros das Portarias e de Matrícula da Casa Real (séculos XVI – XVIII)*, pp.44-45.

¹⁸⁸ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XLVII, p.373; Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.195. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, vol. III, p.520.

¹⁸⁹ Carta de D. Manuel I a D. João de Menezes, em 5 de Janeiro de 1514. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, Doc. LXXXVII, pp.477-479; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 14, n.º 50.

¹⁹⁰ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XLVI, p.367.

¹⁹¹ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.195.

por parte do rei de Fez, do rei de Marraquexe ou mesmo dos xerifes do Suz¹⁹². Contudo, esta política de divisão de poderes viria a ser responsável por inúmeras disputas não só entre estes dois fidalgos, como também aos restantes responsáveis pelas praças portuguesas nesta região do Algarve dalém¹⁹³.

Ora, se a conquista de Azamor era fundamental para o controlo da região da Duquela e como posto avançado contra Marraquexe, a sua defesa implicava, naturalmente, uma considerável guarnição militar. Como sabemos, as dificuldades de ordem militar sempre foram, desde o início, uma constante nas praças portuguesas em Marrocos; basta recordarmos que logo em 1458, quando D. Afonso V tomou Alcácer Ceguer, ainda o rei estava em Ceuta e já Alcácer se encontrava cercada¹⁹⁴. Esta guerra sem tréguas aos cristãos intrusos também se fazia sentir em Azamor; poucos meses depois da conquista da vila, já os alcaides Muley Nacer e de Muley Mafamede preparavam-se para investir sobre ela¹⁹⁵.

Em 30 de Setembro de 1513, escrevia o Duque de Bragança ao rei estimando que 1500 homens fossem suficientes para guardar a cidade depois de atalhada¹⁹⁶. Este raciocínio de D. Jaime poderá ser explicado pelo facto de a cidade estar então protegida pelos 4500 homens, cujos nomes aparecem no rol de pagamento de mantimentos à gente que veio à conquista de Azamor¹⁹⁷. Por outras palavras, estimava o Duque que 1500 homens fossem suficientes para defender a cidade depois de reduzido o perímetro a defender, através da construção o atalho.

É possível que as palavras de D. Jaime tenham surtido algum efeito no monarca português, pois no início de Janeiro de 1514, D. Manuel fixou a guarnição de Azamor

¹⁹² João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.33.

¹⁹³ A rivalidade entre os capitães tudo fazia para diminuir a possibilidade de êxito dos seus pares. São conhecidos a este propósito vários episódios ocorridos entre D. João de Menezes e Nuno Fernandes de Ataíde que, disputando entre si a submissão dos diferentes povoados da região da Duquela, não hesitavam em prejudicar-se mutuamente. Ver Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, pp.196-197.

¹⁹⁴ Rui de Pina, “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V”, in *Crónicas*, pp.778-780; Damião Góis, *Chronica do Principe Dom Joam*, Capítulo XI, p.67. Do mesmo autor ver também, *Chronica do Principe Dom Joam*, Capítulo XVI, p.64.

¹⁹⁵ Já a carta de Lopo Cabreira para o rei, em 11 de Dezembro de 1513, denunciava a preocupação com um eventual ataque de Muley Mafamede. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 14, n.º 24.

¹⁹⁶ Carta do duque de Bragança a D. Manuel I, em 30 de Setembro de 1513. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, doc. LXXVIII, pp.439-442.

¹⁹⁷ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.118.

em 1800 homens (1000 de soldo e 800 lanças)¹⁹⁸. Porém, desde Dezembro de 1513 que D. João de Meneses defendia a permanência de 3000 homens na cidade¹⁹⁹, número que se aproximava dos 2700 soldados que ficaram a defender Ceuta depois da conquista de 1415²⁰⁰. Ora, o número de efectivos militares reclamados pelos comandantes de Azamor era muito superior ao que era habitual nas praças africanas, pois sabemos que em 1472 a guarnição de Tânger era constituída por 540 militares²⁰¹, em 1511 a Coroa pagava a soldo uma média de 650 combatentes na fortaleza de Safim²⁰², ou que a partir de 1515 a guarnição de Arzila mantinha à volta de 600 homens²⁰³. Sabemos ainda que dos 1800 homens colocados em Azamor no mesmo ano de 1514, dezenas de besteiros, espingardeiros e bombardeiros foram transferidos para Mazagão²⁰⁴ em Maio, a fim de constituírem a primeira guarnição militar da nova praça²⁰⁵.

E seriam estes 1800 soldados que Azamor manteria ao longo do domínio português? Não. Apesar dos apelos dos capitães, a guarnição militar viria a encurtar ainda mais. Em 8 de Fevereiro de 1514 (sensivelmente um mês depois do número fixado por D. Manuel), chegava a Azamor Rodrigues Bérrio com instruções para que D.

¹⁹⁸ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 14, n.º 48. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, vol. III, p.521. Nos finais da Idade Média, uma “lança” era normalmente constituída pelo cavaleiro, um escudeiro, um ou dois atiradores e um ou dois criados. Ver João Paulo Oliveira Costa & Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, pp.90-91, nota52. Já Pierre de Cenival estima que cada “lança” fosse constituída por uma média de três pessoas, ou seja: um cavaleiro armado de lança e pelo menos dois peões. Pierre de Cenival, *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, doc. LXXXIV, p.461, nota 2. Contudo, para o presente caso, devemos compreender como “lança” apenas o cavaleiro.

¹⁹⁹ Carta de D. João de Meneses a D. Manuel I, em 1 de Dezembro de 1513. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, Doc. LXXXIV, pp.461-467; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 14, n.º 4. Ver também João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.30.

²⁰⁰ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Capítulo C, p.284; Ver também Francisco Bethencourt, “As Capitánias”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.344; Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – Volume II – A Fundação do Estado Moderno (1415-1495)*, p.24; António Borges Coelho, *História de Portugal Volume III – A Largada das Naus*, pp.20-21; José Loureiro dos Santos, *Ceuta 1415 – A Conquista*, p.94. Outros autores, por outro lado, apontam para uma guarnição de 2500 homens. Ver David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, p.6; Isabel M. R. Mendes Drumond Braga & Paulo Drumond Braga, *Ceuta Portuguesa (1415 – 1656)*, p.53.

²⁰¹ D. Fernando de Menezes, *História de Tânger Durante la Dominacion Portuguesa*, p.51; João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.88. Outros investigadores apontam para uma guarnição de 500 homens. Ver também António Borges Coelho, *História de Portugal - Volume III – A Largada das Naus*, p.184.

²⁰² Cf. João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, pp.137-155.

²⁰³ Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.29.

²⁰⁴ Carta de António Leite a D. Manuel I, em 27 de Julho de 1514. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, doc. CXI, pp.575-586. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, vol. III, pp.526-227; Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão- A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.229.

²⁰⁵ Ver anexo II, Gráfico 1.

João de Meneses voltasse ao reino e deixasse a Rui Barreto “trezentas lanças e trezentos besteiros e cem espingardeiros”²⁰⁶. Entretanto, chegavam notícias de um cerco por parte dos mouros²⁰⁷, pelo que vários fidalgos abandonavam a praça com os seus homens, emagrecendo ainda mais o total de homens de armas presentes na cidade²⁰⁸. Ainda assim, as instruções do monarca não foram imediatamente acatadas, pois sabemos que na grande Batalha dos Alcaides, entre as forças portuguesas estacionadas na Duquela e os alcaides de Fez e Méknes, D. João de Meneses capitaneou oitocentas lanças e mil peões²⁰⁹, formadas por corpos de besteiros, espingardeiros e duas companhias de ordenanças²¹⁰, ou seja, o total das forças portuguesas utilizadas na batalha compreendiam o mesmo número de homens que D. Manuel I tinha determinado como guarnição em Janeiro do mesmo ano. É claro que isto só seria possível com a participação dos recursos militares disponibilizados pelas praças de Mazagão e Safim²¹¹, pois temos que ter em consideração a força de reserva que terá ficado em Azamor para defender a cidade.

Poucos meses depois desta grande batalha, um grande clima de tensão e instabilidade instalou-se entre o oficialato de Azamor. Em 2 de Junho de 1514, D.

²⁰⁶ Carta de Rui Barreto a D. Manuel I, em 21 de Fevereiro de 1514. Documento publicado por Jorge Correia, in *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, pp.492-498; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº 114.

²⁰⁷ Através da carta de D. João de Meneses para D. Manuel I, datada de 31 de Março de 1513, ficamos a saber que os portugueses tinham conhecimento dos preparativos de Muley Nacer e de Muley Mafamede A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 15, n.º 15.

²⁰⁸ Um caso muito polémico foi o de D. Bernardo, camareiro-mor de D. Manuel I. Este, não obstante as ordens do capitão D. João de Meneses, abandonou Azamor quando Muley Nacer se preparava para cercar a cidade. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 15, n.º 17. Ver também Teresa Lacerda, “D. João de Meneses. Um retrato da Nobreza Portuguesa em Marrocos”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, p.128.

²⁰⁹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo L, p.377. Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, I, p.197. Ver também Teresa Lacerda, “D. João de Meneses. Um retrato da Nobreza Portuguesa em Marrocos”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, p.129.

²¹⁰ As tropas de ordenança são uma adaptação portuguesa das medidas tomadas na Espanha dos Reis Católicos e que pretendia tornar o exército independente, o mais possível, das tropas dos fidalgos e dos senhores das terras. Trata-se, portanto, de corpos de soldados resultantes das reformas militares subjacentes à política expansionista de D. Manuel I. Ver Vítor Luís Gaspar Rodrigues, “As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, pp.185-195; Luís Costa e Sousa, *A Arte na Guerra – A Arquitectura dos Campos de Batalha no Portugal de Quinhentos*, pp.28-29.

²¹¹ João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues estimam que o capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde, terá participado com uma força constituída por duzentas lanças. Ver João Paulo Oliveira e Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.49.

Manuel I nomeou D. Pedro de Sousa para a capitania da praça²¹². Contudo, perante a impossibilidade deste novo capitão assumir prontamente o governo, João Soares foi nomeado capitão da cidade em Junho de 1514 (com um cariz aparentemente provisório), em substituição de Rui Barreto que, certamente, deveria voltar para ao reino de modo a exercer as suas funções como alcaide-mor de Faro e vedor da fazenda do Algarve. Neste contexto, os oficiais viram-se envolvidos no conflito que opôs estes dois capitães, decorrente da demora e da relutância na entrega da capitania. Num dos confrontos entre Rui Barreto e João Soares, este último terá ameaçado os oficiais que se não lhe obedecessem os “*mandarya meter em huua masmorra*”²¹³. A advertência do novo capitão confirma que estes homens cediam a Rui Barreto, de outro modo João Soares não teria necessidade de os confrontar. O mais provável é que peso social de Rui Barreto possa ter sido decisivo na relutância em entregar o poder a um capitão provisório e de menor condição social. Recordamos que Rui Barreto não só era fidalgo da Casa Real, como também membro do Conselho do Rei²¹⁴, enquanto João Soares era somente fidalgo da Casa Real²¹⁵. De resto, este episódio acaba por ser bastante demonstrativo dos frequentes conflitos entre capitães nas praças portuguesas do Algarve Dalém.

De acordo com Maria Augusta Lima Cruz, a guarnição de Azamor, nos primeiros anos do domínio português, estava organizada em companhias de cerca de 200 homens, dependentes de quatro coronéis, havendo em cada uma destas companhias um capitão e um sargento²¹⁶. É claro que estes números acabam por apresentar-se como uma média para esses primeiros anos, pois sabemos que o número de soldados diminuiu significativamente a partir de 1514. Ora vejamos; tudo indica que, durante o governo de

²¹² Carta de nomeação de D. Pedro de Sousa para capitão de Azamor, em 2 de Junho de 1514. Documento publicado por Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, pp.132-133.

²¹³ Carta de António Leite a D. Manuel I, em 27 de Julho de 1514. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. CXI, pp.575-588. A este respeito ver também a carta do Padre Gonçalo Ribeiro de Almeida, prior de Lagos e de Azamor, para D. Manuel I (...) notificando-lhe a chegada de João Soares e a desobediência de Rui Barreto não entregando a capitania de Azamor ao primeiro (...). Documento publicado por Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, pp.134-135; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, vol. III, p.526.

²¹⁴ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 42, fl. 41.

²¹⁵ Todos os documentos por nós consultados referem-se a João Soares na qualidade de “fidalgo da Casa Real”. Ver A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 25, fl. 120v; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 62, n.º 111; A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 39, fl. 16v.

²¹⁶ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, pp.116-117.

D. Pedro de Sousa, entre 1514 e 1516, a guarnição contou com 779 homens de ordenança²¹⁷, mais alguns homens de armas que fariam um total de 1000 homens de soldo²¹⁸, uma vez que a carta de Afonso Vaz Caminha ao rei, de 30 Setembro de 1515, refere que havia dois anos que a praça não recebia gente nem de mantimentos. A mesma carta refere ainda que “*estamos aqui muito pouca gente (...) temos uma cidade muito grande de guardar, com os muros derrubados por muitos lugares, e assim o castelo*”²¹⁹.

Não sabemos o número preciso de homens que constituíam a guarnição de Azamor em 1516, porém, o capitão Simão Correia queixava-se ao rei, alegando que “*todos os que ha na cydade e outros tantos nam enchem o voso castelo, o qual he tamanho que bem se pode chamar vyla*”²²⁰ e, por essa razão, pedia reforços para se poderem defender durante as obras do atalho. Já no ano seguinte, ano em que se desconfiava da possibilidade de um certo posto a Azamor por parte do rei de Fez²²¹, uma outra carta de Simão Correia a D. Manuel I dava conta de uma guarnição composta por “*oitocentos omens pêra pelegarem*”²²², entre os quais alguns estrangeiros e homens do mar. Trata-se de um documento que se reveste de particular importância na medida em que nos informa de que forma estava a guarnição distribuída pela praça. Segundo a carta, destes 800 militares, 150 defendiam o castelo, estando os restantes divididos por 11 sectores (cada sector compreendendo 60 homens: dez homens de cavalo, besteiros,

²¹⁷ Ordem de D. Pedro Correia, do Concelho do Rei, a João Porcel, pagador dos soldos em Azamor, para pagar aos homens de ordenança, discriminando o número de companhias, coronéis e capitães. Documento publicado por Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.140.

²¹⁸ Carta de D. Manuel I a D. João de Meneses, em 24 de Maio de 1514. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, doc. CVII, pp.559-560. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 15, fl.115 v. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, vol. III, pp.526-227.

²¹⁹ Carta de Afonso Vaz Caminha a D. Manuel I, em 30 de Setembro de 1515. Documento parcialmente publicado por David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, vol. III, p.528; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 18, n.º 108. Ver também Rui Jorge Ferreira Henriques, “*Quão grande trabalho é viver!*” *António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos (1513-1549)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Universidade Nova de Lisboa, p.85.

²²⁰ Carta de Simão Correia a D. Manuel I, em 3 de Outubro de 1516. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. IX, pp.37-40. Documento também publicado por Jorge Correia, in *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, pp.500-501.

²²¹ Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel I, em Junho de 1517. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, Première Partie, doc. XXVIII, pp.98-99.

²²² Carta de Simão Correia a D. Manuel, em 20 de Maio de 1517. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. XXIV, pp.86-88; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, Nº 36. Ver também Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.261.

espingardeiros e soldados de pé)²²³. Além disso, são exactamente os mesmos números que Maria Augusta Lima Cruz estimou para a guarnição de Azamor, nos primeiros anos do domínio português, ou seja; a já referida guarnição organizada em companhias de cerca de 200 homens, dependentes de quatro coronéis²²⁴.

De acordo com o *Livro dos pagamentos feitos aos soldados de servirão na cidade de Azamor no ano 1521*²²⁵, Azamor contaria então com uma guarnição que rondava os 650 homens. Este número deverá ter-se mantido nos anos seguintes, pois segundo uma carta de Jorge Viegas a D. João III, em 1525, a guarnição de Azamor correspondia apenas a 640 homens: 190 cavaleiros e 450 peões, dos quais só 300 eram bons soldados, pois 150 eram ainda moços²²⁶. Por esta razão pedia o capitão Jorge Viegas o envio de 100 besteiros e espingardeiros, assim como a fortificação da cidade. Em Novembro de 1527, o físico de Azamor, mestre Rodrigo, consciente da insuficiência da guarnição, alertava o monarca português da do seguinte modo: “*se el rey de Fez viesse, de que ha hi muyta emfinda presunçam que vem, que nom averia quem lhe podese tolher nem defender a entrada*”²²⁷.

A epistolografia mostra-nos que os portugueses de Azamor tinham consciência que não resistiriam a um ataque do numeroso exército do rei de Fez, e isto fazia com que a praça vivesse em constante sobressalto. Pela carta de António Leite ao rei datada de 10 de Setembro de 1529, ficamos a saber que a cidade teria então uma guarnição de aproximadamente 320 homens: “*duzentos de cavalo*” e cento e vinte soldados de pé, pois “*todos os outros mais sam quebras de pessoas e cavalos que nam sam pêra*

²²³ Ver anexo II, Gráfico 2.

²²⁴ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, pp.116-117.

²²⁵ A.N.T.T., *Núcleo Antigo*, doc. 611.

²²⁶ Carta de Jorge Viegas a D. João III, em 18 de Setembro de 1525. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXXV, p.347.

²²⁷ Carta do Mestre Rodrigo, Médico de Azamor, a D. João III, em 15 de Novembro de 1527. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, second partie, doc. CV, pp.419-424. O mesmo documento também se encontra parcialmente publicado por David Lopes, in *História de Portugal*, vol. IV, p.82.

servir”²²⁸. Em 23 de Abril de 1530, era a vez do feitor Lançarote de Freitas escrever a D. João III, expondo-lhe a urgente necessidade de pôr a cidade em estado de defesa²²⁹.

Em 9 de Junho de 1530, o novo capitão, D. Pedro Mascarenhas, revelou como encontrou a cidade. Estavam seiscentos e dezoito indivíduos assentes com ração: cento e oitenta e dois homens a cavalo; cento e vinte e três moços de pé, que serviam com os de cavalo e doze bombardeiros²³⁰, para além de duzentos e quarenta moradores; catorze degredados; doze clérigos e frades; oito homens que serviam no batel da barra; e dezassete homens da armada de Sebastião Leite. Estavam ainda na cidade Baltasar Dias e Pero da Costa, capitães de duas caravelas, com cento e dez homens, que tinham ido em socorro de Santa Cruz do Cabo de Gué e depois a Mazagão, onde António Leite lhes deu ordens para se dirigirem para Azamor, pois desconfiava que se aproximava um ataque. Com o novo capitão tinham vindo mais cento e cinquenta soldados. Assim sendo, estavam ao todo oitocentos e setenta e oito indivíduos preparados para a guerra, sendo que a guarnição rondava o mesmo número avançado por António Leite no ano anterior.

Tal como os anteriores capitães já tinham referido, também Pedro Mascarenhas refere, em 1530, que todos os soldados eram muito fracos, pois havia mais moços que homens em que se possa confiar; “*Nestes todos há muita míngua, porque há muitos moços em conta de homens (...) e mui poucos homens de que se faça fundamento e sem nenhuma armas*”²³¹. Segundo a mesma carta, também o armamento de defesa e a artilharia eram insuficientes, assim como os fracos muros da cidade que, estavam em tal estado de degradação que aos poucos se iam desfazendo: “*com o amparo de tam fracos muros, porque são todos de taipa de terra e mui delgados, cousa que por si se está desfazendo, que fará quando a artilharia bater neles*”. Desta maneira, o capitão Pedro Mascarenhas explicava ao monarca que, com a insuficiente guarnição da praça, seria muito difícil resistir às investidas do xerife e do rei de Fez. A mesma carta refere ainda

²²⁸ Carta de António Leite a D. João III, em 10 de Setembro de 1529. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, second partie, doc. CXIX, pp.475-481; Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.265; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº64.

²²⁹ Carta de Lançarote de Freitas a D. João III, em 23 de Abril de 1530. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, second partie, doc. CXXVII, pp.516-517.

²³⁰ Ver anexo II, Gráfico 3.

²³¹ Carta de D. Pedro Mascarenhas a D. João III, em 9 de Junho de 1530, publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, second partie, doc. CXXXII, pp.535-543. O mesmo documento também se encontra parcialmente publicado por David Lopes in *História de Portugal*, vol. IV, p.87.

que havia dificuldades e fome e que há um mês que, por falta de dinheiro, não eram pagos os soldos aos militares e que, portanto, se não fosse enviado da metrópole, já não seria possível acabar-se o baluarte.

De resto, o perigo em que se encontravam as praças da Duquela eram também motivo de preocupação para os capitães das praças no norte. Veja-se, a título de exemplo, a carta enviada pelo capitão de Arzila a D. João III, onde este aconselha o monarca a reforçar “*seus lluguares d Azamor e Çaaŷym de gemtee*”²³². A verdade é que o poder dos xerifes aumentava no contexto da conjuntura geopolítica marroquina. Através de uma carta de D. João III ao conde de Castanheira, em 11 de Outubro de 1536, ficamos a saber que o xerife, após derrotar as tropas do rei de Fez em batalha, tinha voltado para Marraquexe com toda a artilharia do monarca vencido²³³. O rei de Fez estava enfraquecido e o xerife, mais poderoso que nunca, sentiu-se confiante para atacar os cristãos invasores. A guarnição de Azamor, que certamente soube dos acontecimentos antes que o próprio rei, tremeu com esta notícia. A carta de D. Álvaro de Abranches a D. João III, no final de Agosto de 1536, dava conta que os besteiros e espingardeiros pediam licença para irem para suas terras, pelo prejuízo que recebiam em sua fazenda e desamparo de suas mulheres²³⁴. Desta feita, e sem que tivesse constituídos grande surpresa, Azamor foi cercada em Fevereiro de 1537²³⁵, no mesmo ano em que os capitães das praças portuguesas da Duquela conseguiram estabelecer tréguas por três anos com os xerifes²³⁶. Estas tréguas permitiram que Azamor não tivesse sentido a necessidade de reforçar a sua guarnição militar. Contudo, acabadas as tréguas, voltou o anterior estado de guerra, com entradas e correrias de ambas as partes.

²³² Carta do capitão de Arzila, conde do Redondo, a D. João III, em 3 de Dezembro de 1536. Documento publicado por David Lopes in Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, Tomo II, pp.284-285; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 58, n.º 16.

²³³ Carta de D. João III ao conde de Castanheira, em 11 de Outubro de 1536. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XXVI, pp.65-66.

²³⁴ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 57, n.º 122.

²³⁵ Carta de Manuel de Sande a D. João III, em 27 de Março de 1537. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XXXIV, pp.90-95^a. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte I, maço 58, n.º 72.

²³⁶ Estabelecida a paz por três anos entre as praças da Duquela e o xerife de Marraquexe, as intenções expansionistas da dinastia sávida voltava-se para o reino de Fez. Ver João Cosme, “Tratado de paz entre Portugal e o reino de Fez - Arzila – 8 de Maio de 1538”, in *Arquipélago * História*, 2ª Série, XIV – XV, 2010-2011, pp.16-18.

Foi preciso Santa Cruz cair em poder dos xerifes, em 1541²³⁷, para o monarca português se aperceber do real perigo em que as praças da região da Duquela se encontravam. Consciente do perigo que Azamor corria e determinado em vingar a afronta recebida, mandou Lourenço Pires de Távora estabelecer uma aliança com o rei de Fez²³⁸, para além de mandar Fernão Peres de Andrade ocupar a barra do rio e reforçar Azamor e Mazagão com artilharia, pólvora, munições. Tal foi o desassossego que o rei mandou convocar todos os “*fidalgos, cavaleiros e pessoas a este socorro de todas as partes*”²³⁹, para além de enviar a gente de ordenança com D. Fernando de Noronha. Segundo carta datada de 13 de Abril do mesmo ano, estavam registadas em Azamor cerca de setecentas rações, das quais quinhentas deveriam pertencer a homens de guerra e duzentas a “*moços e gente fraca*”. Conjuntamente com estes quinhentos, mais os que estavam em Mazagão e os que tinham partido da Península Ibérica e da Madeira, estariam em Azamor e Mazagão cerca de dois mil e setecentos a dois mil e oitocentos homens, contudo, ainda se esperavam mais 550 homens do Algarve e Ayamonte: “*eu tenho por certo que do Algarve e Aiamonte são partidos para socorro d’Azamor e Mazaguão b l homens*”²⁴⁰.

Porém, e ainda que nesta fase Azamor estivesse bem provida de tropas - como podemos comprovar pela epistolografia²⁴¹ - quem eram os soldados que compunham esta guarnição numa altura em que o país não dispunha de recursos humanos para tão vasto império? Como já vimos pelo exemplo anterior, eram os “*fidalgos e gente do Allgarve*” que frequentemente acudiam aos lugares dalém, ou usando as palavras de Romero de Magalhães, o “*Algarve era essencial para a defesa das praças ocupadas em*

²³⁷ Sobre a queda se Santa cruz ver Carta de D. Goterre a D. João III, em 2 de Abril de 1541. Documento publicado por Frei Luís de Sousa, in *Anais de D. João III*, Vol. II, pp.172-178. Ver também Relação da Perda do Cabo de Gué. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XCV, pp.340-343.

²³⁸ Maria Leonor García da Cruz, “Portugal e o Norte de África no Século XVI – A intervenção de Lourenço Pires de Távora, diplomata e homem de guerra, no problema da manutenção ou abandono das praças portuguesas”, in *Primeiras Jornadas de História Moderna*, pp.1060-1073.

²³⁹ Carta de D. João III a Fernão Peres de Andrade, em Março de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XCVII, pp.348-350; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº 52. Ver também Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.263.

²⁴⁰ Carta de D. João III a Fernão Peres de Andrade, em 13 de Abril de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CVII, pp.386-389. Ver anexo II, Gráfico 4.

²⁴¹ Carta de Fernão Peres de Andrade a D. João III, em 21 de Maio de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXI, pp.403-405.

*Marrocos*²⁴². Contudo, dificilmente o Algarve conseguia assegurar sozinho a defesa e abastecimento das praças norte africanas, pelo que tinha operar em conjugação com a feitoria portuguesa na Andaluzia²⁴³. Em momentos de maior aflição - como o que se seguiu à queda de Santa Cruz - era em Sevilha que o feitor português recrutava soldados andaluzes destinados a integrar as guarnições, tal como aconteceu em 1541. O pior é que o recrutamento de soldados e mercenários na Andaluzia ficava dispendioso e nem sempre as tropas castelhanas prestavam o auxílio que se era de esperar. Exemplo disso foi o que se passou em 1541, quando D. Fernando de Noronha foi enviado a Azamor como capitão. Diz-nos Frei Luís de Sousa que “*tomando o governo, achou-se D. Fernando com guerra dos muros a dentro, não lha fazendo os inimigos de fora. Eram a mor força de gente que havia na cidade, castelhanos andaluzes (...) gente que corre a receber soldos nestes lugares grandes (...) homens broncos e lerdos pera a boa disciplina, e mui fáceis e prontos para todo o insulto*”²⁴⁴. Eram estes os soldados de Azamor que, desobedientes e insubmissos ao capitão, chegavam a soltar os presos encarcerados no castelo por culpas graves. Interessava-lhes essencialmente o soldo que se apressavam a exigir²⁴⁵, ameaçando saquear a cidade, o que levou o capitão usar da violência. Para tal, pediu o capitão reforços a Mazagão e ludibriou os cabecilhas dos motins com pagamento dos tão exigidos soldos. Reunidos na sala dos pagamentos, foram desarmados pelos soldados portugueses e, “*quando amanheceu o dia seguinte, apareceram enforcados e pendurados nas ameias todos os mais culpados*”²⁴⁶.

Deste modo, pagava-se o tão ansiado soldo aos insubmissos soldados andaluzes. Naturalmente que o testemunho de Frei Luís de Sousa deve ser interpretado com algumas reservas, porém, não deixa de ser exemplificativo do quão inconveniente podiam ser os soldados e mercenários recrutados no estrangeiro. Aliás, no mesmo ano de 1541 manifestava D. João III a desconfiança para com os soldados granadinos de ascendência moura recrutados na Andaluzia, pois temia o monarca que estes se

²⁴² Joaquim Romero de Magalhães, *O Algarve na Época Moderna*, p.82.

²⁴³ Em Agosto de 1525, por exemplo, o feitor da Andaluzia dava a João Fernandes vizinho de Lagos, 230 quintais de biscoito 2 12 cafizes de farinha para levar a Azamor. Ver Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, pp.20-25. Ver também Manuel Henrique Corte-Real, “Feitores e escrivães na Andaluzia durante o reinado de D. João III”, in *Do Tempo e da História*, Vol. I, pp.135-159.

²⁴⁴ Frei Luís de Sousa, in *Anais de D. João III*, Vol. II, p.189.

²⁴⁵ Maria Augusta Lima Cruz estima que em Azamor eram necessários, em média, cinco mil e setecentos alqueires de trigo por ano, só para o pagamento da guarnição. Maria Augusta Lima Cruz, in “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, pp.120.

²⁴⁶ Frei Luís de Sousa, in *Anais de D. João III*, Vol. II, p.191.

passassem para o lado dos seus inimigos²⁴⁷. Por outro lado, o recrutamento dos soldados andaluzes apresentava-se como um mal necessário para um país sem recursos humanos para manter o vasto império português de meados do séc. XVI. Se assim não fosse, de que outro modo de poderiam prover as guarnições dos Algarves Dalém?

Entretanto, a aliança militar que o embaixador Lourenço Pires de Távora procurou estabelecer com o rei de Fez não foi bem-sucedida. Pretendia o monarca uatácita que os portugueses lhe cedessem Azamor com toda a sua artilharia, para poderem viabilizar a sua defesa contra os xerifes²⁴⁸, condição que o embaixador português recusou. De acordo com Maria Leonor Garcia da Cruz, é possível que a decisão de abandonar Azamor já estivesse tomada ainda antes de Távora ter sido enviado a Fez para negociar uma aliança militar contra o xerife²⁴⁹. Nesse caso, porquê a recusa em ceder Azamor ao rei de Fez para combaterem um inimigo comum? Somos da opinião que a cedência de Azamor com a sua artilharia, mesmo contra um inimigo comum, poderia resultar num erro estratégico, fortalecendo Fez e colocando em perigo as outras possessões portuguesas na região. Ora, as alianças entre muçulmanos e cristãos eram facilmente quebráveis: se Portugal procurava negociar uma aliança com Fez contra os xerifes, também os xerifes podiam negociar com Fez uma aliança de modo a expulsarem os cristãos invasores. Neste caso, estando Santa Cruz sob domínio do xerife, e Azamor sob domínio do rei de Fez, facilmente ficavam encurraladas as outras possessões portuguesas na Duquela, nomeadamente Mazagão, que na altura era uma fortaleza satélite de Azamor.

Falhadas as negociações entre Lourenço Pires de Távora e o rei de Fez, D. João III acabou por ver-se obrigado a desenvolver uma estratégia que passasse pelo despejo de Safim e Azamor (sem as ceder a ninguém), concentrando forças em Mazagão. Ainda que Frei Luís de Sousa remeta a evacuação para 1542²⁵⁰, calculamos que a transferência de moradores, guarnição e material de guerra deva ter começado logo em Outubro de 1541, a avaliar pela carta de D. João III a Luís de Loureiro, que determina o envio de

²⁴⁷ Carta de D. João III a D. Fernando de Noronha, em 1541; Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XCVIII, p.351.

²⁴⁸ Carta de Lourenço Pires de Távora a D. João III, em 6 de Setembro de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXXV, pp.520-526.

²⁴⁹ Maria Leonor Garcia da Cruz, "Portugal e o Norte de África no Século XVI – A intervenção de Lourenço Pires de Távora, diplomata e homem de guerra, no problema da manutenção ou abandono das praças portuguesas", in *Primeiras Jornadas de História Moderna*, pp.1060-1073.

²⁵⁰ Frei Luís de Sousa, in *Anais de D. João III*, Vol. II, p.212.

toda a artilharia, munições de Azamor para Mazagão, assim como a transferência dos militares que serviam de cavalo e as suas respectivas mulheres²⁵¹. Seguramente a população civil terá sido evacuada primeiro, tendo a guarnição militar ficado para o fim. Aliás, logo em 2 de Setembro desse ano, mandava D. João III que todos os Judeus, com as suas mulheres e filhos, fossem evacuados de Azamor para Arzila, Tânger ou Ceuta, por se temer um cerco do xerife no início desse inverno²⁵². Finalmente, em Dezembro de 1542, o capitão de Mazagão Luís de Loureiro informava o rei que tinha incendiado o castelo, as muralhas e as casas de Azamor de modo a não serem ocupadas pelo xerife²⁵³. Tinha-se enganado Nuno Gato, quando em 1512 escreveu ao rei: “*tomando-se Azamor, fica esta terra tam pacifica, que me parece que yram por ela mais segura que de Lixboa pera Santarem*”²⁵⁴. A História acabaria por provar o contrário.

3.1.2 A Guarnição de Mazagão

A primeira guarnição militar de que há registo, em Mazagão, remonta a 1505, quando Jorge de Melo solicita ao rei D. Manuel I licença para construir um castelo no local. O monarca respondeu afirmativamente a este pedido, dando-lhe a capitania da futura fortaleza desde que Jorge de Melo e os seus descendentes ficassem encarregues de defendê-la às suas próprias custas²⁵⁵. Não obstante o envio deste corpo militar para assegurar a defesa da empreitada, Jorge de Melo não logrou o intento para tão cobiçada empresa, tendo perecido num combate com os mouros da Duquela, hostis a novas ocupações portuguesas. Segundo a Augusto Ferreira do Amaral, “*tendo começado a abrir alicerces e a formar muralhas foram atacados pelos mouros (...) que puseram*

²⁵¹ Carta de D. João III a Luís Loureiro, em 5 de Outubro de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXXVIII, pp.534-535.

²⁵² Carta de D. João III a D. Fernando de Noronha, em 2 de Setembro de 1541. Documento publicado por Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, pp.166-167. Ver também *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXXIII, pp.516-517.

²⁵³ Carta de Luís Loureiro a D. João III, em 15 de Dezembro de 1542. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. IV, doc. XXXV, pp.113-119.

²⁵⁴ Carta de Nuno Gato a D. Manuel I, em 12 de maio de 1512. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. XLIX, pp.300-303.

²⁵⁵ Carta Patente de D. Manuel I. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, Doc. XXI, pp.108-113. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.530.

fogo ao castelo que estava a ser construído. Terão perecido cerca de quatrocentos e cinquenta portugueses”²⁵⁶.

Foi só em 1513, depois da conquista de Azamor, que foi projectado o envio de uma guarnição militar para Mazagão, como podemos concluir pela carta onde D. João de Meneses diz ao rei ter poucas pessoas para defender esta praça²⁵⁷. A verdade é que uma guarnição acabou por ser enviada a fim de providenciar a segurança necessária à construção do castelo projectado pelos irmãos Arruda. Para esse efeito, em Maio de 1514, o contador de Azamor, António Leite, mandou gente de armas de Azamor para Mazagão, nomeadamente várias dezenas de besteiros e espingardeiros, para além de algumas tribos mouras comandadas pelo xeque Mafamede Bouclym Chabery e que colaboraram na segurança²⁵⁸. Com efeito, David Lopes refere que, “*de facto, os mouros, durante os trabalhos, vinham espreitar*”, pelo que foi necessário mandar lá bombardeiros para as caravelas e fustas que aí estavam com artilharia, e que quando esta foi instalada no castelo, “*mais necessários seriam eles, porque ela seria inútil sem bombardeiros*”²⁵⁹. Porém, segundo uma carta de António Leite a D. Manuel I, datada de 27 de Julho, o monarca estaria, então, descontente com os gastos que ele tinha feito para acautelar a defesa da construção desse castelo. Escrevia ele “*pesa me em tam curto tempo fazer cousa em que Vossa alteza fosse deservido*”²⁶⁰. António Leite desculpou-se alegando que os homens que foram colocados para defesa de Mazagão estavam aí sob ordens do “*capitam a requerimento dos mestres*”. Ainda assim, o rei ameaçava-o de o fazer pagar essas despesas. Para evitar o cumprimento desta reprimenda, as forças militares foram dispensadas. Segundo o contador, perante o sentimento de insegurança que se passou a sentir, os trabalhadores ameaçaram retirarem-se da obra. Diogo de Arruda terá pretendido ir à corte falar com o rei, ao mesmo tempo que o capitão Rui Barreto e o almoxarife Álvaro de Cadaval reafirmavam a necessidade de protecção²⁶¹.

Curiosamente, Laurent Vidal refere uma pequena guarnição militar em Mazagão, em 1509! Segundo o autor, D Manuel I enviou 25 cavaleiros e 100 soldados

²⁵⁶ Augusto Ferreira do Amaral, in *História de Mazagão*, p.91.

²⁵⁷ Carta de D. João de Meneses a D. Manuel I, em 1 de Dezembro de 1513. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, Doc. LXXXIV, pp.461-467; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 14, n.º 4.

²⁵⁸ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, Livro 15, fl. 15 v.

²⁵⁹ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.532.

²⁶⁰ Carta de António Leite a D. Manuel I, em 27 de Julho de 1514. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. CXI, pp.577-588.

²⁶¹ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.532.

de infantaria para assegurar a defesa do fortim quadrado com quatro torres no porto de Mazagão, cujo governo foi confiado a Martim Afonso de Melo²⁶². Perece-nos, contudo, que o autor ter-se-á equivocado na data: por um lado, a tentativa de construir um forte em 1505 não foi bem-sucedida, por outro lado, o fortim quadrado que refere só veio a ser construído pelos Arrudas depois da conquista de Azamor, em 1513. Assim sendo, o mais provável é que a pequena guarnição miliar referida por Vidal corresponda às várias dezenas de besteiros e espingardeiros que António Leite enviou para assegurarem a defesa das obras do castelo de Mazagão.

Durante os anos que se seguiram à empreitada dos irmãos Arruda, não é claro o número das forças militares estacionadas em Mazagão. Sabemos que a capitania foi entregue a Martim Afonso de Melo, em Agosto de 1514, e que a praça, na qualidade de fortaleza satélite e porto de apoio a Azamor²⁶³, estaria bastante dependente desta última. Com efeito, David Lopes assinala que “*Mazagão teve vida obscura entre as praças de África até ao momento do abandono de Azamor*”²⁶⁴, pois as fontes são muito escassas no que se refere a esta praça até à grande empreitada de 1541. Segundo uma fonte que Augusto Ferreira do Amaral considera como pouco segura, a guarnição de Mazagão teria por esses anos quinze cavaleiros e cem infantes²⁶⁵, uma guarnição inferior à que terá sido destacada durante a empreitada, em 1514. Ainda assim, e apesar da reduzida guarnição que esta praça teve durante os seus primeiros anos, encontramos a participação dos seus soldados em algumas acções relevantes. Exemplo disso é a participação do capitão de Mazagão, Martim Afonso de Melo, num ataque organizado pelo capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde e pelo adail de Safim, Lopo Barriga, ao castelo de Algel²⁶⁶. Também no ano seguinte, em 23 de Abril de 1515, o capitão de

²⁶² Ver Laurent Vidal, *Mazagão, A Cidade que atravessou o Atlântico*, p.14.

²⁶³ Desta nova praça que servia de fortaleza satélite e porto de apoio a Azamor, diz o arqueólogo marroquino Azzedine Karra: “*esta fortaleza caracterizava-se por uma pequena muralha quadrada com um torreão circular a cada ângulo, sendo um mais alto a servir de menagem e protecção à porta a si encostada, rodeado por um fosso e modesto casario do lado da terra para mareantes e funcionários da alfândega*”. Ver Azzedine Karra, *Cidade Portuguesa de Mazagão – El Jadida*, s/p.

²⁶⁴ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.532.

²⁶⁵ Robert Ricard, “Cappitulo dos fidalgos que tem vindo a governar esta praça”, in *Al Andaluz*, Vol. XXVI, p.161, apud Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, p.79.

²⁶⁶ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel, III*, Capítulo LXXIII, p.422. Segundo Durval Pires de Lima, o castelo de Algel pertencia ao mouro de paz Cide Ruzime, que dele tinha sido expulso pelo xerife. Ver Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.63, nota1.

Mazagão, Martim Afonso de Melo, participou “*com outras forças deste castelo*”²⁶⁷ no ataque a Marraquexe comandado por Nuno Fernandes de Ataíde²⁶⁸.

Depois do governo de Martim Afonso de Melo, D. Manuel deve ter considerado vantajoso unir as praças de Azamor e Mazagão sob o comando de um único capitão que, residindo na cidade, nomearia um funcionário para desempenhar as funções de comando na fortaleza satélite. É possível que o rei tenha nomeado António Leite para capitão desta praça, logo em 1516²⁶⁹. Com efeito, a carta de António Leite a D. Manuel I datada de 20 de Outubro de 1517, mostra-nos que este fidalgo desempenhava o cargo de comando na fortaleza de Mazagão²⁷⁰, contudo, a sua alusão ao “*capitam*”, que devemos identificar como Simão Correia²⁷¹, dá-nos a entender que estaria submetido à autoridade do capitão de Azamor.

Dois meses depois, em Dezembro de 1517, D. Manuel nomeou D. Álvaro de Noronha para capitão de Azamor e entregou-lhe uma carta patente deste título sem, no entanto, referir Mazagão. Contudo, a nomeação deveria ser válida também para esta fortaleza satélite, pois em 18 de Maio de 1518, D. Álvaro de Noronha escreveu ao rei, agradecendo-lhe a nomeação e pedindo que lhe fosse passada uma outra carta, igual à que lhe fora dada em Azamor, mas onde se mencionasse o título de capitão de Mazagão²⁷². É bastante verosímil que o desejo de D. Álvaro de Noronha em dispor de um instrumento jurídico para afirmar os seus direitos à capitania de Mazagão, deve estar relacionado com o crescente prestígio de António Leite que, destacado naquela praça, procurava governá-la sem depender do capitão de Azamor²⁷³. Esta disputa entre os dois fidalgos levou a discórdias que em nada beneficiavam a acção portuguesa na região²⁷⁴,

²⁶⁷ Augusto Ferreira do Amaral, in *História de Mazagão*, pp.91-92.

²⁶⁸ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LXXIV, pp.423-426; Pierre de Cenival, *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, pp.687-692. Ver também Fernando Pessanha, “23 de Abril de 1515 – O Ataque dos Portugueses a Marraquexe”, in *Jornal do Algarve*, Nº2873, 19 de Abril de 2012, p.19.

²⁶⁹ Augusto Ferreira do Amaral, in *História de Mazagão*, p.92.

²⁷⁰ Carta de António Leite a D. Manuel I, em 20 de Outubro de 1517. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. XLVII, pp.174-177.

²⁷¹ António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Studia*, 26, p.191.

²⁷² Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.287; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº 304.

²⁷³ Rui Jorge Ferreira Henriques, “*Quão grande trabalho é viver!*” António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos (1513-1549), Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Universidade Nova de Lisboa, pp.84-90.

²⁷⁴ A rivalidade entre os capitães dos “Lugares Dálem”, tudo fazia para diminuir a possibilidade de êxito dos seus pares. É conhecido que António Leite, depois de conseguir a autonomia de Mazagão em relação a Azamor, continuou em rivalidade com D. Álvaro de Noronha. João Paulo Oliveira Costa & Vítor Luís

portanto, em 20 de Janeiro de 1520, D. Manuel nomeou António Leite para capitão de Mazagão²⁷⁵, e fez-lhe mercê de algumas casas na vila de Tavira²⁷⁶. Terminava assim a malograda experiência de unir as duas praças sob as ordens do mesmo comandante.

Não pudemos deixar de reparar que foi exactamente durante este período de discórdias entre D. Álvaro de Noronha e António Leite o número de elementos desta guarnição parece ter caído para metade²⁷⁷, pois há registos de sessenta homens que recebiam soldos entre 1518 e 1519: vinte e cinco cavaleiros, outros tantos homens de pé, três atalaias, dois atalaias do sino, um condestável e quatro bombardeiros²⁷⁸.

Terá a guarnição de Mazagão sido reduzida por determinação do capitão de Azamor, D. Álvaro de Noronha, em virtude do “processo de independência” movido por António Leite? Com efeito, numa carta dirigida a D. Manuel I, em 22 de Julho de 1518, António Leite denuncia o clima de tensão entre ele e o capitão de Azamor. Segundo o próprio, as obras de reforço do castelo de Mazagão não estavam a correr da melhor maneira porque D. Álvaro de Noronha tinha má vontade em ceder-lhe mão-de-obra para os trabalhos²⁷⁹. A redução da guarnição por estes anos não deixa, portanto, de ser suspeita, principalmente se tivermos em consideração que em meados de 1517, “já não reinava sossego junto a Mazagão”, pois os mouros investiam contra a praça “cada cinco ou seis dias”²⁸⁰. Estaria o capitão de Azamor interessado em fragilizar o comando de António Leite em Mazagão? É bastante provável. Numa carta de 12 de Novembro de 1521, dirigida a D. Manuel, António Leite acusava o capitão de Azamor de ter instigado o alcaide Aco a atacar o território de Mazagão, do qual resultou a perda de gado e “mortes de homens asy Crystãos como Mouros que haquy matou, peguado com hos

Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, pp.33-34.

²⁷⁵ Carta de António Leite a D. Manuel I, em 20 de Outubro de 1517. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie doc. XLVII, pp.174, nota 1; António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Stvdia*, 26, p.191.

²⁷⁶ Rui Jorge Ferreira Henriques, “*Quão grande trabalho é viver!*” António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos (1513-1549), Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Universidade Nova de Lisboa, p.89.

²⁷⁷ Ver anexo II, Gráfico 5.

²⁷⁸ Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão - A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.175. Ver anexo II, Gráfico 6.

²⁷⁹ Carta de António Leite a D. Manuel I, em 22 de Julho de 1518. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LIII, pp.202-203.

²⁸⁰ Augusto Ferreira do Amaral, in *História de Mazagão*, pp.230-231.

muros d'este castelo”²⁸¹. Deste episódio pode concluir-se que, para além do perigo muçulmano em si, as rivalidades entre capitães, que punham os seus interesses particulares à frente dos da Coroa, revelaram-se elementos desestabilizadores na coesão das forças portuguesas em Marrocos.

Por outro lado, e apesar da inimizade entre os dois capitães, também é possível que as obras de reforço do castelo de Mazagão, iniciadas por António Leite a partir de 1517²⁸², tenham sido determinantes na redução da guarnição desta fortaleza satélite. De acordo com Damião Góis, o castelo de Aguz – que funcionava como fortaleza satélite de Safim - contava com uma guarnição composta por apenas cinquenta besteiros em 1513²⁸³, o que acaba por aproximar-se da guarnição composta pelos 60 militares que compunham a guarnição de Mazagão entre 1518 e 1519²⁸⁴.

Não temos dados consistentes quanto à composição da guarnição de Mazagão durante os anos seguintes, porém, é provável que os militares não tenham tido a vida facilitada. Nos finais de 1525, a reduzida guarnição de Mazagão conseguiu resistir a um cerco posto pelo rei de Fez, mesmo sem António Leite ter pedido especial socorro a D. João III. Entre a nomeação de António Leite para capitão de Azamor, em 1529²⁸⁵, e a nomeação de António Sande para a capitania de Mazagão, em 1536²⁸⁶, a fortaleza satélite parece ter tido vida obscura, pois não encontramos referências consistentes nas fontes compiladas em *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, nem na colecção das *Cartas dos Governadores de África* da Torre do Tombo.

Em 1536, quando era capitão de Mazagão António Sande, a praça tinha ainda uma guarnição muito reduzida, como podemos comprovar pela carta deste capitão a D. João III, datada de 21 de Setembro de 1536. O capitão, além de se queixar da penúria dos recursos financeiros, lastimava-se da fraqueza da guarnição. Segundo esta fonte, das cento e vinte pessoas que ali se encontravam, entre “*moços e velhos e cleriguos e*

²⁸¹ Carta de António Leite a D. Manuel I, em 12 de Novembro de 1521. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXV, pp.291-293; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 27, n.º 68.

²⁸² Carta de António Leite a D. Manuel I, em 20 de Outubro de 1517. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. XLVII, pp.174-177.

²⁸³ Damião de Góis, *Chronica do Sereníssimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XXXV, p.342.

²⁸⁴ Ver anexo II, Gráfico 7.

²⁸⁵ Carta de António Leite a D. João III, em 10 de Setembro de 1529. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, second partie, doc. CXIX, pp.475-481; Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.265; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº64.

²⁸⁶ Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão - A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.231.

*Judeus*²⁸⁷, apenas oitenta homens estavam capazes de velar no muro. E estes, em grande número, pretendiam voltar para o reino, onde haviam deixado mulher e filhos. Segundo a mesma fonte, havia apenas seis bombardeiros e eram precisos doze.

O poder dos xerifes aumentava e a vizinha cidade de Azamor acabou por ser cercada em Fevereiro de 1537. Certamente Manuel de Sande, capitão de Mazagão, compreendeu o perigo que implicava a proximidade do exército do xerife, pelo que mandou Gil Fernandes ir a pé e a nado furar o cerco, a fim de receber informações sobre a cidade vizinha²⁸⁸. Não sabemos que notícias trouxe o dito Gil Fernandes, porém, poucos dias depois, já o capitão mandava fortificar Mazagão: “*hum rrepayro que mamdey fazer na barbacana damte a porta do castello, que he todo o lamço da banda da vylla que era muy necessaryo pêra a guarda e defemsam d'esta fortaleza*²⁸⁹. Tal não deve ter sido o desassossego pela proximidade das forças inimigas que, em Março de 1537, o mesmo capitão voltava a insistir junto do monarca alegando a insuficiência da guarnição e as grandes dificuldades na defesa da praça: “*Eu tenho espyto a V. A. as necesydades desta vyla (...) e asym da pouca jemte que aquy esta pêra guarda do castelo e vyla*”²⁹⁰.

Em Março de 1541, no mesmo mês em que o xerife se apoderou de Santa Cruz do Cabo Guê, Mazagão tremeu; as notícias dos avanços dos sáidas tornavam-se alarmantes. Em 7 de Março de 1541, D. João III informava o conde da Castanheira que Santa Cruz estava cercada pelo xerife do Suz e que as forças do xerife de Marraquexe estavam a duas léguas de Mazagão para lhe “*por cerco com sua artilharia e gente grossa*”²⁹¹. O monarca dava, então, ordens para se enviar biscoito, pólvora, munições e homens do Algarve e da Andaluzia em socorro daquelas praças. Poucos dias depois, em 21 de Março escrevia o capitão de Mazagão, João Gomes, que o xerife se encontrava a

²⁸⁷ Carta de Manuel de Sande a D. João III, em 21 de Setembro de 1536. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XXV, pp.59-64. O mesmo documento encontra-se parcialmente publicado por David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.532; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 57, n.º 107.

²⁸⁸ Mandado de Manuel de Sande, em 16 de Fevereiro de 1537. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XXXI, pp.85-86.

²⁸⁹ Mandado de Manuel de Sande, em Março de 1537. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XXXIII, pp.88-89.

²⁹⁰ Carta de Manuel de Sande a D. João III, em 27 de Março de 1537. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XXXIV, pp.90-95; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 58, n.º 72.

²⁹¹ Carta de D. João III ao Conde de Castanheira, em 7 de Março de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. LXXXVII, pp.311-312.

setenta quilómetros e alguns aduares a cerca de 9 quilómetros, esperando-se, por isso um ataque iminente à praça²⁹². Em 21 de Março partia do Algarve Francisco da Cunha, Jorge Cunha, Joam Araez e Diogo Viegas com cem besteiros e espingardeiros e, em 23 de Março, chegava o novo capitão de Mazagão, Luís de Loureiro, com setenta homens a cavalo²⁹³. A epistolografia é bem representativa do desassossego que então se vivia no reino e nas praças do Algarve dalém.

Entretanto, em fins de Março de 1541, D. João III recebeu a notícia da queda de Santa Cruz. O monarca ainda pensou vingar a afronta da perda da praça. Para tal determinou mandar número considerável de soldados para Azamor e Mazagão e lançar voz que não teria hora de repouso até conquistar Marrocos. Seguiu-se logo mandar por todo o reino alistar gente de pé e de cavalo²⁹⁴.

Realmente, em Abril de 1541, foi preparado o reforço da guarnição de Mazagão com mais quatrocentos homens, ficando ao todo com quinhentos²⁹⁵. Acabaram por chegar setecentos, mas em Maio já estavam saindo todos os fidalgos e gente nobre do Algarve, pelo que o capitão Luís de Loureiro pedia gente de cavalo e que se mantivesse pelo menos um total de seiscentos homens²⁹⁶. Interpretamos este considerável reforço da guarnição de Mazagão com a tentativa do monarca português em fazer uma aliança com o rei de Fez, para esmagar o inimigo comum: o xerife do Suz. No entanto, a aliança tornou-se impossível, já que os súbditos do rei de Fez simpatizavam mais com a guerra santa do xerife²⁹⁷ do que com a presença dos cristãos invasores. Nestas circunstâncias, um acordo desta natureza poderia valer ao monarca de Fez a imediata perda do trono²⁹⁸. Na impossibilidade de Portugal combater sozinho uma guerra tão dispendiosa²⁹⁹,

²⁹² Carta de João Gomes a D. João III, em 21 de Março de 1541. Documento publicado in in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XCIII, pp.335-337.

²⁹³ Carta de Rodrigo Machado a D. João III, em 28 de Março de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XCIV, pp.338-339; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 69, n.º 80. Ver também Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, p.96.

²⁹⁴ Frei Luís de Sousa, in *Anais de D. João III*, Vol. II, pp.179-181.

²⁹⁵ Carta de D. João III a Fernão Peres de Andrade, em 13 de Abril de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CVII, pp.386-389.

²⁹⁶ Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão - A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.176.

²⁹⁷ Mohammed Fatha, "Savant et mystiques face à la conquête portugaise", in *Estudos de História Luso-Marroquina*, pp.59-66.

²⁹⁸ David Lopes, "Os Portugueses em Marrocos...", in *História de Portugal*, vol. IV, pp.98-99; Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, pp.163-164.

²⁹⁹ Não podemos esquecer que nesta altura a colonização do Brasil se tornara numa das maiores preocupações do soberano português. Como as finanças do reino não eram elásticas e a demografia de Portugal não lhe permitia conduzir vastas operações geopolíticas e militares em várias frentes, a solução teria, necessariamente, que passar por uma reformulação da estratégia norte africana.

tornava-se urgente a adopção de uma outra estratégia, daí o envio para o reino de todos os fidalgos e gente nobre do Algarve que entretanto tinham chegado a Mazagão.

Depois de Benedetto de Ravena e de Miguel de Arruda terem inspeccionado os castelos manuelinos de Marrocos³⁰⁰, foi decidido que todas as fortificações de traça medieval deviam ser abandonadas, à excepção de Ceuta e Tânger, e concentradas forças em Mazagão. Para tal, em meados de Junho de 1541, João de Castilho foi mandado para Marrocos com 1500 operários, a fim de dar início imediato aos trabalhos da nova fortaleza que deveria albergar as forças que seriam evacuadas de Safim e de Azamor.

Sabemos que em Agosto, mês em que se deu início às obras da nova fortaleza, haviam quatrocentos soldados de fora e trezentos e cinquenta moradores, espingardeiros e besteiros³⁰¹, fora os servidores das obras e demais homens³⁰². Robert Ricard estima mesmo que se tratassem de 1170 trabalhadores, 350 moradores e 480 soldados³⁰³. Mas Luís de Loureiro insistia na necessidade de cavalaria, para poder assegurar a extracção de lenhas no exterior da praça. No mesmo mês tornava a insistir, pretendendo pelo menos cento e cinquenta homens a cavalo e sugerindo ao rei que para ali mandasse “*omens fidalgos e de omrra, pêra (...) defemderem esta vila*”³⁰⁴. De um modo geral, o rei concordou, mas entendeu que apenas seriam necessários 100 homens de cavalo. Para resolver a situação, o monarca determinou que os moradores de Azamor que servissem a cavalo se recolhessem a Mazagão com as suas mulheres³⁰⁵. Do mesmo modo, também toda a pólvora, munições e artilharia também deveria ser transferida para a nova fortaleza de Mazagão, a fim de se concentrar nela a defesa dessa faixa da costa³⁰⁶. Não obstante o abandono destas praças, a concentração militar portuguesa numa vila/fortaleza provida de bom ancoradouro deve ter representado uma séria preocupação para o xerife instalado em Marraquexe. É Sebastião de Vargas que, desde Méknes, nos

³⁰⁰ Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*, p.138.

³⁰¹ Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, p.80.

³⁰² Segundo uma carta de Luís de Loureiro a D. João III havia, em Agosto de 1541, 2000 pessoas de ração, entre oficiais, soldados e trabalhadores da obra. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 70, nº 66.

³⁰³ Robert Ricard, *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. IV, p.11.

³⁰⁴ Carta de Luís Loureiro a D. João III, em 25 de Agosto de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXX, pp.502-506.

³⁰⁵ Os que não servissem a cavalo podiam voltar para o “*rreyno, ao Algarve ou onde mais quiserem*”. Ver Carta de D. João III a Luís Loureiro, em 5 de Outubro de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXXVIII, pp.534-535.

³⁰⁶ Carlos Selvagem, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, p.306.

diz que “*D'estas obras de Mazagão se diz que recebe elle muito desprazer*”³⁰⁷, pelo que, de acordo com os rumores, se preparava para atacá-la.

De acordo com Augusto Ferreira do Amaral, em Janeiro de 1542, o rei mandava ficar na praça apenas duas companhias, comandadas por D. Pedro e D. Diogo de Sousa. Porém, em Junho do mesmo ano, já o monarca mandava retirar os mesmos e ficar apenas duzentos e cinquenta arcabuzeiros de cada companhia, cada uma com o seu capitão³⁰⁸. Em Setembro a guarnição de Mazagão ainda contava com novecentas e sete pessoas, das quais trinta e oito bombardeiros e vários fidalgos fronteiros. O rei pretendia mandar mais doze bombardeiros, de modo a que a fortaleza ficasse com cinquenta. Quanto aos fidalgos fronteiros, que seriam doze, deveriam ser enviados para Ceuta, onde eram necessários³⁰⁹. De resto, a redução da cavalaria a cem homens, além dos atalhias e dos atalhadores, a retirada dos fidalgos fronteiros para Ceuta e a permanência de setecentos soldados³¹⁰ e cavaleiros oriundos de Azamor e de Safim, são confirmados por Luís Loureiro em Dezembro de 1542³¹¹.

Da análise da constituição da guarnição de 1542 podemos concluir uma clara mudança de estratégia militar em relação a anos anteriores. Ainda que devamos subtrair uma percentagem (atalhias e atalhadores) aos 80% que constituem os soldados de pé, estes ainda se apresentam como a esmagadora maioria, pois 14% da guarnição corresponde à cavalaria e os restantes 6% à artilharia. Já Jerónimo Osório escrevia no séc. XVI: “*pela maneira como guerreávamos em África, raras vezes pelejava a infantaria*”³¹². Ainda assim, sabemos que os soldados a pé representavam a maior parte nas guarnições militares em Marrocos, velando os muros e desempenhando outras funções de carácter defensivo. A acção ofensiva era, praticamente, exclusiva da cavalaria, agora reduzida aos já referidos 14%. Não pudemos deixar de reparar que a

³⁰⁷ Carta de Sebastião de Vargas a D. João III, em 4 de Outubro de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXXVII, p.530; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 70, nº105.

³⁰⁸ Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão - A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.176.

³⁰⁹ Carta de D. João III a Luís Loureiro, em Setembro de 1542. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. IV, doc. XXXII, pp.95-97.

³¹⁰ Ver anexo II, Gráfico 8.

³¹¹ Carta de Luís Loureiro a D. João III, em 15 de Dezembro de 1542. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. IV, doc. XXXV, pp.113-119. Ver anexo II, Gráfico 9.

³¹² Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.40.

guarnição de Mazagão de 1518 era composta por 42% de cavalaria e 42% de infantaria, estando os restantes 16% divididos entre os atalaias e os bombardeiros³¹³.

Aliás, a acreditar na epistolografia, houve mesmo alturas em que a cavalaria representou a maior parte das guarnições. Tal aconteceu ocorreu em Azamor, em 1530³¹⁴, onde, alegadamente, 59% da guarnição correspondia à cavalaria, 37% à infantaria e 4% à artilharia³¹⁵. Por outras palavras, a composição da guarnição de 1542 acaba por denunciar uma clara preocupação com a defesa da nova fortaleza, sendo evidente na aposta na infantaria em detrimento da cavalaria. Aliás, a opção por duas companhias de infantaria, tal como D. João III determinou em Janeiro desse mesmo ano, irá manter-se sem grandes interrupções ao longo da segunda metade do século XVI, principalmente depois do desastre de Alcácer Quibir³¹⁶. Não nos devemos esquecer que as despesas subjacentes ao despejo de Azamor e Safim e as obras da nova fortaleza de Mazagão custaram à Coroa 300 mil cruzados³¹⁷, de maneira que se tornava imperativo salvaguardar tão dispendioso investimento. Não será, portanto, inocente a obstinação de D. João III em manter a cavalaria da praça em cem homens, apesar do capitão Luís de Loureiro insistir numa força de cavalaria composta por cento e cinquenta homens de cavalo³¹⁸. Ainda que Vergílio Correia refira uma inscrição segundo a qual a guarnição de Mazagão era composta por “duzentos infantes e trinta e um cavaleiros”³¹⁹, após a grande empreitada de 1541, tal não o pudemos comprovar. Pelo contrário. Os números que a epistolografia avança para a constituição da guarnição após a grande empreitada aproximam-se dos 800 que compunham a guarnição de Azamor durante a capitania de Simão Correia, em 1517³²⁰.

³¹³ Ver anexo II, Gráfico 6.

³¹⁴ Carta de D. Pedro Mascarenhas a D. João III, em 9 de Junho de 1530, publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, second partie, doc. CXXXII, pp.535-543.

³¹⁵ Ver anexo II, Gráfico 3.

³¹⁶ António Dias Farinha, por exemplo, estima a permanência de duas companhias de infantaria em Mazagão, durante o período filipino. Ver António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Stvdia*, 26, p.254.

³¹⁷ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. II, p.212; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. IV, pp.100-101. Ver anexo I, fig.15.

³¹⁸ Carta de Luís Loureiro a D. João III, em 25 de Agosto de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXX, pp.502-506.

³¹⁹ Trata-se de uma alegada inscrição que existia na fortaleza e cujo texto, segundo o autor, foi transcrito e publicado em *Memórias para a História de Mazagão*. Ver Vergílio Correia, *Lugares Dalém – Azemôr, Mazagão, Çafim*, pp.65-66.

³²⁰ Carta de Simão Correia a D. Manuel, em 20 de Maio de 1517. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. XXIV, pp.86-88; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, Nº 36. Ver também Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores

3.1.3 A Guarnição de Safim

A primeira guarnição militar terá chegado a Safim no princípio de 1508, quando Diogo de Azambuja e Garcia de Melo se preparavam para tomar a cidade pelas armas, pois sabemos que no princípio desse ano D. Manuel enviou quatro navios com 200 besteiros e espingardeiros comandados por Gonçalo Mendes Sacoto³²¹. No entanto, não existiria já em Safim uma força de homens de armas antes mesmo da conquista da cidade? Antes da conquista portuguesa pelas armas, a cidade vivia num clima de grande instabilidade política, com conflitos e escaramuças entre as duas facções mouras que entre si disputavam o poder³²². Neste sentido, não seria natural que o feitor português dispusesse de um corpo de guarda que defendesse as instalações da feitoria? Sabemos que durante um episódio em que um mouro chamado Abderramão saiu para as ruas de Safim aclamando o monarca português como seu senhor estava protegido por “*três mouros a pé, de espada e adarga, e dois cristãos com besta e algumas setas*”³²³ que, seguramente, fariam parte do corpo português destacado para a feitoria. Além disso, é muito provável que a feitoria estivesse guardada por gente de armas que assegurasse a segurança à empreitada da feitoria/fortaleza que entretanto se ia construindo.

Depois da conquista de Safim, em 7 de Julho de 1508, a capitania foi entregue ao capitão do Castelo Real do Mogador, Diogo de Azambuja, tendo Gonçalo Mendes Sacoto ficado com a defesa marítima da cidade³²⁴, após a partida de Garcia de Melo para o reino³²⁵. Não sabemos exactamente quantos militares compunham a guarnição de Safim após a conquista da cidade, porém, a análise de alguns documentos poderá facultar-nos algumas pistas. Para além da guarnição de 50 homens que, antes da tomada,

de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.261. Ver anexo II, Gráfico 10.

³²¹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, II, Capítulo XVIII, p.188; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.474.

³²² Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, I, pp.107-110.

³²³ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.466.

³²⁴ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, pp.29-31.

³²⁵ São conhecidas as desavenças entre Diogo de Azambuja e Garcia de Melo. Cf. Carta de Diogo de Azambuja a D. Manuel I, em 13 de Dezembro de 1507. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. XXVII, pp.139-144. Ver também Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, II, Capítulo XVIII, pp.190-191.

se infiltraram na cidade às ocultas³²⁶, Damião Góis faz referência aos duzentos espingardeiros e besteiros que vieram com Gonçalo Mendes Sacouto e estima que os homens de cavalo não excedessem os cinquenta³²⁷. Assim sendo, a guarnição de Safim após a conquista rondaria os 300 soldados?! É pouco provável. Damião Góis refere que logo que Azambuja tomou a cidade, Simão Gonçalves da Câmara³²⁸, temendo que os mouros fossem sobre a mesma, enviou trezentos homens, vindo depois juntar-se-lhes com mais novecentos³²⁹. De maneira que, durante três meses, Safim deve ter contado com uma força militar composta por aproximadamente mil e quinhentos homens. Porém, após a partida de Simão Gonçalves da Câmara, a guarnição deve ter ficado algo desfalcada; numa carta não datada, mas que acreditamos ser de 1509³³⁰, pedia Diogo de Azambuja ao rei o envio de cem espingardeiros, pois o rei de Marrocos encontrava-se a 10 léguas da cidade e era de supor que viesse por cerco à cidade³³¹.

Em 1510, chegou com o novo capitão, Nuno Fernandes de Ataíde, uma armada com mais de 30 velas. Aproximava-se o colossal cerco que teve lugar em Dezembro desse ano, pelo que se começaram a fazer os preparativos modo a suportar o assédio mouro. Em carta a D. Manuel I, em 4 e 5 de Dezembro de 1510, o contador de Safim, Nuno Gato, relata a aproximação massiva das tribos mouras e refere a perda do Castelo Real do Mogador³³², o que seguramente terá servido de motivação suplementar para as forças que se preparavam para cercar Safim. Também Nuno Fernandes de Ataíde escreveu ao rei em 5 de Dezembro, revelando ter “*novecentos omeens de peleja*” para

³²⁶ Segundo Damião Góis, os portugueses foram introduzindo soldados na cidade dissimuladamente, de modo a não levantar suspeitas. Para isso ocultavam os homens, as armas e munições dentro de pipas e barris que entretanto iam sendo levados para dentro de casas que se situavam próximo da praia. Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, II, Capítulo XVIII, p.188. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.473.

³²⁷ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, II, Capítulo XVIII, pp.188-191.

³²⁸ Trata-se do capitão da Ilha da Madeira.

³²⁹ Na nossa opinião, Durval Pires de Lima engana-se quando situa este acontecimento durante o cerco a Safim de 1510 (Ver Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.34). Ainda que Damião Góis faça alusão a este auxílio militar durante a descrição do cerco de 1510, devemos situá-lo “*em tempo de Diogo dezambuja*”, pois é o próprio Góis que, ainda que brevemente, admite situar esse auxílio “*fora de seu lugar & e o ter passado per negligencia*”. Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XII, p.284.

³³⁰ Segundo David Lopes, a capitania de Diogo de Azambuja chegou ao fim em Janeiro de 1510, pelo que a referida carta terá de ser anterior. Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.479.

³³¹ A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº101.

³³² Carta de Nuno Gato a D. Manuel I, em 4 e 5 de Dezembro de 1510. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. CLIII, pp.259-264. Não é conhecida a data exacta da perda do Castelo Real do Mogador. Porém, sendo de Maio de 1510 a nomeação do seu último capitão, Nicolau de Sousa, é de supor que o castelo se terá perdido no decurso da segunda metade de 1510.

defender uma muralha “*mui grande de guardar e (...) mui roto*”³³³. Por outras palavras, a cidade era demasiado grande e os soldados poucos para a defenderem, ainda assim, e contra as recomendações dos outros fidalgos, o capitão arriscou em defender as muralhas da cidade, em vez de concentrar as forças na alcáçova. Segundo Pedro Dias, o perímetro amuralhado, só do lado voltado para terra, rondava os 2500 metros e incluía 75 torres de origem muçulmana³³⁴, enquanto Jorge Correia estima o mesmo perímetro amuralhado na ordem dos 2383 metros³³⁵.

Esta opção pela dispersão das forças, de modo a defender o perímetro amuralhado, deve ter representado uma difícil decisão pelo grande risco que envolvia. Recordamos que quando D. João de Meneses socorreu Arzila, durante o cerco de 1508, já o conde D. Vasco tinha perdido a vila e se defendia dentro do castelo, com os seus últimos homens³³⁶. Efectivamente, a área a guardar, em Arzila, era também muito grande; incluía cinco portas e mais de uma dezena de torres, pelo que, depois do cerco, se procedeu à diminuição do perímetro amuralhado, deixando metade da primitiva vila fora deles³³⁷. De resto, a redução da área defensiva, com a construção de um atalho, acabaria por ser também adoptada nas grandes cidades da Duquela conquistadas pelos portugueses: Azamor e Safim³³⁸.

Ao seguirmos a crónica de Damião de Góis, ficamos com a impressão que os reforços chegaram no início do cerco. Porém, a leitura atenta de carta de Nuno Gato ao rei, em 3 de Janeiro de 1511, não só revela a organização militar da defesa em vários sectores, como também a data de chegada dos vários reforços que entretanto foram chegando. Uma vez mais, foi fundamental o apoio do capitão da Ilha da Madeira, que enviou Manuel de Noronha com 2000 homens³³⁹. Também da Andaluzia, vieram dois

³³³ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I, em 5 de Dezembro de 1510. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. XLIV, pp.265-270.

³³⁴ Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos*, p.188. Do mesmo autor ver também *História da Arte Portuguesa no Mundo – O Espaço Atlântico (séculos XV – XIX)*, p.47. Ver anexo I, fig.11.

³³⁵ Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.263.

³³⁶ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, I, Capítulos XXVIII-XXIX, pp.210-215; João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.38. Ver também Vasco Resende, “Os portugueses em Marrocos e a guerra no mar no princípio do séc. XVI”, in *A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XIX)*, pp.102-103.

³³⁷ Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos*, p.96. Ver anexo I, fig.14.

³³⁸ Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, pp.263-273 e 294-303.

³³⁹ Cf. Carta de Nuno Gato a D. Manuel I, em 3 de Janeiro de 1510. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. XLV, pp.271-280. Engana-se Joaquim Veríssimo Serrão

capitães: Diogo Sanchez, que se apresentou com cinquenta e um besteiros, e Álvaro Fernandez, que se apresentou com cem espingardeiros³⁴⁰.

No entanto, com o fim do cerco, este número terá reduzido significativamente. Já em Maio revelava Nuno Fernandes de Ataíde que uma “*parte da jente*” tinha abandonado Safim pela falta de dinheiro que nela havia. Além disso, desconfiava que 200 lanças se preparavam para deixar a cidade em Abril e suplicava ao rei que não lhe retirasse os besteiros e espingardeiros enviados durante o cerco, caso contrário ficaria sem soldados para guardar a cidade e as obras do atalho³⁴¹. Com efeito, o grande cerco de 1510 fez com que os portugueses repensassem a defesa da cidade através da redução da área urbana³⁴². Desta maneira, uma guarnição mais reduzida conseguiria guardar a posição portuguesa, o que também seria mais barato para os cofres da Coroa. Os receios de Nuno Fernandes de Ataíde confirmavam-se e os homens de armas abandonavam Safim. Em carta datada de 11 de Maio de 1511³⁴³, revelava que a gente da dita cidade deixava a fortaleza, coisa que ele não podia impedir. Por isso, rogava a D. Manuel I que lhe enviasse mais pessoas para fazer face à falta de gente na cidade³⁴⁴.

Segundo o estudo publicado por João Cosme em 2004³⁴⁵, a coroa pagava soldo a uma guarnição que rondava os 650 combatentes nos últimos meses de 1511. O códice publicado por Cosme, e que podemos considerar um livro de registo de pagamentos, apresenta-nos, de forma discriminada, os nomes, os postos militares e os soldos auferidos. Deste modo, torna-se possível traçar um quadro mais consistente quanto à composição desta guarnição no último trimestre deste ano³⁴⁶.

Da análise deste documento podemos tirar algumas conclusões bastante interessantes. Em primeiro lugar devemos salientar os soldados de pé, que constituem a

quando situa este auxílio militar aquando da tomada da cidade, em 1508. Ver Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – Volume III – O Século de Ouro (1495-1580)*, p.22.

³⁴⁰ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XII, p.287; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.481.

³⁴¹ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I, em 17 de Março de 1511. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, doc. XLVIII, pp.297-299.

³⁴² Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos*, p.167; Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.271. Não obstante a “*mingoa da serventia*”, a obra se ia fazendo, para espanto do contador Nuno Gato: “*vay em tam bom ponto que parece que milagrosamente se faz tudo*”. Ver carta de Nuno Gato a D. Manuel I, em 12 de Maio de 2012. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, doc. XLV, pp. XLIX, pp.300-303.

³⁴³ O ano da carta é avançado por Pedro Pinto em “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.264.

³⁴⁴ A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, n.º 54.

³⁴⁵ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, pp.137-155.

³⁴⁶ Ver anexo II, Gráfico 11.

maior parte da guarnição militar, ou seja: 33%. Segue-se a cavalaria, que constituía 30% da guarnição e os besteiros que, todos juntos (os que combatiam a cavalo e os que combatiam a pé) constituíam 20% da guarnição. Os espingardeiros representavam 10% da guarnição e os bombardeiros 3%, sendo os restantes 4% relativos aos atalaias. Torna-se, portanto, evidente, que os militares que combatiam com armas de fogo (espingardeiros e bombardeiros), representavam ainda uma pequena parte nas guarnições que serviam no Norte de África em inícios do séc. XVI. Um outro dado interessante prende-se com a proveniência dos militares. Se em Azamor a maior parte dos moradores eram oriundos do Algarve³⁴⁷, em Safim, a maior parte dos besteiros eram oriundos do Algarve e Alentejo. De resto, era algo que também se verificava nas praças do norte marroquino; na guarnição de Arzila de 1528, por exemplo, encontravam-se 50 besteiros do Algarve³⁴⁸. Para além disso, e ainda que nem sempre estivesse discriminada a origem do soldado, reparámos que parte significativa da guarnição de Safim de 1511 provinha de Alvor³⁴⁹, o que acaba por ser natural se tivermos em consideração que Nuno Fernandes de Ataíde era o alcaide-mor daquela vila.

De facto, Nuno Fernandes de Ataíde não parecia agradado com o número de homens de que dispunha em Safim: temia não ter condições para conseguir defender a cidade convenientemente. É interessante notar que, não obstante a alegada insatisfação do capitão, convocou quatrocentas e sessenta lanças e quinhentos homens de pé para uma entrada em 23 de Outubro do mesmo ano³⁵⁰. Ora, se a Coroa pagava a soldo uma guarnição que rondava os 650 homens no último trimestre de 2011, como é possível que o capitão tivesse reunido quase mil homens de combate para a dita entrada? Com efeito, alguns recursos humanos poderiam ter sido avançados pelos mouros de pazes, porém, é o próprio Góis que refere o descontentamento do alcaide destes, Bentafufa, por não ter sido convidado a participar na operação militar³⁵¹. Como explicar então esta desproporção numérica entre a guarnição discriminada na folha de pagamentos do último trimestre de 1511 e as forças convocadas para a dita entrada? Terá Góis exagerado nos números? É possível que não. Da comparação minuciosa entre os dois

³⁴⁷ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, pp.109-110.

³⁴⁸ Joaquim Romero Magalhães, *Para o Estudo do Algarve Económico Durante o Século XVI*, p.24.

³⁴⁹ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, pp.137-155.

³⁵⁰ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XIV, p.290.

³⁵¹ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.486; Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.43.

documentos concluímos que vários militares mencionados na crónica de Góis constam na referida folha de pagamentos. É o caso do capitão Nuno Fernandes de Ataíde, do adail Lopo Barriga ou do almocadém Diogo Lopes. Porém, outros militares mencionados por Góis e que não se encontram na folha de pagamentos aparecem num outro documento³⁵², apresentando responsabilidades de comando na defesa de Safim durante o cerco do ano anterior. É o caso de D. Rodrigo de Noronha, Gonçalo Mendes Sacoto, Cristóvão Freire, Pero Lourenço de Melo, Álvaro de Faria, entre outros. Tratam-se, portanto, de fidalgos fronteiros que serviam voluntariamente em Safim, com homens de armas à sua conta, ou seja: sem receberem um soldo pago pela Coroa. Só assim se poderá explicar que Durval Pires de Lima tenha contabilizado um total de 1700 homens de armas (setecentos cavaleiros e mil peões)³⁵³ em Safim no ano de 1511, ou seja: o total que compreendia a guarnição militar paga pela Coroa mais os homens de armas pagos pelos fronteiros que serviam voluntariamente na cidade³⁵⁴.

Deste modo, e tendo em consideração que cada um destes fidalgos fazia-se acompanhar por indeterminado número de homens de armas, admitimos que os 960 homens avançados por Góis possam aproximar-se da hoste portuguesa convocada para esta grande entrada. Porém, e ainda que António José Saraiva e Óscar Lopes incluam Góis no séquito dos historiadores dominados por um “*sentimento muito vivo da veracidade histórica*”³⁵⁵, devemos manter sempre uma atitude crítica quanto aos números por ele avançados e, se possível, confrontar as suas informações com outras fontes. Aliás, de acordo com a opinião de Joaquim Romero de Magalhães, a qualidade de Góis nem se revela especialmente notada em *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*³⁵⁶.

É possível que a guarnição de Safim se tenha mantido nos mesmos 650/700 homens até meados de 1512, a julgar por uma carta de Nuno Gato onde são referidas as

³⁵² Carta de Nuno Gato a D. Manuel I, em 3 de Janeiro de 1510. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. XLV, pp.271-280.

³⁵³ Cf. Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.63, nota3.

³⁵⁴ Ver anexo II, Gráfico 12.

³⁵⁵ António José Saraiva; António Lopes, “A evolução da historiografia”, in *História e Antologia da Literatura Portuguesa – Século XVI, Vol. II*, p.11.

³⁵⁶ Cf. Joaquim Romero de Magalhães, “Em torno da crónica de D. João III por Francisco de Andrade”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, pp.139-140.

rações “*de cavalos*” e de “*piães*”³⁵⁷. A mesma carta revela que “*esta muyta gente abalada pera se hyr*” e, pouco depois, era Heitor Gonçalves que pedia ao monarca para enviar reforços para a cidade³⁵⁸. Com efeito, Góis refere que nesse ano de 1512 chegaram a Safim os fronteiros D. Luís de Meneses, filho de D. João de Meneses, e D. Álvaro de Noronha, que mais tarde viria a ser capitão de Azamor, com 100 lanças cada um³⁵⁹. Pensamos que tal terá acontecido em Julho do mesmo ano, pois uma carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I, em 20 de Julho de 1512, apela ao abastecimento da praça de modo a alimentar a muita gente que nela havia³⁶⁰. Pouco tempo depois chegou D. Nuno Mascarenhas, também com 100 lanças, e com instruções para que D. Luís de Meneses e D. Álvaro de Noronha regressassem ao reino e deixassem ao capitão Nuno Fernandes de Ataíde “*toda a gente de suas capitánias*” pelo que, a acreditar em Góis, havia então em Safim, “*afora a gente de pe, mais de setecentos de cauallo, gente nobre, & luzida com que Nuno fernandez fazia guerra aos Reis de Fez, Marrocos (...) e assi ao Serife*”³⁶¹. De resto, também Jerónimo Osório, que seguiu de perto a *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, refere que em 1513 “*chegavam a 700 os cavaleiros que havia em Safim*”³⁶², e David Lopes chega mesmo a referir 900 de cavalo nesse ano de 1512³⁶³.

Parece-nos, no entanto, que tanto estes números como a designação de “cavaleiro” poderão causar alguma confusão, pelo que devemos fazer uma distinção entre a ordem medieval/feudal denominada “cavalaria”, e a classe militar que, mesmo

³⁵⁷ Cf. Carta de Nuno Gato a D. Manuel I, em 12 de maio de 1512. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, doc. LIV, pp.311-315. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 11, n.º 90.

³⁵⁸ Carta de Heitor Gonçalves a D. Manuel I, em 18 de Junho de 1512. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, doc. LVII, pp.330-333; Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.264.

³⁵⁹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XXXII, p.338; Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.178; Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.49.

³⁶⁰ Cf. Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I, em 20 de Julho de 1512. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, doc. LIX, pp.335-336.

³⁶¹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XXXII, p.339; Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.49.

³⁶² Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, I, p.179.

³⁶³ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.487.

não pertencendo à nobreza, se distinguia por praticar o serviço militar a cavalo³⁶⁴. Na língua inglesa essa diferenciação torna-se evidente, já que “*knight*” designa o cavaleiro de origem medieval-feudal, investido pelo rei, enquanto o termo “*horseman*” refere-se ao militar que combate a cavalo, ou seja: temos que ter em consideração que, na Península Ibérica, o termo “cavalaria” designava também uma categoria social não nobre, pelo que os 700 cavaleiros apresentados por Damião Góis ou D. Jerónimo Osório não se refeririam exclusivamente aos cavaleiros da Casa Real, mas aos restantes militares que combatiam a cavalo. Por outro lado, devemos ter em consideração que, para além da cavalaria (que não pertencia à nobreza), também outros militares combatiam a cavalo, como os besteiros e os espingardeiros, bastante utilizados aquando das entradas em território inimigo. A título de exemplo apresentamos uma entrada realizada em Janeiro de 1512, e onde Nuno Fernandes de Ataíde utilizou quatrocentas e trinta lanças e cem besteiros e espingardeiros³⁶⁵, isto é: quatrocentos e trinta cavaleiros que combatiam de lança mais cem espingardeiros e besteiros que combatiam a cavalo. Quer isto dizer que os 900 homens referidos por David Lopes incluirão, seguramente, estes militares que mesmo não sendo fidalgos nem pertencendo à cavalaria, também combatiam a cavalo. Além disso, e como o próprio Lopes observou, “*a gente de pé (...)* era muito mais numerosa do que a outra”³⁶⁶. Ora, para haver 900 cavaleiros em Safim nesse ano de 1512, quantos soldados de pé teriam de haver? A título de exemplo apresentamos o caso de Arzila que, em 1515, apresentava uma guarnição composta por 200 cavaleiros e 400 soldados de pé³⁶⁷, ou seja: os peões eram o dobro dos cavaleiros. Ora, se usarmos o mesmo raciocínio para Safim, facilmente nos apercebemos que o total de homens de armas, entre peões e cavaleiros, aproximar-se-iam dos 2700 homens que ficaram a defender Ceuta em 1415³⁶⁸, o que é altamente inverosímil para Safim nesse ano de 1512.

Em 1513 foi enviado do reino Nuno da Cunha com cem lanças, em substituição de D. Nuno Mascarenhas, que tinha regressado a Portugal com Luís Loureiro³⁶⁹. É

³⁶⁴ Jorge Colaço; George Vicente, (coord.), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, vol.6, pp.507-514; Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I, pp.26-28.

³⁶⁵ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel, III*, Capítulo XIII, p.287; Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.42.

³⁶⁶ David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, p.43.

³⁶⁷ Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.29.

³⁶⁸ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Capítulo C, p.284.

³⁶⁹ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.52.

provável que o número de homens de armas tivesse então reduzido, pois reparámos que as operações militares, incluindo as de maior envergadura, passaram a contar com menor número de lanças. Ainda que Nuno Fernandes de Ataíde pretendesse enviar quinhentas lanças a Bentafufa, para desbaratar o rei de Marraquexe, e que Bernardo Rodrigues refira a participação de quinhentas lanças de Safim na famosa Batalha dos Alcaides³⁷⁰, em Abril de 1514, devemos manter algumas reservas. Por um lado Nuno Fernandes de Ataíde não chegou a enviar quaisquer lanças a Bentafufa, tendo este desbaratado as forças do rei de Marraquexe sem qualquer auxílio militar dos portugueses³⁷¹. Por outro lado, outros autores avançam com outros números no que se refere à participação das forças de Safim na Batalha dos Alcaides: se Damião Góis e D. Jerónimo Osório não discriminam o número de lanças apresentadas por Nuno Fernandes de Ataíde na batalha³⁷², já João Paulo Oliveira e Costa e Vitor Luís Gaspar Rodrigues estimam uma participação na ordem das duzentas lanças³⁷³. Também a epistolografia mostra-nos que, por então, as forças portuguesas raramente excediam as 300 lanças nos ataques lançados fora das fortalezas. Exemplo disso foi a entrada realizada em Fevereiro de 1514, e em que foram utilizadas 300 lanças³⁷⁴, ou o ousado ataque a Marraquexe em Abril de 1515, e em que Nuno Fernandes de Ataíde apenas usou 310 lanças de Safim, para além das forças de Azamor, Mazagão e dos mouros de pazes³⁷⁵. Discordamos, portanto, com Durval Pires de Lima quando aponta a existência de “oitocentos cavaleiros e innumera infantaria”³⁷⁶ em Safim por ocasião do empreendimento contra Marraquexe. Se assim fosse não utilizaria o capitão maior número de homens em operações que exigiam mais recursos humanos? Além disso era o próprio capitão que,

³⁷⁰ Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, Tomo I, p.113, apud Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, pp.54-55.

³⁷¹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XXXV, pp.341-343; Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.53; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.487.

³⁷² Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo L, p.377. Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, I, p.197.

³⁷³ João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.49.

³⁷⁴ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I, em 15 de Fevereiro de 1514. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, doc. LXXXVIII, pp.480-481.

³⁷⁵ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LXXIV, pp.423-426; Pierre de Cenival, *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, pp.687-692. Ver também Fernando Pessanha, “23 de Abril de 1515 – O Ataque dos Portugueses a Marraquexe”, in *Jornal do Algarve*, Nº2873, 19 de Abril de 2012, p.19.

³⁷⁶ Reparámos que a fundamentação do autor baseia-se em documentos relativos a anos anteriores. Ver Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.63, nota3.

nas cartas enviadas a D. Manuel I, manifestava sistematicamente o seu descontentamento face à “*mui pouca jente*”³⁷⁷ que tinha para defender a cidade. Se excluirmos a entrada em que Nuno Fernandes perdeu a vida³⁷⁸, e em que utilizou quatrocentas e trinta lanças, espingardeiros e besteiros, já raramente o capitão metia em campo mais de quatrocentas lanças, mesmo nas operações militares de maior envergadura. Quer isso dizer que, a juntar a uma força de reserva que ficaria dentro da cidade, o máximo da cavalaria de Safim não deveria de exceder o meio milhar de cavaleiros até à morte de Nuno Fernandes de Ataíde. Aliás, estes números viriam a decrescer substancialmente nos anos seguintes.

Em 15 de Março de 1517, já no tempo do capitão Nuno Mascarenhas, escrevia Nuno Gato ao rei, dando-lhe conta do rol de gente que havia em Safim: duzentos e setenta e um cavaleiros (entrando na conta espingardeiros e besteiros montados), trezentos e sessenta e sete homens de pé e cento e trinta e oito besteiros e espingardeiros³⁷⁹. Quer isto dizer que, por então, 35% da guarnição correspondia à cavalaria, correspondendo os restantes 65% aos homens de pé, espingardeiros e besteiros apeados³⁸⁰.

Dado o reduzido número de homens, o novo capitão pediu o envio de mais gente de armas de modo a poder defender a cidade, pois desconfiava-se que o rei de Fez se preparava para cercar a Azamor³⁸¹. De acordo com Góis, D. Manuel mandou “*moradores de sua casa, que seria ate cento de cauallo*”³⁸² comandados por Diogo Freire, cunhado de D. Nuno, para além de Gonçalo Mendes Sacoto, que já tinha servido em Safim alguns anos antes. O rei também ordenou a Diogo Lopes de Sequeira, capitão-mor da Armada do Estreito, que em caso de ameaça socorresse as praças de

³⁷⁷ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I, em 30 de Agosto de 1514. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. CXVII, pp.603-605. Ver também Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I, em 15 de Agosto de 1515. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. CXLVII, pp.732-735.

³⁷⁸ Segundo Góis, apenas escaparam ao massacre “*obra de cento de cavallo, & de pe*”. Os restantes portugueses ou foram mortos ou foram aprisionados, como o adail Lopo Barriga. Ver Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, IV, Capítulo VI, pp.455-458. Ver também Pierre de Cenival, *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, pp.1-5; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, pp.504-505.

³⁷⁹ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, pp.71-72.

³⁸⁰ Ver anexo II, Gráfico 13.

³⁸¹ Carta de D. Nuno Mascarenhas a D. Manuel I, em 11 de Junho de 1517. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. XXVIII, pp.98-99; Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.258; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº 22.

³⁸² Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, IV, Capítulo LVI, p.551.

África, especialmente Safim. Reparámos que durante o mandato deste capitão, os ataques lançados fora da fortaleza nunca excediam as trezentas lanças. Exemplo disso foi a entrada em que D. Nuno Mascarenhas realizou com trezentas lanças contra a tribo Abda³⁸³, nos inícios de 1517, ou o ataque que lançou contra uns aduares da Garbia, em Novembro de 1519, e onde foram utilizados duzentos e sessenta cavaleiros e sessenta peões besteiros e espingardeiros³⁸⁴.

Com a morte de D. Manuel I e a subida ao trono de D. João III³⁸⁵, em finais de 1521, D. Nuno Mascarenhas permaneceu como capitão da cidade. Porém, pouco tempo depois, um duro golpe abalou o domínio português na região: Bentafufa foi assassinado à traição pelos mouros³⁸⁶. Com a morte do alcaide da Duquela³⁸⁷, os xerifes do Suz e do Draa passaram a investir com mais confiança contra os territórios limítrofes de Safim, o que fez com que D. Nuno Mascarenhas se lançasse sobre eles em 1522. Todavia, o capitão acabou por não ser bem-sucedido na contenda, tendo sido aprisionado pelos mouros³⁸⁸.

Foi então nomeado capitão de Safim Gonçalo Mendes Sacoto³⁸⁹, em 22 de Dezembro de 1522³⁹⁰, depois de ter governado Azamor entre 1521-1522³⁹¹. De um modo geral, os três anos e meio relativos ao mandato deste capitão foram pautados por um relativo sossego, muito em virtude das tréguas com os xerifes por ele conseguidas (1523-1526 a 1526-1527). Aliás, já em carta ao rei datada de 10 de Setembro de 1523,

³⁸³ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.70.

³⁸⁴ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, IV, Capítulo XLIV, p.532.

³⁸⁵ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. I, pp.28-37; Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Parte I, Capítulos VII – XIX, pp.13-17.

³⁸⁶ João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaldes – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.46; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, pp.496-499.

³⁸⁷ Bentafufa tinha sido nomeado alcaide da Duquela por D. Manuel, em Julho de 1516. Ver Carta patente de D. Manuel, em Julho de 1516. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. I, pp.6-9. A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº11; Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.258.

³⁸⁸ D. Nuno de Mascarenhas acabou por ser libertado após pagar o seu resgate. Contudo, veio a falecer num naufrágio, ao tentar entrar na barra de Vila Nova de Portimão, na sua viagem de regresso ao reino. Ver Carta de D. João Mascarenhas a D. João III, em finais de 1522. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXVI, pp.294-299.

³⁸⁹ Gonçalo Mendes Sacoto era fidalgo da Casa Real e adail-mor do reino. D. João III concedeu-lhe Carta de Brasão de Armas em 19 de Julho de 1538, em atenção pelos muitos serviços prestados à Coroa na guerra em África. Ver Afonso Eduardo Martins Zúquete, *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*, pp.484-485.

³⁹⁰ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 28, nº138.

³⁹¹ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. I, p.42.

dizia o capitão que o xerife desejava a paz com os portugueses, e que esta muito convinha à cidade³⁹². É certo que algumas vozes críticas se insurgiram contra Sacoto, sublinhando os termos vexatórios em que a paz foi estabelecida, porém, devemos ter em consideração em que condições se encontrava a cidade por esses anos: grande parte do muro estava a cair, as obras na alcáçova estavam em tal estado que se supunha que se desmoronassem no inverno, e a cidade contava apenas haviam apenas com duzentas e dezassete lanças³⁹³. Recordados que Nuno Fernandes de Ataíde queixava-se a D. Manuel I de não ter homens para defender Safim quando, em 1511, empreendia almogavarias que contavam com quatrocentas e sessenta lanças e quinhentos homens de pé³⁹⁴. Assim sendo, como poderia Gonçalo Mendes Sacoto defender a cidade, em 1523, com apenas duzentas e dezassete lanças? Parece-nos, portanto, que as pazes com o xerife³⁹⁵ apresentavam-se como a melhor estratégia a seguir, não obstante as vozes belicosas que contra o capitão se insurgiram. Como veremos, o número de lanças ainda viriam a decrescer mais nos anos que se seguiram.

O novo capitão, Garcia de Melo³⁹⁶, chegou a Safim em 10 de Agosto de 1526, em substituição de Gonçalo Mendes Sacoto. Segundo uma carta do próprio a D. João III, havia apenas 210 lanças na cidade, em 1527! Ou seja; praticamente as mesmas lanças referidas anos antes por Gonçalo Mendes Sacoto. O fim das tréguas com o xerife fez com que o capitão de Safim tomasse a iniciativa dos combates. Porém, e dada a falta de soldados na cidade, Garcia de Melo não teve outro remédio senão pedir 100 lanças a Azamor, de modo a poder lançar um ataque contra a vila de Benambre: “*mandei pedir ao capytão d’Azemor que me mandasse cem lanças com Antonio Gonçalvez, adayll; e*

³⁹² Carta de Gonçalo Mendes Sacoto a D. João III, em 10 de Setembro de 1523. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXXI, pp.319-322.

³⁹³ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.84.

³⁹⁴ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XIV, p.290.

³⁹⁵ Por esses anos os xerifes estavam concentrados na guerra contra os reis de Fez e de Marraquexe, o que permitiu aos portugueses o estabelecimento de tréguas. Cf. Carta de D. João III a Gonçalo Mendes Sacoto, em Junho/Julho de 1523. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXIX, pp.308-311; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº 55; Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.264.

³⁹⁶ Garcia de Melo foi anadel-mor dos besteiros e alcaide-mor de Castro Marim. Ver Luís Miguel Duarte, “Garcia de Melo em Castro Marim (a actuação de um alcaide mor no início do século XVI)”, in *III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, pp.131-149. Ver também Fernando Pessanha, “Garcia de Melo – Alcaide-mor de Castro Marim e anadel-mor dos besteiros”, in *Jornal do Baixo Guadiana*, Nº155, Abril de 2013, p.21.

com dozentas de dez mais que ha nesta cidade”³⁹⁷. Ora, perante o fim das tréguas e a ameaça que representavam as forças dos xerifes, como poderiam as praças sobreviver com guarnições militares tão reduzidas? Já em 24 de Outubro de 1526, Garcia de Melo dizia a D. João III que só seria possível dispensar o aumento das guarnições militares de Safim e Azamor se a paz com o rei de Fez se mantivesse³⁹⁸, o que acabava por dar razão à política de tréguas levada a cabo por Gonçalo Mandes Sacoto. Com efeito, o número de efectivos militares em Safim apenas viria a aumentar em caso de perigo iminente. Em Fevereiro 1534, por exemplo, deu-se uma grande investida dos xerifes contra Safim, o que fez com que o capitão interino, Luís Loureiro³⁹⁹, pedisse socorro urgente a Azamor, que enviou logo sessenta espingardeiros e mais de vinte barris de pólvora⁴⁰⁰. De Santa Cruz foi enviada uma caravela com quarenta homens, tendo trinta peões e dez cavaleiros, para além de artilharia e mantimentos⁴⁰¹. Só em Março chegou a notícia do cerco a D. João III, sendo imediatamente enviados cem besteiros, espingardeiros, quatro ou cinco quintais de pólvora de espingarda e quatro ou cinco mil réis de setas⁴⁰². Segundo Durval Pires de Lima, uma actividade febril varreu o Algarve entusiasmado por meter a lança em África: “*basta que o monarca peça que a terra algarvia caminhará leda a defender a portuguesa Çafim*”⁴⁰³. De Vila Nova de Portimão, o feitor António de Campos forneceu uma esquadra de trezentos homens, entre gente da ordenança e soldados pagos a soldo, para além de bombardas, besteiros e espingardeiros. Também de Portimão partiu D. João de Castelbranco com cento e cinquenta homens à sua custa. Um pouco por todo o Algarve multiplicavam-se esforços e embarcavam fidalgos para socorrer Safim⁴⁰⁴. Finalmente, em 21 de Maio, partiu de

³⁹⁷ Carta de Garcia de Melo a D. João III, em 9 de Julho de 1527. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, second partie, doc. CII, pp.407-411.

³⁹⁸ Carta de Garcia de Melo a D. João III, em 24 de Outubro de 1526. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. XCIII, pp.382-383.

³⁹⁹ Por essa altura era Luís Loureiro que capitaneava interinamente Safim, pois tendo D. João de Faro morrido às mãos dos mouros e sendo Rui Freire demasiado jovem, foi a capitania entregue ao experiente adail de Safim. Ver Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. II, p.237.

⁴⁰⁰ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.91.

⁴⁰¹ Ordem de pagamento de Domingos Lopes Barreto, em 10 de Abril de 1534. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, second partie, doc. CLVI, pp.606-607; Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.99.

⁴⁰² Carta de D. João III ao conde de Castanheira, em 8 de Março de 1534. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, second partie, doc. CLIII, pp.601-602.

⁴⁰³ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.92.

⁴⁰⁴ Carta de D. António de Campos a D. João III, em 21 de Maio de 1534. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, second partie, doc. CLVIII, pp.611-615 Ver também Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. II, pp.239-240.

Faro esquadra que levada o novo capitão, D. Garcia de Noronha, sendo também enviados reforços de Lisboa e da Andaluzia. Os socorros enviados excediam os setecentos homens⁴⁰⁵.

Em Julho, queria o monarca português que o conde de Castanheira enviasse para África 2000 homens e que da Andaluzia seguissem para lá 1000 e não mais, para limitar as grandes despesas que se estavam a fazer⁴⁰⁶. Face a estes números, é possível que a maior concentração de efectivos militares reunidos em Safim se tenha dado durante este cerco de 1534. No entanto, uma vez levantado o cerco, o monarca deu ordem para que os soldados regressassem o mais depressa possível, a fim de evitar a continuação de gastos tão grandes⁴⁰⁷. Desta feita, a maior parte das tropas retirou logo que o cerco foi levantado. Mas, nos começos de 1535, a simples notícia que o xerife se preparava para um novo ataque bastou para que a praça voltasse a apelar aflitivamente para a metrópole, o que mostra que, efectivamente, não ficara nela guarnição capaz de a defender convenientemente. O mesmo se passou em 1536. Tendo conhecimento que o xerife tomou considerável parte da artilharia do rei de Fez, prontamente mandou o vedor da fazenda do Algarve, Nuno Rodrigues Barreto, prover Safim com cem besteiros e espingardeiros, “*aliem da gente que tem, que sam oytocentos e cimquaentos homens*”⁴⁰⁸, o que nos mostra que, não obstante o crescente poder dos sáidas, a guarnição militar de Safim rondava então o mesmo número de homens referido por Nuno Fernandes de Ataíde em 5 de Dezembro de 1510: “*novacentos omeens de peleja*”⁴⁰⁹. De resto, a insuficiência dos recursos humanos de Safim para fazer frente ao poderio do xerife era conhecida nas praças do norte. Em 1536 era o próprio capitão de Arzila, seguramente preocupado com o avanço xerifiano, que aconselhava a D. João III, a reforçar “*seus lluguares d Azamor e Çaafym de gemtee*”⁴¹⁰.

⁴⁰⁵ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.92.

⁴⁰⁶ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. II, p.140.

⁴⁰⁷ Segundo Frei Luís de Sousa, a Coroa gastou cem mil cruzados no socorro a Safim e no abastecimento de Azamor e Santa Cruz com gente, munições e mantimentos nesse ano de 1534. Ver Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. II, p.273.

⁴⁰⁸ Carta de D. João III ao Conde Castanheira, em 11 de Outubro de 1536. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XXVI, pp.65-66.

⁴⁰⁹ Carta de Nuno Fernandes de Ataíde a D. Manuel I, em 5 de Dezembro de 1510. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. XLIV, pp.265-270.

⁴¹⁰ Carta do capitão de Arzila, conde do Redondo, a D. João III, em 3 de Dezembro de 1536. Documento publicado por David Lopes in Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, Tomo II, pp.284-285; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 58, nº 16.

Estando consciente do quadro geopolítico de Marrocos e com o intuito de neutralizar futuras investidas, conseguiu o capitão de Safim, D. Rodrigo de Castro, estabelecer tréguas por três anos com o xerife de Marraquexe, Muley Ahmed, a começar a 25 de Abril⁴¹¹. Estas tréguas, que incluíam igualmente Azamor e Mazagão, permitiram que as praças da região da Duquela não tivessem necessidade de aumentar as suas guarnições militares. Com efeito, a ameaça que os xerifes representavam era de tal ordem que também o reino de Fez se viu obrigado a assinar um tratado de paz com Portugal alguns meses depois, em Maio de 1538⁴¹². Contudo, acabadas as tréguas entre as praças da Duquela e o xerife, voltou o anterior estado de guerra, numa altura em que em Safim grassava a fome e em que a população estava ferozmente descontente com o capitão.

Como já anteriormente foi referido, foi preciso Santa Cruz cair em poder dos xerifes, em 1541, para o monarca português tentar uma aliança com o rei de Fez, através de Lourenço Pires de Távora⁴¹³, e reforçar a guarnição de Safim com trezentos e cinquenta homens comandados pelo castelhano D. Pedro de Castro⁴¹⁴. As represálias pelo massacre ocorrido em Santa Cruz não tardaram. No dia 2 de Julho, juntou o capitão cento e noventa homens de cavalo, trezentos e vinte soldados de presídio e cento e vinte arcabuzeiros e besteiros⁴¹⁵. Lançaram-se sobre uns trinta e tantos aduares, matando mais de quatrocentas mulheres e crianças e levando um despojo avaliado em três mil cruzados. A crueldade manifestada nesta entrada, minuciosamente descrita numa carta

⁴¹¹ Carta de D. Rodrigo de Castro a D. João III, em 4 de Junho de 1537. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XXXVII, pp.104-108; Carta de D. João III a Moulay Maçoude, depois de Setembro de 1527. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, seconde partie, doc. CIV, pp.416-417; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº 430. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. IV, p.96.

⁴¹² Estabelecida a paz por três anos entre as praças da Duquela e o xerife de Marraquexe, as intenções expansionistas da dinastia sávida voltava-se para o reino de Fez. Ver João Cosme, “Tratado de paz entre Portugal e o reino de Fez - Arzila – 8 de Maio de 1538”, in *Arquipélago * História*, 2ª Série, XIV – XV, 2010-2011, pp.11-29.

⁴¹³ Maria Leonor García da Cruz, “Portugal e o Norte de África no Século XVI – A intervenção de Lourenço Pires de Távora, diplomata e homem de guerra, no problema da manutenção ou abandono das praças portuguesas”, in *Primeiras Jornadas de História Moderna*, pp.1060-1073.

⁴¹⁴ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.100.

⁴¹⁵ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. II, pp.186-188. Alguns documentos apresentam outros números. Ver Carta de diversos moradores de Safim contra D. Rodrigo de Castro, em 9 de Julho de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXV, pp.464-467. Ver também Carta de D. Rodrigo de Castro a D. João III, em 8 de Julho de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXIV, pp.454-463.

de D. Rodrigo a D. João III⁴¹⁶, é bem representativa da sede de vingança dos portugueses de Safim, inconformados com as atrocidades cometidas no Cabo de Gué.

Curiosamente, Durval Pires de Lima refere um cerco que o xerife pôs a Safim, em Maio de 1542, numa altura em que a praça era, alegadamente, capitaneada por Luís Loureiro⁴¹⁷. Achamos, porém, que o investigador ter-se-á baseado numa fonte pouco fidedigna, pois a epistolografia mostra-nos que a cidade de Safim começou a ser despejada logo em Outubro de 1541⁴¹⁸. Uma carta de Diogo Gastão, juiz de Lagos, datada 25 de Outubro de 1541, anuncia a chegada àquele porto de uma nau que transportava muitos ornamentos, vestimentas e peças de prata do convento de São Francisco de Safim⁴¹⁹. Por outro lado, uma carta de Sebastião de Vargas a D. João III refere que o rei de Fez tomou conhecimento do abandono de “Çaffim e Zamor” em 6 de Novembro de 1541, altura em que já se encontravam “despavoadas”⁴²⁰. Acresce ainda que, em Maio de 1542, encontrava-se Luís de Loureiro como capitão de Mazagão, onde tinha chegado em 23 de Março do ano anterior⁴²¹. Não se comprova, portanto, o cerco a Safim de 1542. Aliás, no caso de ter sido Luís de Loureiro a comandar o despejo da praça, tê-lo-á feito acumulando funções como capitão de Mazagão. É certo que durante muito tempo se admitiu que a evacuação das praças de fizera no inverno de 1541 – 1542, sob o comando de D. João de Castro, entretanto regressado do oriente. Referiu-o Frei Luís de Sousa⁴²² e, mais tarde, David Lopes⁴²³, entre outros investigadores. Porém, tal afirmação é inaceitável. Em 9 de agosto de 1541 D. João de Castro ainda se encontrava em Goa, apenas chegando a Portugal em Julho de 1542⁴²⁴. Por outro lado, é a própria epistolografia publicada em *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc* que

⁴¹⁶ Carta de D. Rodrigo de Castro a D. João III, em 8 de Julho de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXIV, pp.454-463.

⁴¹⁷ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.103.

⁴¹⁸ Não se engana Joaquim Veríssimo Serão quando remete a evacuação de Safim para Outubro de 1541. Ver Joaquim Veríssimo Serão, *História de Portugal – Volume III – O Século de Ouro (1495-1580)*, p.41.

⁴¹⁹ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 70, nº115.

⁴²⁰ Carta de Sebastião de Vargas a D. João III, em 1 de Dezembro de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXLV, pp.549-553; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 71, nº22.

⁴²¹ Carta de Rodrigo Machado a D. João III, em 28 de Março de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XCIV, pp.338-339; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 69, nº 80. Ver também Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, p.96.

⁴²² Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. II, p.208.

⁴²³ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. IV, p.99.

⁴²⁴ Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.166.

nos mostra que a evacuação ocorreu em Outubro de 1541, pelo que o despejo de Safim terá seguramente sido comandado pelo capitão de Mazagão, Luís de Loureiro.

3.1.4 A Guarnição de Aguz

Pouco se sabe acerca da guarnição de Aguz, uma vez que são escassas as fontes que nos poderiam facultar informações consistentes. Sabemos, contudo, que o seu primeiro capitão foi Diogo de Azambuja, contudo, é provável que não tenha sido o próprio a edificar a fortaleza, uma vez que os documentos relativos a Safim, Castelo Real do Mogador e S. Jorge da Mina referem Diogo de Azambuja enquanto edificador e primeiro capitão daquelas praças, não se passando o mesmo em relação a Aguz⁴²⁵. Por carta passada em Sintra, em 28 de Agosto de 1508, era-lhe doado de juro e herdade “*a capitania do nosso castello d’arguz com todollos poderes, juridicam e alçada*”⁴²⁶, acrescentando-lhe, em 8 de Novembro do mesmo ano, duzentos e treze mil anuais, a partir de Janeiro de 1509⁴²⁷. Entretanto, as intrigas sucediam-se contra o capitão Diogo de Azambuja, pelo que o monarca substituiu-o por Nuno Fernandes de Ataíde na capitania de Safim. Talvez para o compensar – ou mesmo por reconhecimento pelos seus serviços - D. Manuel voltou a doar-lhe de juro e herdade a capitania de Aguz, em 10 de Janeiro de 2010, com cento e cinquenta mil reis de tença, em troca do que recebia desde 1 de Janeiro de 1509⁴²⁸.

É através da *Chronica do Sereníssimo Senhor Rei D. Manoel*, que temos conhecimento da constituição da guarnição deste castelo, em 1513. Diz-nos Damião Góis que, por então, tinha sido escolhido para capitão desta praça Francisco Mendes, que comandava uma pequena guarnição composta apenas por cinquenta besteiros: “*Aguz onde entam estaua por capitam hum Francisco mendez com cincoenta besteiros de pe portugueses*”⁴²⁹. Corriam então boatos sobre a vinda do rei de Marraquexe, pelo

⁴²⁵ Ver David Lopes, “Os portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.541.

⁴²⁶ Carta patente de D. Manuel I, em 25 de Agosto de 1508. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, doc. XXXI, pp.169-173.

⁴²⁷ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.30. Ver também Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415 – 1822)*, p.49; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.541.

⁴²⁸ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.30.

⁴²⁹ Damião de Góis, *Chronica do Sereníssimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XXXV, p.342.

que o adaíl de Safim, Lopo Barriga, e Bentafufa, que andavam a fazer guerra às tribos da Xiátima e ao xerife, correram para Aguz, onde se prepararam para o possível embate. Entretanto também partiu de Safim Nuno da Cunha com duzentas lanças, para se juntar aos companheiros de armas, porém, o rei de Marraquexe não chegou a aparecer⁴³⁰. A referência de Góis a este episódio reveste-se de particular interesse, pois permite-nos reter duas ideias fundamentais. Por um lado, a importância que os portugueses estacionados na Duquela davam a este pequeno castelo, localizado na foz do rio Tensif, também designado por Duarte Pacheco Pereira como “*rio dos sáveis*”⁴³¹. Relembramos que a penetração neste rio – ainda que perigosa – proporcionava o acesso ao interior marroquino, podendo, portanto, funcionar como via para recolher informações quanto às movimentações do rei de Marraquexe. A outra conclusão que podemos retirar deste episódio reside na evidente insuficiência da guarnição incumbida de proteger esta fortaleza satélite de Safim: apenas 50 homens, numa altura em que Safim era defendida por quase 800 homens. É certo que também Mazagão contava com uma guarnição de 60 militares entre 1518 e 1519⁴³², numa altura em que Azamor era defendida por aproximadamente 800 homens.

Contudo, estas fortalezas satélite estavam implantadas em espaços com características geográficas bastante distintas: enquanto o castelo de Mazagão tinha sido edificado numa baía que permitia um excelente ancoradouro e se encontrava a escassos quilómetros da cidade de Azamor, Aguz nem dispunha de acessíveis condições de ancoradouro, como também se encontrava a “*oito legoas de Çafim*”⁴³³, ou seja: aproximadamente 33 quilómetros a sul daquela cidade, pelo que a defesa desta fortaleza satélite apresentava-se bem mais problemática, comparativamente a Mazagão. Assim sendo, é bastante provável que estes soldados não tenham tido uma vida facilitada. Pelo menos o mandado de D. Pedro de Azevedo que determinava o pagamento de 480 réis a quem trouxe os doentes que estavam em Aguz, em Outubro de 1509, poderá indicar a existência de confrontos entre esta guarnição e as tribos da região⁴³⁴. Também Durval

⁴³⁰ Sobre este assunto veja-se David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, pp.486-487.

⁴³¹ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, p.68.

⁴³² Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão - A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.175. Ver anexo II, Gráfico 7.

⁴³³ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, IV, Capítulo LXXXV, p.601.

⁴³⁴ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 19, n.º 21.

Pires de Lima refere um “*assalto a um pequeno castelo no rio de Aguz*”⁴³⁵, pelos cavaleiros do xerife, no fim do mesmo ano de 1513. Calculamos que se tratasse efectivamente da fortaleza satélite de Safim, pois o investigador sublinha que este acontecimento, que “*encheu ânimo dos infiéis, fez apenas sorrir desdenhosamente os nossos capitães*”. De resto, este episódio acaba por ser demonstrativo da insuficiência e da vulnerabilidade em que se encontrava a guarnição deste castelo. Recordamos que, de acordo com Góis, a guarnição era composta por 50 besteiros, não se encontrando na sua alusão qualquer referência a cavaleiros, que poderiam oferecer combate fora da fortaleza, ou a artilheiros, que poderiam repelir os sitiadores à distância.

Não deixa de ser curioso o facto de Aguz não ser mencionado em trabalhos de outros investigadores que se debruçaram sobre a História das possessões portuguesas em Marrocos. É o caso de Vergílio Correia, em *Lugares Dalém – Azemôr, Mazagão, Çafim* ou de Otilia Rodrigues Fontoura, em *Portugal em Marrocos na Época de D. João III – Abandono ou Permanência?* Porém, e ainda que Aguz tivesse tido um papel secundário em relação a outras possessões na região da Duquela, sempre serviu de base de apoio às operações militares que tinham lugar a sul de Safim, tal como aconteceu, por exemplo, aquando da malograda entrada em que Nuno Fernandes de Ataíde perdeu a vida⁴³⁶.

Sabemos que em 1517, quando Safim esperava um ataque por parte dos mouros, a guarnição de Aguz foi evacuada e o local posteriormente ocupado por Muley Naçar⁴³⁷. Esta informação reveste-se de grande importância, pois também ela atesta a existência de uma primeira construção manuelina, o que vem contrariar a teoria de Jorge Correia quanto à construção de um castelo em pedra e cal somente a partir de 1519⁴³⁸. Com efeito, já a carta de nomeação para a capitania de Aguz, de Agosto de 1508, referia claramente o “*dicto castello da Aguz*”⁴³⁹. Além disso, e se realmente não existisse nenhuma fortificação no local, onde estariam aquartelados os 50 besteiros que Francisco

⁴³⁵ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.54.

⁴³⁶ Segundo Góis, foi de Aguz que o capitão de Safim partiu para a malograda entrada, depois de ali ter montado um acampamento para “as mulheres & outra gente fraca” das tribos que o acompanhavam nessa empresa. Ver Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, IV, Capítulo VI, p.456.

⁴³⁷ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.72.

⁴³⁸ Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.346.

⁴³⁹ Carta patente de D. Manuel I, em 25 de Agosto de 1508. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. XXXI, pp.169-173. Ver também Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415 – 1822)*, p.49; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.541.

Mendes comandava em 1513? De onde teria sido evacuada a guarnição que ali se encontrava em 1517? E que estruturas teriam sido ocupadas por Muley Naçar após este despejo?

Todavia, Jorge Correia não se engana quanto ao castelo projectado a partir de 1519. De facto, a *lettre de présentation pour Duarte Fogaça*, de 11 de Outubro de 1520, denuncia a ordem para a construção de uma obra: “*Praza vos a saber que nos temos mandado edeficar o castello d'Aguz e povoar*”⁴⁴⁰, o que sugere o abandono do local por parte dos homens de Muley Naçar.

É provável que a guarnição destinada a proteger este novo castelo tivesse chegado em 1521, uma vez que uma carta de Nuno Mascarenhas ao rei, datada do mesmo ano, antevia confrontos com os mouros assim que se desse início à empreitada⁴⁴¹. Não sabemos qual a composição desta guarnição⁴⁴², porém, é certo que não tiveram a vida facilitada. Algumas fontes atestam confrontos com os mouros que, vendo-a isolada, não se cansavam de investir contra ela. A carta de D. João III a Gonçalo Mendes Sacoto, de Junho/Julho de 1523, refere os danos que a gente do xerife provocou no castelo de Aguz: “*acerqa do castelo d'Aguz e do dano que nelle fez a gente do Xarife*”⁴⁴³, o que deixa adivinhar um ataque em que foi usada artilharia. Pouco tempo depois, em 10 de Setembro do mesmo ano, era o mesmo capitão que pedia ao rei para prover aquela guarnição, pois “*cada dia lhe corem e matão homens*”⁴⁴⁴.

Uma vez que são escassas as referências à guarnição desta fortaleza satélite de Safim, talvez a análise das suas estruturas nos possa facultar algumas informações. Pelo adarve dotado de ameias de corpo largo, com abertas e frestas para o tiro mergulhante e a pequena distância, podemos deduzir que, possivelmente, a guarnição da praça terá contado com alguns bombardeiros. Pelo menos, as cinco canhoneiras que permitiam fazer fogo alto assim o sugerem. Todavia, e apesar de Jorge Correia afirmar que os

⁴⁴⁰ Carta de apresentação de Duarte Fogaça, em 11 de Outubro de 1520. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXII, pp.281.

⁴⁴¹ Carta de Nuno Mascarenhas a D. João III, em 1521. Transcrito de Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*, pp.189-190.

⁴⁴² No decurso desta investigação deparámo-nos com o “Rol das pessoas para o alardo que fazia o contador no castelo de Aguz”. Não nos foi possível consultar tal documento, porém, é possível que possa facultar-nos algumas informações quanto à composição desta guarnição. Ver A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 107, nº 1.

⁴⁴³ Carta de D. João III a Gonçalo Mendes Sacouto, em Junho/Julho de 1523. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc.LXXIX, pp.308-311.

⁴⁴⁴ Carta de Gonçalo Mendes Sacouto a D. João III, em 10 de Setembro de 1523. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXXI, pp.319-322.

baluartes “*possuíam bocas de fogo radiais*”⁴⁴⁵, devemos manter algumas reservas, pois a concepção arquitectónica poderia não ser sinónimo de real apetrecho bélico e, conseqüentemente, da presença de técnicos especializados para exercem as funções subjacentes à utilização de eventuais bocas-de-fogo.

Se é verdade que não sabemos ao certo a data de chegada da primeira guarnição de Aguz sabemos, pelo menos, quando esta definitivamente evacuada. Segundo António Dias Farinha, Gonçalo Mendes Sacoto, um dos valorosos capitães de África e adail-mor do reino de Portugal, foi encarregado pelo rei de abandonar Aguz em 1525⁴⁴⁶. Também Vitorino Magalhães Godinho partilha da mesma opinião quando refere que “*Este edifício, por se ter reconhecido a sua inutilidade, foi evacuado em 1525*”⁴⁴⁷. Talvez não seja exagerado admitir que a intenção de abandonar esta posição pairava no espírito de D. João III desde 1523, pois já nesse ano parecia o monarca ponderar que destino dar a Aguz. “*do castelo d'Aguz (...) e o que por noso serviço devemos mandar acerqa do dito castello, nos tomaremos logo acerqa d'isso aquela detrymynaçam que nos parecer mais noso serviço, e vos mandaremos d'iso rrecado*”⁴⁴⁸.

Da mesma maneira, também uma carta enviada a D. João III, por seis prisioneiros portugueses do xerife, em Setembro de 1523, denuncia a intenção do seu abandono: “*Rey nosso senhor derribaria Aguz, do qual apomtamento lhe rrespomdeo que ell Rey querrya derrybar Aguz pello nom poder soster, em que era manha pêra lhe fazerem derrubar ho seu castello*”⁴⁴⁹. Verifica-se assim, que a reformulação da estratégia norte africana de D. João III foi uma preocupação do monarca desde os primeiros anos do seu reinado. Neste sentido, não exagera Pedro Cardim quando defende uma reforma administrativa dos territórios extra-europeus assim que D. João III assumiu as rédeas do governo⁴⁵⁰. Ao contrário do Castelo Real do Mogador, tomado

⁴⁴⁵ Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.348.

⁴⁴⁶ António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, p.65.

⁴⁴⁷ Vitorino Magalhães Godinho, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, p.95.

⁴⁴⁸ Carta de D. João III a Gonçalo Mendes Sacoto, em Junho/Julho de 1523. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXIX, pp.308-311; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº 55. Ver também Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.264.

⁴⁴⁹ Carta enviada a D. João III por seis prisioneiros portugueses do xerife, em Setembro de 1523. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXXII, pp.323-328.

⁴⁵⁰ Pedro Cardim, “A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III. Entre o império e a reputação”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, pp.628-629.

pelos mouros em circunstâncias que desconhecemos, Aguz acabou por ser abandonado ao reconhecer-se que os gastos que implicavam a sua conservação não justificavam o proveito que advinha na sua posse. A História viria a dar razão ao capitão de Safim, Nuno Mascarenhas, quando em Setembro de 1519 escreveu ao rei: “*Aguz nam serve de nenhúa cousa porque nam esta em lugar de que hos Alarves possam receber nenhúa apressão. Podya aproveytar pêra menos trabalho da jemte que daquy emtrar; este proveyto he asaz pouquo pêra tamto custo*”⁴⁵¹.

3.2 Organização militar

As praças portuguesas em Marrocos eram, fundamentalmente, praças de guerra. Por esse motivo estavam organizadas de modo a responder às suas funções essencialmente bélicas. Procuraremos, neste capítulo, apresentar a organização das guarnições das praças da região da Duquela, seguindo, para tal, o critério tradicional da hierarquia militar.

3.2.1 Capitão

No contexto português, a designação “capitão” já era frequente, ainda antes da conquista de Ceuta. Esta denominação de origens medievais aparece-nos para denominar o comandante de uma força militar terrestre ou naval (ainda que durante a Idade Média a guerra naval fosse pouco mais do que o transporte de soldados terrestres). A capitania compreendia, portanto, o comando dos contingentes fornecidos pelos senhores feudais, de modo que os portugueses usaram esta designação para os comandantes que lideravam as tropas no processo de expansão para o norte de África. Deste modo, o capitão ou governador⁴⁵² apresentava-se como o comandante supremo no

⁴⁵¹ Carta de Nuno Mascarenhas a D. Manuel I, nos inícios de 1519. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LVII, pp.221-224. Ver também A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº25; Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.260.

⁴⁵² João Cosme refere que durante o século XV, nem sempre o cargo de governador e de capitão estava entregue à mesma pessoa. Ver João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XI. Aliás, de acordo com Francisco Bethencourt, foi depois da vitória portuguesa no grande cerco a Mazagão, em 1562, que o título

contexto da hierarquia militar das praças portuguesas de Marrocos, e respondia directamente perante o rei de Portugal⁴⁵³, ao contrário do que se verificava na Índia, onde os capitães respondiam a um poder intermédio: o vice-rei⁴⁵⁴. Assim sendo, os capitães das praças do norte de África partilhavam o mesmo estatuto. Aliás, esta igualdade e competitividade entre os capitães e a sua relação directa com o rei pode perfeitamente explicar os frequentes climas de conflitualidade entre os capitães e entraves à realização de acções conjuntas⁴⁵⁵. Porém, quem eram estes indivíduos? E como chegavam a este posto? Para respondermos a estas questões devemos, antes de mais, recuar no tempo até ao início da expansão portuguesa. Vejamos: uma vez conquistada Ceuta, em 1415, quem foi escolhido por D. João I para defender a cidade? Tal como podemos acompanhar na *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, nenhum dos grandes fidalgos do reino manifestou qualquer interesse em ficar a capitanear a praça recém-conquistada. A primeira escolha do monarca português recaiu em Nuno Álvares Pereira, que declinou o convite, uma vez que o velho condestável já não estava “em tal idade pera o suportar”⁴⁵⁶. A segunda escolha incidiu sobre Gonçalo Vasques Coutinho, que recusou em virtude da “sua idade, como por outras cousas, que o impidiam”. A terceira opção foi em Martim Afonso de Melo, “mui bom cavaleiro para semelhante encargo”⁴⁵⁷, mas que também declinou a incumbência, o que deixou o rei bastante descontente. Porém, perante a recusa deste, o posto acabou por ser atribuído a D. Pedro de Meneses, após ter manifestado ao rei a vontade de ficar a capitanear a recém-conquistada praça⁴⁵⁸.

Admitamos que o condestável Nuno Álvares Pereira e o marechal do reino Gonçalo Vasques Coutinho possam ter recusado a capitania da cidade em virtude da sua idade avançada. Mas que dizer de Martim Afonso de Melo? Porque razão terá recusado tamanha “honra e louvor”? Ora, antes de mais, devemos ter em consideração que este

de governador foi acrescentado ao título tradicional de capitão. Ver Francisco Bethencourt, “As Capitánias”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.345.

⁴⁵³ Cf. Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. I, pp.41-42.

⁴⁵⁴ Mafalda Soares da Cunha; Nuno Gonçalo Monteiro, “Vice-Reis, Governadores e Conselheiros do Governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e Caracterização Social”, in *O Imaginário do Império*, pp.94-100.

⁴⁵⁵ Já aqui referimos, a título de exemplo, a rivalidade entre o capitão de Azamor, Rui Barreto, e o capitão de campo de Azamor, D. João de Menezes, que também mantinha uma relação bastante tensa com o capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde.

⁴⁵⁶ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Livro I, Capítulo V, p.20.

⁴⁵⁷ Gomes Eanes de Zurara, *Cónica da Tomada de Ceuta*, Capítulo XCIX, p.282.

⁴⁵⁸ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Livro I, Capítulo V, pp.20-23.

fidalgo era este guarda-mor do monarca português⁴⁵⁹, para além de distinto membro da alta nobreza do reino. No capítulo dedicado ao modo como Nuno Álvares Pereira tinha andado na guerra, diz-nos Fernão Lopes que Martim Afonso de Melo comandava duzentas lanças em companhia do próprio condestável⁴⁶⁰. Que interesse poderia ter um dos grandes fidalgos do reino em arriscar a sua confortável vida na defesa de uma praça isolada, distante, e em território inimigo? Tal não era o caso de D. Pedro de Meneses, descendente de uma linhagem para quem o conflito resultante da crise de 1383-1385 tinha sido decididamente adverso. Recordamos que este fidalgo descendia dos Teles de Meneses⁴⁶¹, partidários de D. Beatriz durante o conflito que opôs o mestre de Avis à filha do rei D. Fernando. Pela lealdade a D. Beatriz, os vários nobres que seguiram o partido da filha do falecido monarca foram apelidados de traidores e o seu património distribuído pelos apoiantes dos partidários de D. João I⁴⁶². Assim sendo, o desinteresse dos outros fidalgos pela capitania de Ceuta apresentou-se como providencial oportunidade para D. Pedro de Meneses, pois ao voluntariar-se para o cargo tornava-se possível recuperar o prestígio perdido e voltar a ascender no seio da nobreza.

Acabamos por verificar que a indisponibilidade dos grandes fidalgos do reino em defender as praças do norte de África remonta a 1415. Basicamente, foi o que também se verificou com as praças da região da Duquela. Recordamos que, em 1513, quando o duque de Bragança liderou a conquista de Azamor, acabou por cedo regressar ao reino, em 21 de Novembro do mesmo ano⁴⁶³, deixando a capitania da cidade a Rui Barreto, alcaide-mor de Faro e vedor da fazenda do Reino do Algarve, e a capitania de campo a D. João de Menezes⁴⁶⁴, que já tinha comandado a expedição a Azamor de 1508.

Normalmente, os capitães eram eleitos por decisão régia, depois de provarem o seu valor em anteriores cenários de guerra. A título de exemplo, referimos aqui Nuno

⁴⁵⁹ João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.38.

⁴⁶⁰ Fernão Lopes, *Chronica de El-Rei D. João I*, Capítulo CC, p.125.

⁴⁶¹ É o próprio Zurara que estabelece a relação de parentesco com a rainha Leonor Teles. Ver Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Livro I, Capítulo III, p.12.

⁴⁶² Ver Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Menezes – O primeiro capitão de Ceuta*, pp.41-46. Ver também Luís Miguel Duarte, “A Morte do Capitão (veteranos e “maçaricos” na guerra marroquina no séc. XV”, in *XII Colóquio “Laços Histórico Militares Luso Magrebinos. Perspectivas de Valorização”*, p.100.

⁴⁶³ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, vol. III, p.520; Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.195.

⁴⁶⁴ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LXVI, p.368.

Fernandes de Ataíde, alcaide de Alvor e nomeado capitão de Safim por D. Manuel depois de ter servido como fronteiro em Arzila⁴⁶⁵, onde se “portou briosamente, não só como guerreiro, mas como amigo dos seus almogávares”⁴⁶⁶. Ainda assim, muitas vezes as escolhas recaíam sobre membros das mesmas famílias. Todavia, no que se refere às praças da região da Duquela, raramente se concedeu o cargo de capitão a uma determinada família, como sucedeu nas praças no norte de Marrocos, como em Arzila, com os condes de Borba e Redondo, ou em Ceuta, com os marqueses de Vila Real e condes de Alcoutim⁴⁶⁷. O mandato dos capitães em cada praça durava essencialmente três anos⁴⁶⁸, pelo que posteriormente eram destacados para outras praças do Algarve dalém mar ou para outras possessões ultramarinas mais distantes.

Um bom exemplo reside na carreira de Luís de Loureiro⁴⁶⁹. Ora vejamos: depois de ter distinguido no cerco a Safim de 1510-1511 e ter exercido o posto de adail na mesma praça, encontramo-lo em Alcácer Ceguer, onde serviu largos anos⁴⁷⁰. Foi nomeado capitão de Safim, pela primeira vez, ainda em 1534, depois de D. João de Faro ter morrido às mãos dos mouros e Rui Freire ser considerado demasiado novo para exercer o cargo⁴⁷¹. Entre 1534 e 1538 foi capitão em Santa cruz do Cabo Guê⁴⁷² e entre 1541 e 1542 voltamos a encontrá-lo como capitão de Safim⁴⁷³. Entre 1542 e 1548 foi capitão de Mazagão⁴⁷⁴ e entre 1552 e 1553 encontramo-lo como capitão de Tânger, onde viria a falecer num confronto com os mouros⁴⁷⁵. Deste modo, o “fidalgo mancebo”

⁴⁶⁵ António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (séculos XIV a XVI)*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.260-261.

⁴⁶⁶ Para galardoar os seus “feitos no Algarve dalém mar”, D. Manuel doou-lhe também o monopólio da venda de sal aos armadores do Cabo de Criche e do termo de Sagres. Ver Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.34.

⁴⁶⁷ A única exceção conhecida aplica-se a Álvaro de Carvalho e a seu filho Pedro Álvares de Carvalho, a quem foi concedida a capitania de Mazagão por toda a vida, já depois da reformulação da estratégia Norte Africana de D. João III. Posteriormente, outras pessoas da mesma família desempenharam as mesmas funções, com pequenos intervalos, até 1607. Ver António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Stvdia*, 26, pp. 251-252.

⁴⁶⁸ Francisco Bethencourt, “As Capitánias”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.343.

⁴⁶⁹ Luís Loureiro foi um dos grandes cavaleiros de África. D. João III acrescentou as suas armas por carta de 26 de Julho de 1551, em atenção aos muitos serviços prestados à Coroa na guerra em África. Ver Afonso Eduardo Martins Zúquete, *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*, pp.317-318.

⁴⁷⁰ A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, Nº 48; Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.363.

⁴⁷¹ Ver também Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.91; Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. II, p.237.

⁴⁷² Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.72.

⁴⁷³ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, pp.103-106.

⁴⁷⁴ Augusto Ferreira do Amaral, in *Mazagão - A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, pp.233-339.

⁴⁷⁵ D. Fernando de Menezes, *História de Tânger Durante la Dominacion Portuguesa*, pp.84-85.

que Durval Pires de Lima refere aquando de um combate em 22 de Dezembro de 1511, chegaria a capitanear quatro das praças portuguesas do Algarve Dalém mar, para além de ter estado presente em inúmeros outros cenários de guerra, como a expedição a Mamora de 1515⁴⁷⁶ ou a evacuação de Arzila⁴⁷⁷ e Alcácer Ceguer, em 1550⁴⁷⁸.

Um outro exemplo interessante reside na carreira de António Leite, “*um desses capitães que, bem ao espírito da época, procurou a promoção social através da carreira das armas no teatro de guerra hostil e sangrento que era a cruzada portuguesa em Marrocos*”⁴⁷⁹. Cavaleiro da Ordem de Cristo, começou por ser contador em Azamor, ainda em 1513⁴⁸⁰. Porém, viria a ser capitão em Azamor, Mazagão, Alcácer Ceguer e Seinal⁴⁸¹. Como recompensa pelos serviços prestados à coroa no Algarve Dalém, D. João III agraciou-o, em 20 de Agosto de 1542, com o cargo vitalício de Senhor (ou alcaide) de Arenilha⁴⁸², no Algarve Daquém, ficando incumbido de defender e proteger a margem portuguesa do Guadiana das incursões da pirataria berberesca⁴⁸³.

Ora, não nos devemos esquecer que, para além dos motivos de honra e brio militar, estes capitães aspiravam à obtenção de fortuna e novos títulos, depois de servirem nas praças do Algarve Dalém. Com efeito, muitos destes títulos eram relativos a rendas no Algarve Daquém pelo que, deste modo, a Coroa conseguia fixar no Algarve

⁴⁷⁶ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.103.

⁴⁷⁷ Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, Tomo II, pp.444-456.

⁴⁷⁸ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, vol. IV, pp.124-125; Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, pp.167-171.

⁴⁷⁹ Fernando Pessanha, “António Leite – Capitão nas praças do Norte de África e Senhor de Arenilha”, in *Jornal do Baixo Guadiana*, N^o 138, p.24.

⁴⁸⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, livro 15, fl. 172.

⁴⁸¹ Sobre a carreira de António Leite no Norte de África veja-se Rui Jorge Ferreira Henriques, “*Quão grande trabalho é viver!*” *António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos (1513-1549)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Universidade Nova de Lisboa, pp.66-115.

⁴⁸² Trata-se de um couto de homiziados que se situava onde hoje se encontra Vila Real de Santo António. É através da Carta de Privilégio concedida por D. Manuel em 8 de Fevereiro de 1513, que irá surgir a nova vila de Santo António de Arenilha. Ver Frei João de São José, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, pp.54-55. Ver também Márcia Lisa Grilo, “Na Margem Direita do Guadiana Face a Espanha”, in *Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista*, pp.31- 57; Hugo Cavaco, *Pelas Praias de Arenilha e Mares de Monte Gordo*, pp.13-20. Do mesmo autor ver ainda “Ecos da Expansão Portuguesa em Marrocos”, in *Contributos para a Construção da História Local*, pp.20-23.

⁴⁸³ O corso e a pirataria magrebina foi um sério problema para as povoações do litoral algarvio até à assinatura do Tratado de Paz entre Portugal e Marrocos, em 1774. Ver Fernando Pessanha, “Sobre o corso e a pirataria magrebina no Algarve”, in *Jornal do Algarve*, N^o 2842, 15 de Setembro de 2011, p.15.

peninsular alguma nobreza capaz de socorrer as praças situadas na costa marroquina⁴⁸⁴. Como Romero de Magalhães bem observou, “a ligação de Portugal com as praças marroquinas fazia-se através do Algarve e, em princípios do século XVI, sobretudo por Tavira”⁴⁸⁵, de modo que os títulos e rendas que fixavam estes fidalgos no Algarve daquém não eram inocentes e tinham uma intenção claramente estratégica. Veja-se o caso do capitão de campo de Azamor, D. João de Menezes, que antes de morrer foi agraciado com o título de Conde de Aljezur⁴⁸⁶, o caso do já referido António Leite, agraciado com o senhorio de Arenilha depois de capitanear Azamor e Mazagão, ou o caso de Garcia de Melo, nomeado alcaide-mor de Castro Marim depois dos serviços prestados em Larache, Arzila e Safim⁴⁸⁷. Outro exemplo interessante reside na doação do monopólio da venda de sal no termo de Sagres a Nuno Fernandes de Ataíde, de modo a “galardoar os seus feitos no Algarve dalém mar”⁴⁸⁸.

Não se pense, contudo, que estes títulos, rendas e mercês no Algarve Daquém eram exclusividade dos capitães que serviam na região da Duquela. Também os capitães das praças portuguesas do norte marroquino viram os seus serviços serem recompensados. Exemplo paradigmático é caso do capitão de Ceuta, D. Fernando de Meneses, agraciado com o condado de Alcoutim⁴⁸⁹, ou o caso do capitão de Tânger João de Meneses, o púcaro, a quem foi atribuída a alcaidaria de Albufeira⁴⁹⁰. De resto, é interessante notar que esta tendência continuará a persistir apesar do abandono de parte considerável das praças portuguesas em meados do séc. XVI. É nesse contexto que encontramos como governadores ou “capitães generaes” do Algarve antigos

⁴⁸⁴ Será o estabelecimento desta fidalguia no Algarve daquém que irá levar ao desenvolvimento de cidades como Tavira, elevada a cidade em 1520 e principal porto de abastecimento e defesa das praças do Algarve Dalém. Ver António dos Santos Pereira, *Portugal, O Império Urgente (1475 – 1525) – os espaços, os homens e os produtos*, pp.71-75.

⁴⁸⁵ Joaquim Romero de Magalhães, *O Algarve na Época Moderna*, pp.81-96. Do mesmo autor ver também *Para o Estudo do Algarve Económico Durante o Século XVI*, pp.238-239.

⁴⁸⁶ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, vol. III, p.526. Ver também Teresa Lacerda, “D. João de Meneses. Um Retrato da Nobreza Portuguesa em Marrocos”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, p.130

⁴⁸⁷ Luís Miguel Duarte, “Garcia de Melo em Castro Marim (a actuação de um alcaide mor no início do século XVI)”, in *III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, pp.131-149. Ver também Fernando Pessanha, “Garcia de Melo – Alcaide-mor de Castro Marim e anadel-mor dos besteiros”, in *Jornal do Baixo Guadiana*, Nº155, Abril de 2013, p.21.

⁴⁸⁸ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.34.

⁴⁸⁹ Frei João de São José, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, pp.56-57.

⁴⁹⁰ António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (séculos XIV a XVI)*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p.450.

governadores de Mazagão, como Martim Correia da Silva, D. Gonçalo Coutinho⁴⁹¹, ou ainda antigos capitães de Ceuta e Tânger, como D. Duarte de Meneses ou D. Afonso de Noronha⁴⁹².

Apesar dos exemplos acima referidos, não devemos partir do pressuposto que a carreira destes capitães, que começavam por servir em Marrocos, ficava circunscrita aos Algarves dalém e daquém. É igualmente frequente encontrarmos capitães ou fronteiros nomeados para os governos de outras regiões ou possessões do império português depois de servirem nas praças marroquinas. Apresentamos, à guisa de exemplo, o caso de Martim Afonso de Melo que, depois de ter servido como capitão em Mazagão, partiu para a Índia e posteriormente para a China, onde D. Manuel lhe mandou construir uma fortaleza de que seria o primeiro capitão⁴⁹³. Também Garcia de Noronha, que foi capitão de Safim em 1534 e 1535⁴⁹⁴, foi posteriormente nomeado vice-rei da Índia, onde esteve entre 1538 e 1540, data da sua morte⁴⁹⁵. De igual modo Álvaro de Noronha, que foi capitão em Azamor por duas vezes (1517-1521 e 1523-1525), foi enviado para a Índia em 1538, onde esteve ao serviço de seu pai, Garcia de Noronha, o já referido vice-rei da Índia entre 1538 e 1540⁴⁹⁶.

Todavia, a Índia não era destino exclusivo dos fidalgos que exerciam funções de chefia nas praças da Duquela, pois o mesmo acontecia com os que serviam nas praças do norte marroquino. Veja-se o caso de D. Afonso de Noronha, que foi enviado para a Índia como vice-rei depois de ter sido capitão de Ceuta entre 1538 e 1549⁴⁹⁷, ou caso de D. Duarte de Meneses, também enviado para a Índia como governador depois de ter

⁴⁹¹ Luíz Caetano de Lima, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...*, p.330-333; Damião António de Lemos Faria e Castro, *Política Moral, E Civil, Aula da Nobreza Lusitana*, pp.86-87.

⁴⁹² Luíz Caetano de Lima, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa...*, p.330-333; Damião António de Lemos Faria e Castro, *Política Moral, E Civil, Aula da Nobreza Lusitana*, pp.87.

⁴⁹³ Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Parte I, Capítulos XXVIII – XXIX, pp.67-72. Ver também Luís Costa e Sousa, *A Arte na Guerra – A Arquitectura dos Campos de Batalha no Portugal de Quinhentos*; João Paulo Oliveira Costa & Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaldes – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, pp.38-40.

⁴⁹⁴ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.91. Ver também as ordens de pagamento de D. Garcia de Noronha, documentos publicados in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc.s II e III, pp.15-17.

⁴⁹⁵ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. II, pp.149-150. Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol.4, p.401.

⁴⁹⁶ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. II, p.142.

⁴⁹⁷ Teresa Lacerda, “A nobreza na Carreira da Índia no reinado de D. João III – uma avaliação social”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, pp.402, nota 4; Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol.4, p.400; Jorge Colaço; George Vicente, (coord.), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 21, p.179.

sido capitão em Tânger entre 1508 e 1521⁴⁹⁸, “onde tinha ganhado muyta honra”⁴⁹⁹. Acabou por voltar à capitania de Tânger entre 1536 e 1539⁵⁰⁰. De registrar ainda que a tendência em nomear vice-reis e governadores da Índia com experiência de guerra do Norte de África persistirá ao longo da segunda metade do séc. XVI e XVII⁵⁰¹.

De um modo geral, cabia aos capitães a administração da justiça criminal, em conjunto com o ouvidor e com os auditores gerais da guerra. Das suas deliberações nessa área havia recurso para o juiz assessor do Conselho de Guerra. Em matéria militar, cabia ao capitão as decisões superiores, depois de ouvir o Conselho de Guerra local, composto pelos mais graduados comandantes militares das praças⁵⁰². Também pertencia ao capitão propor ao monarca os adaís e os alcaides-mores; os dois mais altos cargos militares abaixo dele. A hierarquia da estrutura militar e administrativa reflectia-se ainda no soldo dos diversos oficiais, sendo o capitão o militar com a melhor remuneração. Todos os militares recebiam, além da tença anual paga em mantimento, uma outra paga em moeda. No caso do capitão de Safim, em 1511, a remuneração compreendia um total de 114.000 reais⁵⁰³. Era, portanto a mesma tença que recebia o capitão de Mazagão em 1514⁵⁰⁴, e praticamente a mesma tença que recebia o capitão de Azamor, em 1514, isto é, 114.464 reais⁵⁰⁵.

⁴⁹⁸ António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (séculos XIV a XVI)*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.449-450; Jorge Colaço; George Vicente, (coord.), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 19, pp.729-730.

⁴⁹⁹ Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Parte I, Capítulo XXI, p.46.

⁵⁰⁰ D. Fernando de Meneses, *Historia de Tanger Durante la Dominacion Portuguesa*, pp.68-79; Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, vol.4, p.261.

⁵⁰¹ Dos oito vice-reis nomeados na primeira metade do séc. XVII, só metade tinha estado previamente na Índia, tendo a experiência de guerra sido adquirida sobretudo no Norte de África. Ver Mafalda Soares da Cunha; Nuno Gonçalo Monteiro, “Vice-Reis, Governadores e Conselheiros de Governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e Caracterização Social”, in *O Imaginário do Império*, p.99.

⁵⁰² Cf. Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão, A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, pp.124-125.

⁵⁰³ Rol dos mantimentos, de direitos e soldos e tenças de derradeiro quartel de 1511 que há-de pagar Estevão d’Aguiar, feitor de Çafim. Documento publicado por João Cosme, in *A Guarnição de Safim em 1511*, p.4.

⁵⁰⁴ David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, p.45.

⁵⁰⁵ João Cosme, in *A Guarnição de Safim em 1511*, XII.

3.2.2 Alcaide-mor

O alcaide-mor era o governador do castelo, ou cidadela⁵⁰⁶. A sua principal função era a defesa e a guarda do castelo e, segundo as Ordenações Manuelinas, “*incorria na pena de traição aquele que por sua culpa o perdesse*”⁵⁰⁷, pelo que devia sustentar o castelo até à morte. Desta forma, era obrigado a fazer a menagem, sendo para tal auxiliado pelo alcaide do mar, que superintendia tudo o que respeitasse ao porto da praça, e o alcaide das portas⁵⁰⁸. Também estes alcaides eram eleitos por decisão régia, tal como pelas cartas de mercê presentes nas chancelarias Régia⁵⁰⁹. Reparámos que, por vezes, este cargo era atribuído ao próprio capitão, acumulando assim os dois postos militares. Diogo de Azambuja, por exemplo, foi nomeado capitão e alcaide-mor do Castelo Real de Mogador, como podemos ver pela carta régia passada em 27 de Junho de 1507.⁵¹⁰ No entanto, o mais provável é que este acumular de funções apenas se verificasse em possessões como os fortes ou os castelos, e não nas cidades fortificadas onde as exigências da defesa implicavam outra repartição de responsabilidades. Álvaro Rafael, por exemplo, foi alcaide-mor de Azamor numa altura em que a cidade era capitaneada por Rui Barreto⁵¹¹. Outro exemplo bastante conhecido é o de Gonçalo Mendes Sacoto, que foi alcaide-mor de Safim durante o cerco de 1510,⁵¹² numa altura em que a cidade era capitaneada por Nuno Fernandes de Ataíde. Acabou por exercer esse posto durante dez anos, até 1520⁵¹³. De resto, a competência com que exerceu este cargo fê-lo chegar a capitão em Azamor⁵¹⁴, Safim⁵¹⁵ e Tânger⁵¹⁶.

⁵⁰⁶ Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.27; Francisco Bethencourt, “As Capitánias”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.344.

⁵⁰⁷ Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, Vol. VII, p.25.

⁵⁰⁸ Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.61; David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, p.44; António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Stvdia*, 26, pp.256-257.

⁵⁰⁹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 111v.

⁵¹⁰ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguêsa em Çafim (1506 – 1542)*; p.26; Carlos Antero Ferreira, *Castelo da Mina*, p.17.

⁵¹¹ Carta de nomeação de Álvaro Rafael, Cavaleiro da Casa Real, para alcaide-mor de Azamor, em 30 de Setembro de 1513. Documento publicado por Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.126.

⁵¹² Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XII, p.285.

⁵¹³ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguêsa em Çafim (1506 – 1542)*, p.81.

⁵¹⁴ Curiosamente, Jorge Correia não refere Gonçalo Mendes Sacoto na lista de capitães de Azamor, em *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África...* No entanto, encontramos várias fontes que o referem como capitão de Azamor entre 1521 e 1522. Ver Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, vol. I, p.87; Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Parte I, Capítulo XXXII, pp.78-80. Ver também

3.2.3 Adail

O adail desempenhava o cargo militar de maior importância operacional, depois do capitão, pelo que lhe competia directamente o “*governo da gente da guerra*”⁵¹⁷. Este comandava toda a cavalaria que, tinha a maior importância nas situações de combate fora das muralhas das fortalezas. O seu posto era conferido por mérito depois de ter percorrido uma carreira exemplar na chefia de cavaleiros⁵¹⁸. Assim foi com o famoso Lopo Barriga que, depois de ter servido em Arzila, foi nomeado adail de Safim ainda no tempo do capitão Diogo de Azambuja⁵¹⁹. O capitão Nuno Fernandes de Ataíde, que o tinha em grande consideração, manteve-o no seu cargo e foi provavelmente por sua recomendação que o rei lhe fez mercê em 1511⁵²⁰ e que em 1515 é feito “*fydalgo de cora d’armas*”⁵²¹. Encontramo-lo ainda em Safim, em 29 de Junho de 1541⁵²², e posteriormente em Mazagão, em 1548, como podemos comprovar pela carta ao rei onde o informa da vitória que teve contra os mouros, em 22 de Abril desse ano⁵²³.

Um outro adail que se distinguiu na região da Duquela foi o célebre Vasco Fernandes César. Depois de ter ajudado na construção do castelo de Mazagão, serviu em Azamor por dois anos, onde se distinguiu como “*muito esforçado cavaleiro*”, comandando várias surtidas para fazer cativos e roubar gado. Notabilizou-se em 1519, quando atacou uma força de infantaria em Tite, a sul de Mazagão. Da força marroquina

A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 99, nº 75; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, Parte II, maço 99, nº 113.

⁵¹⁵ Gonçalo Mendes Sacoto foi escolhido para governador da praça por D. João III, em 22 de Dezembro de 1522, em substituição de D. Nuno de Mascarenhas, que fora aprisionado pelos mouros. Ver Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.81; Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.73.

⁵¹⁶ D. Fernando de Menezes, *História de Tânger Durante la Dominacion Portuguesa*, pp.75-76; Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.71.

⁵¹⁷ David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, p.41; Ver também António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Stvdia*, 26, p.252; Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.27; João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XVII; Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.116.

⁵¹⁸ Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão, A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, pp.124-125.

⁵¹⁹ Cf. Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.35.

⁵²⁰ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 8, fl. 105v.

⁵²¹ Carta de nobreza para Lopo Barriga, de 7 de Abril de 1515. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, doc. CXXXVII, pp.683-686. Ver também Afonso Eduardo Martins Zúquete, *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*, pp.85-86.

⁵²² A.T.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 70, nº9.

⁵²³ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 80, nº 100.

não houve um só sobrevivente⁵²⁴. Foi então chamado ao reino, onde D. Manuel lhe entregou o comando de uma caravela de guerra cuja missão era patrulhar o mar e assegurar a segurança das ligações entre o Algarve a Andaluzia e as praças em Marrocos⁵²⁵. O mesmo Vasco Fernandes César que começou a sua carreira militar como adail, em Azamor, chegou a “*feitor e guarda mor da carga e descarga (...) da Índia e das suas armadas*”⁵²⁶.

De acordo com Augusta Lima Cruz, os adais recebiam um soldo que rondava os 2.600 reais até 1522, altura em que o rei aumentou-a para os 3.600 reais⁵²⁷. Porém, não deixámos de reparar os 3.600 reais era o soldo auferido por Lopo Barriga, já em 1511⁵²⁸.

3.2.4 Almocadém

Na hierarquia militar seguia-se, por ordem decrescente, o almocadém⁵²⁹. Segundo Augusto Ferreira do Amaral, o sentido original deste termo, no séc. XV, designava o cavaleiro mouro ou guia ao serviço de Portugal nas praças de África. A designação acabou por evoluir no decorrer do séc. XVI, passando a designar o posto do adjunto do adail e que o substituía nos seus impedimentos⁵³⁰. Ainda assim, era um posto frequentemente desempenhado por autóctones (muçulmanos capturados e convertidos), pois eram os melhores conhecedores da geografia destes locais. Deste modo, competia-lhes o reconhecimento do campo, precedendo o exército e cada um deles comandava

⁵²⁴ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, IV, Capítulo XXXIX, p.526.

⁵²⁵ A carreira de Vasco Fernandes César como Capitão da Armada do Estreito, ao serviço das praças do Algarve Dalém, ficou marcada por inúmeros episódios bélicos contra os corsários de Larache e Tetuão. Ver José Vergílio Amaro Pissarra, “Vasco Fernandes César, capitão da Armada do Estreito”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*, pp.139-156. Ver também Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. I, pp.176-178.

⁵²⁶ A.N.T.T. *Chancelaria de D. João III*, liv. 27, fl. 82-82 v. Documento também publicado por José Vergílio Amaro Pissarra, “Vasco Fernandes César, capitão da Armada do Estreito”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*, pp.151-152.

⁵²⁷ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.120, nota57.

⁵²⁸ João Cosme, in *A Guarnição de Safim em 1511*, XVII.

⁵²⁹ António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Stvdia*, 26, p.254; Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.26.

⁵³⁰ Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão, A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.226.

vinte e cinco almogavares⁵³¹. Conhecedores do terreno palmo a palmo, faziam frequentes correrias, aprisionando mouros e gado. Assim sendo, nas correrias ou almogavarias, o adail ia na vanguarda com os almocadens e os almogávares. Estes conduziam a bandeira por atalhos e veredas conhecidas, evitando as emboscadas durante o trajecto e surpreendendo as aldeias sem dar tempo a que os mouros pudessem fugir com os gados e víveres. Alguns almocadéns tornaram-se célebres. É o caso de David Lopes, almocadém em Safim que, com uma força diminuta, teve a ousadia de ir tomar uns aduares às portas da cidade de Marraquexe⁵³². Este almocadém, por exemplo, auferia um soldo de 4.000 reais por ano⁵³³.

3.2.5 Anadel-mor

A classe dos cavaleiros era constituída não só pelos altos cargos militares que já referimos, como também pelos espingardeiros e os besteiros⁵³⁴, que podiam servir a cavalo ou a pé. Era o anadel-mor comandava estes cavaleiros besteiros e espingardeiros⁵³⁵. Garcia de Melo, alcaide-mor de Castro Marim⁵³⁶ e anadel-mor dos besteiros, foi um dos militares que mais se notabilizou com este posto. Foi como anadel-mor que, em 1504, dirigiu um vitorioso ataque a Larache⁵³⁷, e é com o mesmo

⁵³¹ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XVII; Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.27; António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Stvdia*, 26, p.254.

⁵³² Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LIV, p.384. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, pp.500-501.

⁵³³ João Cosme, in *A Guarnição de Safim em 1511*, p.140.

⁵³⁴ Otilia Rodrigues Fontoura inclui ainda, na classe dos cavaleiros, os lanceiros e arcabuzeiros. Ver Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.26.

⁵³⁵ Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, Vol. VII, p.16; David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, p.41; António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Stvdia*, 26, p.256; Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.116; Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão, A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.226. Francisco Bethencourt, “As Capitánias”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.344.

⁵³⁶ Luís Miguel Duarte, “Garcia de Melo em Castro Marim (a actuação de um alcaide mor no início do século XVI)”, in *III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, pp.131-149.

⁵³⁷ Larache era um conhecido ninho de piratas que incansavelmente atacava as costas do Algarve Daquém. No ataque liderado por Garcia de Melo foram capturadas 5 galeotas, 2 bergantins e uma caravela, incendiando uma galé e três caravelas. Ver Rui Landeiro Godinho, “A Armada do Estreito de Gibraltar no século XVI”, in *A Guerra Naval no Norte de África (Séculos XV-XIX)*, p.120.

posto que encontramos-lo em Arzila, em 1508⁵³⁸. Em 1508 foi encarregado da defesa marítima de Safim⁵³⁹, em 1513 combateu na conquista de Azamor⁵⁴⁰ e em 1516 socorreu o cerco a Arzila com doze caravelas⁵⁴¹, juntamente com Rui Barreto, vedor da Fazenda do Algarve. Esteve ainda presente em acções em Mamora, Azamor e Safim, onde acabou por se tornar capitão entre 1526 e 1529⁵⁴². Também Jorge de Melo, que já aqui referimos, era anadel-mor dos besteiros a cavalo, quando D. Manuel o incumbiu da construção de uma fortaleza em Mazagão, ainda em 1505⁵⁴³. Tratava-se, portanto, de um posto militar de grande importância e que proporcionava uma ascensão que podia chegar ao topo da hierarquia militar.

3.2.6 Besteiros

As transformações ocorridas na classe dos besteiros, na transição do século XV para o século XVI, revestem esta força militar de particular interesse. Sabemos que em 24 de Março de 1498, D. Manuel extinguiu os corpos de milícias de acotiados, besteiros de conto e de câmara, substituindo-os pelos besteiros da fraldilha no Alentejo e no reino do Algarve “*por serem necessários para o serviço do reino, socorro e defesa dos lugares de África*”⁵⁴⁴. Esta reforma militar de D. Manuel deu-se depois de reunidas as cortes de 1498. Para tal muito contribuiu o descrédito e a decadência em que estava mergulhada a classe dos besteiros, para além de ser demonstrativa das transformações que o uso da pólvora começava a operar na da arte da guerra.

Da leitura do rol dos pagamentos da guarnição de Safim do último quartel de 1511, publicado por João Cosme, retirámos algumas conclusões interessantes: os

⁵³⁸ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 7, n.º 61. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 17, n.º 5. Ver também Fernando Pessanha, “Garcia de Melo – Alcaide-mor de Castro Marim e anadel-mor dos besteiros”, in *Jornal do Baixo Guadiana*, Nº155, Abril de 2013, p.21.

⁵³⁹ Cf. Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.31.

⁵⁴⁰ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XLVII, p.371.

⁵⁴¹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, IV, Capítulo V, p.455.

⁵⁴² Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, pp.85-88. Também encontramos diversas cartas de e para o capitão de Safim, Garcia de Melo, publicadas em *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, pp.356-387.

⁵⁴³ João Paulo Oliveira Costa & Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.20.

⁵⁴⁴ Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, Vol. VII, p.21. Ver também João Figuerôa-Rêgo, *O Algarve e as Praças Marroquinas – nos Livros das Portarias e de Matrícula da Casa Real (séculos XVI – XVIII)*, p.43; João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, p.59.

besteiros, que constituíam 20% da guarnição, dividiam-se entre os que combatiam a pé e os que combatiam a cavalo. Os que combatiam a pé eram então 34, e os que combatiam a cavalo 31. Porém, não pudemos deixar de reparar que os besteiros que combatiam a pé auferiam um soldo superior ao dos besteiros que combatiam a cavalo, o que não deixa de ser interessante, se tivermos em consideração que os soldados de pé costumavam ganhar consideravelmente menos que os soldados que serviam a cavalo. Apresentamos, a título de exemplo, o caso de Afonso Roíz, de Castro Marim, que combatia a pé e recebia um soldo de 750 reais, quando Pêro Machado, de Lagos, combatia a cavalo e recebia um soldo de 500 reais⁵⁴⁵. Ainda assim, verificámos que os soldos dos besteiros de pé não eram todos iguais, pois enquanto uns recebiam 750 reais, outros apenas recebiam 300 reais por mês, passando o mesmo com os besteiros que combatiam a cavalo, já que uns recebiam 500 reais e outros apenas 300 reais.

No decorrer do séc. XVI, com a generalização das armas de fogo, os besteiros cederam lugar às companhias de piques e de arcabuzeiros⁵⁴⁶. Porém, as armas de fogo ainda não eram muito frequentes, especialmente durante o primeiro quartel do séc. XVI. Assim sendo, a contratação de besteiros continuou a ser frequente, não só no Algarve Daquém⁵⁴⁷, como nas praças do algarve Dalém. Prova disso é a guarnição do castelo de Aguz, que contava apenas com cinquenta besteiros, em 1513⁵⁴⁸. Por outro lado, também inúmeras cartas mencionam o envio de besteiros ao longo da primeira metade do séc. XVI. Exemplo disso é a carta de Jorge Viegas ao rei, em 1525, onde pede que lhe sejam enviados cem besteiros para a defender Azamor⁵⁴⁹, ou os cem besteiros que o vedor da fazenda do Algarve, Nuno Rodrigues Barreto, mandou para Safim em 1536⁵⁵⁰.

De resto, os besteiros continuaram a exercer o seu papel na vida militar até ao período sebástico. Recordamos que, já no reinado de D. Sebastião, e no âmbito dos exercícios semanais das tropas de ordenança, os prémios dos atiradores de arcabuzes

⁵⁴⁵ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XIX-XX. Ver também Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.111.

⁵⁴⁶ Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas*, p.60.

⁵⁴⁷ A nomeação de besteiros para as praças do Algarve Daquém continuou a ser frequente durante o reinado de D. Manuel I. Veja-se o caso da praça de Castro Marim. A.N.T.T. *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 24v; A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 5, fl. 25.

⁵⁴⁸ Damião de Góis, *Chronica do Sereníssimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XXXV, p.342.

⁵⁴⁹ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 18, n.º 18.

⁵⁵⁰ Carta de D. João III ao Conde Castanheira, em 11 de Outubro de 1536. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XXVI, pp.65-66.

eram o dobro do dos besteiros⁵⁵¹, o que acaba por atestar o papel que estes ainda tinham na segunda metade do séc. XVI.

3.2.7 Espingardeiros/Arcabuzeiros

A classe dos arcabuzeiros, frequentemente designada “espingardeiros” nos documentos quinhentistas, reveste-se de particular interesse, não só por se tratar do corpo militar que dominava um tipo de armamento altamente tecnológico para a altura, como também pela componente técnica subjacente ao manejo das suas armas. Nas praças portuguesas da Duquela são frequentes as referências aos espingardeiros/arcabuzeiros, logo nos inícios do século XVI. Relembramos que pouco depois da conquista de Safim, Diogo de Azambuja pediu o envio de cem espingardeiros para defender a cidade⁵⁵². Do mesmo modo, António Leite enviou várias dezenas de espingardeiros para Mazagão, em 1514, de modo a que fosse assegurada a defesa da empreitada⁵⁵³.

Ora, porquê o interesse destes líderes militares em ter espingardeiros/arcabuzeiros entre as suas forças? Não nos podemos esquecer que os espingardeiros correspondiam a uma percentagem muito reduzida no conjunto que compunha as guarnições militares, na primeira metade do séc. XVI. Recordamos ainda que os espingardeiros representavam apenas 10% da guarnição de Safim, em 1511, ou que era intenção de D. Manuel I, em Fevereiro de 1514, deixar apenas cem espingardeiros em Azamor ficando o resto da guarnição em “*trezentas lanças e trezentos besteiros*”⁵⁵⁴. A resposta é simples. O espingardeiro/arcabuzeiro era um soldado de muito proveito, ideal para escaramuças, polifacetado no campo de batalha e temível pelo poder ofensivo das suas armas⁵⁵⁵. Temos que ter em consideração que as

⁵⁵¹ António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.12.

⁵⁵² A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº101.

⁵⁵³ Carta de António Leite a D. Manuel I, em 27 de Julho de 1514. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. CXI, pp.575-586. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, vol. III, pp.526-227; Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão- A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.229.

⁵⁵⁴ Carta de Rui Barreto a D. Manuel I, em 21 de Fevereiro de 1514. Documento publicado por Jorge Correia, in *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, pp.492-498; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº 114.

⁵⁵⁵ António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.12.

armas de fogo, apesar de pouco numerosas, adequaram-se perfeitamente aos teatros de guerra no ultramar, pois o número reduzido de efectivos que as manejavam era compensado pela eficiência do seu armamento pessoal. Assim sendo, eram soldados bastante úteis nas entradas rápidas e cirúrgicas que os portugueses faziam em território inimigo, pois não só manejavam uma arma de fogo portátil, como também extremamente letal em encontros de curta distância. Note-se que, para além dos cavaleiros que combatiam com lança, as almogavarias que os portugueses lançavam fora das fortalezas contavam frequentemente com uma força composta por besteiros e por espingardeiros. A título de exemplo apresentamos apenas quatro casos ocorridos na Duquela: a entrada realizada em Janeiro de 1512, e onde Nuno Fernandes de Ataíde utilizou quatrocentas e trinta lanças e cem besteiros e espingardeiros⁵⁵⁶; a entrada realizada em Novembro de 1519, e onde D. Nuno Mascarenhas utilizou duzentos e sessenta cavaleiros e sessenta peões besteiros e espingardeiros⁵⁵⁷; a entrada realizada em Novembro de 1522, onde Gonçalo Mendes Sacoto utilizou duzentos de cavalo e cem besteiros e espingardeiros de pé⁵⁵⁸; e a entrada realizada em Julho e 1541, onde D. Rodrigo de Castro utilizou cento e noventa homens de cavalo, trezentos e vinte soldados de presídio e cento e vinte besteiros e espingardeiros de pé⁵⁵⁹.

Da análise destes números chegamos a duas conclusões bastante evidentes. Em primeiro lugar, o número de soldados que combatiam com lança decresceu gradualmente ao longo do tempo, o que é facilmente compreensível se tivermos em consideração que a cavalaria foi perdendo terreno para a infantaria⁵⁶⁰ e que a estratégia ofensiva deu lugar a uma estratégia de carácter mais defensivo. Em segundo lugar, o número de soldados que combatia com armas de fogo foi aumentando, o que não só evidencia uma paulatina generalização destas armas como ainda nos remete para um

⁵⁵⁶ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XIII, p.287; Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.42.

⁵⁵⁷ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, IV, Capítulo XLIV, p.532.

⁵⁵⁸ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. I, p.96. Ver também Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Parte I, Capítulo XXXII, pp.78-80.

⁵⁵⁹ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. II, pp.186-188. Alguns documentos apresentam outros números. Ver Carta de diversos moradores de Safim contra D. Rodrigo de Castro, em 9 de Julho de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXV, pp.464-467. Ver também a carta de D. Rodrigo de Castro a D. João III, em 8 de Julho de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXIV, pp.454-463. Ver anexo II, Gráfico 14.

⁵⁶⁰ Décadas depois, na batalha de Alcácer Quibir, a cavalaria portuguesa nem sequer atingia 10% dos efectivos totais. Ver António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.14.

maior domínio e grau de eficácia das mesmas⁵⁶¹. Recordamos que, em 1472, a guarnição de Tânger apresentava apenas “*diez artilleros y arcabuceros*”⁵⁶², porém, em 1511, já encontramos 32 espingardeiros em Safim⁵⁶³. Aliás, é a própria tratadística militar quinhentista que adverte para a necessidade de compor as companhias com maior número de soldados que combatam com armas de fogo portáteis. Em *Regimento da Guerra*, cuja data de publicação é desconhecida, Martim Afonso de Melo – autor cuja sólida formação militar foi adquirida no Norte de África e na Índia – defende que “*temos necessidade de mais arcabuzes, para com eles ofendermos o inimigo de mais longe, e por isso dou mais arcabuzes às companhias (...) dou a cada companhia de 300 homens (...) 170 arcabuzeiros, e 130 piqueiros*”⁵⁶⁴. Por outro lado, esta tendência é facilmente verificável através do soldo auferido. Da análise do documento relativo aos pagamentos da guarnição de Safim no último quartel de 1511, constatámos que, contrariamente aos besteiros, os espingardeiros que combatiam a cavalo auferiam um soldo consideravelmente superior ao dos espingardeiros que combatiam a pé. Os de cavalo recebiam 900 reais, enquanto os de pé apenas recebiam 500 reais⁵⁶⁵, numa altura em que espingardeiros de Safim representavam 10% do total da Guarnição⁵⁶⁶. De resto, a disparidade dos vencimentos entre os espingardeiros e os besteiros mostra bem a importância que já então era atribuída a esta tecnologia bélica nos princípios do século XVI.

3.2.8 Fronteiros

Os fronteiros pertencem a uma categoria que se torna difícil enquadrar no plano da hierarquia militar que aqui se pretende expor, pois esta designação não se refere a um posto militar em concreto, mas antes uma classe militar. No quadro da expansão

⁵⁶¹ Note-se ainda que, apesar dos besteiros estarem incluídos neste grupo, devemos ter em consideração que andavam a perder importância para os espingardeiros/arcabuzeiros, pelo que o aumento verificável no gráfico em anexo acaba por ser determinado essencialmente pelos soldados que combatiam com armas de fogo e não pela classe dos besteiros.

⁵⁶² D. Fernando de Menezes, *História de Tânger Durante la Dominacion Portuguesa*, p.51.

⁵⁶³ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XXI.

⁵⁶⁴ Martim Afonso de Melo, *Regimento da Guerra*, apud Luís Costa e Sousa, *A Arte na Guerra – A Arquitectura dos Campos de Batalha no Portugal de Quinhentos*, p.88.

⁵⁶⁵ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XXI.

⁵⁶⁶ Ver anexo II, Gráfico 11.

portuguesa para o Norte de África, a designação de “fronteiro” surge logo na *Crónica da Conquista de Ceuta*, quando o concelho se pronuncia acerca da guarda da cidade⁵⁶⁷. Porém, e mais importante do que determinar quando surge esta designação, é perguntarmo-nos quem eram afinal estes fronteiros. Com efeito, os nobres da era de quatrocentos e quinhentos conservavam características herdadas da tradição medieval, na medida em que a honra militar apresentava-se inseparável da honra nobiliárquica⁵⁶⁸. Nas Cortes de Évora de 1481 foi regulamentado o serviço militar que devia ser prestado pelos nobres. Deste modo, ficou determinado que todos os senhores e fidalgos que usufruíssem de tenças vitalícias fossem obrigados a servir com determinado número de lanças, segundo a renda que cada um tivesse⁵⁶⁹. Dava-se assim origem a uma classe particular no seio da nobreza portuguesa; a fidalguia de armas formada nas praças de guerra marroquinas.

De modo geral, os fronteiros eram fidalgos do reino que, motivados pelos ideais de honra e fortuna, encontravam nos territórios ultramarinos cargos de importância militar. Desta forma, as praças portuguesas do Algarve dalém surgiam como terreno de eleição para jovens nobres desejosos de promoção social e ascensão na carreira das armas⁵⁷⁰. O ingresso nos quadros dirigentes apresentava-se como a recompensa destinada a estes fidalgos que voluntariamente serviam nas praças e que levavam às suas custas grupos de homens de armas e servidores. Do mesmo modo, também os homens de armas que acompanhavam os seus senhores nas praças do Algarve dalém esperavam ver os seus serviços reconhecidos através de mercês, pelo que muitas acções militares em Azamor, Safim, e posteriormente em Mazagão, serviram de catapulta para o surgimento de novas vagas de cavaleiros angariados para as casas senhoriais. A título de exemplo apresentamos o caso de Francisco do Rego, um morador de Safim que chegou ao Norte de África aquando de uma das levas de gente de armas. Notabilizou-se durante a tomada de Azamor, quando estava ao serviço de D. Jaime, duque de Bragança. Como reconhecimento pelos seus serviços foi feito cavaleiro por D. Jaime e

⁵⁶⁷ Gomes Eanes de Zurara, *Cónica da Tomada de Ceuta*, Capítulo XCVIII, p.280.

⁵⁶⁸ Cf. Abel dos Santos Cruz, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1515-1464)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.26-28.

⁵⁶⁹ Fortunato de Almeida, *História de Portugal*, Vol. VII, p.11.

⁵⁷⁰ Cf. Carlos Selvagem, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, pp.257-258; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. IV, p.90; António dos Santos Pereira, Portugal, *O Império Urgente (1475 – 1525) – os espaços, os homens e os produtos*, p.136.

foi posteriormente confirmado por D. Manuel, em 29 de Agosto de 1514⁵⁷¹. Outro exemplo reside em Francisco Nunes, morador de Faro, e que também se notabilizou durante a tomada de Azamor. Como reconhecimento pelos seus serviços foi armado cavaleiro por Rui Barreto, alcaide-mor de Faro e vedor da fazenda do Reino do Algarve, tendo-lhe sido confirmado o privilégio de cavaleiro com os direitos e liberdades habituais inerentes ao título, em 23 de Março de 1514⁵⁷².

No entanto, muitas vezes as forças dos fronteiros acabavam por funcionar como um contra poder dentro da mesma praça, pois dificilmente os seus homens de armas se submetiam às directrizes de outro comandante que não o seu senhor. Esta situação era agravada quando chegavam às praças grandes contingentes de fidalgos da maior nomeada e que acatavam mal as ordens dos capitães. Por este motivo os moradores e veteranos de guerra acabavam por olhar com alguma desconfiança para estes fidalgos, que podiam mesmo representar um perigo para as próprias fortalezas⁵⁷³.

Os fronteiros serviam por períodos de três a quarto anos, durante os quais desenvolviam as suas capacidades militares na escola prática de guerra que era a presença portuguesa em Marrocos. António Manuel Hespanha, por exemplo, refere que os fortes do Norte de África desempenharam, durante o séc. XVI, a “*função de lugares de treino militar*”⁵⁷⁴. E, realmente, as praças de Marrocos acabavam por oferecer um conjunto de condições aliciantes para os jovens fidalgos que desejavam exercitar-se do domínio das armas: a proximidade do reino, o contacto directo com o infiel, e realidades climatéricas mais austeras que as experimentadas em Portugal. Era, portanto, o domínio da arte militar e os grandes feitos em batalha que funcionavam como veículo de diferenciação e promoção social⁵⁷⁵ ao abrigo de uma mentalidade ainda dominada pelo espírito de cruzada e por ideais nobiliárquico-feudais. Aliás, é curioso notar que esta mentalidade belicista de raízes medievais, temporariamente refreada por D. João III,

⁵⁷¹ João Figuerôa-Rêgo, *O Algarve e as Praças Marroquinas – nos Livros das Portarias e de Matrícula da Casa Real (séculos XVI – XVIII)*, pp.50-51.

⁵⁷² A.N.T.T., *Chancelaria D. Manuel I*, liv. 11, fl.10.

⁵⁷³ João Paulo Oliveira Costa & Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.48.

⁵⁷⁴ António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.18.

⁵⁷⁵ Cf. Francisco Bethencourt, “A Administração da Coroa”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.401.

ressurgiu em força durante o reinado de D. Sebastião; um reinado em que a actividade bélica serviu de factor moralizador da própria sociedade⁵⁷⁶.

Ao terminarem o seu serviço, os fronteiros podiam voltar a Portugal ou ingressavam nos quadros militares das praças⁵⁷⁷, iniciando assim uma carreira que lhes poderia levar aos mais altos cargos das chefias militares. Exemplo disso é o caso do já referido Nuno Fernandes de Ataíde, nomeado capitão de Safim depois de ter servido como fronteiro em Arzila⁵⁷⁸, ou o também já referido Luís de Loureiro, nomeado capitão de Santa Cruz do Cabo Guê, Safim, Mazagão e Tânger depois de ser servido como fronteiro em Alcácer Ceguer⁵⁷⁹.

Os que voltavam para o reino eram frequentemente agraciados com títulos e mercês, frequentemente no Algarve Daquém, de onde podiam socorrer as praças do Algarve Dalém. Outros, porém, acabavam por ser enviados para a Índia depois do estágio militar que era a guerra marroquina. Caso bastante conhecido é o de D. João de Castro, que foi vice-rei da Índia portuguesa depois de ter servido em Tânger como fronteiro durante nove anos⁵⁸⁰, já para não falar do poeta Luís de Camões.

3.2.9 Soldados de cavalo

A cavalaria revestiu-se de particular importância na guerra do Norte de África, na medida em que era a força por excelência, utilizada nas incursões em território inimigo. Ainda que besteiros, espingardeiros ou mesmo soldados de pé pudessem participar nestas operações, era a cavalaria que se apresentava em maior número, em virtude do seu poder de choque e rapidez de acção. Como David Lopes bem observou, “*na guerra do mouro, bom cavaleiro, só com gente a cavalo se podia combater*”⁵⁸¹.

⁵⁷⁶ Luís Costa e Sousa, *A Arte na Guerra – A Arquitectura dos Campos de Batalha no Portugal de Quinhentos*, p.70.

⁵⁷⁷ António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Stvdia*, 26, p.228.

⁵⁷⁸ António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (séculos XIV a XVI)*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pp.260-261.

⁵⁷⁹ A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, Nº 48; Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.363.

⁵⁸⁰ Cf. Francisco Contento Domingos, “A Guerra em Marrocos”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.226; Jorge Colaço; George Vicente, (coord.), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, pp.337-340.

⁵⁸¹ David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, p.41.

Aliás, o mesmo autor, numa outra obra, denuncia mesmo a admiração pelos ginetes marroquinos, referindo-se aos mesmos da seguinte maneira: “*não houve no mundo melhores cavaleiros (...) no acometer eram impetuosos*”⁵⁸². Não era, portanto, de estranhar que a cavalaria portuguesa tivesse tão importante papel no combate contra tão intrépido inimigo. E, de facto, assim o foi ao longo da primeira metade do séc. XVI, ainda que tenhamos verificado uma redução das forças de cavalaria e um aumento gradual das forças de infantaria no decurso desse meio século. Porém, foi com a reformulação da estratégia norte africana de D. João III, que se deu uma mudança drástica, passando a cavalaria a representar uma percentagem consideravelmente mais reduzida no total de efectivos que compunham as guarnições. Como já anteriormente referimos, em 1542, depois da grande empreitada, Mazagão viu a sua cavalaria reduzida a 100 homens⁵⁸³, ou seja; 14% da guarnição total, enquanto em 1518 esta força militar constituía 42% da guarnição.

Ainda que se tenha verificado essa redução da cavalaria ao longo da primeira metade do séc. XVI, esta continuou a manter parte do seu antigo prestígio. Luís Mendes de Vasconcelos, que publicou *A Arte Militar* em 1612 (iniciada no séc. XVI), ainda considerava o homem de armas a cavalo como o mais nobre soldado em campo, considerando mesmo o comandante da cavalaria mais nobre que o comandante dos arcabuzeiros⁵⁸⁴. De resto, esta persistência acabava por reflectir o apego às tradições antigas, ficando o prestígio social desta força militar sobejamente sobrevalorizada face à sua verdadeira funcionalidade no campo de batalha quinhentista.

Não deixa de ser irónico o facto de, não obstante o orgulho de servir na cavalaria, estes soldados ganharem muito menos que os besteiros e os espingardeiros. No último quartel de 1511, o soldo dos cavaleiros variava entre 185 e 350 reais por mês⁵⁸⁵, ou seja; se excluirmos os soldados de pé e os degredados, os soldados de cavalo eram os que auferiam o soldo mais baixo. De acordo com Maria Augusta Lima Cruz, a titularidade da propriedade de cavalo poderia determinar a diferença de soldos⁵⁸⁶. Ainda

⁵⁸² David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. IV, p.106.

⁵⁸³ Carta de Luís Loureiro a D. João III, em 15 de Dezembro de 1542. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. IV, doc. XXXV, pp.113-119.

⁵⁸⁴ Luís Mendes de Vasconcelos, *A Arte Militar*, apud António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, pp.14-15.

⁵⁸⁵ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XVIII-XIX.

⁵⁸⁶ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.111.

assim, não é de descartar a hipótese de o soldo mais alto ser atribuído por determinação régia.

3.2.10 Soldados a pé

Para além das já mencionadas forças militares, as guarnições das praças eram constituídas pelas companhias de infantaria, ou seja: peões e gente do campo (almogávares e atalaias). Ora, a centralização política que caracterizou o reinado de D. Manuel I e o paulatino desmembramento da sociedade feudal acompanharam um crescimento da hoste régia, nomeadamente através das companhias de ordenanças, o que veio a atribuir uma crescente importância papel às tropas apeedas. Com efeito, as tropas apeedas representavam a maior parte nas guarnições militares⁵⁸⁷, não apenas nas praças da região da Duquela, como nas restantes praças portuguesas em Marrocos. Porém, não obstante esta realidade, dizia Jerónimo Osório no séc. XVI: “*pela maneira como guerreávamos em África, raras vezes pelejava a infantaria*”⁵⁸⁸. Achamos, contudo, a afirmação do Bispo do Algarve demasiado redutora.

Com efeito, competia aos soldados de pé a defesa das fortalezas, guarnecendo os muros e os revelins⁵⁸⁹. Ainda assim, não combatiam somente durante os cercos - que não eram assim tão raros - que os mouros punham às possessões portuguesas. Os soldados de pé também combatiam no processo de conquista das praças. Aquando da conquista de Azamor, por exemplo, quando a artilharia começou a bombardear os muros, a gente de infantaria avançou para eles, ficando numa posição bastante desprotegida e à mercê de “*tiros darremesso, & panelas de breu alcatram, & outros materiaes que lançauam de cima do muro*”⁵⁹⁰. Além disso, também podiam participar em entradas no território inimigo, ainda que a cavalaria fosse a principal força militar nesse tipo de operações militares. Exemplo disso foi a grande entrada que teve lugar em Outubro de 1511, e em que Nuno Fernandes de Ataíde utilizou 460 lanças e 500

⁵⁸⁷ David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, p.43.

⁵⁸⁸ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.40.

⁵⁸⁹ Cf. António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Stvdia*, 26, p. 228.

⁵⁹⁰ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LCVII, pp.372. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.514.

homens de pé⁵⁹¹, ou a entrada realizada em Julho e 1541, onde D. Rodrigo de Castro utilizou 190 homens de cavalo, 320 soldados de presídio e 120 besteiros e espingardeiros de pé⁵⁹². De resto, esta utilização de soldados de pé, nas entradas em território inimigo, era algo que remonta aos primeiros anos da presença portuguesa em Marrocos. Um exemplo reside na referência feita por Zurara a um ataque português a Tetuão, em 1435, e onde o capitão D. Duarte de Meneses utilizou 150 de cavalo e 300 de pé⁵⁹³.

As companhias de infantaria, seguindo a hierarquia por ordem decrescente, eram comandadas por um capitão de infantaria, um sargento e um apontador de soldados. Estes cargos eram atribuídos por nomeação régia e concedidos, por vezes, em propriedade⁵⁹⁴. Durante a primeira metade do século XVI combatiam, frequentemente, munidos de besta, porém, pouco tempo depois, a introdução das armas de fogo na infantaria provocou uma drástica e rápida modificação na estrutura do armamento da tropa apeada, assim como na relação numérica e tática com a cavalaria⁵⁹⁵.

Parte destes soldados de infantaria, que acompanhavam os seus senhores na demanda bélica por terras do Norte de África, também desempenhavam outras actividades subalternas, como sapateiros, alfaiates, ferradores, barbeiros, etc, para além das suas funções militares. Em Safim, este era o maior grupo no ano de 1511, constituindo 33% da guarnição. Auferiam então um soldo de 135 reais mensais⁵⁹⁶, enquanto os de Azamor tinham direito a 137 reais mensais⁵⁹⁷.

⁵⁹¹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XIV, p.290; Ver também os números avançados por Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, I, p.158.

⁵⁹² Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. II, pp.186-188. Alguns documentos apresentam outros números. Ver Carta de diversos moradores de Safim contra D. Rodrigo de Castro, em 9 de Julho de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXXV, pp.464-467. Ver também a carta de D. Rodrigo de Castro a D. João III, em 8 de Julho de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXIV, pp.454-463.

⁵⁹³ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Capítulo XXXV, pp.350-355.

⁵⁹⁴ Cf. António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Stvdia*, 26, p.254.

⁵⁹⁵ António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.12.

⁵⁹⁶ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XXII.

⁵⁹⁷ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.111.

3.2.11 Atalhadores e atalaias

Apesar de não pertencerem à cavalaria, os atalhadores e atalaias, habitualmente degredados ou gente de modesta origem, também serviam a cavalo, desempenhando uma função de grande risco. Como a área de ocupação portuguesa era restrita, a tática militar impunha um sistema de vigias que possibilitava a organização da segurança nos arredores das praças. A obtenção de informações sobre as movimentações dos mouros era um elemento fundamental para o sucesso da segurança, daí que o domínio da língua árabe, de modo a comunicar com elementos locais exteriores às fortalezas, fosse indispensável ao desempenho das suas funções estratégicas⁵⁹⁸. Por essa razão, muitas vezes os atalhadores eram mouriscos convertidos ao cristianismo, ou então portugueses de condição humilde que tinham passado pelo cativoiro, desenvolvendo assim grande fluência na língua árabe. Os atalhadores eram autênticos batedores incumbidos de descobrir os caminhos que levavam aos lugares propícios às atalaias. Inspeccionavam sítios, trilhos e caminhos propícios a ciladas, antes de os almocadéns e os almogávares saírem para o campo, juntamente com o adail ou com o capitão. Frequentemente cativavam os desprevenidos mouros da vizinhança, ficando então a saber se o campo estava seguro e se haviam movimentações inimigas na região⁵⁹⁹.

Os atalaias, que se encontravam em pontos estratégicos importantes como pequenas elevações ou outeiros, deveriam dar sinal assim que descobrissem algum grupo inimigo. Se suspeitassem da presença de mouros davam sinal às outras vigias e à torre do sino da praça, que então tocava a rebate⁶⁰⁰. Quando se ouvia o sinal de alarme ou se divisavam grupos de inimigos, saía o adail, para indagar a causa e proteger a retirada dos atalaias e demais pessoal que se encontrasse fora dos muros das cidades. Em época de insegurança, só se ocupavam os postos vizinhos (atalaias curtas) que iam até uns dez quilómetros para o interior. Nas épocas das colheitas, ocupavam-se as distantes (atalaias largas) para proteger os agricultores⁶⁰¹. Em períodos de relativa tranquilidade, quando o campo parecia estar seguro, a população saía para prover às suas necessidades de subsistência.

⁵⁹⁸ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XXI.

⁵⁹⁹ David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, p.43.

⁶⁰⁰ Todas as praças portuguesas dispunham de uma torre alta, onde se encontrava permanentemente um atalaia que vigiava o mar e o campo. Em caso de perigo, este atalaia executava distintos toques a rebate, conforme a gravidade da situação ou o local de onde se adivinhava o perigo. Ver David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, p.42

⁶⁰¹ Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.28.

Em Safim, este grupo constituía 4% da guarnição, no último trimestre de 1511. Recebiam então um soldo de 577 reais mensais⁶⁰², enquanto os de Azamor recebiam um soldo de 555 reais mensais⁶⁰³.

3.2.12 Alfaqueques

Também aqui devemos referir os alfaqueques que, apesar de não desempenharem uma função propriamente militar, estavam inevitavelmente ligados aos assuntos da guerra. O alfaqueque era, portanto, um importante cargo semi-militar, de origem árabe, e que surgiu em Portugal durante o processo da conquista cristã. De acordo com o orientalista Miguel Nimer, alfaqueque significa “*emissário. Aquele que é encarregado de resgatar cativos*”⁶⁰⁴, ou seja: era o alfaqueque que negociava o resgate de escravos e prisioneiros de guerra, que eram normalmente miliares portugueses aprisionados no exterior das praças. De acordo com Edite Alberto, este ofício foi alvo de reestruturação no reinado de D. Afonso V, passando então os alfaqueques a serem nomeados por nomeação régia⁶⁰⁵. Ainda que tenham havido casos de alfaqueques nomeados pelos capitães das praças⁶⁰⁶, era normalmente o rei que os elegia, tal como aconteceu em 1518, quando D. Manuel I nomeou João Fernandes da Fonseca para alfaqueque de Azamor⁶⁰⁷. Tratavam-se, portanto, de indivíduos que se moviam sob a garantia de um salvo-conduto que garantia a sua segurança, servindo de elo de ligação entre as partes em conflito. Segundo António Dias Farinha, “*debaixo da protecção que lhes conferia a sua missão de paz, foram os melhores intermediários entre mouros e cristãos, durante os longos períodos de guerra*”⁶⁰⁸. Deste modo, funcionavam

⁶⁰² João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, p.143.

⁶⁰³ Ver Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.111.

⁶⁰⁴ Miguel Nimer, *Influências Orientais na Língua Portuguesa: os vocábulos árabes, arabizados, persas e turcos: etimologia, aplicações analíticas*, p.61.

⁶⁰⁵ Maria da Conceição Martins Alberto, *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*, Dissertação de Doutoramento em História - Área do conhecimento de Idade Moderna - apresentada à Universidade do Minho, Braga, pp.69-74.

⁶⁰⁶ Tal se passou com D. João de Meneses e D. Vasco Coutinho, aquando das suas capitánias em Arzila e em Tânger.

⁶⁰⁷ Edite Maria da Conceição Martins Alberto, “Resgatar cristãos em terras no Norte de África – O ofício de Alfaqueque no século XV”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, p.48.

⁶⁰⁸ António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Stvdia*, 26, p.271.

igualmente como portadores de notícias, o que lhes atribuiu uma certa importância social, nomeadamente no processo da expansão portuguesa para o Norte de África. Zurara, por exemplo, refere o caso de um alfaaqueque que foi a Ceuta informar quantos mouros tinham perecido numa entrada portuguesa em Tetuão⁶⁰⁹.

Havia no reino um alfaaqueque-mor, que recolhia os donativos consagrados à redenção dos cativos e que superintendia a acção dos alfaaqueques pequenos, destacados nas praças do norte de África⁶¹⁰. De resto, estes alfaaqueques das praças portuguesas de Marrocos eram por vezes judeus⁶¹¹, muito devido à sua fluência na língua portuguesa e na árabe. A título de exemplo, veja-se a carta enviada a D. João III por seis prisioneiros portugueses do xerife e o papel desempenhado por Raby Abraão em todo o processo⁶¹².

3.2.13 Bombardeiros

Também aqui devemos referir o importante papel dos bombardeiros, não fosse a artilharia a grande inovação da tecnologia de guerra na transição da Idade Média para o Renascimento⁶¹³. Porém, e antes de avançarmos, convém esclarecer o significado de “bombardeiro”, ou seja: o “*homem que a bordo lidava não só com as bombardas senão, ainda, com outras bocas-de-fogo*” ou ainda o “*official, que faz pontaria com a artilharia, & a dispara*”⁶¹⁴. Nos primeiros tempos do uso da artilharia, os bombardeiros não eram considerados militares, mas sim mesteirais ou artífices. Muitas vezes eram vistos como homens com ligações a forças diabólicas devido ao secretismo da sua

⁶⁰⁹ Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Livro II, Capítulo XXXV, p.355.

⁶¹⁰ Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, *Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVII) – Cativos e Renegados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, pp.182-183.

⁶¹¹ João Cosme, “Tratado de paz entre Portugal e o reino de Fez - Arzila – 8 de Maio de 1538”, in *Arquipélago * História*, 2ª Série, XIV – XV, 2010-2011, pp.23-26.

⁶¹² Carta enviada a D. João III por seis prisioneiros portugueses do xerife, em Setembro de 1523. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXXII, pp.323-328. Veja-se também o caso do judeu Hycy Adibe, o “língua” da cidade de Azamor. A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl. 131.

⁶¹³ Joel Serrão & Oliveira Marques, *Nova História de Portugal - Vol. V – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, p.65; Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas*, pp.129-158.

⁶¹⁴ Tiago Machado de Castro, *Bombardeiros na Índia. Os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)*, Dissertação de Mestrado em História Marítima apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p.9.

actividade e ao som e explosão que provocavam⁶¹⁵. Porém, com a paulatina aceitação desta tecnologia militar pelos sectores mais conservadores, os bombardeiros acabaram por ganhar o seu próprio *status* por entre os homens da guerra.

O comando geral desta classe militar estava entregue ao capitão de artilharia da praça: o condestável⁶¹⁶. Este capitão tinha por função o comando da artilharia que compunha o baluarte em que servia, sendo para tal assistido por um conjunto de artilheiros, normalmente designados “bombardeiros”, que executavam as suas ordens. No decorrer do séc. XVI, a artilharia passou a ter um papel importantíssimo nas operações de guerra, muito em virtude da contratação de bombardeiros estrangeiros, particularmente flamengos e alemães⁶¹⁷. De acordo com *o Rol dos mantimentos, de direitos e soldos e tenças de derradeiro quartel de bxj, que há-de pagar Estevão d’Aguyar, feitor de Çafim*, sabe-se que a generalidade dos bombardeiros presentes em Safim, no ano de 1511, eram estrangeiros⁶¹⁸, o que vai de encontro ao período de maior contratação de bombardeiros alemães por parte da Coroa, entre os anos de 1508-1511⁶¹⁹. Ainda assim, é possível que os conhecimentos técnicos destes estrangeiros, que passavam pelos processos de fundição de peças, domínio do cálculo de tiro (cálculo da trajectória dos projecteis de artilharia) e manejo das bocas-de-fogo, tenham sido rapidamente assimilados pelos portugueses, pois as fontes documentais apontam para um crescimento gradual de bombardeiros portugueses no decurso da primeira metade do séc. XVI. Tratavam-se, portanto, de militares cuja importância se tornava gradual, sendo-o facilmente verificável pelas mercês que lhes eram feitas. Aliás, António Manuel Hespanha, defende ter-se tornado corrente captar os artilheiros e bombardeiros

⁶¹⁵ Cf. António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, pp.16-17; Ver também Inês Meira Araújo, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p.161.

⁶¹⁶ David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, p.43; Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.116.

⁶¹⁷ Tiago Machado de Castro, *Bombardeiros na Índia. Os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)*, Dissertação de Mestrado em História Marítima apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp.34-37; Franz Halbartschlager, “«Bombardeiros e Comerciantes» Dois exemplos pela colaboração dos alemães na expansão portuguesa no ultramar durante a época de D. João III”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, pp.661-682; Fernando Pedrosa, “A Artilharia Naval Portuguesa no Séc. XVI”, in *Actas do XXIV Congresso Internacional de História Militar*, p.330; Joel Serrão & Oliveira Marques, *Nova História de Portugal - Vol. V – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, p.67.

⁶¹⁸ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XX.

⁶¹⁹ Paulo Drumond Braga, “Bombardeiros alemães do Portugal de D. Manuel I”, in *Portugal-Alemanha-Brasil: Actas do VI Encontro Luso Alemão*, p.55.

com privilégios, alistando-os depois como soldados profissionais pagos⁶²⁰. Como exemplo dessas mercês apresentamos o caso de Jorge Fernandes, bombardeiro morador em Azamor, que obteve do rei a confirmação de posse de umas casas que lhe tinham sido dadas por Rui Barreto, quando estivera por capitão na cidade⁶²¹. Por outro lado, também os soldos auferidos por estes militares acabam por ser representativos da sua crescente importância. De acordo com o já mencionado estudo publicado por João Cosme, o condestável de Safim, em 1511, recebia um soldo de 4.500 reais por trimestre⁶²², o que acaba por ser um soldo acima da média, na medida em que os bombardeiros auferiam um soldo na ordem dos 12 mil reis anuais⁶²³. De resto, trata-se de uma remuneração astronómica se tivermos em consideração que o próprio adail de Azamor recebia, em 1522, um soldo no valor 3.600 anuais⁶²⁴!

Outro dado que aqui devemos salientar é o aumento significativo de bombardeiros das praças portuguesas num curtíssimo espaço de tempo. Se em 1472 encontramos 10 bombardeiros em Tânger⁶²⁵ e em 1511 encontramos 11 bombardeiros em Safim⁶²⁶, em 1515 já encontramos 40 bombardeiros a servir em Arzila⁶²⁷. Ainda assim devemos ser cautelosos face a estes números. Ainda que se tenha verificado um incremento de bombardeiros nas praças portuguesas do Norte de África, no decurso da primeira metade do séc. XVI, estes continuaram a ser poucos face às necessidades das mesmas. De acordo com a estimativa feita por Fernando Pedrosa, em 1536, qualquer caravela da armada tinha doze bombardeiros⁶²⁸. Não pudemos deixar de reparar que, exactamente no mesmo ano, Mazagão contava com apenas 6 bombardeiros, quando o capitão da fortaleza advertia serem necessários 12⁶²⁹.

⁶²⁰ Ver António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.15.

⁶²¹ A.N.T.T., *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 15, fl.155.

⁶²² João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XX.

⁶²³ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte II, maço 93, nº 22. Reparámos que este é também o número avançado por Tiago Machado de Castro. Ver Tiago Machado de Castro, *Bombardeiros na Índia. Os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)*, Dissertação de Mestrado em História Marítima apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p.34.

⁶²⁴ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.120.

⁶²⁵ D. Fernando de Menezes, *História de Tânger Durante la Dominacion Portuguesa*, p.51; António Borges Coelho, *História de Portugal Volume III – A Largada das Naus*, p.184.

⁶²⁶ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XX.

⁶²⁷ Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.29.

⁶²⁸ Fernando Pedrosa, “A Artilharia Naval Portuguesa no Séc. XVI”, in *Actas do XXIV Congresso Internacional de História Militar*, p.332.

⁶²⁹ Carta de Manuel de Sande a D. João III, em 21 de Setembro de 1536. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XXV, pp.59-64. O mesmo documento encontra-se

Com efeito, a crescente importância e afirmação da artilharia fez com que os bombardeiros deixassem de funcionar como um ramo da infantaria para passar a ser um ramo independente. Deste modo, esta categoria militar não deve ser compreendida como hierarquicamente inferior à classe dos soldados de pé, apesar de aqui ser apresentada posteriormente.

3.2.14 Moradores

De um modo geral, a população das praças da região da Duquela, até à reformulação da estratégia norte Africana de D. João III, era constituída essencialmente pelas guarnições militares, sendo a população civil composta por moradores, degredados, famílias e servidores dos fronteiros, judeus e mouros.

Os moradores, ainda que civis, eram normalmente indivíduos com uma grande experiência de guerra (antigos soldados), pelo que podiam participar em todas as actividades militares caso tivessem meios para o efeito, ou seja; armas e cavalo. Aliás, de acordo com Maria Augusta Lima Cruz, os moradores recebiam uma tença sempre que desempenhavam funções militares⁶³⁰. A maior parte destes moradores eram frequentemente algarvios⁶³¹ que, em busca de promoção social e melhores condições de vida, tinham integrado as guarnições militares das praças norte africanas. Porém, alguns não regressavam ao reino e foram-se deixando ficar, “*a ponto de a terra estranha lhes ver nascer filhos, netos e bisnetos*”⁶³². Daí o acérrimo sentimento de pertença à terra norte africana manifestada, principalmente, por quem lá nasceu. Caso paradigmático é o de Bernardo Rodrigues, militar e escritor português nascido em Arzila, e autor do já mencionado *Anais de Arzila*. Apesar de ter vivido toda a vida naquela praça, viu-se obrigado a embarcar para Portugal aquando do despejo desta, em 1550. Razão pela qual

parcialmente publicado por David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.532; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 57, nº 107.

⁶³⁰ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.111.

⁶³¹ Em Azamor, por exemplo, a maior parte da população era oriunda do Algarve. Ver Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, pp.109-110. Ver também Rui Jorge Ferreira Henriques, “*Quão grande trabalho é viver!*” *António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos (1513-1549)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Universidade Nova de Lisboa, p.76.

⁶³² João Figueira-Rego, *O Algarve e as Praças Marroquinas – nos Livros das Portarias e de Matrícula da Casa Real (séculos XVI – XVIII)*, p.45.

se dispôs a escrever a referida obra: “*minha entenção não é outra senão que como se perdeo tão asinalada vila, não se pérção tantos e tão asinalados feitos, como nela se fizêrão (...) me porei a escrever alguma parte das cousas que em meu tempo passarão e de que eu são lembrado*”⁶³³. Caso também interessante são vários indivíduos que surgem nas fontes com o patronímico “*de Ceuta*”, elemento identificador da terra onde nasceram, ou a terra onde passaram parte significativa das suas vidas⁶³⁴.

Sabemos que a cidade de Azamor contou com uma média de 250 moradores – homens válidos e aptos para tarefas militares - ao longo do domínio português, sem contar com as suas mulheres e crianças⁶³⁵. Aliás, Rui Jorge Ferreira Henriques é categórico quando afirma que os moradores de Azamor com aptidão militar nunca ultrapassaram as três centenas⁶³⁶. Ora, se tivermos em consideração que cada fogo era então constituído por uma média de 4 pessoas, o total máximo de moradores deveria rondar os 750 moradores, pois nem todos seriam casados nem teriam família.

Um outro grupo de moradores, se bem que forçados, eram os degredados. Estes eram indivíduos que tinham cometido um crime no reino. O degredo era a pena que lhes tinha sido sentenciada, sendo, portanto, condenados a passar determinado período de tempo nas praças de Marrocos. Deste modo, a Coroa conjugava a aplicação da respectiva pena com o povoamento de zonas estratégicas e onde escasseavam os recursos humanos. Os degredados costumavam ser provenientes do sul de Portugal, principalmente do Algarve. De resto, esta tendência já remontava ao século XV. No ano de 1482, por exemplo, Lopo de Carvalhal, fidalgo escudeiro de Lagos, foi condenado a dois anos de degredo em Ceuta, por furto, injúrias e violência; em 1483, o escudeiro Henrique Vaz, de Castro Marim, foi condenado a dois anos de degredo em Arzila, por feridas dadas; e em 1484, Baltazar Pires, de Loulé, foi condenado a dois anos de degredo em Tânger, por fuga da cadeia de Loulé⁶³⁷. Ainda assim, o degredo não era uma pena vil, e aparece associado a uma condição social de qualidade. De acordo com

⁶³³ Bernardo Rodrigues, *Anais de Arzila*, Vol. I, p.82.

⁶³⁴ Paulo Drumond Braga, “A Expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa – Vol. II – A Expansão Quatrocentista*, pp.298-299.

⁶³⁵ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.114.

⁶³⁶ Rui Jorge Ferreira Henriques, “*Quão grande trabalho é viver!*” *António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos (1513-1549)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Universidade Nova de Lisboa, p.76.

⁶³⁷ Sobre estas condenações e respectivos degredos ver José António de Jesus Martins, *O Reino do Algarve nos finais da Idade Média – Os concelhos algarvios no séc. XV*, pp.45-50.

Maria Augusta Lima Cruz, os castigos de açoite ou degredo dependiam da condição social do condenado, ou seja; se o réu se situava abaixo ou acima do escudeiro. Deste modo, os de maior condição social eram condenados a dois anos de degredo em África, "em lugar das penas de açoites com baraço e pregão"⁶³⁸, ao contrário dos de condição social inferior a escudeiros, que podiam ser condenados ao degredo nas galés⁶³⁹. No último quartel de 1511 havia 31 degredados em Safim⁶⁴⁰, enquanto em Azamor só havia 8 em 1521⁶⁴¹. Mensalmente, os degredados recebiam 85 reais em ambas as praças.

A família e servidores dos fronteiros são outro grupo que aqui deve ser referido. Sabemos que depois da grande empreitada de Mazagão, em 1541, quando a praça concentrou as forças que nesse ano tinham abandonado Azamor e Safim, os governadores e fidalgos que iam servir na fortaleza levavam consigo a esposa, os filhos, os criados e, por vezes, gente de guerra paga às suas custas⁶⁴². Desta maneira, os fidalgos pretendiam alcançar dos monarcas as recompensas que estes reservavam aos que lutavam nos lugares de difícil defesa. Porém, sabemos que já os moradores de Azamor e Safim viviam com as suas famílias nestas cidades. Aquando da reformulação da estratégia norte africana, D. João III determinou que todos os moradores de Azamor que servissem a cavalo se recolhessem a Mazagão juntamente com as suas mulheres⁶⁴³. Aliás, não obstante o carácter fundamentalmente militar das praças marroquinas, a presença de famílias dos homens de armas parece ter sido constante. Em 1470, por exemplo, encontravam-se 100 mulheres e moços e Alcácer Ceguer, quando a guarnição rondava os 400 homens⁶⁴⁴. Ainda assim, a presença das famílias devia resumir-se aos oficiais de maior condição social. Sabemos que alguns capitães faziam-se acompanhar pelas respectivas mulheres, havendo também notícias de filhos e filhas, porém, os soldados deixavam a família no reino, certamente por não terem meios de assegurar a

⁶³⁸ Maria Augusta Lima Cruz, "Degredados e arrenegados portugueses no espaço Índico, nos primórdios do séc. XVI", in *Textos de História*, Vol. 6, Nº 1-2, pp.169-184.

⁶³⁹ Paulo Drumond Braga, "Os forçados das galés. Percursos de um grupo marginalizado", in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida In Memoriam*, Vol. I, pp.187-200.

⁶⁴⁰ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XXV.

⁶⁴¹ Maria Augusta Lima Cruz, "Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor", in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.111.

⁶⁴² Cf. António Dias Farinha, "História de Mazagão Durante o Período Filipino", in *Studia* 26, p.225.

⁶⁴³ Carta de D. João III a Luís Loureiro, em 5 de Outubro de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXXVIII, pp.534-535.

⁶⁴⁴ Paulo Drumond Braga, "A Expansão no Norte de África", in *Nova História da Expansão Portuguesa – Vol. II – A Expansão Quatrocentista*, p.229.

sua subsistência⁶⁴⁵. Exemplo disso é a carta de D. Álvaro de Abranches a D. João III, no final de Agosto de 1536, dava conta que os besteiros e espingardeiros de Azamor pediam licença para irem para suas terras, alegando o desamparo de suas mulheres⁶⁴⁶. Também um documento de 21 de Setembro de 1536, informa-nos que parte dos soldados da guarnição de Mazagão queriam regressar ao reino, onde tinham deixado mulher e filhos⁶⁴⁷.

Os judeus constituíam uma das camadas populacionais mais importantes em Azamor e em Safim. Muitos deles já viviam nestas cidades antes das conquistas portuguesas. É o caso da comunidade judaica que já residia em Azamor, aquando da conquista da cidade pelo Duque de Bragança⁶⁴⁸. Outros, porém, estabeleceram-se posteriormente, vindos do reino ou de outras praças de Marrocos. Dedicavam-se essencialmente ao comércio e eram-lhes concedidas facilidades, uma vez que acabam por ser os intermediários do comércio entre mouros e portugueses. Acabavam por desempenhar funções ligadas à guerra, na medida em que, frequentemente, eram portadores de mensagens, alfaqueques e intérpretes. Moisés Dardeiro⁶⁴⁹, por exemplo, era o língua em Safim, no último quartel de 1511, e recebia um soldo mensal na ordem dos 6.400 reais por mês. Outro intérprete bastante conhecido foi Benzamerro, natural de Safim, que teve o cargo de “língua” entre 1529 e 1537⁶⁵⁰. Já Rabi Abraão, que era o físico da cidade, recebia 12.000 reais mensais⁶⁵¹. Por outro lado, também as suas redes de contactos e capacidades financeiras foram fundamentais para a presença portuguesa

⁶⁴⁵ Carta de Manuel de Sande a D. João III, em 21 de Setembro de 1536. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XXV, pp.59-64. O mesmo documento encontra-se parcialmente publicado por David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.532; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 57, n.º 107.

⁶⁴⁶ A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 57, n.º 122.

⁶⁴⁷ Carta de Manuel de Sande a D. João III, em 21 de Setembro de 1536. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XXV, pp.59-64. O mesmo documento encontra-se parcialmente publicado por David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.532; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 57, n.º 107.

⁶⁴⁸ Quando Azamor foi conquistada, Jacob Adibe, o porta-voz da comunidade judaica da cidade, pediu ao duque o seguro das suas vidas e fazendas. Ver Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LXVII, p.372; Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, I, p.158. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, pp.515-516.

⁶⁴⁹ Sobre este judeu ver José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa, em Marrocos, durante o século XVI – origens e actividade de uma comunidade*, p.506.

⁶⁵⁰ Benzamerro participou na negociação do acordo de paz entre D. João III e o Xerife. Com a sua partida para Portugal, em 1529, o capitão de Azamor passou a usar como “língua” o seu feitor, Jacob Daroque, que era morador em Mazagão. Cf. José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, *Os Judeus na Expansão Portuguesa, em Marrocos, durante o século XVI – origens e actividade de uma comunidade*, p.249.

⁶⁵¹ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XXVI.

na região, funcionando como intermediários entre os muçulmanos e os portugueses, para além do seu importante “*papel na actividade de espionagem*”⁶⁵².

Os mouros que viviam em Azamor e Safim compõem um grupo difícil de quantificar. É certo que a esmagadora maioria fugiu aquando da conquista portuguesa, procurando outras zonas sob alçada islâmica. Se excluirmos os “mouros de pazes”, que viviam nas proximidades destas cidades, acabamos por não ter informações muito consistentes quanto aos que viviam no interior das fortalezas. Ainda assim, é sabido que alguns mouros desempenhavam funções nas guarnições militares, principalmente com os postos de almocadém ou atalaia.

Grosso modo, durante os ataques dos mouros a estas praças, toda a população contribuía para a defesa, desempenhando, portanto, funções de guerra. Os homens auxiliavam nas muralhas e nos baluartes, enquanto as mulheres distribuíam víveres, munições e tratavam os feridos⁶⁵³. Neste contexto, merece especial referência o esforço das mulheres de Safim durante um cerco de Safim de 1534, onde não só guarneceram os muros da cidade com trajos masculinos na tentativa de iludir os mouros quanto ao número de tropas portuguesas, como também se ofereceram para os mais arriscados serviços⁶⁵⁴. Era, portanto uma tradição que já remontava ao primeiro grande cerco que os mouros puseram a Ceuta, em 1418, e onde a acção das mulheres “*como pessoas de grande virtude*” e “*com as armas nas mãos*”⁶⁵⁵, arrancaram um rasgado elogio a Zurara.

3.3 Equipamento Bélico

Como já anteriormente referimos, a tecnologia de guerra foi uma das grandes inovações na transição da Idade Média para o Renascimento, pelo que os grandes desenvolvimentos verificados no domínio do armamento contam-se entre os mais admiráveis desta conjuntura histórica. Com efeito, as empresas militares contra os mouros de África levaram os portugueses a aperfeiçoar o material bélico, pois encontravam-se perante um inimigo intrépido e bem armado. Como Joel Serrão e

⁶⁵² José Alberto Rodrigues da Silva Tavim, “Judeus entre Portugal e Marrocos nos séculos XV e XVI – Páginas de controvérsias e entendimentos”, in *Revista Camões*, Nº17/18, p.157.

⁶⁵³ Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.26.

⁶⁵⁴ Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, p.41.

⁶⁵⁵ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, Livro I, Capítulo LXX, p.212.

Oliveira Marques bem observaram, os portugueses, em Marrocos, enfrentavam adversários para quem “*os inventos bélicos nem sempre constituíam novidade*”⁶⁵⁶. E, por essa razão, houve a necessidade de aperfeiçoar as armas de fogo portáteis, como pistolas, arcabuzes, mosquetes, importar mais artilharia e mais bestas, assim como armaduras e chapas de aço.

O reinado de D. Manuel foi pautado por um considerável incremento em material de guerra, nomeadamente, através da construção de uma célebre armaria. De acordo com Damião Góis, este monarca “*fez de nouo as casas dos almazens de Lisboa, & no das armas pos em deposito huma grande quantidade de corpos darmas de piões, & dous mil & quinhentos de homens darmas de caualo, & oitocentos dacubertados, & muitos corpos de couraças, & outras armas, & muitas peças dartelharia grossa, & meuda, & arcabuzes, espingardas, piques, lanças, & béstas tudo em grande quantidade*”⁶⁵⁷. Tratava-se, portanto, de uma política que bem reflectia as aspirações expansionistas do “venturoso”.

De um modo geral, o equipamento bélico utilizado pelas guarnições militares nas praças da região da Duquela era, tal como no caso das praças do norte de Marrocos, fornecido pelo reino, uma vez que se tornava pouco viável adquiri-lo em território inimigo⁶⁵⁸. Vejamos, em seguida, de que tipo de equipamento se tratava e quais os seus usos e funções.

3.3.1 O Armamento Moderno

As inovações militares que tiveram lugar os alvares da Idade Moderna foram, antes de mais, determinadas pelo desenvolvimento das armas de fogo, tanto das pesadas, como das portáteis. A artilharia pesada teve um sucesso mais rápido do que as armas de fogo portáteis pela sua eficácia nos assédios, tanto para os atacantes como para os defensores. Em Portugal, começaram a ser usadas no último quartel do século

⁶⁵⁶ Joel Serrão & Oliveira Marques, *Nova História de Portugal - Vol. V – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, p.66.

⁶⁵⁷ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, IV, Capítulo LXXXV, p.600.

⁶⁵⁸ Este material de guerra, mesmo que eventualmente adquirido fora do reino, era assegurado pela Coroa, Quando o abastecimento de material bélico não se fazia com regularidade, o monarca português tinha de insistir junto dos feitores portugueses da Andaluzia. Ver Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.23.

XIV⁶⁵⁹, mas apenas no século seguinte se tornou regular a sua utilização no campo de batalha e nos cercos. A sua utilização estava, porém, contaminada por uma carga ética negativa, na medida em que a guerra de inícios da Idade Moderna ainda privilegiava o combate corpo a corpo herdado da tradição medieval. Deste modo, a utilização de uma arma oculta, e que matava indiscriminadamente e à distância, apresentava-se pouco honrosa, traiçoeira e revestida de natureza demoníaca⁶⁶⁰. Não obstante essa inicial carga negativa, sabemos que desde cedo foi usada artilharia nas campanhas militares do Norte de África, pelo que não devemos, portanto, descartar a hipótese de a sua utilização ser moralmente legitimada pelo teor cruzadístico da guerra contra o “mouro infiel”. Encontramos a sua utilização, por exemplo, aquando da já referida expedição a Tânger de 1437⁶⁶¹, onde os portugueses foram obrigados a embarcar apenas com a roupa que traziam vestida, deixando aos mouros a dita artilharia⁶⁶². Recordamos que em 1458, na conquista de Alcácer Ceguer, foi fundamental o papel de uma boca-de-fogo, pois a rendição dos mouros deveu-se aos danos provocados por uma “*bombarda grossa*” que o infante D. Henrique conseguiu assentar contra o muro⁶⁶³. Dez anos depois, em 1468, a artilharia voltou a ser fundamental, quando o infante D. Fernando se lançou sobre Anafé, a actual Casablanca, “*e per força das armas a entrou e destruiu*”⁶⁶⁴. E, do mesmo modo, também a artilharia participou com grande impacto na conquista de Arzila, em 1471, derrubando alguns panos de muralha com duas grossas bombardas⁶⁶⁵.

⁶⁵⁹ A utilização da artilharia em Portugal deu-se logo em 1384, na defesa de Lisboa, embora apenas a partir da batalha de Aljubarrota o seu emprego tenha sido mais regular. Ver Joel Serrão (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Vol. I, pp.213-214. Fernão Lopes refere o uso de artilharia na defesa contra um ataque de uma frota castelhana, em 1381. Ver Fernão Lopes, *Chronica de el-rei D. Fernando*, Vol. III, capítulo CXXVII, p.38.

⁶⁶⁰ Cf. António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.16-17.

⁶⁶¹ Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas*, pp.143-145; Carlos Selvagem, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, p.255.

⁶⁶² Ver auto de capitulação e pazes firmadas com Aala-bem-Sala, senhor de Tânger e de Arzila, após a derrota de Tânger, pelo infante D. Henrique, de acordo com os do seu Conselho e com anuência de el-rei D. Duarte. Documento publicado in *Monumenta Henricina*, Vol. VI, doc. 64, pp.210-211.

⁶⁶³ Duarte Nunes de Leão, “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V”, in *Crónicas*, Capítulo XXVIII, pp.867. Ver também Joaquim Veríssimo Serrão, *História de Portugal – Volume II – A Fundação do Estado Moderno (1415-1495)*, p.84; Paulo Drumond Braga, “A Expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa – Vol. II – A Expansão Quatrocentista*, pp.272-273.

⁶⁶⁴ Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo De Situ Orbis*, pp.60-61. Cf. Duarte Nunes de Leão, “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V”, in *Crónicas*, Capítulo XXXVII, p.816; Jorge Correia, *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África*, p.316; Fernando Pessanha, “Sobre o Infante D. Fernando e a Expansão para o Algarve D’além Mar”, *Jornal do Algarve*, Nº2884, 5 de Julho de 2012, p.7.

⁶⁶⁵ Duarte Nunes de Leão refere que as brechas abertas pelas duas bombardas portuguesas foram reparadas pelos mouros, mas que os portugueses conseguiram entrar na cidade pouco depois, sem dar quaisquer explicações de como tal aconteceu. Ver Duarte Nunes de Leão “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V”, in *Crónicas*, Capítulo XXXIX, p.903.

De resto, o uso de artilharia grossa e os enormes rasgos nos muros da fortaleza de Arzila estão bem representados nas célebres *Tapeçarias de Pastrana*⁶⁶⁶.

De um modo geral, a artilharia existente nas praças portuguesas do Norte de África consistia frequentemente em bombardas. Esta foi, nos séculos XIV e XV, a peça de artilharia com maior peso e, portanto, de mais difícil manejo, mas também a mais apreciada pelo seu alcance e potência⁶⁶⁷. Segundo Oliveira Simões, as bombardas das praças portuguesas do Norte de África não passavam ainda de “berços”, que eram peças de artilharia que, tal como as bombardas, seguiam frequentemente nas caravelas. Ainda assim mostraram-se fundamentais nos primeiros tempos das conquistas.⁶⁶⁸ De salientar que a nomenclatura dos diversos tipos de canhões era determinada pelo calibre, pela dimensão das peças e pela forma de construção⁶⁶⁹.

Para além das bombardas e dos berços também eram frequentes as colubrinhas (peças de artilharia de praça compridas e pesadas, que disparavam projecteis de ferro)⁶⁷⁰; camelos (canhões que disparavam projecteis de pedra)⁶⁷¹, falcões (canhões que arrojavam balas de pedra)⁶⁷², e falconetes (peça de artilharia mais leve e de dimensão mais reduzida que o “falcão”)⁶⁷³, distribuídos pelas torres e baluartes. Algumas destas peças eram de difícil manejo, limitado alcance e excessivo peso, tornando-se quase inúteis nos campos de batalha. No entanto, nos baluartes e nas muralhas das praças encontravam a sua justa aplicação⁶⁷⁴, o que fez aumentar a cadência de tiro dos já

⁶⁶⁶ Inês Meira Araújo, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p.70. Da mesma autora ver também “As representações da guerra medieval. As *Tapeçarias de Pastrana* como ponto de partida”, in *Cadernos de História da Arte*, Nº I, pp.43-56.

⁶⁶⁷ Seguiam frequentemente nas caravelas. Ver Fernando Pedrosa, “A Artilharia Naval Portuguesa no Séc. XVI”, in *Actas do XXIV Congresso Internacional de História Militar*, p.331. Ver anexo I, figs. 17-18.

⁶⁶⁸ Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas*, p.148.

⁶⁶⁹ Carlos Selvagem, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, p.255. Ver também Jorge Colaço; George Vicente, (coord.), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, pp.1264-1265.

⁶⁷⁰ Fernando Pedrosa, “A Artilharia Naval Portuguesa no Séc. XVI”, in *Actas do XXIV Congresso Internacional de História Militar*, p.329; George Vicente, (coord.), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, p.503.

⁶⁷¹ Fernando Pedrosa, “A Artilharia Naval Portuguesa no Séc. XVI”, in *Actas do XXIV Congresso Internacional de História Militar*, p.329.

⁶⁷² Carlos Selvagem, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, p.255.

⁶⁷³ Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas*, p.135.

⁶⁷⁴ Carlos Selvagem, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, p.255.

referidos falcões e os berços, que podiam ser de bronze ou de ferro forjado, com projecteis de pedra, ferro, ou chumbo com dados de ferro⁶⁷⁵.

Estas bocas-de-fogo foram instaladas nas praças da região da Duquela desde os inícios do domínio português. Sabemos que durante a conquista de Azamor foi usada artilharia. Segundo Damião de Góis, “*mandou o Duque tirar em terra alguma artilharia grossa, & outros petrechos pera dar combate*”⁶⁷⁶. Também Jerónimo Osório, que certamente seguiu de perto a crónica de Góis, refere que “*mandou o Duque pojar na praia a artilharia munições e mantas, e dispor de modo de bater os muros*”⁶⁷⁷. De resto, os frescos relativos à conquista de Azamor, que encontramos no palácio Ducal de Vila Viçosa, também apresentam representações de peças de artilharia durante as movimentações militares na conquista da cidade, especialmente em “Preparativos do Cerco”, onde aparecem duas bombardas⁶⁷⁸, e no “Cerco da Praça”, onde “*quatro bombardas despejam metralha sobre as muralhas*”⁶⁷⁹.

Pelos finais de Março de 1514, o Baluarte do Raio, em Azamor, já estava preparado com canhoneiras quadradas para peças de artilharia pesada⁶⁸⁰. Este fantástico dispositivo defensivo apresentava assim três níveis, os dois de baixo cobertos, destinados à artilharia miúda, que disparavam em 280°, e o da praça alta descoberta e destinado à artilharia grossa⁶⁸¹. Usando as palavras de Pedro Dias, este baluarte apresentava uma sucessão de canhoneiras sobrepostas como se fosse “*o bojo de um galeão*”⁶⁸². Refira-se que esta analogia é bastante pertinente, pois já Diogo Couto referia em *O Soldado Prático*: “*em cada galeão tínhamos uma fortaleza no mar*”⁶⁸³.

Devemos, no entanto, ser cautelosos em relação às informações facultadas pela análise arquitectónica desta estrutura defensiva, pois o facto de estes baluartes estarem

⁶⁷⁵ Fernando Pedrosa, “A Artilharia Naval Portuguesa no Séc. XVI”, in *Actas do XXIV Congresso Internacional de História Militar*, p.330.

⁶⁷⁶ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LXVI, p.372.

⁶⁷⁷ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p. 193. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p. 514.

⁶⁷⁸ Ver anexo I, fig.19.

⁶⁷⁹ Damião Peres, *Conquista do Azamor pelo duque de Bragança D. Jaime em 1513*, p.22. Ver anexo I, fig.20.

⁶⁸⁰ Ver anexo I, figs.21-22.

⁶⁸¹ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.524; Pedro Dias, *As Construções Portuguesas na Cidade Magrebina de Azamor*, p.131.

⁶⁸² Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*, p.128.

⁶⁸³ Diogo Couto, *O Soldado Prático*, transcrito de Fernando Pedrosa, “A Artilharia Naval Portuguesa no Séc. XVI”, in *Actas do XXIV Congresso Internacional de História Militar*, p.332.

equipados com canhoneiras não implica que as mesmas estivessem equipadas com bocas-de-fogo, pelo menos na sua totalidade. Relembramos que segundo a carta do capitão Simão Correia a D. Manuel I, em 20 de Maio de 1517, o muro da cidade não tinha “*senam sete peças de artilharia*”⁶⁸⁴. Em 1525 a cidade parecia estar bem provida de artilharia grossa, no entanto, a capitão Jorge de Viegas pedia ao rei 22 berços: “*Esta çydade tem neçesydade de duas duzyas de berços. Mande-os Vos’alteza porque d’artilharya grossa esta provida*”⁶⁸⁵. Cinco anos depois, em 1530, foi a vez de D. Pedro Mascarenhas comunicar a D. João III que a praça se encontrava muito carenciada de artilharia⁶⁸⁶. Com a queda de Santa Cruz em poder dos xerifes, D. João III mandou Fernão Peres de Andrade reforçar Azamor com artilharia, pólvora, munições: “*da vosa armada tirares toda a artilharia e pollvora pêra ysto e asy mesmo todos os mamtymentos que levaes fareys descarregarem em Azamor*”⁶⁸⁷. É possível que este reforço de artilharia em Azamor tenha impressionado o rei de Fez, com quem se tentava estabelecer uma aliança militar através de Lourenço Pires de Távora. Recordamos que o monarca uatácita propôs que os portugueses lhe cedessem Azamor com toda a sua artilharia, para poder viabilizar a sua defesa contra os xerifes⁶⁸⁸. Por outras palavras, o soberano de Fez cobiçava a artilharia portuguesa. Falhadas as negociações entre Lourenço Pires de Távora e o rei de Fez, D. João III acabou por determinar o envio de toda esta artilharia para Mazagão⁶⁸⁹.

No que se refere a Mazagão, sabemos que logo em 1514, aquando da construção do castelo, o contador de Azamor, António Leite, mandou bombardeiros e artilharia para proteger a empreitada: “*e quanto aos bombardeiros, hiam pera as caravellas que levavom artilharya e fustas, e passados sseis dias, foy ffeito obra em terra que foy*

⁶⁸⁴ Carta de Simão Correia a D. Manuel, em 20 de Maio de 1517. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. XXIV, pp.86-88; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, Nº 36.

⁶⁸⁵ Carta de Jorge Viegas a D. João III, em 18 de Setembro de 1525. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. LXXXV, p.347.

⁶⁸⁶ Carta de D. Pedro Mascarenhas a D. João III, em 9 de Junho de 1530, publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, second partie, doc. CXXXII, pp.535-543. O mesmo documento também se encontra parcialmente publicado por David Lopes in *História de Portugal*, vol. IV, p.87.

⁶⁸⁷ Carta de D. João III a Fernão Peres de Andrade, em Março de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XCVII, pp.348-350; A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, nº 52. Ver também Pedro Pinto, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, p.263.

⁶⁸⁸ Carta de Lourenço Pires de Távora a D. João III, em 6 de Setembro de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXXV, pp.520-526.

⁶⁸⁹ Carta de D. João III a Luís Loureiro, em 5 de Outubro de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXXVIII, pp.534-535.

necessário assentarem artilharia, a qual nom era bem que estivesse sem bombardeiro”⁶⁹⁰. E, finda a obra, a mesma artilharia foi instalada no novo castelo⁶⁹¹. Também em 1516 o mesmo António Leite, na altura capitão de Mazagão, pedia mais dois falcões, pois de artilharia grossa apenas havia uma bombarda de camelo de metal e dois falcões, embora tivesse bastante artilharia miúda⁶⁹². Para o ano de 1534 há notícia da existência de “*bombardas, bombardas roqueiras, berços, falcões, sereias, culubrinas, pedreiros, camelos, cães, esperas e meias-esperas, libras e meias libras*”⁶⁹³ no castelo de Mazagão. Lá havia os reparos de falcões, de bombardas, berços, os bancos de falcões, e os chãos de berços. Em 1539 existiam uma espera, um camelo, duas meias-esperas, três pedreiros, um cão e doze falcões⁶⁹⁴. Em carta ao rei datada de 6 de Fevereiro de 1542, durante a empreitada de Mazagão de 1541/1542, João de Castilho referia ter disposto “*muita artilharia, de maneira que de hu baluarte ate o outro esta tudo povoado d'artilharia he asi da parte do norte ate ho mar*”⁶⁹⁵. De resto, este apetrecho bélico distribuído pela nova fortaleza, constituída por cinco poderosos baluartes dispostos de modo a poderem dominar o campo e o mar⁶⁹⁶, acabou por mostrar-se de grande eficácia, nomeadamente durante o grande cerco que o exército do sultão Mulay Abdallah pôs a Mazagão, em 1562⁶⁹⁷.

⁶⁹⁰ Carta de António Leite a D. Manuel I, em 27 de Julho de 1514. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, doc. CXI, pp.575-588.

⁶⁹¹ Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, Vol. III, p.532.

⁶⁹² Carta de António Leite a D. Manuel I, em 20 de Outubro de 1517. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, doc. XLVII, pp.174-177. Ver também Rui Jorge Ferreira Henriques, “*Quão grande trabalho é viver!*” António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos (1513-1549), Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Universidade Nova de Lisboa, pp.88.

⁶⁹³ *Receita e despesa do almoxarife de Mazagão*, transcrito de Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, p.88. Ver também Carlos Selvagem, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, p.255.

⁶⁹⁴ Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão – A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.183.

⁶⁹⁵ Carta de João de Castilho a D. João III, em 6 de Fevereiro de 1542. A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 71, nº 52; Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. IV, doc. IV, pp.13-14. Ver também Carta de João de Castilho a D. João III, em 18 de Julho de 1542, Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. IV, doc. XXV, pp.70-74.

⁶⁹⁶ A praça tinha cinco baluartes, quatro aos cantos, como se pode verificar ainda hoje, e um a meio do muro oeste (Baluarte do Governador), actualmente inexistente, pois foi dinamitado aquando do abandono, em 1769. O baluarte do norte chama-se “Baluarte de São Sebastião” ou “Baluarte do Norte”. O baluarte do sul foi primeiramente denominado “Baluarte do Espírito Santo” e posteriormente “Baluarte do Serrão”. O baluarte este foi chamado primeiramente “Baluarte de Sant Iago” e depois “Baluarte do Anjo”. O baluarte oeste teve três diferentes designações; primeiramente “Baluarte de São Pedro”, depois “Baluarte de São Diogo”, e por fim “Baluarte de Santo António”. Ver anexo I, fig.23.

⁶⁹⁷ Fernando Pessanha, “1562 – O Triunfo Português no Grande Cerco a Mazagão”, in *Jornal Barlavento*, Nº 1807, 10 de Maio de 2012, p.20.

Também em Safim os bastiões estavam preparados para o tiro baixo através de canhoneiras colocadas em casamatas, e para o tiro alto a partir da praça alta. O Castelo do Mar encontra-se arquitectonicamente preparado para ter uma bateria de bocas-de-fogo a funcionar em plenitude, como podemos confirmar pelas fortíssimas casamatas, pelo adarve largo e pela rampa feita para possibilitar a subida da artilharia⁶⁹⁸, no entanto, devemos também neste caso aplicar o mesmo raciocínio aplicado a Azamor, pois a concepção arquitectónica poderia não ser sinónimo de adequado apetrecho bélico. Sabemos que os portugueses possuíam “*alguma artilharia sobre carretas*”⁶⁹⁹ durante o cerco que os mouros puseram a Safim em 1510. Uma carta de Nuno Gato a D. Manuel I, por exemplo, dá-nos conta da chegada de “*seis berços e hum falcam*”, assim como da chegada de pólvora para espingarda e para bombardas⁷⁰⁰. De resto, a existência de doze bombardeiros e quatro homens das carretas que se encontravam praça, em 1511⁷⁰¹, é representativa da existência de bocas-de-fogo em Safim desde os primeiros anos do domínio português.

Também o castelo de Aguz apresenta um pequeno adarve, dotado de ameias de corpo largo com abertas e frestas para o tiro mergulhante e a pequena distância. Apresenta cinco canhoneiras que permitiam fazer fogo alto, “*pois apesar dos 4m e meio de diâmetro as esplanadas estavam dotadas de pequenas canhoneiras e abertas*”⁷⁰². Também neste caso aplicar o mesmo raciocínio aplicado a Azamor e a Safim, pois a concepção arquitectónica poderia não ser sinónimo de adequado apetrecho bélico. Aliás, a razão da efémera vida deste castelo bem poderá estar associada não só a debilidade das suas estruturas⁷⁰³, como também à falta de artilharia capaz de o defender, uma vez que, para além da referência aos 50 besteiros capitaneados por Francisco Mendes⁷⁰⁴, não encontrámos qualquer outra alusão relativa ao seu apetrecho bélico.

Nota-se, portanto, um constante reforço da artilharia ao longo das primeiras décadas do séc. XVI, o que vem comprovar as informações que temos quanto ao

⁶⁹⁸ Pedro Dias, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*, p.175. Ver anexo I, fig.24.

⁶⁹⁹ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.156.

⁷⁰⁰ Carta de Nuno Gato a D. Manuel I, em 4 e 5 de Dezembro de 1510. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. I, doc. CLIII, pp.259-264.

⁷⁰¹ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, p.153.

⁷⁰² Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo (1415 – 1822)*, p.49.

⁷⁰³ Com efeito, esta é uma construção mais pobre, com pedra mal aparelhada, pelo que dificilmente poderia resistir a um assédio sério com artilharia.

⁷⁰⁴ Damião de Góis, *Chronica do Sereníssimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XXXV, p.342.

desenvolvimento da artilharia durante o reinado de d. Manuel⁷⁰⁵. Com efeito, sabemos que num curto espaço de tempo a artilharia adquiriu uma especial importância. Basta verificarmos que em 1511 a praça de Safim contava com 11 bombardeiros e que, em 1515, Arzila já dispunha de 40 bombardeiros⁷⁰⁶. Ora, estes números só farão sentido se existirem nas praças o equipamento bélico subjacente às funções destes militares com competências técnicas específicas.

Escreveu D. Jerónimo Osório, no séc. XVI, “*não estarem os mouros naquele tempo providos de armas*”⁷⁰⁷. É um claro exagero do grande humanista português. Seguramente os mouros não estavam tão bem providos de artilharia quanto os portugueses, nos inícios da centúria de quinhentos, porém, as bocas-de-fogo não constituíam qualquer surpresa para eles. Aliás, temos inclusivamente notícia da existência de peças de artilharia nas praças norte africanas, antes mesmo das conquistas portuguesas. Recordamos que assim que os portugueses se aproximaram de Ceuta, em 1415, foram recebidos com tiros de bombarda⁷⁰⁸. Mais tarde, durante os cercos que os mouros puseram a Ceuta, em 1418 e 1419, tentaram derrubar as muralhas da cidade também com tiros de bombarda⁷⁰⁹. Comprova-se, deste modo, que os muçulmanos do norte de África utilizavam este tipo de tecnologia bélica nos inícios do séc. XV. Aliás, quando os portugueses ocuparam Tânger, em 1471, encontraram na cidade bombardas grossas, para além de muita outra artilharia e pólvora deixada pelos mouros em fuga⁷¹⁰. É claro que podemos depreender que parte destas bocas-de-fogo foram as mesmas deixadas pelos portugueses aquando da desastrosa expedição a Tânger, em 1437. Ainda assim, é bastante verossímil que se tenha verificado um incremento de artilharia nas praças marroquinas, ao longo do séc. XV. Ainda que D. Duarte de Meneses sublinhe a falta de artilharia dos mouros, atribuindo-lhes mesmo uma imagem de bárbaros aguerridos e indisciplinados, é altamente improvável que cidades como Tânger ou

⁷⁰⁵ Cf. Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas*, p.148.

⁷⁰⁶ João Cosme, *A Guarnição de Safim em 1511*, XX.

⁷⁰⁷ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.194.

⁷⁰⁸ Paulo Drumond Braga, “A Expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa – Vol. II – A Expansão Quatrocentista*, pp.243-244. Tratar-se-ia da mesma bombarda que, depois de tomada a cidade, foi encontrada juntamente com bestas, escudos e pólvora? Ver Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Capítulo C, p.284. Ver também António Borges Coelho, *História de Portugal Volume III – A Largada das Naus*, p.19.

⁷⁰⁹ Paulo Drumond Braga, “A Expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa – Vol. II – A Expansão Quatrocentista*, p.249.

⁷¹⁰ D. Fernando de Meneses, *História de Tânger Durante la Dominacion Portuguesa*, pp.31-32.

Arzila, com a sua importância estratégica e comercial, não possuíam bocas-de-fogo para proteger as suas fortificações, principalmente quando se encontravam próximas de Ceuta e Alcácer Ceguer, então em posse dos invasores portugueses.

Também há notícia de bombardas que atacaram a fortaleza da feitoria portuguesa em Safim quando os portugueses conquistaram a cidade, em 1508. De acordo com Damião Góis, “*mais de mil mouros com (...) bombardas cercavam e atacavam a fortaleza*”⁷¹¹. Em 1517, por exemplo “*Molei Mafamede se movia a vir cerquar húa cidade d'estas, nom se afirmando quall, e que trazia (...) artelharia*”⁷¹².

Um quarto de século depois das conquistas portuguesas na Duquela, a situação alterou-se radicalmente. Os reis de Marrocos (Marraquexe e Fez), já possuíam artilharia de fogo da mais moderna, ferreiros, armeiros, metalurgistas, fabricantes e toda a espécie de coisas de guerra⁷¹³, para além de técnicos turcos e outros renegados portugueses prontos a intervir. Segundo David Lopes, para além dos renegados portugueses, eram também os genoveses, franceses e castelhanos que faziam o contrabando de armas de guerra, apetrechando os xerifes com material bélico para expulsarem os portugueses⁷¹⁴, não obstante a proibição dos soberanos cristãos e as interdições da igreja em vender armas aos infiéis.

Também aqui devemos referir o papel das armas de fogo portáteis no contexto do equipamento bélico dos inícios da Idade Moderna, na medida em que a introdução deste tipo de armamento nas companhias de infantaria provocou uma drástica mudança nas táticas de combate quinhentistas. Como já anteriormente referimos, as armas de fogo na infantaria adequaram-se muito bem nos cenários de guerra no ultramar, na medida em que o reduzido número de soldados era compensado pela eficiência do armamento pessoal⁷¹⁵. Porém, torna-se difícil identificar com exactidão a tipologia de armas utilizadas, na medida em que os cronistas pouco se preocuparam em descrevê-las, fazendo antes alusões muito vagas e referindo-se às mesmas utilizando a designação genérica de “espingardas”. Do mesmo modo, também a literatura e a dramaturgia

⁷¹¹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, II, Capítulo XVIII, p.190; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.474.

⁷¹² Carta de Simão Correia a D. Manuel, em 20 de Maio de 1517. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, doc. XXIV, pp.86-88. A.N.T.T., *Cartas dos Governadores de África*, Nº 36.

⁷¹³ Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.152.

⁷¹⁴ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos”, in *História de Portugal*, vol. IV, p.97.

⁷¹⁵ António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.12.

acabava por ser vaga na alusão a este tipo de armas. Gil Vicente, por exemplo, escreveu no seu *Auto da Exortação da Guerra*:

*“Espingardas, espingardas!
Não queirais ser Genoveses
Se não muito portugueses
E morar em casas pardas”*⁷¹⁶.

De entre as armas de fogo portáteis devemos destacar dois tipos de espingarda: arcabuz e o mosquete, ainda que com diferentes aplicações em situações de confronto. O arcabuz funcionava originalmente como uma colubrina de mão, constituída por um cano de ferro, adaptado a uma cronha de madeira. O tubo era fechado numa das extremidades, a fim de constituir a câmara do projectil e da pólvora. A arma era carregada pela boca, através de uma vareta, com que se calcava⁷¹⁷. O uso deste arcabuz primitivo, antes da invenção do fecho de mecha⁷¹⁸, tem sido algo desvalorizado, por se considerar pouco preciso e moroso no carregamento. Por esse motivo eram auxiliadas pelas tradicionais armas medievais, como a besta, que tinha uma satisfatória cadência de tiro. Quer isto dizer que as vantagens de umas armas compensavam os defeitos das outras, existindo uma intermitência entre a utilização das mesmas, de modo a tornar regular o tiro constante. A rápida evolução técnica que estas armas sofreram, nomeadamente com a sua construção em bronze, o surgimento do fecho de mecha, durante o primeiro quartel do século XV, ou a incorporação do gatinho, que tornou mais rápida e segura a inflamação da carga, fê-las ganhar uma outra dinâmica. Nos finais do século XV, estas armas de fogo portáteis já apresentavam outra eficácia, podendo ser utilizadas na defesa ou no ataque, por homens montados ou desmontados, tornando-se imprescindíveis nas praças de guerra de Marrocos. Não é, portanto, de estranhar a representação de espingardas/arcabuzes em iconografia de carácter bélico, como nas

⁷¹⁶ Gil Vicente, “Auto da Exortação da Guerra”, in *Autos e Farsas*, p.82.

⁷¹⁷ Para tal era usada uma vareta com que se calcava, percutindo. Ver Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas*, pp.123-124.

⁷¹⁸ O fecho de mecha era constituído por um tecido em algodão frequentemente designado “morrão”, embebido em pólvora com menor percentagem de salitre (permitindo uma combustão mais lenta), permanentemente acesa, que era colocada numa estrutura metálica, o fecho. Este estava ligado a um gatinho que, quando disparado, fazia cair a mecha sobre o ouvido da arma, provocando o disparo. Este sistema permitia que a peça estivesse sempre pronta a disparar, aumentando a cadência de tiro.

*Tapeçarias de Pastrana*⁷¹⁹ ou nos frescos alusivos à conquista de Azamor, do Palácio Ducal de Vila Viçosa⁷²⁰.

Durante a primeira metade do século XVI, o arcabuz ganhou uma gradual importância no campo de batalha. Se assim não fosse não assistíamos ao uso frequente desta arma nas entradas lançadas em território inimigo. Por ser uma arma relativamente leve, era altamente letal em confrontos a curta distância, pelo que se apresentava extremamente eficaz em batalhas campais⁷²¹. Existe referência a 50 espingardas em Safim, entre 1508 e 1511⁷²², e a 42 espingardas entre 1513 e 1519⁷²³.

O mesmo já não se podia dizer dos mosquetes, devido ao seu peso, dimensão e consequente falta de mobilidade nos combates em campo aberto⁷²⁴. Tinha um calibre maior e era mais comprida que o arcabuz. Para o seu manuseamento tornava-se indispensável o apoio de uma forquilha portátil, onde se apoiava a arma para que a pontaria se fizesse com mais facilidade e firmeza⁷²⁵. Por outro lado, os apetrechos subjacentes ao manuseamento desta arma (mosquete, forquilha, projecteis, pólvora, corda, etc), tornavam a sua cadência de tiro bastante lenta, o que colocava o mosqueteiro num alvo fácil de abater em campo aberto. Não obstante o seu tiro ser lento, era também bastante certo. Por estes motivos, os mosquetes encontraram a sua devida aplicação na defesa de posições fixas, como os baluartes, onde o soldado que combatia com esta arma se podia proteger durante o processo de carregamento da mesma e de onde podia fustigar facilmente o inimigo⁷²⁶. Desta forma o mosquete acabou por funcionar como uma arma intermediária entre as armas de fogo da infantaria e as armas da artilharia ligeira. De salientar que estas armas também se encontram representadas nos frescos alusivos à conquista de Azamor, do Palácio Ducal de Vila

⁷¹⁹ Inês Meira Araújo, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, pp.173-176. Ver anexo I, fig.25-26.

⁷²⁰ Ver anexo I, fig.27.

⁷²¹ António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.12. Cf. Jorge Colaço; George Vicente, (coord.), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. III, p.62-63.

⁷²² Ver carta de quitação ao almoxarife de Safim, de 1508 a 1511. Documento publicado in *Arquivo Histórico Português*, Vol. V, doc.575, pp.473-474.

⁷²³ Ver carta de quitação ao almoxarife de Safim, de 1 de Outubro de 1513 a 30 de Junho de 1519. Documento publicado in *Arquivo Histórico Português*, Vol. V, doc.576, pp.474-475. Ver também Vergílio Correia, *Lugares Dalém – Azemôr, Mazagão, Çafim*, p.84.

⁷²⁴ Jorge Colaço; George Vicente, (coord.), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. XX, p.685.

⁷²⁵ Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas*, p.124.

⁷²⁶ António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.12.

Viçosa, não só no fresco “o desembarque”, como também no fresco “o cerco da praça”, onde junto das muralhas, “*distinguem-se em formação perfilada, mosqueteiros combatendo*”⁷²⁷.

3.3.2 O Armamento Medieval

Se excluirmos as armas de fogo pesadas e portáteis, o tipo de armamento que os portugueses usaram nas guerras do Norte de África era praticamente o mesmo que foi usado na Batalha de Aljubarrota. Quer isto dizer que não obstante o desenvolvimento das armas de fogo ao longo da primeira metade do séc. XVI, as antigas armas ofensivas e defensivas da Idade Média ainda não tinham sido banidas⁷²⁸.

Por entre o armamento medieval usado nas praças da Duquesa, como também nas outras praças portuguesas de Marrocos, destacamos a lança, na medida em que era a arma ofensiva mais utilizada quer pela cavalaria quer pela infantaria. A lança era uma arma de haste usada no combate corpo a corpo, mas com alguma distância, ao contrário da espada. Era utilizada como arma de estoque, perfurando o corpo do inimigo, mas também podia servir de arma de arremesso. Consistia numa ponta metálica, frequentemente em aço, ligada a uma haste comprida de madeira⁷²⁹. As suas dimensões têm sido diversas. As lanças longas, também denominadas “piques”, mediam 4 metros. Era uma arma usada pela infantaria, pelo que quando eram colocadas em riste, formavam uma muralha que podia parar uma carga de cavalaria⁷³⁰.

Se excluirmos os piques, as lanças para combater a cavalo eram maiores que as lanças usadas no combate a pé. Ainda que para António Manuel Hespanha a lança tenha sido menos utilizada no contexto ultramarino⁷³¹, tal não o comprovámos na guerra em Marrocos. Pelo contrário. Como David Lopes bem observou, “*os fidalgos que iam servir, como fronteiros, para as praças de África, combatiam armados de lança*”⁷³², o que não é de estranhar, pois a velocidade que o cavalo impunha ao combate fazia com

⁷²⁷ Damião Peres, *Conquista do Azamor pelo duque de Bragança D. Jaime em 1513*, p.22. Ver anexo I, figs.20.

⁷²⁸ Carlos Selvagem, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, p.256.

⁷²⁹ Ver anexo I, figs.29,30,31,32.

⁷³⁰ Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas*, p.43.

⁷³¹ António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.10

⁷³² David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, p.41.

que o choque com lança causasse sérios estrados no inimigo. Era, portanto, a arma de eleição da cavalaria, usada nas entradas lançadas fora das fortalezas. Aliás, muitas vezes a alusão à lança aparece frequentemente para exprimir o valor pessoal de quem a empunhava. Góis, por exemplo, refere que o almocadém em Safim, David Lopes, teve a ousadia de ir dar “*com os contos das lanças nas portas da cidade*”⁷³³ de Marraquexe.

As lanças tinham tamanhos variados, dependendo do tipo de tropas e da natureza do combate. Entre estas encontramos as lanças de arremesso, que eram lançadas contra o inimigo, e que podiam ser dardos, ascumas, pilos e azagaias. Aliás, estas azagaias eram bastante usadas pelos mouros. Diz-nos D. Jerónimo Osório que durante o cerco posto a Safim, em 1510, “*com chuveiros de (...) zagaias forcejavam de nos assoberbar*”⁷³⁴. De resto, as lançadas durante os combates entre portugueses e mouros eram uma constante. Recordamos que o capitão Nuno Fernandes de Ataíde morreu com “*huma azagaia daremeso*”⁷³⁵ que lhe atravessou o pescoço. Não deixa, portanto, de ser curiosa a forma como as lanças estão constantemente presentes na história dos Portugueses em Safim, não só no episódio em que o almocadém David Lopes bate com os contos das lanças nas portas de Marraquexe, como na morte do capitão Nuno Fernandes de Ataíde ou no que respeita às lançadas que tornaram célebre o adal Lopo Barriga. Sobre este último diz-nos Damião António de Lemos Faria e Castro que “*entre eles (os mouros) a praga mais horrível, que se pediaõ, quando tomados de colega, era: Lançadas de dem como as de Lopo Barriga*”⁷³⁶.

No que respeita às lanças, devemos ainda mencionar as partasanas, bisarmas e as alabardas, referidas por Gil Vicente na já mencionada *Exortação da Guerra*⁷³⁷, apresentada a D. Manuel I em 1513, aquando da partida da armada para a conquista de Azamor. Estas últimas eram constituídas por longa haste de madeira, com um topo de ferro pontiagudo, atravessado lateralmente por uma lâmina de machado, porém,

⁷³³ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LIV, p.384. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, pp.500-501. Do mesmo autor ver também A Expansão em Marrocos, p.32. Também Diogo do Couto faz referência às “lanças nas portas de Marrocos”, ou seja: Marraquexe. Ver Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, p.135.

⁷³⁴ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p. 156.

⁷³⁵ Ver Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, IV, Capítulo VI, pp.455-458. Ver também Pierre de Cenival, *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, première partie, pp.1-5; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, pp.504-505.

⁷³⁶ Damião António de Lemos Faria e Castro, *História Geral de Portugal e suas Conquistas*, Vol. XI, Livro XLI, p.133.

⁷³⁷ Gil Vicente, “Auto da Exortação da Guerra”, in *Autos e Farsas*, p.82.

existiam numerosas variantes, sendo umas tipologias mais abundantes que outras⁷³⁸. Na carta de quitação ao almoxarife de Safim de 1508 a 1511, encontramos referência a 2337 lanças, 196 piques e 30 alabardas⁷³⁹. Já na carta de quitação de 1 de Outubro de 1513 a 30 de Junho de 1519, encontramos referência a 3119 lanças, 365 piques e 25 alabardas⁷⁴⁰, o que demonstra que as lanças convencionais eram bem mais frequentes que as outras. De salientar ainda que nas nos frescos relativos à conquista de Azamor, que encontramos no Palácio Ducal de Vila Viçosa, estão representados piqueiros de infantaria e cavaleiros armados com as respectivas lanças⁷⁴¹. Também nas *Tapeçarias de Pastrana* encontram-se representados inúmeros soldados armados com lanças partasanas, bisarmas e alabardas de várias formas. Aliás, o número de homens armados com lança representados nestas tapeçarias é esmagadoramente superior aos equipados com outro tipo de armas⁷⁴².

Para além das lanças, cujas hastes que se partiam com alguma frequência, os militares de infantaria e de cavalaria também combatiam munidos de espada e adagas⁷⁴³. A espada é uma arma cuja utilização remonta à antiguidade, mas que conheceu inúmeras tipologias ao longo dos tempos. Durante a Idade Média, a espada apresentou-se como símbolo de nobreza, da actividade guerreira, e do poder do monarca⁷⁴⁴. O seu uso reveste-se, portanto, de um valor simbólico, associado à dignidade do combate corpo-a-corpo, em detrimento da guerra covarde à distância, que constituía o combate com bestas ou armas de fogo. Durante a Idade Média as espadas eram, tendencialmente, compridas e pesadas, destinadas exclusivamente à cavalaria. Funcionava como arma de cutilada, tal como os machados, porém, as diferentes tipologias que esta foi conhecendo transformou-a numa arma de estoque⁷⁴⁵. Com os passar dos tempos transformou-se numa arma de infantaria, todavia, a sua utilização acabou por decair paulatinamente, a

⁷³⁸ Ver anexo I, figs.33,34,35,36.

⁷³⁹ Ver carta de quitação ao almoxarife de Safim, de 1508 a 1511. Documento publicado in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. V, doc.575, pp.473-474.

⁷⁴⁰ Ver carta de quitação ao almoxarife de Safim, de 1 de Outubro de 1513 a 30 de Junho de 1519. Documento publicado in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. V, doc.576, pp.474-475. Ver também Vergílio Correia, *Lugares Dalém – Azemôr, Mazagão, Çafim*, p.84.

⁷⁴¹ Ver anexo I, fig.28.

⁷⁴² Inês Meira Araújo, “As representações da guerra medieval. As *Tapeçarias de Pastrana* como ponto de partida”, in *Cadernos de História da Arte*, Nº I, p.47.

⁷⁴³ Ver anexo I, fig.37.

⁷⁴⁴ Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas*, p.29. Ver anexo I, fig.38.

⁷⁴⁵ Jorge Colaço; George Vicente, (coord.), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. XX, pp.912-916.

partir de meados do séc. XVI⁷⁴⁶, o que é normal se tivermos em consideração a eficácia e as evoluções técnicas verificadas noutra tipo de armamento. Ainda assim, ainda são numerosas durante a primeira metade do séc. XVI.

No que diz respeito à adaga, sabemos que, tal como a lança ou a espada, era uma arma importante no combate individual desde a antiguidade. Tinha uma fisionomia semelhante ao das espadas, porém, de tamanho reduzido⁷⁴⁷. Embora as fontes não nos facultem grandes informações sobre a adaga, sabemos ter sido concebida para conflitos individuais, sendo usada para estoque, corte, e degolação. Era também uma arma de recurso em combate campal. Quando se perdia a lança, podia auxiliar o militar no combate com a espada, pois frequentemente era usada para aparar golpes de espada dos adversários, podendo mesmo partir a lâmina do oponente. Para além disso, mostrava-se eficaz na perfuração do armamento de protecção, especialmente nas “*junções das defesas de corpo e entradas de ar e visão das protecções de cabeça*”⁷⁴⁸. De um modo geral, constituía uma arma elegante, não só utilizada pela elite militar, como também por todos os homens do exército.

Para além das lanças, espadas e adagas, não podemos deixar de referir uma outra arma muito comum nas guarnições militares portuguesas: a besta⁷⁴⁹. A besta, do latim *balista*, foi uma arma que teve larga expansão durante a Idade Média, fruto do veloz processo de aperfeiçoamentos técnicos que rapidamente a generalizou. Basicamente, trata-se de um arco que se arma mecanicamente, e ao qual foi incorporado uma coronha que visa facilitar a pontaria e dar direcção às flechas. O manuseamento do arco antigo implicava que a tracção ao meio da corda fosse exercida pela força de braços. Porém, a besta apresentava pequenos aparelhos mecânicos adaptados a uma coronha de madeira que não só facilitava essa tracção como aprimorava a pontaria. Segundo João Gouveia Monteiro, existiam três bestas principais durante a centúria de quatrocentos. Embora muito semelhantes na estrutura geral divergiam na forma como eram armadas, o que aumentava ou diminuía o seu alcance e poder de penetração: a “*besta de armar ao*

⁷⁴⁶ António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.10.

⁷⁴⁷ No séc. XVI tinha o terço do comprimento de uma espada. Ver Jorge Colaço; George Vicente (coord.), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, Vol. I, pp.550-551.

⁷⁴⁸ Inês Meira Araújo, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p.137.

⁷⁴⁹ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.463.

cinto”, a “*besta de polé*” e a “*besta de garrucha*”⁷⁵⁰. Já Oliveira Simões, identificou mais algumas tipologias, nomeadamente a “*besta de torno*”, a “*besta de pelouro*”, “*besta de bodoque*” e a “*besta de muralha*”⁷⁵¹. Estes tipos de besta são de difícil distinção nas representações artísticas, pois o detalhe atribuído a estas armas é muito restrito⁷⁵². Ainda assim estão representadas *Tapeçarias de Pastrana*⁷⁵³.

Devido à sua capacidade de penetração e cadência de tiro, a sua reputação cresceu rapidamente, tendo sido bastante usada nas praças de guerra do Norte de África desde a conquista de Ceuta⁷⁵⁴. A sua utilização pelas guarnições, mesmo depois da implantação das armas de fogo, tem a ver com a sua eficácia em combate, particularmente, no que diz respeito ao alcance e à penetração. Não pudemos deixar de reparar que a carta de quitação ao almoxarife de Safim, de 1513 a 1519, faz referência a 31 bestas e que o mesmo documento refere 42 espingardas⁷⁵⁵. Quer isto dizer que se tratava de uma arma que continuava a ser usada, apesar da aposta nas armas portáteis de fogo.

Como as bestas eram armas de combate à distância, e que deixavam o seu utilizador afastado do local do conflito, foram bastante usadas enquanto armas ofensivas por parte dos sitiados, aquando dos cercos mouros às fortalezas portuguesas. Por outras palavras, as bestas eram, em conjunto com as armas de fogo, as armas de combate à distância que mais receio provocavam aos exércitos sitiados, “*não somente devido ao seu alcance, mas também devido à utilização de virotes envenenados*”⁷⁵⁶.

Também aqui torna-se imperativo referir o escudo, não só pelo seu valor simbólico, como pelo seu papel defensivo. Trata-se de uma arma que visava proteger o corpo das investidas do inimigo e que foi usada desde a antiguidade. Ao longo dos tempos, teve diversas formas e denominações e, frequentemente, apresentava símbolos

⁷⁵⁰ João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, p.534.

⁷⁵¹ Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas*, pp.58-61.

⁷⁵² Inês Meira Araújo, “As representações da guerra medieval. As *Tapeçarias de Pastrana* como ponto de partida”, in *Cadernos de História da Arte*, Nº I, p.48.

⁷⁵³ Ver anexo I, fig.39.

⁷⁵⁴ O alvará para o feitor de Azamor, em 23 de Setembro de 1524, refere o envio de bestas provenientes do Algarve. Ver A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 31, nº 62.

⁷⁵⁵ Ver carta de quitação ao almoxarife de Safim, de 1 de Outubro de 1513 a 30 de Junho de 1519. Documento publicado in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. V, doc.576, pp.474-475.

⁷⁵⁶ Inês Meira Araújo, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p.157.

heráldicos⁷⁵⁷. A utilização de determinado tipo de armamento ofensivo acabou por influenciar as diferentes tipologias que os escudos foram conhecendo. A preferência pela lança, por exemplo, levou a que estas protecções corporais se modificassem, devido ao estrago que aquelas armas provocavam no corpo do oponente⁷⁵⁸. Enquanto os escudos ocidentais adquiriram progressivamente o formato triangular – o que permitia ao militar apoiar a lança sobre o escudo – os escudos muçulmanos aderiram a uma tipologia ovalóide, conhecida como adarga, e que passou a ser a principal protecção nos contingentes mouros. Aliás, é curioso notar que os portugueses acabaram por adoptar este tipo de escudo nas campanhas norte africanas⁷⁵⁹. Com a prosperidade verificada na indústria do armamento, na transição da Idade Média para a Idade Moderna, o escudo passou a ser cada vez menos utilizado pelos militares, até que acabou por cair em desuso.

Para além dos escudos, também aqui devem ser referidos outros tipos de protecções que constituíam o equipamento de combate, nomeadamente, as protecções para a cabeça e as protecções para o corpo. O “capacete” é a designação mais frequente das protecções para a cabeça. Nas campanhas portuguesas no Norte de África foram muito frequentes dois tipos de protecções: o chapéu-de-armas (ou chapéu-de-ferro) e a celada, para além de outro tipo de capacetes, como o morrião ou o bacinete⁷⁶⁰. Os chapéus-de-armas constituem as tradicionais protecções de cabeça neste período. São constituídos por um casco frequentemente arredondado, complementado por uma aba em redor, que permitia a protecção contra projecteis, sol e chuva⁷⁶¹. Estas características tornaram-nas nas protecções de cabeça mais frequentes das campanhas do Norte de África⁷⁶². A celada teve grande expansão a partir do primeiro quartel do século XV⁷⁶³ e continuou a usar-se durante o séc. XVI. Sabemos, por exemplo, que o adail de Mazagão

⁷⁵⁷ Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas*, p.85.

⁷⁵⁸ Inês Meira Araújo, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p.114.

⁷⁵⁹ Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.27. Cf. David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.463. No fresco “Preparativos do Cerco”, no Palácio Ducal de Vila Viçosa, aparecem cavaleiros portugueses equipados com adargas. Ver anexo I, fig.28.

⁷⁶⁰ Oliveira Simões, *As Armas nos Lusíadas*, p.85.

⁷⁶¹ Ver anexo I, figs.40,41,42.

⁷⁶² Inês Meira Araújo, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p.82.

⁷⁶³ João Gouveia Monteiro, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, p.536.

usava celada no ano de 1541⁷⁶⁴. Trata-se de uma protecção que veio substituir o bacinete pois, embora fossem semelhantes por protegerem a cabeça e a nuca, a celada tornava-se mais cómoda para o combatente, na medida em que constituía uma protecção aberta, mais fresca e também apropriada para o clima norte africano⁷⁶⁵.

Com efeito, na já mencionada carta de quitação do almoxarife de Safim, entre 1513 e 1519, encontramos referência a 626 celadas e cascos e 39 capacetes⁷⁶⁶, o que acaba por atestar a predilecção desta protecção para a cabeça comparativamente a outros tipos de capacetes. Ainda assim, é possível que os capacetes convencionais não se resumissem a tão pequena percentagem, na medida em que uma outra carta de quitação refere o envio de 125 capacetes para Azamor, entre 19 de Outubro de 1517 e 29 de Setembro de 1519⁷⁶⁷.

É certo que, de acordo com Carlos Selvagem, os opulentos fidalgos e os troços de cavalaria do princípio do séc. XVI ainda não tinham renunciado aos arneses e às armaduras completas⁷⁶⁸. Porém, nem sempre tal equipamento seria adequado, principalmente se tivermos em consideração as difíceis condições climáticas do palco de guerra norte africano. Se os chefes e fidalgos saíam frequentemente com melhores armaduras⁷⁶⁹, o mesmo não devia acontecer com a generalidade dos combatentes, equipados com protecções mais modestas. Por entre as protecções para o corpo usadas pelas guarnições militares que serviam nas praças da Duquela temos a destacar a couraça (ou *brigandine*). Trata-se de uma peça de armamento de defesa pessoal usada desde os finais do século XII, e que era constituída por placas de metal aplicadas a uma superfície de couro, destinada à defesa do tronco. De acordo com Augusto Ferreira do Amaral, era considerável o número de militares que usavam couraças em Mazagão, em 1534. Segundo o autor, estas eram embotadas de seda e de cravação dourada, e piastrões⁷⁷⁰. Do mesmo modo, também Safim apresentava 122 peças de couraças entre

⁷⁶⁴ Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão – A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.181.

⁷⁶⁵ Ver anexo I, figs.43,44,45.

⁷⁶⁶ Ver carta de quitação ao almoxarife de Safim, de 1 de Outubro de 1513 a 30 de Junho de 1519. Documento publicado in *Archivo Historico Portuguez*, Vol. V, doc.576, pp.474-475. Ver também Vergílio Correia, *Lugares Dalém – Azemôr, Mazagão, Çafim*, p.84.

⁷⁶⁷ Carta de quitação de 19 de Outubro de 1517 a 29 de Setembro de 1519 ao vedor das obras e almoxarife do armazém de Azamor. Documento publicado por Anselmo Braancamp Freire in *Archivo Histórico Portuguez*, vol. I, p.328.

⁷⁶⁸ Carlos Selvagem, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, p.256.

⁷⁶⁹ Cf. Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.23.

⁷⁷⁰ Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão – A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.181.

1513 e 1519⁷⁷¹. De resto, a utilização destas defesas usadas em Marrocos está também representada nas *Tapeçarias de Pastrana*, onde o *brigandine* está representado num número esmagadoramente superior ao arnês completo, ou outro tipo de defesas. Comprova-se, deste modo, a preferência dos soldados portugueses pela utilização de equipamento de carácter mais ligeiro, menos eficaz na protecção, mas mais confortável quando comparados com armaduras mais pesadas, como o arnês⁷⁷². Para além das couraças, também aqui devemos referir as cotas de malha, compostas por milhares de elos metálicos, e que tinham a vantagem de serem bastante flexíveis e leves⁷⁷³. Sabe-se, por exemplo, que em 1541 o capitão de Mazagão, Luís de Loureiro, usava uma saia de malha e que o adail se cobria com uma couraça⁷⁷⁴. De resto, os cavaleiros portugueses que saíam para o exterior das fortalezas não pareciam renunciar a este tipo de protecções mais leves e mais frescas⁷⁷⁵, o que não é de estranhar, se tivermos em consideração que o sol magrebino não era propício a outro tipo de equipamentos defensivos.

3.4 Tácticas Militares

As condições geográficas, costumes e meios de combate dos mouros determinaram que as tácticas militares praticadas pelas guarnições da região da Duquela apresentassem características especiais e diferentes em relação a outros teatros de guerra, que os portugueses mantinham no ultramar. A História das praças portuguesas em Marrocos, e particularmente na região da Duquela, é essencialmente História Militar. Como David Lopes bem observou, “*nas praças do sul (...) o estado de guerra era o estado normal (...) e a guerra foi quase contínua*”⁷⁷⁶. Neste sentido, torna-se indispensável expor as tácticas e modos de actuação das guarnições militares. Esta actuação, salvo as devidas excepções, não eram simples práticas inconscientes ditadas pela imediata necessidade ou improvisado. Se é certo que se tratavam de tácticas herdadas

⁷⁷¹ Vergílio Correia, *Lugares Dalém – Azemôr, Mazagão, Çafim*, p.84.

⁷⁷² Cf. Inês Meira Araújo, “As representações da guerra medieval. As *Tapeçarias de Pastrana* como ponto de partida”, in *Cadernos de História da Arte*, Nº I, p.46.

⁷⁷³ Cf. Carlos Selvagem, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, p.256; José Loureiro dos Santos, *Ceuta 1415 – A Conquista*, p.88

⁷⁷⁴ Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão – A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.181.

⁷⁷⁵ Cf. Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.27.

⁷⁷⁶ David Lopes, *A Expansão em Marrocos*, p.48.

dos antigos ideais nobiliárquico-feudais e cruzadísticos da guerra⁷⁷⁷, também é certo que eram as técnicas de combate possíveis, face à filosofia bélica de então e a um inimigo que combatia em casa e muito superior em número. Tratavam-se, portanto, de acções que obedeciam desde logo, à regulamentação e à apreciação crítica, quer dos próprios guerreiros experimentados, que da praça eram moradores, quer dos capitães que, sendo fidalgos provados nos domínios da guerra e do comando, procuravam pensar a guerra usando o seu saber para uma certa teorização da mesma. Aliás, se assim não fosse, muito dificilmente teriam resistido os portugueses na Duquela durante três séculos e meio. Basta recordar que a praça de Mazagão apenas foi abandonada por ordem do Marquês de Pombal, em 1769⁷⁷⁸.

3.4.1 Tática ofensiva

No que se refere às táticas terrestres, temos que diferenciar a acção das guarnições portuguesas entre as manobras ofensivas e as manobras defensivas. Nas manobras ofensivas, os portugueses procuravam o adversário para lhes impor batalha. Nas manobras defensivas procuravam os mouros os portugueses que, ou aceitavam o desafio para os combates ou esperavam por uma altura que lhes parecesse mais vantajosa.

Ora, se o domínio português na região da Duquela assentou numa perspectiva estratégica mais defensiva a partir do desastre de Mamora, em 1515⁷⁷⁹, porque nunca deixaram os portugueses de consagrar algum esforço no que se refere à ofensiva militar? Com efeito, desde sempre persistiu a tradição, transmitida de geração em geração, das *almogavarias* ou “*entradas*”, que estavam na linha da iniciativa portuguesa

⁷⁷⁷ Cf. António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.19.

⁷⁷⁸ Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão – A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, pp.203-213; Laurent Vidal, *Mazagão, A Cidade que atravessou o Atlântico*, pp.30-42; Eva-Maria Kemnitz, *Portugal e o Magrebe – Pragmatismo, inovação e conhecimento nas relações diplomáticas*, pp.224-226.

⁷⁷⁹ O desastre de Mamora, em que morreram cerca de quatro mil portugueses quando se tentava levantar uma fortaleza para permitir um melhor controlo do território e fazer guerra ao reino de Fez, fez com que o rei D. Manuel perdesse o interesse pelo projecto marroquino, pelo que a partir de então a presença portuguesa em Marrocos passou a obedecer mais a critérios de defesa das praças do que à conquista de outros territórios marroquinos. Cf. João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, pp.78-81; António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, p.31.

começada em Ceuta pelo capitão D. Pedro de Menezes⁷⁸⁰. Se com o referido desastre de Mamora a política portuguesa perdeu interesse pelo projecto marroquino e renunciou a outras conquistas, não seria mais conveniente não provocar as populações locais de modo a assegurar as possessões na costa atlântica? A resposta, para além do preconceito religioso que inviabilizava relações mais diplomáticas entre ambas as partes, parece assentar numa estratégia que motivasse a moral dos soldados, ou seja; não será de estranhar que do ponto de vista psicológico, fosse mais fácil motivar a moral dos militares através da possibilidade de transporem os muros das fortalezas e dos campos adjacentes, pois a simples espera da iniciativa inimiga num ambiente de forçada clausura não lhes seria seguramente suportável. A tática do “princípio de ofensiva” que levava os portugueses a manter alguma iniciativa através das entradas ou almogavarias, devia apresentar-se, portanto, como a mais eficaz neste contexto, pois não só impunha um ritmo de combates imposto pelos portugueses, como a ideia do saque apreendido nas entradas elevava a moral dos militares.

Este tipo de operação consistia em ataques específicos e rápidos sobre alvos previamente estudados e tentando evitar a batalha campal em terreno aberto, onde a superioridade numérica do inimigo poria os portugueses em desvantagem⁷⁸¹. Estas incursões em território inimigo tinham por objectivo não só a destruição de campos e casas, como também o roubo de gado⁷⁸², bens, morte e aprisionamento de mouros a fim de conseguir resgates e debilitar psicologicamente os adversários⁷⁸³. Deste modo, com os ataques a *cálifas* (caravanas comerciais de mouros) e a *aduares* (acampamentos das tribos nómadas) não só eram reunidos os bens necessários ao abastecimento das praças, como também desencorajavam os mouros de se aproximarem das fortalezas portuguesas.

⁷⁸⁰ Gomes Eanes de Zurara, *Crónica do Conde D. Pedro de Menezes*, pp.43-368; Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Menezes – O primeiro capitão de Ceuta*, p.60.

⁷⁸¹ Relembramos que em toda a história da ocupação portuguesa em Marrocos apenas há registo de duas batalhas campais onde se confrontaram os dois exércitos inimigos; a já referida batalha dos alcaides, em que uma numerosa hoste portuguesa comandada por D. João de Menezes derrotou um exército superior em número chefiado por dois alcaides do rei de Fez, e a Batalha de Alcácer Quibir, onde D. Sebastião perdeu a vida, em 1578. Ver João Paulo Oliveira Costa; Vítor Luís Gaspar Rodrigues, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, p.8.

⁷⁸² António Dias Farinha, *Os Portugueses em Marrocos*, p.47; David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.481.

⁷⁸³ Nuno Silva Campos, *D. Pedro de Menezes – O primeiro capitão de Ceuta*, p.60; Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I*, p.178.

Segundo Maria Otília Fontoura, devemos distinguir as entradas das almogavarias. Para a autora, as entradas dos portugueses eram feitas pelos capitães ou pelos fronteiros ao serviço das praças. Nestes casos, quando os capitães dirigiam as incursões, levavam um porta-bandeira (alferes) com o estandarte de Cristo. As almogavarias, pelo contrário, eram simples correrias ou razias que não apresentavam aquela particularidade⁷⁸⁴. Destas entradas e almogavarias existem inúmeros registos, alguns deles bem representativos da sua natureza ofensiva. Para o caso de Mazagão, verificámos que durante todo o período do século XVI que antecede a reformulação da estratégia norte africana de D. João III, a praça, na qualidade de fortaleza satélite de Azamor, enviava frequentemente cavaleiros da sua guarnição militar para apoiar as entradas ou almogavarias dos capitães de Azamor e, por vezes, de Safim. Se seguirmos a *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, de Damião Góis, verificamos que pouco depois da fundação de Mazagão, o novo capitão, Martim Afonso de Melo, participou num ataque de Nuno Fernandes de Ataíde e Lopo Barriga ao castelo de Argel⁷⁸⁵. No ano seguinte, em 23 de Abril de 1515, Martim Afonso de Melo, participou com forças de Mazagão no já referido ataque a Marraquexe, juntamente com o capitão de Azamor, D. Pedro de Sousa, sob o comando do capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde⁷⁸⁶.

Ora, dificilmente poderia a reduzida guarnição de Mazagão⁷⁸⁷ aventurar-se em entradas em território inimigo, o que é bastante compreensível, até pelo seu papel secundário face a Azamor. Por essa razão, não poucas vezes encontramos referência aos militares de Mazagão que participavam nas entradas organizadas pelo capitão de Azamor. Uma dessas participações ocorreu em 1519, quando Tite foi atacada sob o comando do adail de Azamor, Vasco Fernandes César, e os mouros foram “*todos metidos à espada*”⁷⁸⁸. Outra dessas participações que vale a pena referir passou-se em Novembro de 1522. De acordo com Frei Luís de Sousa: “*Gonçalo Mendes Couto*,

⁷⁸⁴ Otília Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.28.

⁷⁸⁵ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LXXXIII, p.422.

⁷⁸⁶ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo LXXIV, pp.423-426; Pierre de Cenival, *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. I, pp.687-692. Ver também Fernando Pessanha, “23 de Abril de 1515 – O Ataque dos Portugueses a Marraquexe”, in *Jornal do Algarve*, Nº2873, 19 de Abril de 2012, p.19.

⁷⁸⁷ Recordamos que apenas sessenta homens recebiam soldo entre 1518 e 1519: vinte e cinco cavaleiros, outros tantos homens de pé, três atalaias, dois atalaias do sino, um condestável e quatro bombardeiros. Ver Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão - A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.175.

⁷⁸⁸ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, IV, Capítulo XXXIX, p.526.

*capitão de Azamor (...) Põe a ponto cento e oitenta de cavalo, que capitaneava; e vinte que lhe mandou de Mazagão o capitão António Leite, a cargo de António das Neves, seu cunhado, com que fez duzentos; e cem besteiros e espingardeiros de pé. E juntando a este número cinquenta cavalos do xeque Acoo dos mouros de paz confidentes, e mil homens de pé, não duvidou acometer alegremente a entrada*⁷⁸⁹.

Na impossibilidade de fazer uma apresentação exaustiva das entradas e algomavarias realizadas pelos militares de Safim, apresentamos somente duas, porém, bastante elucidativas da sua natureza ofensiva. Uma delas deve lugar a 23 de Outubro de 1511 e foi organizada por Nuno Fernandes de Ataíde. Saiu este, “*ao cair da noite, com 400 de cavalo e 500 de pé, e com marcha surda chegou ao amanhecer ao sítio requerido. Cerrou de súbito com os inimigos mal-cuidosos, matou mais de 300, cativou 507; a prêsa de gados foi tamanha que enchia uma légua de estrada*”⁷⁹⁰. Trata-se, portanto, de uma entrada digna de registo, não somente pelo número de militares envolvidos, como também pelo grande despojo. Outra grande entrada teve lugar em 1512. Nuno Fernandes de Ataíde, avisado onde se encontrava acampado o rei de Marraquexe, reuniu 500 de cavalo e muitos mouros de pazes de Bentafufa, e atacou o arraial do rei. Mataram muitos mouros e o rei esteve em risco de ser preso. Tomaram-lhe a tenda e uma das suas “*mancebas principaes com muitas molheres nobres*”⁷⁹¹. Dos portugueses ficaram alguns feridos, entre os quais o próprio Nuno Fernandes de Ataíde, no rosto. Porém, o despojo foi enorme: gado, cavalos, camelos, para além de 400 cativos. A represália por esta afronta não tardou. Poucos dias depois vieram 300 cavaleiros mouros correr Safim, porém, o adail Lopo Barriga desbaratou esta força de cavalaria e matou o xeque deles. A sua cabeça foi espetada numa das portas da cidade para servir de exemplo a quem se atrevesse a atacar Safim. Segundo Góis, ainda que os mouros tenham oferecido avultadas quantias, Nuno Fernandes recusou entregar o cadáver. Este apenas seria entregue em troca da paz, e assim foi. Era a paz imposta pelo terror e pela força das armas.

⁷⁸⁹ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. I, p.96. Ver também Francisco de Andrada, *Crónica de D. João III*, Parte I, Capítulo XXXII, pp.78-80.

⁷⁹⁰ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, I, p.158. Ver também Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XIV, p.290.

⁷⁹¹ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XXXIV, p.341. Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.179; Durval Pires de Lima, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, pp.50-51.

Grosso modo, todos os exemplos que atrás referimos constituíam operações militares lançadas sobre alvos específicos e previamente estudados, e em que o factor surpresa era determinante. Muitas vezes as informações eram obtidas através dos batedores portugueses que iam espiar os campos. Outras vezes eram os próprios mouros que se dispunham a trair os seus irmãos de fé mediante um pagamento⁷⁹². A já referida entrada, que teve lugar em 23 de Outubro de 1511, só foi possível porque um mouro, “*cuja mulher & filhos tinha captiuos*”⁷⁹³ em Safim, revelou a existência de 25 aduares a oito léguas da cidade, ou seja; certamente tentava conseguir a libertação da família como pagamento pelas informações facultadas ao capitão. Não se fiando no mouro, mandou o capitão uma pequena patrulha para confirmar as informações. Uma vez avistados os ditos aduares, regressaram a Safim, de onde Nuno Fernandes de Ataíde e as suas forças partiram na mesma noite, para se lançarem sobre os aduares. De resto, foi também de noite que se deu o já mencionado ataque ao arraial do rei de Marraquexe, já para não referir inúmeros outros episódios. Era, portanto, durante a madrugada, que os capitães e os fronteiros sedentos de glória se lançavam sobre os mouros descuidados. Que admira, portanto, que alimentassem vivo ressentimento contra os portugueses e que sempre que possível, procurassem causar-lhes o maior dano possível?

Também as emboscadas resultavam numa tática ofensiva em que o factor surpresa era determinante. Para tal, esperavam os portugueses pelos mouros em zonas apropriadas, de modo a atacá-los e a aprisioná-los sem que os adversários os esperassem. O episódio que se segue trata-se de uma cilada montada pelo capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde, em 1513, e é relatada por Jerónimo Osório: “*mandou Lopo Barriga com 150 de cavalo e logo depois Nuno Mascarenhas com 100, que fizessem suas ciladas em sítios oportunos. Vinha Ataíde mais atrás com o resto da gente, para dar socorro. Lopo Barriga, pelas ordens dadas, acometendo o (sic) mouros desacautelados lhes matou 5, cativou 14 e preou imenso gado*”⁷⁹⁴.

⁷⁹² Sabemos que o sistema de espionagem entre ambas as partes chegava mesmo a recorrer ao suborno. Em Safim, por exemplo, o capitão Nuno Fernandes de Ataíde dispunha de espias nos muros da fortaleza que aliciavam os seus irmãos de raça e religião para, mediante um pagamento, revelarem ao capitão a localização de aduares, pastagens de gado e cultivos. Então, durante a noite, saía o capitão com os seus cavaleiros em busca dos aduares, matando e cativando os mouros e apoderando-se dos seus rebanhos. Ver Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.38.

⁷⁹³ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, III, Capítulo XIV, p.289.

⁷⁹⁴ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.179.

Também em Azamor eram preparadas ciladas destas. Segundo Frei Luís de Sousa, em 20 de Dezembro de 1521, o capitão de Azamor, Gonçalo Mendes Sacoto, “levando só duzentos de cavalo”, emboscou-se no campo de Lates a espiar a gente do rei de Fez que vinha correr o azemel do alcaide (do rei de Portugal). Com essa gente vinham nove alcaides, dos quais o principal capitão era o de Latar, com novecentas lanças. Os portugueses desbarataram os mouros, matando quatro alcaides e “ficando senhor do campo e de grosso despojo”⁷⁹⁵. Ora, torna-se algo inverosímil que uma pequena força de duzentos cavaleiros portugueses pudesse ter causado tal estrago a uma força constituída por nove alcaides e novecentos cavaleiros mouros. No entanto, e apesar do potencial exagero desta narrativa, a situação bem reflecte a importância que as emboscadas e o factor surpresa tinham no resultado de um confronto desta natureza, ainda que apresentassem tal desproporção numérica entre as partes em confronto. Aliás, como David Lopes bem observou: “na guerra de então o número não era o factor principal da vitória”⁷⁹⁶.

Ainda que António Manuel Hespanha defenda que o tipo de guerra que os portugueses mantinham em Marrocos já se encontrava desajustado em relação às táticas de guerra europeias⁷⁹⁷, devemos ter em consideração que as novas táticas militares da Idade Moderna só faziam sentido quando as forças em confronto utilizavam a mesma linguagem de guerra, ou seja; forças e tecnologias de guerra similares. Com efeito, tal não aconteceu no Norte de África durante essa primeira metade do séc. XVI, não só devido à desproporção numérica entre as forças em confronto, mas também porque a política de fortificação desenvolvida pelos portugueses não tornou necessária a adopção de outras táticas de combate. Nesse sentido, resultam altamente pertinentes as palavras de Rui Bebião, ainda não se refiram especificamente à guerra em Marrocos: “a fixação do poderio militar fez-se, realmente, à mingua de um número significativo de homens de armas (...) sobretudo por intermédio do estabelecimento de guarnições em pontos estratégicos, devidamente fortificados e quase sempre facilmente acessíveis por via marítima”⁷⁹⁸.

⁷⁹⁵ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. I, pp.87-95.

⁷⁹⁶ David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.481.

⁷⁹⁷ Cf. António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.18.

⁷⁹⁸ Rui Bebião, “A Guerra: o seu imaginário e a sua deontologia”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.52.

Realmente, as táticas ofensivas utilizadas na guerra em Marrocos pouco se aproximavam das táticas modernas que andavam a ser ensaiadas nos teatros de guerra europeus, onde começava a ser frequente uma coreografia de movimentos precisos e encadeados, e sem grande espaço para a espontaneidade individual. Quer isto dizer que a eficácia evidenciada em operações como entradas e emboscadas, onde a rapidez e a surpresa eram determinantes, aproximavam-se bastante das designadas “guerra de guerrilhas”, ou seja; uma guerra que que o reconhecimento do terreno era feito com cautelas indígenas, seguindo os rastros até chegar próximo do inimigo, para então fazer um assalto caracterizado por movimentos desordenados, golpes de audácia e arrojadas iniciativas individuais. A tudo isto devemos ainda somar as artimanhas e astúcias concebidas pelas chefias militares. Neste sentido, não deixam de ser elucidativas as palavras de Vergílio Correia quando refere a “*heroicidade e (...) velhacaria, com que os nossos guerreiros quinhentistas procediam*”⁷⁹⁹, e de que o processo que levou à conquista de Safim é exemplo paradigmático⁸⁰⁰. Com efeito, este amoralismo, ligeireza de movimentos e informalidade que as chefias militares destacavam como factores de êxito na guerra contra o infiel, aproximavam-se mais do tipo de guerra praticado na Idade Média, do que do tipo de guerra regulada que começava a nascer na Europa⁸⁰¹.

3.4.2 Tática defensiva

Para além das táticas ofensivas que atrás referimos, também as táticas defensivas revestiam-se da maior importância, na medida em que procuravam impedir ou neutralizar as investidas dos inimigos. A estratégia recorria frequentemente às armadilhas deixadas nos campos em redor das fortalezas e visavam, antes de mais, aniquilar os batedores e espias mouros que se aproximavam furtivamente com o intuito de recolher informações para os seus senhores. Existem várias referências a situações desta natureza. Uma delas ocorreu em 4 de Fevereiro de 1542, aquando das obras e movimentações que estavam a ter lugar em Mazagão: “*Apareceram em Mazagão dois*

⁷⁹⁹ Vergílio Correia, *Lugares Dalém, Azamor, Mazagão, Safim*, p.75.

⁸⁰⁰ Acerca de todo o processo que levou à conquista de Safim ver David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, pp.463-476.

⁸⁰¹ António Manuel Hespanha, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.19.

mouros com o objectivo de colherem informações para o xerife, que foram detidos”⁸⁰². Ainda que para o presente caso não seja clara a forma como os mouros foram aprisionados, calculamos que tal ter-se-á devido a alguma armadilha deixada no terreno ou ao avistamento dos mesmos por parte de algum atalaia.

A tática da emboscada utilizada pelos mouros não era muito diferente da tática usada pelos portugueses. Com efeito, um episódio ocorrido em 2 de Julho de 1541 é bem representativo das emboscadas que os mouros prepararam. No regresso de uma entrada organizada pelo capitão de Safim e em que os portugueses traziam um saque considerável em gado e cativos, foram surpreendidos a uma légua da fortaleza, por um exército numeroso e bem ordenado. Diz-nos Frei Luís de Sousa que “*a meã légua de caminho sai-lhe de trás ua esquadra de inimigos, numero até cento de cavalo*”. Para se defender, “*mandou o capitão fazer sôbr’eles ua volta curta, que custou mortes de ambas as partes*”⁸⁰³. Ainda que esta emboscada não tenha surtido grande efeito, não deixa de ser demonstrativa das emboscadas que os mouros faziam aos portugueses e da tática defensiva usada pelas chefias militares, ou seja; a denominada volta curta, que basicamente consistia num contra ataque de cavalaria rápido e inesperado, de maneira a provocar baixas nos perseguidores.

A tática de emboscada utilizada pelos mouros consistia em atrair a cavalaria portuguesa para fora das muralhas das fortalezas. Nestas ocasiões, uma diminuta força de cavalaria moura oferecia um breve combate batendo seguidamente em retirada e sendo perseguida pela cavalaria portuguesa, que tentava explorar o seu sucesso. Estas fugas simuladas levavam a que os portugueses fossem, por vezes, conduzidos a forças bem organizadas que os aguardam em terreno favorável e que caíam em seguida sobre eles. Ainda assim, líderes militares mais astutos, como Nuno Fernandes de Ataíde, compreendiam o perigo que representavam estas perseguições e tentavam dissuadir os

⁸⁰² Augusto Ferreira do Amaral, in *Mazagão - A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.234. Já alguns meses antes, em 4 de Outubro de 1541, escrevia Sebastião de Vargas sobre o xerife: “*D’estas obras de Mazagão se diz que recebe elle muito desprazer*”. Ver Carta de Sebastião de Vargas a D. João III, em 4 de Outubro de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXXVII, p.530; A.N.T.T., *Corpo Cronológico*, parte I, maço 70, nº105. Quer isto dizer que o soberano muçulmano andava bem informado das acções dos portugueses na região, o que indica a frequência com que devia enviar espias para os campos em redor de Mazagão.

⁸⁰³ Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. II, pp.186-188. Ver Carta de diversos moradores de Safim contra D. Rodrigo de Castro, em 9 de Julho de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXV, pp.464-467. Ver também Carta de D. Rodrigo de Castro a D. João III, em 8 de Julho de 1541. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. III, doc. CXXIV, pp.454-463.

cavaleiros a fazê-las, na medida em que a inesperada volta curta era também usada pela cavalaria moura. No final do cerco de 1510, “foi tal o alvoroço ao levantar o alojamento que mais visos deu de fuga que de partida. Nuno Fernandes, com 400 de cavalo e 100 de pé se deu pressa em picar-lhes a retirada; e, com efeito, alguns lhe matou, trouxe cativos outros mas não se aventurou a mais longo alcance, receoso que, sendo imensos, ao vê-lo despedido da cidade não corressem sobre êle”⁸⁰⁴. Quer isto dizer que as perseguições feitas aos mouros que batiam em retirada deviam ser curtas e realizadas a poucas léguas das fortalezas, de modo a evitar contra-ataques inesperados. Por outro lado, também a voz de comando deveria ser respeitada, o que muitas vezes resultava num problema, já que os soldados portugueses tinham fama de ser “desobedientes, resistentes à subordinação hierárquica e combatem de forma desordenada”⁸⁰⁵. Um episódio que ilustra bem estas situações teve lugar na Batalha dos Alcaides. Quando no dia 14 de Abril de 1514 os portugueses desbaratam o exército adversário, muitos fidalgos lançaram-se em perseguição dos mouros fugitivos. Compreendendo a desordem das suas forças, D. João de Meneses incumbiu o seu sobrinho, D. Garcia, de reagrupar as tropas. Porém, não só desrespeitou a ordem de comando, como também se lançou na perseguição aos muçulmanos. Muitos dos portugueses que se lançaram neste acozamento morreram, nomeadamente, o referido D. Garcia e um outro sobrinho de D. João, D. Fernando de Meneses⁸⁰⁶. Por outras palavras, a procura de honra e distinção através os golpes de audácia individuais resultavam, muitas vezes, em duros golpes para o colectivo a que pertenciam.

Antes de os mouros investirem contra as praças portuguesas da região costumavam armar fora do campo português durante alguns dias⁸⁰⁷. Esperavam com isto algum descuido dos atalhias ou dos cavaleiros portugueses, o que acabava por acontecer por vezes, provocando combates, mortes e cativos. Para tal, os mouros

⁸⁰⁴ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p. 157. Ver também David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in *História de Portugal*, vol. III, p.481.

⁸⁰⁵ Fernando Dores Costa, “Milícia e Sociedade”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, pp.97-98.

⁸⁰⁶ Damião Góis, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel, III*, Capítulo L, p.377. Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel, I*, p.197. Ver também Teresa Lacerda, “D. João de Meneses. Um retrato da Nobreza Portuguesa em Marrocos”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, pp.129-130. Apesar da estrondosa vitória portuguesa na Batalha dos Alcaides, a morte destes fidalgos obscureceu o regozijo de D. João de Meneses, que acabou por adoecer e morrer em Azamor, em 15 de Maio de 1514.

⁸⁰⁷ Podemos compreender por “campo português” a zona alcançada pela vista desarmada ou pela artilharia das praças.

usavam estratégias muito parecidas às táticas defensivas usadas pelos portugueses; preparavam ciladas, escavando poços estreitos ou emboscando-se durante alguns dias junto das armadilhas, esperando atacar os atalaias⁸⁰⁸. Esta era uma realidade bastante frequente não só na região da Duquela, onde a *jihad* contra os portugueses cedo assumiu contornos particularmente preocupantes⁸⁰⁹, como também na generalidade das possessões portuguesas em Marrocos⁸¹⁰. Segundo Otilia Rodrigues Foutoura, “quando de dia não conseguia fazer presa, valia-se da noite, para fazer cativos homens e moços, chegando a aprisionar atalaias e homens de conta”⁸¹¹. Da mesma maneira, quando os batedores das praças portuguesas descobriam os locais em que os mouros se encontravam emboscados, apresavam-se a alertar a cavalaria para sair das fortalezas e dar-lhes luta.

As emboscadas e armadilhas em redor das fortalezas acabavam por ser uma tática que muitas vezes atendia a um objectivo superior: dificultar as tradicionalmente denominadas “corridas de mouros”. Neste tipo de assédio, depois de os espões e batedores rivais fazerem o reconhecimento do terreno, a cavalaria moura investia contra as fortalezas tentando causar o maior dano possível e destruindo os campos de cultivo. Tratava-se, portanto, de uma guerrilha de desgaste cujo objectivo assemelhava-se às entradas ou almogavarias portuguesas, ou seja; debilitar o mais possível o inimigo, através da morte e cativo de homens, roubo de gado e destruição de culturas. Dada a impossibilidade dos mouros transporem os muros das fortalezas, a sua tática visava antes de mais a desmoralização dos militares portugueses através da destruição de colheitas e deixando sem subsistência as praças portuguesas da região. Estas corridas dos mouros foram uma constante e há delas inúmeros registos. Sabemos, através da carta de Rodrigues Vicente Evangelho a D. João III, em 10 de Abril de 1530, que em Azamor “o Xerife (...) entrou-nos a vila velha e chegou ao muro quasi senhor dum baluarte e foi tam grande o medo, que a gente que fugia para o castelo fazia a todos

⁸⁰⁸ Cf. Augusto Ferreira do Amaral, *História de Mazagão*, p.68.

⁸⁰⁹ Já desde o séc. XV que na região do Souss, na fronteira com a região da Duquela, se formavam centros religiosos onde se preparava a *jihad* contra os portugueses. Desde 1512, ano em que Mulay Ahmede Aláreje recebeu das populações do Souss o juramento de fidelidade, o avanço do sávida em direcção à zona ocupada pelos portugueses era uma demonstração clara das suas ambições.

⁸¹⁰ Em Arzila, por exemplo, o almocadem do Farrobo, Amelix, aproximava-se da vila com frequência para capturar atalaias. Ver Frei Luís de Sousa, *Anais de D. João III*, Vol. I, pp.208-214.

⁸¹¹ Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.35.

mui grande quebra e desmaio”⁸¹². Em Mazagão, em Abril de 1537, “*vieram alcaides do xerife destruir culturas e derribar os valos, os quais foram depois concertados*”⁸¹³. Para Safim, sabemos que em 20 de Agosto de 1541, um alcaide mouro correria a praça com 400 lanças, matando e ferindo homens e cavalos. Ao que parece, os portugueses nem puderam defender-se adequadamente, pois apenas tinham trinta cavalos capazes de cavalgar, já que os restantes estavam mal alimentados⁸¹⁴.

D. Jorge Mascarenhas, que foi capitão em Mazagão entre 1615 e 1619⁸¹⁵, revela que os “antigos”⁸¹⁶ optavam, nessas ocasiões, sair da fortaleza para pelejar com os mouros nos valos⁸¹⁷. O sucesso da tática portuguesa advinha ou da actuação da cavalaria, conseguindo perturbar e desbaratar a cavalaria inimiga, ou do apoio da infantaria, que tomava as suas posições nas zonas dos revelins, ou mesmo da artilharia, que actuava logo que os mouros chegavam ao seu alcance. Para o efeito, procuravam os cavaleiros portugueses atrair os sitiadores de modo a ficarem ao alcance da artilharia, ou fazendo com que os mouros chegassem junto das muralhas para ficarem ao alcance da infantaria posicionada nos muros das fortalezas. No entanto, esta era uma tática apenas viável nas imediações das fortalezas, pelo que a cavalaria tinha um papel fundamental nos combates que se davam fora da área de alcance da artilharia. Nestes casos, as forças em confronto galopavam uma contra a outra munidas de lanças que visavam abater o cavalo ou o cavaleiro inimigo. Com a quebra das lanças, o combate a cavalo fazia-se quase corpo a corpo, sendo a espada a arma mais utilizada.

Além das armadilhas e das táticas de defesa quanto às corridas dos mouros, há que referir também os cercos. Com efeito, raramente os mouros reuniam os meios e as condições para conseguirem pôr cerco às fortalezas, pois a sua preparação era morosa e rapidamente denunciada. Estas movimentações implicavam, por parte dos sitiadores, a mobilização de um considerável exército composto por cavalaria, infantaria e artilharia, para além de todas as restantes questões logísticas. As palavras de Jerónimo Osório são

⁸¹² Carta de Rodrigues Vicente Evangelho a D. João III, em 10 de Abril de 1530. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. II, second partie, doc. CXXVI, pp.510-515.

⁸¹³ Augusto Ferreira do Amaral, in *Mazagão - A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.232.

⁸¹⁴ Otilia Rodrigues Fontoura, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.69.

⁸¹⁵ D. Jorge de Mascarenhas foi uma figura de relevo para o séc. XVII português. A sua carreira militar e política consolidou-se em Mazagão e, depois deste período, foi designado governador de Tânger e posteriormente do Algarve. Ver António Dias Farinha, “História de Mazagão durante o Período Filipino”, in *Studia*, 26, p.307.

⁸¹⁶ Pela designação de “antigos” compreendemos os militares que estiveram ao serviço da praça durante as primeiras décadas do século XVI.

⁸¹⁷ Cf. Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão - A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.190.

bastante elucidativas quanto ao cerco, que os mouros puseram a Safim em 1510. De acordo com o bispo do Algarve, os mouros começaram a sitiá-la em 13 de Dezembro de 1510, e que a 23 do mesmo mês tinham assentados os arraiais e terminado as obras para o assédio: “*tinham levantado muitas torres; muitas estâncias fortificadas com tranqueias e cavas, e cavalgado nelas mui peritamente a artilharia*”⁸¹⁸. Com efeito, o objectivo dos cercos passava por isolar as praças, deixando-as sem recursos para poder sustentar o assédio. Nesse sentido, Safim foi uma cidade algo importunada pelos cercos mouros, tendo mesmo passado por algumas situações delicadas. Uma dessas situações teve lugar durante o cerco que o xerife pôs à praça em Janeiro de 1541. Através da carta do capitão de Safim, D. Rodrigo, a D. João III, sabemos que o xerife mandara alguns alcaides e xeques da Enxovia cercar a cidade, e que entre os sitiadores contavam-se 1500 homens a cavalo e muita gente a pé. O cerco apertou-se tanto que os portugueses não podiam sair e aí foram permanecendo numa situação difícil, pois que todos os dias havia combates e se jogava às lanças. Como consequência deste cerco, a fome já se fazia sentir, razão que levou o capitão a pôr “*a gente em meãs rações*” por causa do pouco trigo, que “*nos veo e da muita guerra que temos*”⁸¹⁹.

Porém, as praças da região da Duquela, à semelhança das demais praças portuguesas em território marroquino, situavam-se na costa atlântica, pelo que podiam facilmente pedir reforços e abastecimentos ao Algarve, Ilhas atlânticas, Andaluzia ou mesmo às outras praças portuguesas na costa marroquina. Um bom exemplo de um socorro massivo ocorreu durante o já referido cerco a Safim em Fevereiro de 1534. Com efeito, as providências que então foram tomadas, com o envio de homens, armamento e mantimentos vindos do Algarve, Andaluzia e mesmo de outras praças vizinhas, mostram bem a forma como era articulado o socorro. Recordamos que, apesar das queixas daqueles que passavam por estas situações, apenas um cerco mouro foi bem-sucedido em toda a história da presença militar portuguesa em Marrocos: a queda de Santa Cruz do Cabo de Gué⁸²⁰. Deste modo, tornava-se pouco viável o princípio de

⁸¹⁸ Jerónimo Osório, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – D. Manuel I – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, p.156.

⁸¹⁹ Carta de D. Rodrigo de Castro a D. João III, em 5 de Janeiro de 1541. Documento publicado parcialmente por Otilia Rodrigues Fontoura, in *Portugal em Marrocos na Época de D. João III*, p.69.

⁸²⁰ O cerco a Santa Cruz durou quase seis meses e a desproporção numérica era abismal. Segundo David Lopes, “*os mouros eram muitos milhares e os portugueses e mouros amigos muito poucos. D. Goterre avaliou aqueles em 1000.000 e estes em 200*”. Ver David Lopes, “Os Portugueses em Marrocos...”, in

cercar uma praça portuguesa com o intuito de deixá-la secar até que os seus moradores ficassem sem os abastecimentos indispensáveis à sua subsistência e se rendessem.

Para além dos já referidos cercos a Safim, há também notícia de alguns outros cercos mouros postos às praças da região da Duquela, nomeadamente em Azamor e Mazagão, ainda que nenhum deles tivesse sido bem-sucedido. Um deles foi o que se deu em Dezembro de 1521, e onde o capitão António Leite desbaratou em Mazagão o alcaide Yacob el Garib, xeque dos Gharbiya⁸²¹. Outro que se apresenta particularmente interessante ocorreu em Fevereiro de 1537, quando o xerife pôs cerco a Azamor durante quatro dias, e o capitão de Mazagão mandou Gil Fernandes furar o cerco do xerife, a fim de receber informações da cidade⁸²².

História de Portugal, vol. IV, p.89. Não consideramos o cerco a Mazagão de 1769, uma vez que, antes do cerco, o processo relativo ao abandono da praça já estava em curso.

⁸²¹ Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão - A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, p.230.

⁸²² Carta de Manuel de Sande a D. João III, em 16 de Fevereiro de 1537. Documento publicado in *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, doc. XXXI, pp.85-86.

Conclusões

A História das praças portuguesas do Algarve Dalém mar é essencialmente uma História Militar. Deste modo, reflectir sobre as guarnições militares das praças da região da Duquela, em Marrocos, é reflectir basicamente sobre o *modus vivendi* e o *modus operandi* destes portugueses que, isolados entre o oceano e as vagas de mourama, resistiam num ambiente difícil e hostil.

A conquista e fundação das praças portuguesas na região da Duquela – Azamor, Mazagão, Safim e Aguz - foram fruto da política expansionista de Portugal, cujos contornos foram sendo desenhados lenta e paulatinamente pela dinastia de Avis, no decurso do século XV. Esta política inseria-se no movimento medieval de expansão da cristandade na direcção das terras “infiéis”, na reconquista empreendida a partir do século XIII pelas coroas da Península Ibérica contra os reinos muçulmanos do al-Andaluz. Contudo, a conquista cristã não explica tudo; o projecto de implantar feitorias e conquistar cidades como Azamor e Safim nasce também de uma pretensão económica e comercial que não deixava de ter um carácter cruzadístico. A riqueza natural desta província, tradicionalmente considerada como das mais ricas regiões de Marrocos, terá sido um factor fundamental para a ocupação militar portuguesa. Com efeito, a cronística de Damião Góis, de Frei Luís de Sousa ou Jerónimo Osório atestam a riqueza da região, para além do exaustivo estudo levado a cabo por Vitorino Magalhães Godinho em *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*. Assim sendo, tornava-se necessário prover estas possessões que, mais não eram do que o prolongamento natural do Algarve português, com guarnições capazes de assegurar a defesa e manutenção das mesmas.

Grosso modo, as guarnições das cidades fortificadas, como Azamor e Safim, não iam além de algumas centenas de homens, geralmente em número inferior a 600, ao contrário das fortalezas satélite como Mazagão ou Aguz, que contavam com uma média que não excedia muito a meia centena de soldados. É claro que a estes números podemos juntar os homens de armas que acompanhavam os fronteiros, e ainda os moradores das praças aptos para tarefas militares. Sabemos que Azamor, por exemplo, contou com uma média de 250 moradores com experiência de guerra ao longo do

domínio português⁸²³. Ainda assim, o número total de combatentes continuava a mostrar-se insuficiente face o teatro de guerra que era Marrocos; um teatro de guerra onde os adversários combatiam em casa e estavam habituados a conflitos bélicos.

Se excluirmos situações de guerra como a conquista de Azamor, em 1513, ou os grandes cercos a Safim, em 1510 e 1534, raramente as guarnições pagas pela Coroa ultrapassavam largamente o meio milhar de efectivos. Em momentos perigo iminente, os reforços eram enviados do Algarve, Andaluzia, mas também das ilhas atlânticas ou da metrópole. Sabemos ainda que foi prática relativamente frequente o envio de destacamentos militares entre praças quando necessário. Estas acções de reforço entre as guarnições militares das praças da região da Duquela não se limitavam apenas a garantir a defesa dentro dos muros das fortalezas ou o reforço de efectivos militares nas entradas em território marroquino. Muitas vezes estes contingentes militares também partiam em auxílio dos camaradas de armas das praças vizinhas quando estes se encontravam em apuros.

A partir do desastre de Mamora, em 1515, os portugueses praticamente renunciaram a novas conquistas em território marroquino, passando a política expansionista a assentar essencialmente na conservação e defesa das praças sob domínio português. Com a morte de líderes como o capitão de Safim, Nuno Fernandes de Ataíde, em 1516, ou o alcaide da Duquela, Bentafufa, em 1518, a influência portuguesa sofreu um duro golpe, tendo começado os “mouros de pazes” a mudar de lado na guerra pelo domínio de Marrocos. Seguiu-se a ascensão do poder dos xerifes que, apelando à guerra santa, conseguiram reunir um poderoso exército determinado a expulsar os portugueses da região. Este novo exército, impulsionado pelos ideais da *jihad*, já dispunha de artilharia da mais moderna, para além de técnicos turcos e outros renegados portugueses prontos a intervir. Por outras palavras, as circunstâncias tinham mudado, o que também fez mudar a política portuguesa na região, ou seja; a estratégia passava do ataque para a defesa, para a conservação das praças.

⁸²³ Maria Augusta Lima Cruz, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor “, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, p.114. Rui Jorge Ferreira Henriques é categórico quando afirma que os moradores de Azamor com aptidão militar nunca ultrapassaram as três centenas. Ver Rui Jorge Ferreira Henriques, “*Quão grande trabalho é viver!*” *António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos (1513-1549)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Universidade Nova de Lisboa, p.76.

Talvez não seja exagerado admitir que a partir do momento em que as praças da Duquela deixaram de ser auto suficientes, abastecendo-se a elas próprias com os tributos pagos pelos “mouros de pazes”, a sua única função – para além do prestígio internacional que advinha da sua posse - passou a ser formação militar dos fidalgos e demais soldados, funcionando como escola prática de guerra. De resto, esta ideia, ainda que de forma tímida, foi defendida por alguns investigadores portugueses⁸²⁴.

Com efeito, não deixa de ser interessante a importância que o reinado do “venturoso” atribuiu à presença militar portuguesa em Marrocos. Aliás, a importância atribuída à gesta marroquina está bem patente na *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, onde Damião Góis dedica 71 capítulos à guerra em Marrocos, ou seja 22% do total de uma obra que descreve a acção dos portugueses na generalidade do Império⁸²⁵. Efectivamente, o espaço norte africano apresentava-se propício para os jovens fidalgos portugueses se exercitarem no domínio das armas, não só pela proximidade geográfica, como pelo contacto directo com o infiel ou pelas difíceis condições climáticas. Deste modo, a resistência no Norte de África equivalia a um honroso “curso de guerra” e que muito interessava às aspirações da fidalguia. A este respeito diz-nos José Mattoso: “*Depois de 1415 era sabido: fidalgo ia a Marrocos, dava à espada contra mouros e trazia diploma. Marrocos foi escola reconhecida, subterfúgio e cadinho. Nobreza de muitas nações... Autos de armar cavaleiros foram espectáculos correntes desde a retomada de Ceuta*”⁸²⁶. Já Oliveira Martins, apesar de se ter referido às campanhas de África como “*empresas quixotescas*”, reconhecia que o seu melhor merecimento foi “*servir de escola para os guerreiros da Índia*”⁸²⁷, tal como Francisco Bethencourt, para quem o Norte de África “*funcionou como um trampolim na carreira das armas, facilitando o acesso a cargos na Índia ao longo de todo o século XVI*”⁸²⁸ - situação essa, sublinhe-se, que mereceu a crítica de Diogo do Couto, em *O Soldado Prático*.

⁸²⁴ Ver Francisco Contento Domingos, “A Guerra em Marrocos”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, p.226;

⁸²⁵ Joaquim Romero de Magalhães, “Em torno da crónica de D. João III por Francisco de Andrade”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, pp.140-141.

⁸²⁶ José Mattoso, *História de Portugal – A Monarquia Feudal*, vol. 2, p.134.

⁸²⁷ Oliveira Martins, *História de Portugal*, p.141.

⁸²⁸ Francisco Bethencourt, “A Administração da Coroa”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, p.387.

Podemos, efectivamente, admitir que para além do prestígio internacional que advinha da posse das cidades norte africanas, a sua grande utilidade foi servir de escola de guerra para os militares portugueses. Porém, perguntemo-nos: em termos práticos, de que serviu esta escola prática de guerra? Não seria esta uma guerra já desadequada face à realidade bélica do Renascimento? De que serviu a persistência de uma guerra baseada em movimentos desordenados e arrojadas iniciativas individuais se a guerra nas Américas, na Ásia ou na África negra em nada se assemelhava à medieva guerra praticada em Marrocos? Antes de mais, temos que ter em consideração que a presença militar em Marrocos estava dominada pelos antigos ideais nobiliárquico-feudais e cruzadísticos da guerra contra o “inimigo da fé cristã”. Esta mentalidade, ligada ao ideal da honra e da cavalaria, não só está presente na *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, como também na obra de Gil Vicente. Exemplo disso é o *Auto da Barca do Inferno*, onde apenas o tolo e os quatro cavaleiros da Ordem de Cristo, mortos na guerra contra os muçulmanos, vão para o paraíso, ou mesmo o *Auto de Exortação da Guerra*, concebido propositadamente para a campanha contra Azamor. Aliás, é a própria concepção da guerra em Marrocos que no-lo diz; se excluirmos a utilização maciça e eficaz da artilharia, usada na defesa das praças, a acção portuguesa na Duquela pouco ou nada se aproximou das tácticas da Idade Moderna que vinham a ser ensaiadas na Europa da primeira metade do séc. XVI. A discutível eficácia operacional levada a cabo por líderes militares como Nuno Fernandes de Ataíde baseou-se, fundamentalmente, em princípios que mais se aproximam da designada guerra de guerrilhas. Quer isto dizer que a eficiência militar portuguesa evidenciava-se, essencialmente, em acções como entradas e emboscadas, onde a velocidade e a surpresa eram determinantes e onde os assaltos eram caracterizados por golpes de audácia, movimentos desordenados e arrojadas iniciativas individuais - usando as palavras de Diogo do Couto: “*assalto repentino, chegar e fugir*”⁸²⁹.

De resto, essas iniciativas individuais eram evidenciadas não somente no campo de batalha, como também na própria concepção que os capitães tinham da guerra marroquina. Quer isto dizer que as rivalidades entre os vários líderes militares, a fragmentação do poder em várias capitánias e a ausência de um poder centralizador – um vice-rei ou governador-geral de Marrocos - que coordenasse *in loco* o quadro de

⁸²⁹ Diogo do Couto, *O Soldado Prático*, p.135.

operações conjuntas, acabou por retirar a unidade indispensável a um consistente processo de conquista, verificando-se, portanto, um conjunto de acções não articuladas que acabou por resumir-se a uma guerra de guerrilhas e escaramuças.

Com efeito, a pretensão económica e comercial subjacente à implantação de feitorias nestas cidades e a sua posterior conquista pelas armas não deram frutos a longo prazo. A acção bélica dos capitães e dos fronteiros não privilegiou a pacificação das populações e o desenvolvimento do comércio. Os fronteiros, enquanto jovens fidalgos desejosos de promoção social, procuravam a distinção, humilhando e não respeitando o adversário. Com efeito, a acção dos fidalgos portugueses era determinada pela sede de glória e pela vaidade que advinha em roubar, matar e cativar o “infiel”, o que acabou por funcionar como obstáculo ao alargamento das regiões pacificadas. Neste sentido, talvez não seja exagerada a ideia de um choque de interesses entre o monarca, interessado na paz com as populações locais a fim de desenvolver o comércio na fértil região da Duquela e os militares, interessados no saque proporcionado pelas corridas e nas façanhas militares que permitissem uma rápida ascensão na carreira das armas. Uma carta em aljamia do alcaide Bentafufa ao rei D. Manuel I é bastante elucidativa a este respeito: *“Senhor, o dia que de Portugal parti me encomendaste a paz e que eu a comprasse por meu dinheiro, encomendaste e fiz tudo o que Vossa Alteza mandou: fiz a paz com tudo aquilo que eu pude, que nunca se tal fez nem viram em Duquela em nenhum tempo; e apanhei tôdalas pagas e as trouxe para Safim em obra de quinze dias, e não dei nem peitei por fazer a paz nenhum dinheiro de vossa fazenda; e o capitão e os cavaleiros que cá estão não querem paz, senão guerra, e isto fazem por não terem nenhum proveito da paz, nem do serviço que eu faço, por não terem que tomar, nem que repartir; e por este respeito me querem todos fazer mais mal do que podem”*⁸³⁰.

Face a estas evidências torna-se óbvio que o carácter cruzadístico da guerra em Marrocos, nomeadamente na região que mais cedo sentiu a pressão dos xerifes, estava desajustado face à concepção da guerra no Renascimento. É certo que o argumento da escola prática de guerra acaba por ser conveniente, numa altura em que o império tomava consciência da impossibilidade em manter tão vastos territórios. Porém, o argumento acaba por não vingar, especialmente se tivermos em consideração que a

⁸³⁰ Carta do alcaide Yahya bem Tafuft ao rei D. Manuel em Junho de 1517. Transcrito de António Dias Farinha, in *Os Portugueses em Marrocos*, pp.36-37.

guerra naval praticada pelos portugueses no Índico em nada se assemelhava à guerra de resistência e escaramuças que caracterizavam a guerra nas planícies da Duquela.

De um modo geral, abordar a História das guarnições militares na região da Duquela, nos confins dos Algarves Dalém, é abordar a História de quem conseguiu controlar parte considerável do litoral marroquino e, em determinado momento - algumas zonas do interior até ao Grande Atlas. Isto deve ter representado para os portugueses um notável esforço, se tivermos em consideração que o território marroquino estava habituado à guerra, era consideravelmente populoso e tinha uma costa atlântica muito maior que a portuguesa. Abordar as guarnições militares nas praças portuguesas da região da Duquela, no Algarve Dalém mar é, portanto, mais do que tratar simples conteúdos de carácter militar; é abordar a História comum dos Algarves portugueses na transição da Idade Média para a Idade Moderna; é abordar a História comum que une Portugal a Marrocos. A verdade é que, ainda hoje, resiste no imaginário e na tradição oral marroquina as façanhas dos cavaleiros portugueses que construía sólidas fortalezas em apenas um dia e que assaltavam, matavam e cativavam as populações mouras pela calada da noite... Mas falar das guarnições militares na região da Duquela é também falar numa História de perda. É falar da consciência relativa à impossibilidade de manter tão vasto império, e é falar da resistência em aceitar tal ideia. Por outro lado, é também a História da relutância portuguesa em aceitar um mundo em mudança, é a História de um país que se vê apanhado num mundo que transita da Idade Média para a Idade Moderna.

Glossário

Adail – Em árabe *Dalil*, do verbo *Dalla*, quer dizer mostrar, indicar o caminho. Segundo a hierarquia militar, era o adjunto militar directo e mais próximo do capitão. De modo geral, era um militar da classe dos oficiais, a quem pertencia guiar e conduzir o exército por caminhos ocultos e não trilhados, à maneira de um batedor.

Aduar – Plural do árabe *dar* (no singular *dur*) cujo significado lato é “casa”. Designa um aglomerado de tendas. Devemos compreender por um grupo de tendas das populações nómadas berberes, formando um acampamento ou mesmo povoação temporária.

Alardo – Do árabe *ard* (al-ard). Significa parada ou revista militar.

Alarve – Do árabe *al-arab*. Termo para designar as populações de língua e cultura árabe.

Alcáçova – Do árabe *al-qâsaba*. Palácio fortaleza do rei ou senhor, geralmente num dos ângulos interiores das muralhas de uma cidade e com uma porta para o exterior.

Alcaide- Juiz islâmico. Deu origem à palavra portuguesa “alcalde”. Também se associa a um cargo honorífico, comandante de tropas.

Alcaide do Mar – oficial responsável pela segurança dos locais de desembarque e pela guarda das portas do mar (ou da ribeira).

Alfaqueque - Era o resgatador dos cativos. O resgate era um dos principais objectivos de guerra entre os mouros e os cristãos, do qual se obtinha uma grande fonte de receita. Este desiderato pressupunha a existência de estruturas organizadas para se estabelecerem negociações entre os adversários. Em árabe, *fakka* significa libertar, dar liberdade a um prisioneiro, resgatar.

Almocadém – Do árabe *al-mukaddam* (pessoa que marcha em frente). Cabia-lhe guiar e encaminhar o exército e os capitães nas suas corridas. Eram, por vezes, mouros naturais da região, conhecedores da orografia local, que, entretanto, se converteram ao cristianismo.

Al-Mahala – Do árabe *al-Mahalla*. Em Marrocos significa exército ou corpo expedicionário. Pode ser também associado ao local onde se encontra o sultão e a sua guarda.

Almazém – Conjunto de armas ou munições de guerra, em especial as destinadas a transporte individual para cada combatente, tais como setas, dardos, pelouros, metralhas, munições, etc. Também havia um almoxarife e um escrivão para o almazém.

Almogávar – Do árabe *al-mugauir*. É o soldado que faz entregas e correrias em terras de mouros que eram comandadas por adaís.

Almoxarife – O almoxarife era um tesoureiro. Competia-lhe receber o dinheiro, o trigo, as roupas, os materiais e munições, velar pela sua guarda e efectuar os pagamentos conforme as ordens das competentes autoridades e as listas da vedoria. Era

um cargo importante não somente pela remuneração mas também pelo poder que assegurava. Este ofício era exercido por mandatos de três anos.

Anadel – Cargo militar. Era o oficial que dirigia os besteiros e os espingardeiros em serviço nas praças.

Atalaia – Do verbo árabe *talaa* (subir, procurar). Aquele que se encontra num posto de vigia. Também se chama atalaia a uma torre assente em alguma eminência ou elevação donde se observa ao longe o mar ou a terra.

Atalhador – Militar encarregado de observar o terreno de potencial conflito. Em Marrocos, os atalhadores eram as atalaias que, enquanto os companheiros estavam de vigia, percorriam os caminhos que levavam às atalaias. Inspeccionavam os campos, os trilhos dos mouros, e examinavam aos lugares potencialmente perigosos ou propícios a ciladas.

Arraial – Alojamento de um exército.

Berbere – População autóctone do Magrebe anterior à conquista árabe, que permaneceu na respectiva área linguística e cultural depois de islamizada. Etimologicamente, o termo berbere designa “bárbaro”.

Borge – Deriva do árabe *burj*. Bastião ou torre de uma fortaleza.

Cadi – Do árabe *qâdi*. Juiz nos tribunais muçulmanos, especialmente no que se refere aos assuntos religiosos. Vocábulo que deu origem à palavra portuguesa alcaide.

Cáfila – Do árabe *qâfila*. Devemos compreender por caravana ou grupo de viajantes.

Condestável – Posto militar responsável pelo comando da artilharia.

Contador – Responsável pela administração da fazenda. Hierarquicamente, era a segunda figura na administração da praça. Competia-lhe substituir o capitão nas suas ausências.

Capitão – Cargo militar atribuído pelo monarca aos cavaleiros escolhidos para chefiarem as praças do Norte de África. Para além de comandantes do exército, competia-lhes também a responsabilidade do governo civil das praças.

Capitão de Campo – Oficial encarregue da organização do exército. Devia supervisionar a construção dos acampamentos, e a disposição das tropas no terreno para dar batalha. Contudo, estas tarefas recaiam a maior parte das vezes, sobre o sargento-mor, que de um modo geral não tinha ascendente nobre mas era, frequentemente um veterano experiente.

Elche – Do árabe *'ilj* “ estrangeiro”. Alguém que abandonou a sua religião original. Designa frequentemente os renegados que atraídos pelas riquezas oferecidas pelos reis marroquinos, estavam dispostos a servir nos seus exércitos ou que possuíam habilitação técnica para uso e fabrico de armamento.

Espahia- Do turco *sipâhi*. Corpo de cavalaria do exército marroquino.

Fronteiro – Classe militar aplicada aos fidalgos que serviam temporariamente nas praças portuguesas do Norte de África e que eram acompanhados por grupos de soldados seus servidores.

Físico – Designação que denominava o médico. Era um dos funcionários mais bem remunerados das praças. A sua tença anual era ultrapassada apenas pelas do capitão, do contador e do escrivão dos Contos.

Gomia – Do árabe *kummiyya*. Punhal curvo usado em Marrocos.

Mazaganian – Do árabe *mahzaniyya*. Corpo da guarda ou do exército do sultão.

Metical – Moeda de ouro usada em Marrocos.

Mexuar – Casa ou sala de audiências no palácio do sultão de Marrocos.

Mouriscos – Designação atribuída aos mouros baptizados e convertidos ao cristianismo. Acompanhavam as almogavarias em território marroquino. Quando apanhados pelos muçulmanos eram severamente castigados.

Muley – Do árabe *Mawlay*. Significa “meu Senhor”. Título frequentemente atribuído aos xerifes.

Morábito/Marabuto – Homem cuja existência era inteiramente dedicada à religião muçulmana. Os morábitos eram homens santos, que no Norte de África deram origem a muitas confrarias como a *yazullyya*, a irmandade que havia apoiado os sádias desde o início da ascensão desta dinastia durante a primeira metade do séc. XVI. Isolavam-se em pequenos ermitérios que, geralmente, atraíam discípulos que davam origem a confrarias com maior ou menos número de aderentes.

Muezin – Homens encarregados de anunciar as horas canónicas das orações aos muçulmanos. O apelo destes homens à oração era proclamado do alto dos minaretes das mesquitas.

Sádida – Dinastia oriunda do sul de Marrocos que emergiu da obscuridade através da luta contra os portugueses. Chegaram ao poder após deporem a decadente dinastia uatássida.

Xerife – A palavra *sarif* significa nobre, ilustre, pelo cargo ou nascimento e aplicou-se aos descendentes de Maomé. É frequente esta designação entre os líderes tribais das populações islamizadas do Norte de África.

Xequ – Do árabe *shayqh*. Significa chefe, ancião responsável

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Arquivos

A.N.T.T.

Chancelaria de D. Manuel I

Livro 5, fólho 20. Livro 5, fólho 24v. Livro 5, fólho 25. Livro 8, fólho 105v. Livro 11, fólho 10. Livro 15, fólho 15 v. Livro 15, fólho 111v. Livro 15, fólho 155. Livro 15, fólho 115 v. Livro. 15, fólho 118. Livro 15, fólho 131. Livro. 15, fólho 137. Livro 15, fólho 137v. Livro 15, fólho 155. Liv. 15, fólho 172. Livro 25, fólho 120v. Livro 26, fólho 14. Livro 39, fólho 16v. Livro 42, fólho 41.

Chancelaria de D. João III

Livro 27, fólho 82 v.

Corpo Cronológico

Parte I, maço 5, documento 112. Parte I, maço 7, documento 61. Parte I, maço 11, documento 90. Parte I, maço 13, documento 87. Parte I, maço 14, documento 4. Parte I, maço 14, documento 18. Parte I, maço 14, documento 24. Parte I, maço 14, documento 48. Parte I, maço 14, documento 50. Parte I, maço 15, documento 8. Parte I, maço 15, documento 15. Parte I, maço 15, documento 17. Parte I, maço 15, documento 39. Parte I, maço 18, documento 18. Parte I, maço 18, documento 108. Parte I, maço 27, documento 68. Parte I, maço 28, documento 138. Parte I, maço 31, documento 62. Parte I, maço 57, documento 107. Parte I, maço 57, documento 122. Parte I, maço 58, documento 16. Parte I, maço 58, documento 72. Parte I, maço 69, nº 80. Parte I, maço 70, documento 9. Parte I, maço 70, documento 66. Parte I, maço 70, documento 105. Parte I maço 70, documento 115. Parte I, maço 71, documento 22. Parte I, maço 71, documento 52. Parte I, maço 71, documento 79. Parte I, maço 80, documento 100.

Parte II, maço 17, documento 5. Parte II, maço 19, documento 21. Parte II, maço 42, documento 258. Parte II, maço 62, documento 111. Parte II, maço 93, documento 22, Parte II, maço 99, documento 75. Parte II, maço 99, documento 113. Parte II, maço 107, documento 1.

Núcleo Antigo

Livro 877, n.º 20, n.º 442, n.º 611, n.º 765.

Cartas dos Governadores de África

Documento 11. Documento 22. Documento 25. Documento 36. Documento 48. Documento 52. Documento 54. Documento 64. Documento 55. Documento 101. Documento 114. Documento 304. Documento 430.

FONTES IMPRESSAS

ANDRADA, Francisco de, *Crónica de D. João III*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1976.

Archivo Historico Portuguez, 9 vols., Lisboa, Câmara Municipal de Santarém, 1903-1916.

CASTRO, Damião António de Lemos Faria e, *Politica Moral, E Civil, Aula da Nobreza Lusitana*, Lisboa, MDCCLI.

- *História Geral de Portugal e suas Conquistas*, Vol. XI, Lisboa, 1788.

COUTO, Diogo do, *O Soldado Prático*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1988.

JOSÉ, Frei João de São, “Corografia do Reino do Algarve (1577)”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983, pp.21-132.

LIMA, Luíz Caetano de, *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa, com as mudanças, que houve nos seus domínios, especialmente pelos tratados de Utrecht, Rastad, Badesn, da Barreira, da Quadruple Alliança, de Hannover, e de Sevilha; e com as geneologias das Casas reynantes, e outras muy principaes, dedicada à sacra, real, augusta magestade delrey D. João V Nosso Senhor*, Tomo II, Lisboa, Academia Real, 1736.

LEÃO, Duarte Nunes de, “Chronica Del Rey Dom João o I”, in *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, pp.437-774.

- “Chronica, e Vida Del Rey Dom Duarte”, in *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, pp.735-780.

- “Chronica, e Vida Del Rey Dom Affonso V”, in *Crónicas dos Reis de Portugal*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1975, pp.781-1001.

LOPES, Fernão, *Chronica de El-Rei D. Fernando*, 3 vols., Lisboa, Escriptorio, 1895-1896.

- *Chronica de El-Rei D. João I*, Lisboa, Escriptorio, 1897-1898.

GÓIS, Damião, *Chronica do Principe Dom Joam*, Lisboa, 1724.

- *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel*, Lisboa, 1749.

MENEZES, D. Fernando de, *História de Tânger Durante la Dominacion Portuguesa*, Lisboa Occidental, 1732.

Monumenta Henricina, 15 vols., Coimbra, Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1960.

OSÓRIO, Jerónimo, *Biografias da História de Portugal – Volume XXVII – Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, Matosinhos, QuidNovi, 2004.

PEREIRA, Duarte Pacheco, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 1954.

PINA, Rui de, “Crónica do Senhor Rey D. Duarte”, in *Crónicas*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 477-574.

- “Crónica do Senhor Rey D. Afonso V”, in *Crónicas*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, pp. 577-880.

- “Crónica do Senhor Rey D. João II”, in *Crónicas*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1977, pp.883-1032.

- *Crónica de D. João II*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

RESENDE, Garcia de, *Biografias da História de Portugal - Volume XXIX - D. João II*, Matosinhos, QuidNovi, 2004.

RODRIGUES, Bernardo, *Anais de Arzila*, 2 Vols., Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1919.

SARRÃO, Henrique Fernandes, “História do Reino do Algarve”, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1983, pp.133-174.

SOUSA, Frei Luís de, *Anais de D. João III*, 2 vols., Lisboa, Sá da Costa, 1928.

VICENTE, Gil, “Exortação da Guerra”, in *Autos e Farsas*, Lisboa, Editora Planeta DeAgostini, 2003, pp.67-87.

- “Auto da Barca do Inferno”, in *Autos e Farsas*, Lisboa, Editora Planeta DeAgostini, 2003, pp.139-170.

ZURARA, Gomes Eanes de, *Crónica da Tomada de Ceuta*, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1992.

- *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*, Lisboa, Edição Diplomática, Universidade Nova de Lisboa, FCSH, 1978.

- *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses*, (coord. Filipe Themudo Barata), ed. Fac-similada da ed. do Abade Correia da Serra, de 1792, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa/Porto: Programa Nacional de Edições Comemorativa dos Descobrimentos Portugueses, 1988.

BIBLIOGRAFIA

ADRIANO, Fernandes, *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses de Gomes Eanes de Zurara - Estudo histórico-cultural e edição semidiplomática*, Dissertação de doutoramento em Cultura Portuguesa apresentada à Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Bragança, 2007.

AFONSO, Jorge, “A Marinha de Guerra Portuguesa e o Magrebe: os cativos, o corso e a importância do poder naval na definição da política externa do reino”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, pp.187-227.

ALBERTO, Edite Maria da Conceição Martins, “Resgatar cristãos em terras no Norte de África – O ofício de Alfaqueque no século XV”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp.41-50.

- *Um Negócio Piedoso: o Resgate de Cativos em Portugal na Época Moderna*,
Dissertação de Doutoramento em História - Área do conhecimento de Idade Moderna -
apresentada à Universidade do Minho, Braga, 2010.

ALBUQUERQUE, Luís de, *Introdução à História dos Descobrimentos Portugueses*,
Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2001.

ALMEIDA, Fortunato de, *História de Portugal*, Vols. III-VII, Lisboa, Promoclube, s/d.

AMARAL, Augusto Ferreira do, *História de Mazagão*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

- *Mazagão, A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História,
2007.

ARAÚJO, Inês Filipa Meira, “As representações da guerra medieval. As *Tapeçarias de Pastrana* como ponto de partida”, in *Cadernos de História da Arte*, Nº I, 2013, pp.43-56.

- *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para
Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa, 2012.

BARROCA, Mário Jorge, “Tempos de Resistência e de Inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495 - 1521) ”, in *Portvgalia*, Vol. XXIV, 2003, pp.95-112.

BARROS, Maria Filomena Lopes de, “*Os muçulmanos portugueses e o serviço militar: Contra os bons usos e costumes*”, in *XII Colóquio “Laços Histórico Militares Luso Magrebinos. Perspectivas de Valorização”*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003, pp.295-303.

BEBIANO, Rui, “A Guerra: o seu imaginário e a sua deontologia”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores, 2004, pp.36-62.

- “A Arte da Guerra”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores, 2004, pp.112-151.

BESSA, Carlos, “Cercos de Santa Cruz do Cabo de Gué. Viragens internas e perturbação nas relações Luso-Marroquinas”, in *XII Colóquio “Laços Histórico Militares Luso Magrebinos. Perspectivas de Valorização”*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003, pp.403-416.

BETHENOURT, Francisco, “As Capitánias”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, Circulo de Leitores, 1998, pp.341-352.

- “A Administração da Coroa”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, Circulo de Leitores, 1998, pp.387-412.

BOUCHARB, Ahmed, “La conquête portugaise du littoral marocain d’après les sources marocaines”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp.51-58.

- “La vision des marocaines dans les «Anais de Arzila» de B. Rodrigues”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp.165-178.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond; BRAGA, Paulo Drumond, *Ceuta Portuguesa (1415 – 1656)*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes – Ciudad Autónoma de Ceuta, 1998.

BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond, *Entre a Cristandade e o Islão (séculos XV-XVII) – Cativos e Renegados nas Franjas de duas Sociedades em Confronto*, Ceuta, Instituto de Estudios Ceutíes – Ciudad Autónoma de Ceuta, 1998.

BRAGA, Paulo Drumond, “A Expansão no Norte de África”, in *Nova História da Expansão Portuguesa – Vol. II – A Expansão Quatrocentista*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998, pp.237-401.

- “Os forçados das galés. Percursos de um grupo marginalizado”, in *Carlos Alberto Ferreira de Almeida In Memoriam*, Vol. I, Porto, Faculdade de Letras, 1999, pp.187-200.

- “Bombardeiros alemães do Portugal de D. Manuel I”, in *Portugal-Alemanha-Brasil: Actas do VI Encontro Luso Alemão*. Braga, Universidade do Minho/Centro de Estudos Humanísticos, 2003, pp.49-56.

BROCARD, Maria Teresa, *Crónica do Conde D. Pedro de Meneses de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1997.

BUESCO, Ana Isabel, “ A Ásia de João de Barros – um projecto de celebração imperial”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp.57-74.

- *D. João III*, Lisboa, Temas e Debates, 2008.

CAMPOS, Nuno Silva, *D. Pedro de Menezes – O primeiro capitão de Ceuta*, Lisboa, Sete Caminhos, 2008.

CARABELLI, Romeo, *L'héritage Portugais ao Maroc – un patrimoine d'actualité*, Mutual Heritage, 2012.

CARDIM, Pedro, “A diplomacia portuguesa no tempo de D. João III. Entre o império e a reputação”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp.627-660.

CARITA, Rui, “A Arquitectura Abaluartada de Origem Portuguesa”, in *Revista Camões*, Nº17/18, Lisboa, 2004, pp.135-148.

CARVALHO, Andreia Martins de, *Nuno da Cunha e os capitães da Índia (1529-1538)*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (séculos XV-XVIII) apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2006.

CASTRO, Tiago Machado de, *Bombardeiros na Índia. Os homens e as artes da artilharia portuguesa (1498-1557)*, Dissertação de Mestrado em História Marítima apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2011.

CAVACO, Hugo, *“Visitações” da Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio (Subsídios para o estudo da História da Arte no Algarve)*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1987.

- *Revisitando Santo António de Arenilha*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 1995.

- *Pelas Praias de Arenilha e Mares de Monte Gordo*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2007.

- “Ecos da Expansão Portuguesa em Marrocos”, in *Contributos para a Construção da História Local*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António / Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela, 2010, pp.13-24.

CHAHID, Ahmed; LEKHIAR, Mustapha, *El Jadida Memoire*, El Jadida, Al Mohajir, 2006.

CÉNIVAL, Pierre de, *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, Première Partie, Paris, Paul Geuthner, 1939.

CÉNIVAL, Pierre de; LOPES, David; RICARD, Robert, *Les Sources Inédites de l’histoire du Maroc*, Vol. II, Seconde Partie, Paris, Paul Geuthner, 1948.

CHEBRI, Aboukacem, *O Património Arquitectónico Luso-Marroquino*, Al Jadida, Centro para o Património Luso-Marroquino, s/d.

CIPOLLA, Carlo, *Canhões e Velas na Primeira Fase da Expansão Europeia (1400-1700)*, Lisboa, Gradiva, 1989.

COELHO, António Borges, *Raízes da Expansão Portuguesa*, (5ª Edição), Lisboa, Livros Horizonte, 1985.

- *História de Portugal Volume III – A Largada das Naus*, Lisboa, Caminho, 2011.

COELHO, José Manuel Martins Ferreira, *Operações Anfíbias no Reinado de D. Afonso V – reinado preambular das grandes epopeias marítimas*, Comunicação apresentada na Academia de Marinha, em 21 de Julho de 2011.

CORREIA, Jorge, “Mazagão: A última praça Portuguesa no Norte de África”, in *Revista de História da Arte*, Nº 4, 2007, pp.184-211.

- *Implantação da Cidade Portuguesa no Norte de África - Da tomada de Ceuta a meados do Séc. XVI*, Porto, FAUP Publicações, 2008.

CORREIA, Vergílio, *Lugares Dalém, Azamor, Mazagão, Safim*, Conferências realizadas em Lisboa, Porto e Coimbra, Lisboa, 1923.

CORTE – REAL, Manuel Henrique, “Feitores e escrivães na Andaluzia durante o reinado de D. João III”, in *Do Tempo e da História*, Vol. I, Instituto de Alta Cultura – Centro de Estudos Históricos, Lisboa, 1965, pp.135-159.

COSME, João, “Mazagão em 1677”, in *Arquipélago * História*, 2ª Série, VII, 2003, pp.79-98.

- *A Guarnição de Safim em 1511*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2004.

- “Tratado de paz entre Portugal e o reino de Fez - Arzila – 8 de Maio de 1538”, in *Arquipélago * História*, 2ª Série, XIV – XV, 2010-2011, pp.11-29.

COSTA, Fernando Dores, “Milícia e Sociedade”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores, 2004, pp.68-101.

COSTA, João Paulo Oliveira, *D. Manuel I*, Lisboa, Temas e Debates, 2001.

COSTA, João Paulo Oliveira; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar, *A Batalha dos Alcaides – 1514. No Apogeu da Presença Portuguesa em Marrocos*, Lisboa, Tribuna da História, 2007.

COUTINHO, Valdemar, “O Algarve e a política marroquina de D. João III”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp.217-229.

- “Fortaleza de Alcácer Ceguer. Reconstruída no século XV e abandonada no séc. XVI”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp.79-84.

CRUZ, Maria Augusta Lima, “Documentos inéditos para a história dos portugueses em Azamor”, in *Arquivos do Centro Cultural Português*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1970, pp. 104-179.

- “Os portugueses em Marrocos nos séculos XV e XVI” in *História dos Descobrimentos e Expansão Portuguesa*, Lisboa, Universidade Aberta, 1990.

- “Degredados e arrenegados portugueses no espaço Índico, nos primórdios do séc. XVI”, in *Textos de História*, Vol. 6, Nº 1-2, 1998, pp.169-184.

CRUZ, Maria Leonor, García da, “Portugal e o Norte de África no Século XVI – a intervenção de Lourenço Pires de Távora, diplomata e homem de guerra, no problema

da manutenção ou abandono das praças portuguesas”, in *Primeiras Jornadas de História Moderna*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1989, pp.1060-1073.

- *As Controvérsias ao Tempo de D. João III Sobre a Política Portuguesa no Norte de África*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

CRUZ, Abel dos Santos, *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no século XV (1515-1464)*, Dissertação de Mestrado em História Medieval apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1995.

- “«Como El-Rey Emuiou Noteficar Ho Boom Aqueecimento» Da Conquista de Ceuta”, in *XII Colóquio “Laços Histórico Militares Luso Magrebinos. Perspectivas de Valorização”*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003, pp.79-91.

- “A guerra de corso e pirataria no Mediterrâneo Ocidental ao tempo do conde D. Pedro de Meneses (1415-1437)”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, pp.57-99.

CUNHA, Mafalda Soares da; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, “Vice-Reis, Governadores e Conselheiros de Governo do Estado da Índia (1505-1834). Recrutamento e Caracterização Social”, in *O Imaginário do Império*, Lisboa, Edições Cosmos, 1995, pp.91-120.

DIAS, Pedro, *As Construções Portuguesas na Cidade Magrebina de Azamor*, Coimbra, Universidade de Coimbra, s/d, pp.126-134.

- *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 2000.

- *História da Arte Portuguesa no Mundo – O Espaço Atlântico (séculos XV – XIX)*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 2008.

DOMINGOS, Francisco Contente, “A Guerra em Marrocos”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores, 2004, pp.224-230.

- “A Guerra no Mar”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores, 2004, pp.151-169.

DUARTE, Luís Miguel, “*Garcia de Melo em Castro Marim (a actuação de um alcaide mor no início do século XVI)*”, Comunicação apresentada às *III Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, realizadas em Loulé, 25-27 de Novembro de 1987.

- “A Morte do Capitão (veteranos e “maçaricos” na guerra marroquina no séc. XV”, in *XII Colóquio “Laços Histórico Militares Luso Magrebinos. Perspectivas de Valorização”*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003, pp.93-109.

FATHA, Mohammed, “Le Maroc avant la conquête portugaise: Structures et réalités” in *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp.15-22.

- “Savant et mystiques face à la conquête portugaise”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp.59-66.

FARINHA, António Dias, “História de Mazagão Durante o Período Filipino”, in *Stvdia* 26, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969, pp.179-343.

- “O conceito de «império português»”, in *História de Portugal - Vol. V – Os Descobrimentos (II)*, (dir. João Medina), Lisboa, Ediclube, s/d, pp.445-457.

- “O Norte de África”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, Circulo de Leitores, 1998, pp.118-133.

- *Os Portugueses em Marrocos*, Lisboa, Instituto Camões, 2002.

- “Prólogo”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, pp.9-12.

- “As Relações Luso-Marroquinas - Identidade e História”, in *Revista Camões*, Nº17/18, Lisboa, 2004, pp.8-16.

FARINHA, Maria do Carmo J. D., “As relações entre Portugal e Marrocos – uma cronologia”, in *Revista Camões*, Nº17/18, Lisboa, 2004, pp.200-205.

FERREIRA, Carlos Antero, *Castelo da Mina*, Lisboa, Livros Horizonte, 2007.

FERREIRA, João José Brandão, “Para uma leitura estratégica da História das relações entre Portugal e o Norte de África”, in *XII Colóquio “Laços Histórico Militares Luso Magrebinos. Perspectivas de Valorização”*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003, pp.305-374.

FIGUERÔA-RÊGO, João, *O Algarve e as Praças Marroquinas – nos Livros das Portarias e de Matrícula da Casa Real (séculos XVI – XVIII)*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2007.

FONTOURA, Otilia Rodrigues, *Portugal em Marrocos na Época de D. João III – Abandono ou Permanência?*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, 1998.

FRAZÃO, Mário de Mendóça, “Viabilidade de Uma Aliança Luso-Marroquina” in *XII Colóquio “Laços Histórico Militares Luso Magrebinos. Perspectivas de Valorização”*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003, pp.111-117.

GODINHO, Rui Landeiro, “A armada do estreito de Gibraltar no século XVI”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, pp.117-137.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *História Económica e Social da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Terra Editora, 1947.

- *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa*, (3ª Edição), Lisboa, Editora Arcádia, 1977.

- *A Expansão Quatrocentista Portuguesa*, (2ª Edição), Lisboa, Publicações Dom Quixote, 2008.

- *Documentos Sobre a Expansão Portuguesa – Vol. I*, Lisboa, Editorial Gleba, s/d.

GONÇALVES, António Manuel, “Os condicionalismos físicos da navegação no espaço Atlântico Oriental e no Mediterrâneo Ocidental”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, pp.35-55.

GRILO, Márcia Luísa, “Na Margem Direita do Guadiana Face a Espanha”, in *Vila Real de Santo António e o Urbanismo Iluminista*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, 2010, pp.15-57.

GUESSOUS, Azzeddine, “Pour une délimitation de Gharb a-Andalus d’après les sources géographiques”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp.23-30.

HESPANHA, António Manuel, “Introdução”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores, 2004, pp.9-33.

- “A Administração Militar”, in *Nova História Militar de Portugal*, Vol. II, Lisboa, Circulo de Leitores, 2004, pp.169-176

HALBARTSCHLAGER, Franz, “«Bombardeiros e Comerciantes» Dois exemplos pela colaboração dos alemães na expansão portuguesa no ultramar durante a época de D.

João III”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp.661-682.

HENRIQUES, Rui Jorge Ferreira, “*Quão grande trabalho é viver!*” *António Leite – circuitos da nobreza portuguesa no sul de Marrocos (1513-1549)*, Dissertação de Mestrado em História Moderna e dos Descobrimentos apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

KARRA, Azzedine, *Cidade Portuguesa de Mazagão – El Jadida*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), 2005.

- “A Cidade Portuguesa de Mazagão – Medidas de Protecção e Gestão”, in *Reunião Internacional Sobre Património Mundial de origem Portuguesa*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2006, s/p.

- “Note sur les ruines de la cathédral Portugaise de Safi”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp.85-96.

KEMNITZ, Eva-Maria, *Portugal e o Magrebe – Pragmatismo, inovação e conhecimento nas relações diplomáticas*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2010.

LACERDA, Teresa, “A nobreza na Carreira da Índia no reinado de D. João III – uma avaliação social”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp.401-415.

- “D. João de Meneses. Um retrato da Nobreza Portuguesa em Marrocos”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp.117-140.

LETAN, Robert, *Azzemour et Mazagan – Deux places fortifiées marocaines au XVI Siècle*, Association des Auteurs Autoédités, Paris, 1996.

LIMA, Durval Pires de, *História da Dominação Portuguesa em Çafim (1506 – 1542)*, Lisboa, Imprensa Lucas & C.^a, 1930.

- *Azamor - os precedentes da conquista e a expedição do duque Dom Jaime*, Lisboa, 1931.

LOPES, David, “Os Portugueses em Marrocos: Ceuta e Tânger”, in *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. III, Barcelos, Portucalense Editora, 1932, pp.385-432.

- “Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. Afonso V e de D. João II”, in *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. III, Barcelos, Portucalense Editora, 1932, pp.433-452.

- “Os Portugueses em Marrocos no Tempo de D. Manuel”, in *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. III, Barcelos, Portucalense Editora, 1932, pp.453-544.

- “Os Portugueses em Marrocos no tempo de D. João III: Decadência do Domínio Português”, in *História de Portugal*, dirigida por Damião Peres, vol. IV, Barcelos, Portucalense Editora, 1932, pp.78-129.

- “Cousas Luso-Marroquinas – Notas filológicas sobre particularidades vocabulares do português das praças de África”, in *Boletim de Filologia*, Vol. VII, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos, 1940-1944, pp.245-259.

- *A Expansão em Marrocos*, Lisboa, Teorema, 1989.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Para o Estudo do Algarve Económico Durante o Século XVI*, Lisboa, Edições Cosmos, 1970.

- *O Algarve Económico 1600 – 1773*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

- “A Procura de Cereais”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, Circulo de Leitores, 1998, pp.284-290.

- “Os Metais Preciosos”, in *História da Expansão Portuguesa*, Vol. I, Lisboa, Circulo de Leitores, 1998, pp.291-297.

- “A Conjuntura Económica”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Lisboa, Colibri, 1999, pp.253-262.

- “Uma Sociedade Cristalizada”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Lisboa, Colibri, 1999., pp.273-282.

- “Em torno da crónica de D. João III por Francisco de Andrade”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp.139-145.

- *O Algarve na Época Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012.

- ”A Guerra, os Homens, e as Armas”, in *História de Portugal – Terceiro Volume – No alvorecer da Modernidade (1480-1620)*, Lisboa, Editorial Estampa, s/d, pp.105-114.

MARTINS, António Coimbra, “«O Primeiro Soldado Prático» de Diogo do Couto” in *História e Antologia da Literatura Portuguesa – Século XVI*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2002, pp.19-24.

MARTINS, José António de Jesus, *Os Forais no Algarve no Reinado de D. Manuel I (O foral de Lagos de 1504)*, Lagos, edição de autor, 1996.

- *O Reino do Algarve nos finais da Idade Média – Os concelhos algarvios no séc. XV*, Lagos, edição de autor, 2007.

MARTINS, Oliveira, *Os Filhos de D. João I*, Porto, Lello & Irmão Editores, 1983.

- *História de Portugal*, Lisboa, Guimarães Editores, 1987.

MATOS, Jorge Semedo de, “Introdução”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, pp.13-34.

MATTOSO, José (dir.), *Património de Origem Portuguesa no Mundo - arquitectura e urbanismo. África, Mar Vermelho e Golfo Pérsico*. (coordenação do volume Filipe Themudo Barata, José Manuel Fernandes) Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.

MATOS, José Manuel Barros, *A Fortaleza de Mazagão – Bases para uma proposta de recuperação e valorização*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, apresentado à Universidade de Évora, Évora, 2001.

MENDES, António Rosa, “Renascimento e Reforma no Algarve: a criação cultural; a renovação da consciência religiosa”, in *O Algarve da Antiguidade aos Nossos Dias*, Lisboa, Edições Colibri, 1999, pp.213-223.

MENDONÇA, Manuela, “D. João II e o seu tempo”, in *História de Portugal – Vol. V – Portugal Medieval (II) Os Descobrimentos (I)*, (dir. João Medina), Lisboa, Ediclube, s/d, pp. 451- 477.

- “O estatuto de cavaleiro no início do séc. XVI – Significado social da participação nos feitos bélicos no Norte de África”, in *XII Colóquio “Laços Histórico Militares Luso Magrebinos. Perspectivas de Valorização”*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003, pp.451-487.

MONTEIRO, João Gouveia, *A Guerra em Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notícias, 1998.

MOREIRA, Adriano, “A Fronteira Marroquina”, in *Revista Camões*, Nº17/18, Lisboa, 2004, pp.18-25.

MOREIRA, Rafael, *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Alfa, 1989.

NOGUEIRA, Bernardo de Sá, “Memórias Navais na corte portuguesa de D. João II a D. Sebastião”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, pp.1173-185.

PEDROSA, Fernando, “A Artilharia Naval Portuguesa no Séc. XVI”, in *Actas do XXIV Congresso Internacional de História Militar*, Comissão Portuguesa de História Militar, Lisboa, 1998, pp.329-334.

- *O Declínio do Poder Naval Português – A marinha, o corso e a pesca nos inícios do séc. XVII*, Câmara Municipal de Cascais, Cascais, 2009.

PELÚCIA, Alexandra Maria Pinheiro, *Martim Afonso de Sousa e a sua Linhagem: A Elite Dirigente do Império Português nos Reinados de D. João III e D. Sebastião*, Dissertação de Doutoramento em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa apresentada à Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2007.

PEREIRA, António dos Santos, *Portugal, o Império Urgente (1475 – 1525) – os espaços, os homens e os produtos*, Vol. I, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

- “O Império do Pão: o Mediterrâneo, a diplomacia e o abastecimento cerealífero de Portugal e das praças marroquinas nos anos de crise 1545 – 1546, 1547” in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp.529-545.

PEREIRA, Fernando António Baptista, “D. Manuel, Espelho de Salomão, Inventor do Mundo”, in *História de Portugal – Vol. V – Portugal Medieval (II) Os Descobrimentos (I)*, (dir. João Medina), Lisboa, Ediclube, s/d, pp. 478- 495.

PERES, Damião, *Conquista do Azamor pelo duque de Bragança D. Jaime em 1513*, Lisboa, Fundação Casa de Bragança, 1951.

PESSANHA, Fernando, *Mazagão no Contexto da Presença Portuguesa em Marrocos*, Dissertação para licenciatura apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, Faro, 2010.

- “Mazagão no Algarve de Além-Mar - Património da Humanidade até Quando?”, in *Jornal do Algarve Magazine*, Nº2805, 30 de Dezembro de 2010, p.16.

- “Sobre o corso e a pirataria magrebina no Algarve”, in *Jornal do Algarve*, Nº 2842, 15 de Setembro de 2011, p.15.

- “António Leite – Capitão nas praças do Norte de África e Senhor de Arenilha”, *Jornal do Baixo Guadiana*, Nº 138, Novembro de 2011, p.24.

- “O Algarve Esquecido: O Algarve Dalém Mar”, *Jornal do Baixo Guadiana*, Nº 141, Fevereiro de 2012, p.20.

- “23 de Abril de 1515 – O Ataque dos Portugueses a Marraquexe”, *Jornal do Algarve*, Nº2873, 19 de Abril de 2012, p.19.

- “1562 – O Triunfo Português no Grande Cerco a Mazagão”, *Jornal Barlavento*, Nº 1807, 10 de Maio de 2012, p.20.

- “Sobre o Infante D. Fernando e a Expansão para o Algarve D’além Mar”, *Jornal do Algarve*, Nº2884, 5 de Julho de 2012, p.7.

- “Garcia de Melo – Alcaide-mor de Castro Marim e anadel-mor dos besteiros”, in *Jornal do Baixo Guadiana*, Nº155, Abril de 2013, p.21.

PINTO, Pedro, “Índice Analítico das Cartas dos Governadores de África na Torre do Tombo”, in *Anais da História de Além-Mar*, Vol. XI, 2010, pp.249-380.

PISSARRA, José Vergílio Amaro, “Vasco Fernandes César, capitão da Armada do Estreito”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, pp.139-156.

RAMÍREZ ORTÍZ, Tomás, *Pequeña Historia Marrueca: Alcazarquivir*, Málaga, Editorial Algazara, 2003.

RAMOS, Maria Cecília Costa Veiga de Albuquerque, *O Secretário dos despachos e coisas da Índia Pero d' Alcáçova Carneiro*, Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2009.

RAMOS, Rui; VASCONCELOS, Bernardo; MONTEIRO, Nuno Gonçalo, *História de Portugal*, (5ª edição), Lisboa, Esfera dos Livros, 2009.

REIS, Maria de Fátima, *Campanhas do Norte de África*, Lisboa, QuidNovi, 2006.

RESENDE, Vasco, “Os Portugueses em Marrocos e a guerra no mar no princípio do século XVI”, in *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV – XIX)*, Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 2003, pp.101-116.

RICARD, Robert, *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. III, Paris, Paul Geuthner, 1948.

- *Les Sources Inédites de l'histoire du Maroc*, Vol. IV, Paris, Paul Geuthner, 1951.

RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar, “As Companhias de Ordenanças em Marrocos nos reinados de D. Manuel e D. João III”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp.185-195.

ROSA, Maria de Lurdes, “Do «santo conde» ao mourisco mártir: usos da santidade no contexto da guerra norte-africana (1415-1521)”, Discurso proferido no simpósio internacional «*Novos Mundos – Neue Welten. Portugal e a Época dos Descobrimentos*» no Deutsches Historisches Museum, em Berlim, 23 a 25 de Novembro de 2006, s/p.

RUAS, Henrique Barrilaro, “D. Afonso V e o seu reinado”, in *História de Portugal – Vol. V – Portugal Medieval (II) Os Descobrimentos (I)*, (dir. João Medina), Lisboa, Ediclube, s/d, pp.428-451.

SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e, *A Ordem de Cristo (1417-1521) - Revista Militarium Ordium Analecta*, Nº 6, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

SANTOS, José Alberto Loureiro dos, *Ceuta 1415 – A Conquista*, Lisboa Tribuna da História, 2004.

- “O Norte de África e o arranque dos Descobrimentos”, in *XII Colóquio “Laços Histórico Militares Luso Magrebinos. Perspectivas de Valorização”*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003, pp.439-445.

SARAIVA, António José; LOPES, António, “A evolução da historiografia”, in *História e Antologia da Literatura Portuguesa – Século XVI, Vol. II*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1996, pp.11-14.

SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1991.

SERRÃO, Joel; MARQUES, Oliveira, *Nova História de Portugal - Vol. V – Portugal do Renascimento à Crise Dinástica*, Lisboa, Editorial Presença, 1998.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal* – Vols. II-III, Editorial Verbo, 2001.

SOARES, Miguel de Aragão, *O Espaço Ibero-Magrebino Durante a Presença Árabe em Portugal e Espanha (Do Al-Garbe à expansão portuguesa em Marrocos)*, Coimbra, Palimage, 2012.

SOUSA, Luís Costa e, *A Arte na Guerra – A Arquitectura dos Campos de Batalha no Portugal de Quinhentos*, Lisboa, Tribuna da História, 2008.

SOUSA, José António Conceição de, *"Gente" na Expansão portuguesa: gestão de recursos humanos nos séculos XV e XVI*, Dissertação para Mestrado em História e Arqueologia da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses apresentada à Universidade Nova de Lisboa, 2010.

SILVA, Isabel L. Morgado de Sousa e, *Militarium Ordium Analecta – A Ordem de Cristo (1417-1521)*, Nº 6, Porto, Publicação Anual de Seminário Internacional de Ordens Militares, 2002.

SILVA, José Manuel Azevedo e, “Mazagão – Retrato de uma cidade luso-marroquina deportada para o Brasil”, in *Revista Camões*, Nº17/18, Lisboa, 2004, pp.166-179.

SIMÕES, J. de Oliveira, *As Armas nos Lusíadas*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

TAHIRI, Ahmed, “Gharb al-Magreb e al-Andaluz nos itinerários Geográficos”, in *Itinerários e Reinos – Uma Descoberta do Mundo – O Gharb al-Andaluz na obra do Geógrafo al-Idrisi*, Vila Real de Santo António, Câmara Municipal de Vila Real de Santo António/Fundação al-Idrisi Hispano Marroquina, 2008, pp.43-62.

TAVIM, José Alberto Rodrigues da Silva, *Os Judeus na Expansão Portuguesa, em Marrocos, durante o século XVI – origens e actividade de uma comunidade*, Braga, Edições APPACDM Distrital de Braga, 1997.

- “Judeus entre Portugal e Marrocos nos séculos XV e XVI – Páginas de controvérsias e entendimentos”, in *Revista Camões*, Nº17/18, Lisboa, 2004, pp.149-165.

- “David Reubeni: um «embaixador» insinuado (1525 - 1526)”, in *D. João III e o Império - Actas do Congresso Internacional comemorativo do seu nascimento*, Lisboa, CHAM/CEPCEP, 2004, pp.683-716.

THOMAZ, Luís Filipe F. R., *De Ceuta a Timor*, Lisboa, Difel, 1994.

TEIXEIRA, André, “Nuno Fernandes de Ataíde et l’intervention portugaise à l’intérieur des terres du Maroc”, in *Estudos de História Luso-Marroquina*, Lagos, Câmara Municipal de Lagos, 2010, pp.97-116.

TOMÉ, António Viana de Almeida, “A Influência do Magrebe na História Político-militar Portuguesa”, in *XII Colóquio “Laços Histórico Militares Luso Magrebinos. Perspectivas de Valorização”*, Lisboa, Comissão Portuguesa de História Militar, 2003, pp.119-125.

TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal – Sécs. XIX – XX*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

VASCONCELOS, António Maria Falcão Pestana de, *Nobreza e Ordens Militares. Relações Sociais e de Poder (séculos XIV a XVI)*, Dissertação de Doutoramento em História Medieval e do Renascimento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2008.

VERA Y GALINDO, León, *Las Posesiones Hispano-Africanas*, Málaga, Editorial Algazara, 1993.

VIDAL, Laurent, *Mazagão, A Cidade que atravessou o Atlântico*, Lisboa, Teorema, 2007.

Dicionários e Enciclopédias

COLAÇO, Jorge; VICENTE, George, (coord.), *Enciclopédia Verbo Luso-Brasileira de Cultura*, 29 vols., Lisboa-São Paulo, Editorial Verbo, 1998.

NIMER, Miguel, *Influências Orientais na Língua Portuguesa: os vocábulos árabes, arabizados, persas e turcos: etimologia, aplicações analíticas*, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SERRÃO, Joel (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, 9 vols., Porto, Figueirinhas, s/d.

ZÚQUETE, Afonso Eduardo Martins (coord.), *Armorial Lusitano – Genealogia e Heráldica*, Lisboa, Representações Zairol, 1961.

Índice de Anexos

Anexo I – Mapas, Plantas, Gravuras e Gráficos

Fig.1 – Mapa do Gharb al-Andaluz sob domínio islâmico. Mapa: Fernando Pessanha, 2012.

Fig.2 – Mapa do Gharb al-Magrebe sob domínio islâmico. Mapa: Fernando Pessanha, 2012.

Fig.3 – Mapa do Algarve Daquém sob domínio português. Mapa: Fernando Pessanha, 2012.

Fig.4 - Mapa do primeiro Algarve Dalém sob domínio português. Mapa: Fernando Pessanha, 2012.

Fig.5 - Mapa do segundo Algarve Dalém sob domínio português. Mapa: Fernando Pessanha, 2012.

Fig.6 - Mapa do terceiro Algarve Dalém sob domínio português. Mapa: Fernando Pessanha, 2012.

Fig. 7 Localização da actual província da Doukkala-abda, (ء بدة دكالة), em Marrocos. (on-line), (Extraído em 25 de Outubro de 2012), disponível em:

<http://en.wikipedia.org/w/index.php?title=File:Doukkala-Abda.svg&page=1>

Fig.8 – A cidade de Azamor no séc. XVI. Gravura de Georg Braun impressa em *Civitates Orbis Terrarum* (1572). (on-line), (Extraído em 25 de Outubro de 2012), disponível em: <http://3.bp.blogspot.com/-F2Cfojpoemw/UjSJEMy8E0I/AAAAAAAAAKU/WxbbMNnHSbU/s1600/Azamor.jpg>

Fig.9 – Couraça de Alcácer Ceguer. (on-line), (Extraído em 5 de Novembro de 2013), disponível em:

http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/4/4c/Projecto_de_coura%C3%A7a_de_Alc%C3%A1cer-Ceguer_1502%2C_Boitaca.jpg

Fig.10 – Planta do castelo manuelino de Mazagão. Planta do castelo manuelino de Mazagão. Imagem retirada de: CORREIA, Jorge, “Mazagão: A última praça Portuguesa no Norte de África”, in *Revista de História da Arte*, Nº 4, 2007, p.190.

Fig.11 – Gravura da cidade de Safim no séc. XVI. Gravura de Georg Braun impressa em *Civitates Orbis Terrarum* (1572). (on-line), (Extraído em 5 de Novembro de 2013), disponível em:

http://2.bp.blogspot.com/_bKA/v7mkcWTg/TNaoqKeRCCI/AAAAAAAAAEs/aaAepLn0e4E/s1600/Safi-old.jpg

Fig.12 – Planta do castelo de Aguz. Planta do castelo de Aguz. (on-line), (Extraído em 28 de Julho de 2011), disponível em:

http://en.wikipedia.org/wiki/File:Souia_Qadima_Edmund_Doutte_1867_1926.jpg

Fig.13 - Castelo de Aguz. Foto: Achraf Benkaddour, 2010.

Fig.14 - Arzila no início do séc. XVI. Gravura de Georg Braun impressa em *Civitates Orbis Terrarum* (1572). (on-line), (Extraído em 5 de Novembro de 2013), disponível em:

http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Arzilla_civitates_orbis_terrarum_bnl.png

Fig.15 - Planta de Mazagão após a grande empreitada 1541. Imagem retirada de: Augusto Ferreira do Amaral, *Mazagão, A Epopeia Portuguesa em Marrocos*, Tribuna da História, Lisboa, 2007, anexo III.

Fig.16 - O Cerco a Arzila, nas Tapeçarias de Pastrana. Tapeçaria atribuída à oficina de Pasquier Grenier, Tounai (Bélgica), último quartel do século XV. Encontra-se em Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana (Guadalajara, Espanha). Imagem

retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.243.

Fig.17 - Artilheiros e bombarda em “O Cerco a Arzila”, em *Tapeçarias de Pastrana*. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.404.

Fig.18 - Artilheiros e bombarda em “O Cerco a Arzila”, em *Tapeçarias de Pastrana*. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.405.

Fig.19 - Fresco “Preparativos do Cerco” alusivo à conquista de Azamor, no Palácio Ducal de Vila Viçosa. (on-line), (Extraído em 26 de Fevereiro de 2011), disponível em: <http://i380.photobucket.com/albums/oo246/panzer18/Azamor.jpg>

Fig.20 - Fresco “Cerco da Praça” alusivo à conquista de Azamor, no Palácio Ducal de Vila Viçosa. (on-line), (Extraído em 26 de Fevereiro de 2010), disponível em: <http://www.fch.unl.pt/cham/eve/uploads/frescos%5B1%5D.jpg>

Fig.21 – Baluarte do Raio, em Azamor. (on-line), (Extraído em 26 de Fevereiro de 2010), disponível em: http://cham.fch.unl.pt/ext/files/clipping/noticia_publico_arqueologiamarroc_16112010.pdf

Fig.22 – Baluarte do Raio, em Azamor. Imagem retirada de: DIAS, Pedro, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 2000, p.122.

Fig.23 - Planta da Praça de Mazagão depois da empreitada de 1541/1542. Imagem retirada de: KARRA, Azzedine, *Cidade Portuguesa de Mazagão – El Jadida*, Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR), 2005, s/p.

Fig.24 - Canhoneiras e adarve do castelo do Mar, em Safim. Imagem retirada de: DIAS, Pedro, *A Arquitectura dos Portugueses em Marrocos 1415 – 1769*, Coimbra, Livraria Minerva Editora, 2000, p.175.

Figs.25 - Espingarda de mecha em Tapeçarias de Pastrana. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.407.

Figs.26 - Espingarda de mecha em Tapeçarias de Pastrana. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.407.

Fig.27 - Arcabuzeiros no fresco “O Desembarque”, alusivo à conquista de Azamor, no Palácio Ducal de Vila Viçosa. (on-line), (Extraído em 26 de Fevereiro de 2010), disponível em:

http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPAArchives.aspx?id=092910cf-8eaa-4aa2-96d9-994cc361eaf1&nipa=IPA.00002750

Fig.28 - Piqueiros de infantaria e cavaleiros armados com as respectivas lanças, no fresco “Preparativos do Cerco”, do Palácio Ducal de Vila Viçosa. (on-line), (Extraído em 26 de Fevereiro de 2011), disponível em:

<http://i380.photobucket.com/albums/oo246/panzer18/Azamor.jpg>

Fig.29 - Soldados armados com lanças, em *Tapeçarias de Pastrana*. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.387.

Fig.30 - Soldados armados com lanças, em *Tapeçarias de Pastrana*. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.388.

Fig.31 - Soldados armados com lanças, em *Tapeçarias de Pastrana*. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.389.

Fig.32 - Soldados armados com lanças, em *Tapeçarias de Pastrana*. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.390.

Fig.33 - Soldados armados com Bisarmas, em *Tapeçarias de Pastrana*. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.391.

Fig.34 – Soldados armados com Bisarmas, em *Tapeçarias de Pastrana*. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.391.

Fig.35 – Soldados armados com Bisarmas, em *Tapeçarias de Pastrana*. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.392.

Fig.36 – Soldados armados com Bisarmas, em *Tapeçarias de Pastrana*. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia*

da Guerra, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.292.

Fig.37 - Soldado armado com lança, espada e adaga, em *Tapeçarias de Pastrana*. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.390.

Fig.38 - D. Afonso V empunhando a sua espada, em *Tapeçarias de Pastrana*. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.348.

Fig.39 - Soldado armado com besta, em *Tapeçarias de Pastrana*. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.330.

Fig.40 - Chapéus de armas. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.294.

Fig.41 - Chapéus de armas. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.293.

Fig.42 - Chapéus de armas 274 - 294 – 293. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.293.

Fig.43 – Celadas. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.297.

Fig.44 - Celadas. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.301.

Fig.45 – Celadas. Imagem retirada de: ARAÚJO, Inês Filipa Meira, *As Tapeçarias de Pastrana. Uma Iconografia da Guerra*, Dissertação para Mestrado em Arte, Património e Teoria do Restauro, apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2012, p.308.

Gráficos

Gráfico 1 - As guarnições de algumas praças do Norte de África entre 1415 e 1515.

Gráfico 2 - Guarnição de Azamor em 1517.

Gráfico 3 - Composição da Guarnição de Azamor em 1530.

Gráfico 4 - Guarnição de Azamor ao longo do domínio português.

Gráfico 5 - Guarnição de Mazagão.

Gráfico 6 - Composição da guarnição de Mazagão em 1518.

Gráfico 7 – Guarnições nas cidades e nas fortalezas satélite da região da Duquela.

Gráfico 8 - Guarnição de Mazagão entre 1514 e 1542.

Gráfico 9 - Guarnição de Mazagão em 1542.

Gráfico 10 - Guarnições de Azamor e Mazagão em diferentes períodos.

Gráfico 11 - Guarnição de Safim no último trimestre de 1511.

Gráfico 12 - Total das forças militares em Safim em 1511/1512.

Gráfico 13 - Guarnição de Safim em 1517.

Gráfico 14 - Forças utilizadas em entradas.

ANEXOS

Anexo I – Mapas, Plantas e Gravuras



Fig.1 – Mapa do Gharb al-Andaluz sob domínio islâmico.



Fig.2 – Mapa do Gharb al-Magrebe sob domínio islâmico.



Fig.3 – Mapa do Algarve Daquém sob domínio português.



Fig.4 - Mapa do primeiro Algarve Dalém sob domínio português.

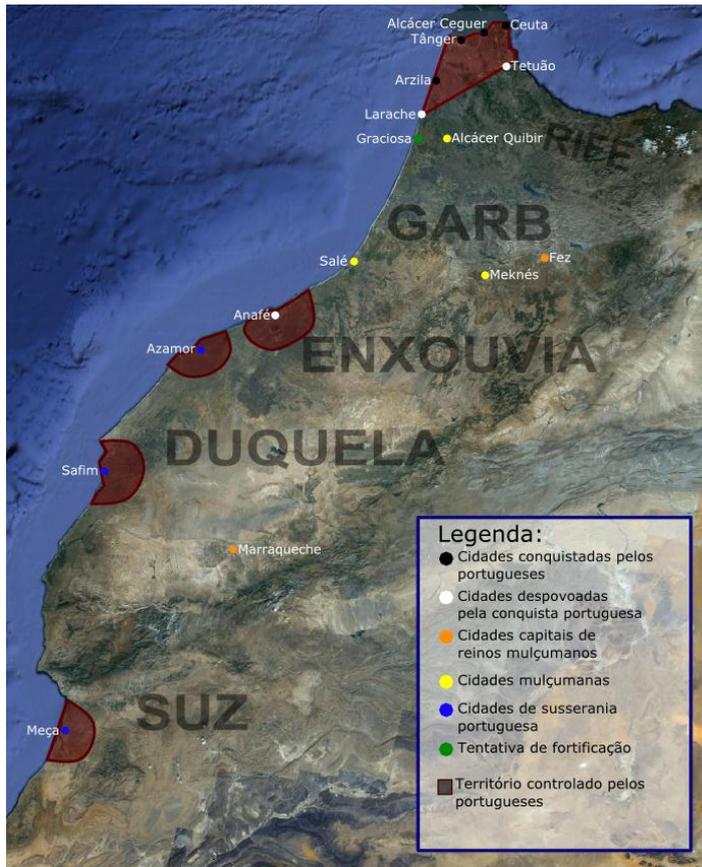


Fig.5 - Mapa do segundo Algarve Dalém sob domínio português.

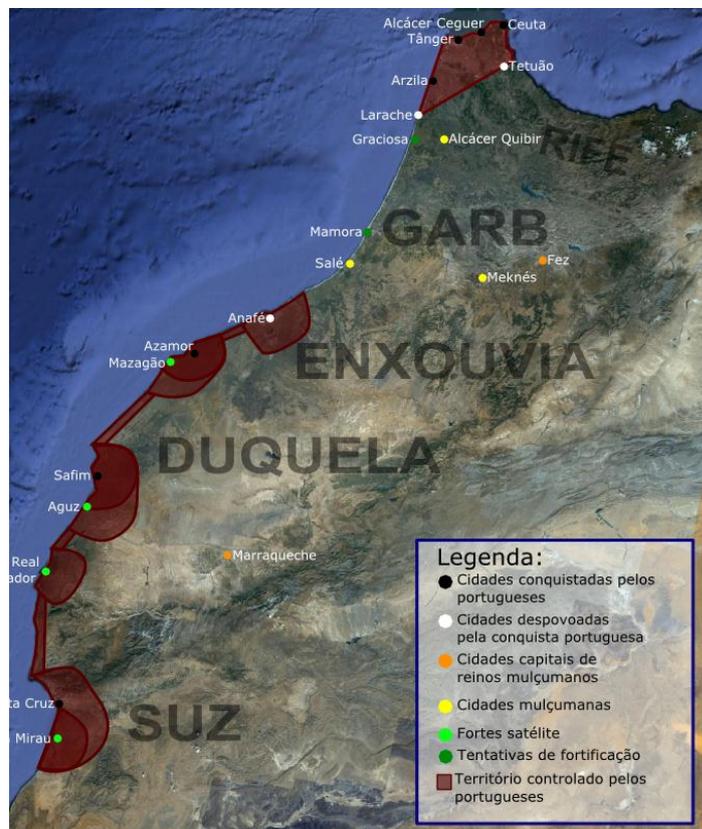


Fig.6 - Mapa do terceiro Algarve Dalém sob domínio português.



Fig.7 - Localização da actual província da Doukkala-abda, (عبدكالة), em Marrocos.



Fig.8 - A cidade de Azamor no séc. XVI. Gravura de Georg Braun impressa em *Civitates Orbis Terrarum* (1572).

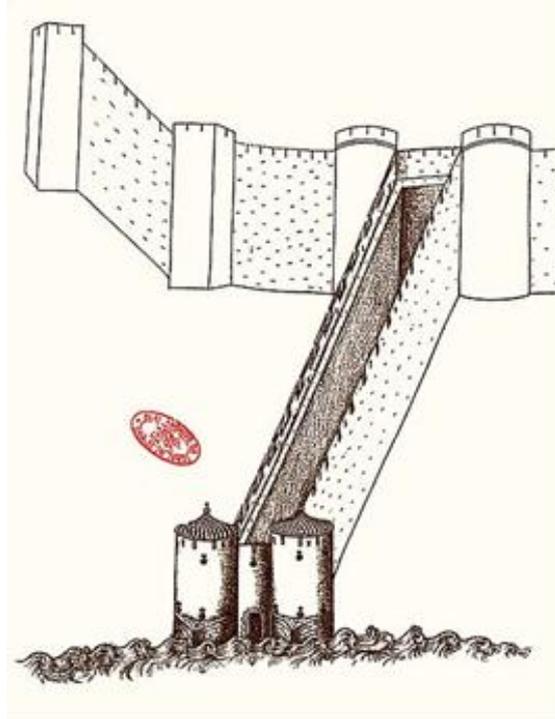


Fig.9 - Couraça de Alcácer Ceguer.

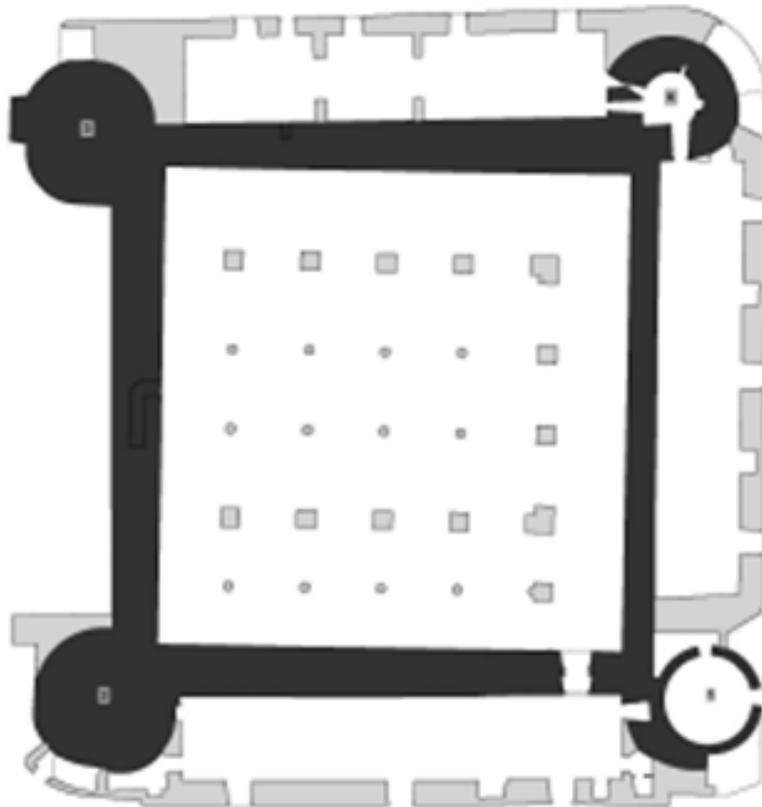


Fig.10 - Planta do castelo manuelino de Mazagão.



Fig.11 - Gravura da cidade de Safim no séc. XVI. Gravura de Georg Braun impressa em *Civitates Orbis Terrarum* (1572).



Fig.12 - Planta do castelo de Aguz.



Fig.13 - Castelo de Aguz.



Fig.14 - Arzila no início do séc. XVI. Gravura de Georg Braun impressa em *Civitates Orbis Terrarum* (1572).

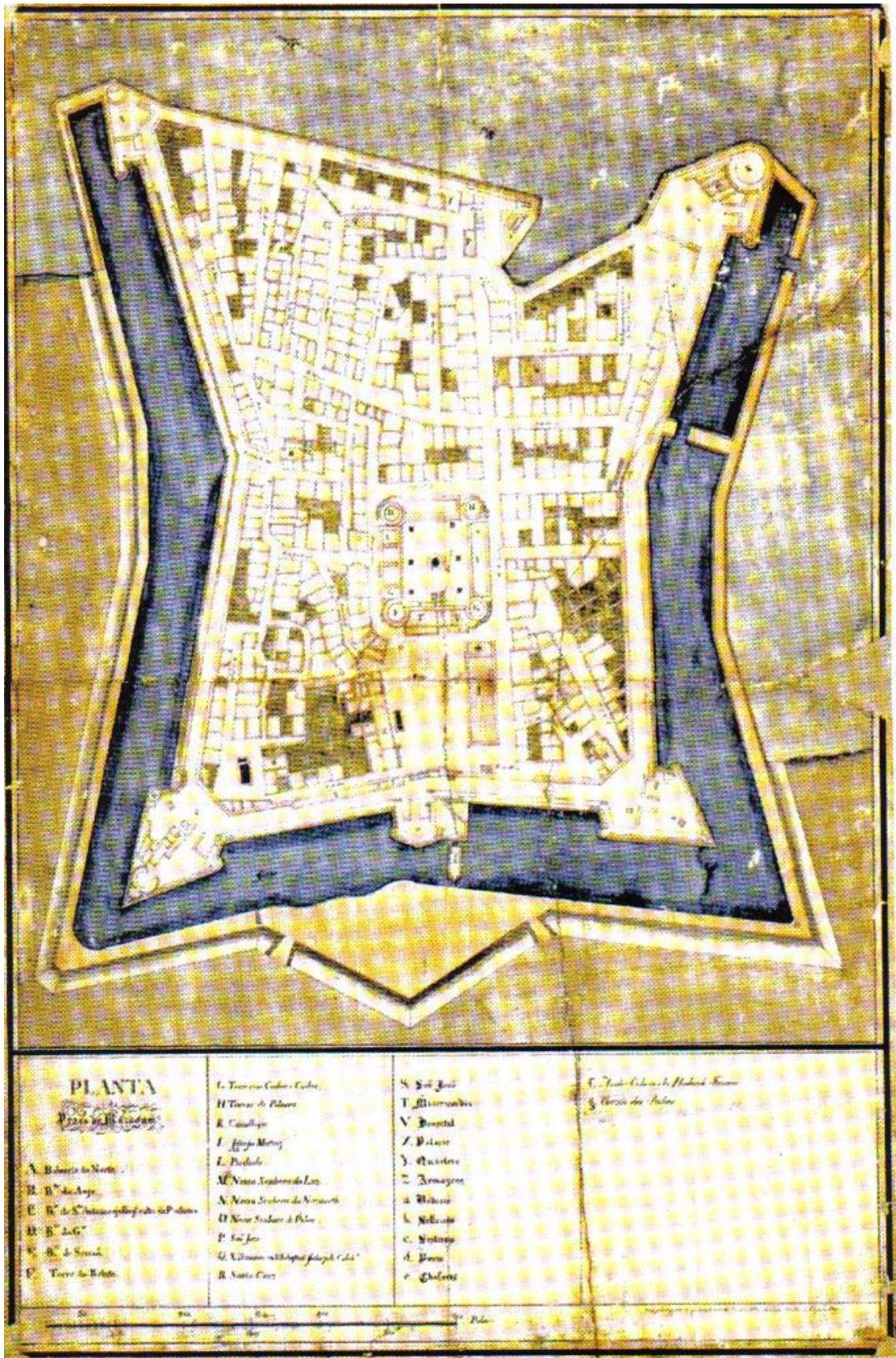


Fig. 15 - Planta de Mazagão após a grande empreitada 1541. Publicado por Augusto Ferreira do Amaral, em *Mazagão, A Epopeia Portuguesa em Marrocos*.



Fig.16 - O Cerco a Arzila, nas Tapeçarias de Pastrana. Tapeçaria atribuída à oficina de Pasquier Grenier, Tounai (Bélgica), último quartel do século XV. Encontra-se em Colegiada de Nossa Senhora da Assunção, Pastrana (Guadalajara, Espanha).



Fig. 17, 18 - Artilheiros e bombardas em “O Cerco a Arzila”, em *Tapeçarias de Pastrana*.



Fig.19 - Fresco “Preparativos do Cerco” alusivo à conquista de Azamor, no Palácio Ducal de Vila Viçosa.



Fig.20 - Fresco “Cercos da Praça” alusivo à conquista de Azamor, no Palácio Ducal de Vila Viçosa.



Fig. 21 – Baluarte do Raio, em Azamor.



Fig.22 – Baluarte do Raio, em Azamor.

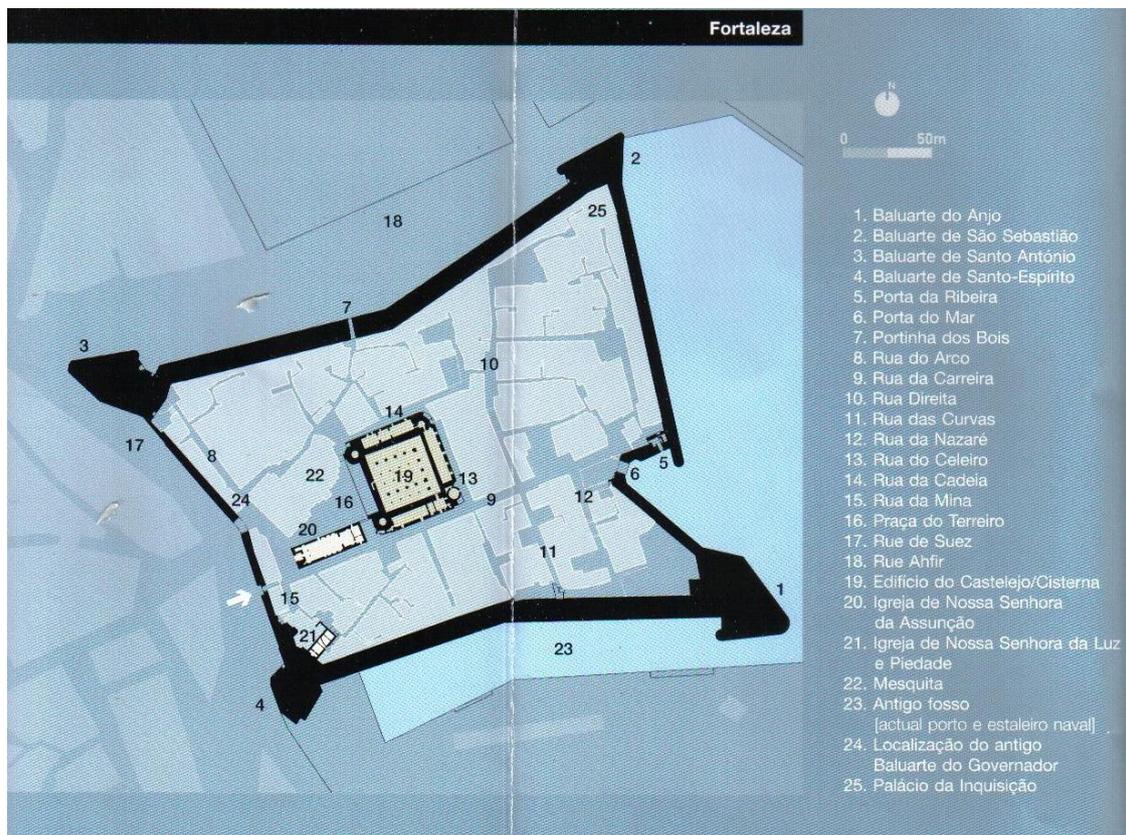


Fig.23 - Planta da Praça de Mazagão depois da empreitada de 1541/1542.



Fig.24 - Canhoneiras e adarve do castelo do Mar, em Safim.



Figs.25-26 - Espingarda de mecha em *Tapeçarias de Pastrana*.



Fig.27 - Arcabuzeiros no fresco “O Desembarque”, alusivo à conquista de Azamor, no Palácio Ducal de Vila Viçosa.



Fig.28 - Piqueiros de infantaria e cavaleiros armados com as respectivas lanças, no fresco “Preparativos do Cerco”, do Palácio Ducal de Vila Viçosa.



Figs.29, 30, 31,32 - Soldados armados com lanças, em *Tapeçarias de Pastrana*.



Fig.33,34,35,36 - Soldados armados com Bisarmas, em *Tapeçarias de Pastrana*.

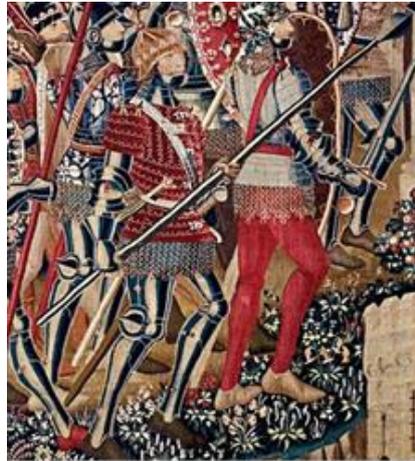


Fig.37 - Soldado armado com lança, espada e adaga, em *Tapeçarias de Pastrana*.



Fig.38 - D. Afonso V empunhando a sua espada, em *Tapeçarias de Pastrana*.



Fig.39 - Soldado armado com besta, em *Tapeçarias de Pastrana*.



Figs.40, 41, 42 - Chapéus de armas



Fig.43,44,54 – Celadas

Anexo II – Gráficos

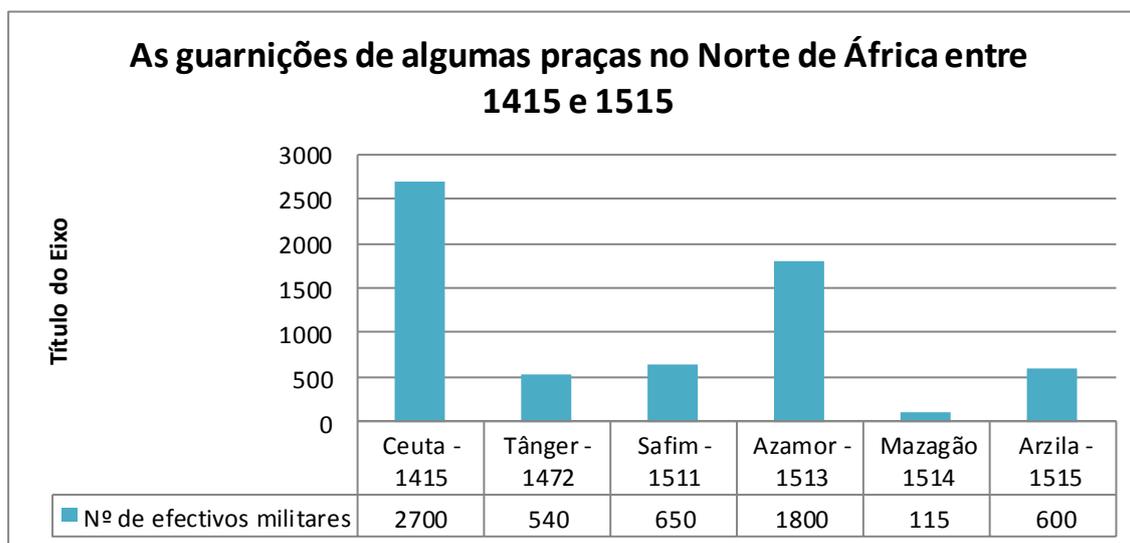


Gráfico 1 - As guarnições de algumas praças do Norte de África entre 1415 e 1515.

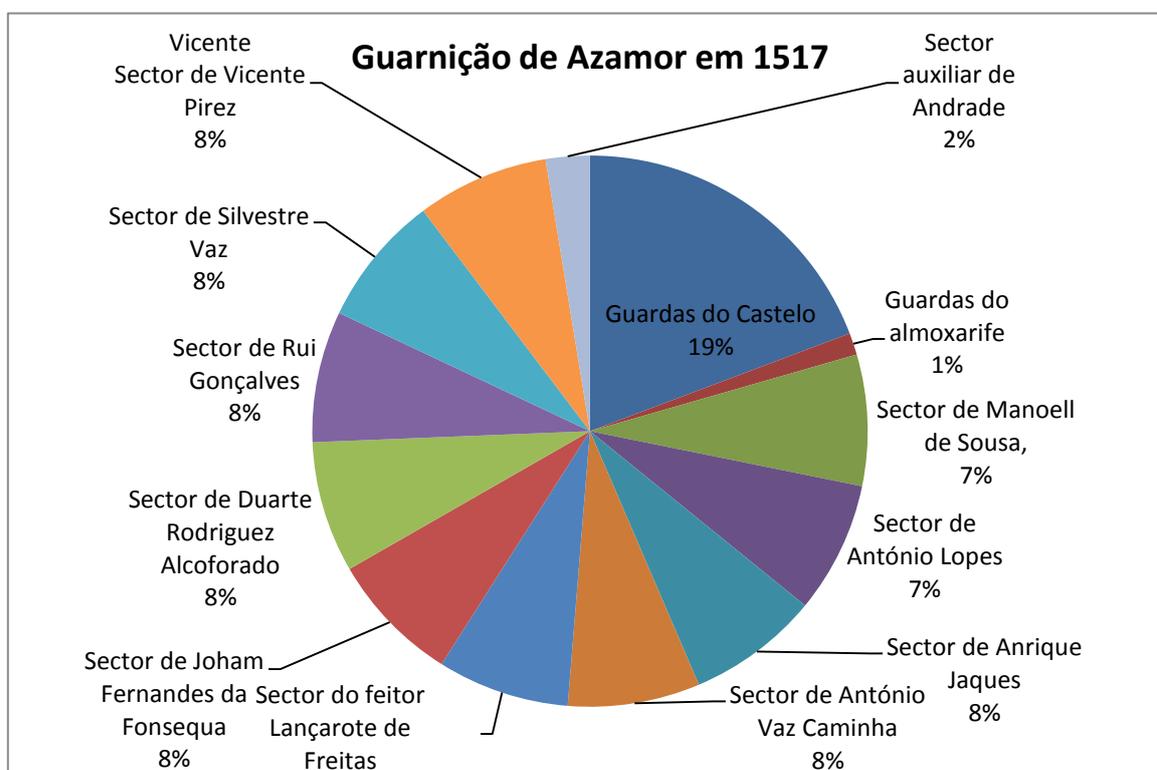


Gráfico 2 - Guarnição de Azamor em 1517.

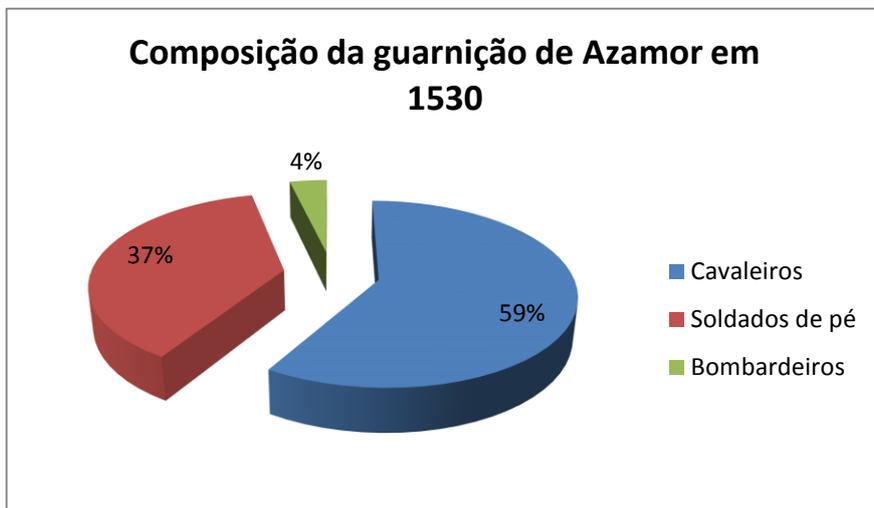


Gráfico 3 - Composição da Guarnição de Azamor em 1530.

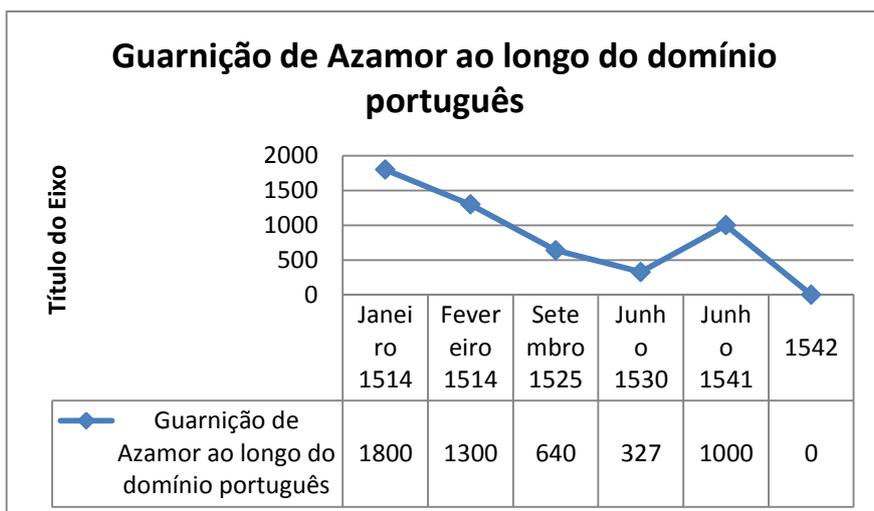


Gráfico 4 - Guarnição de Azamor ao longo do domínio português.

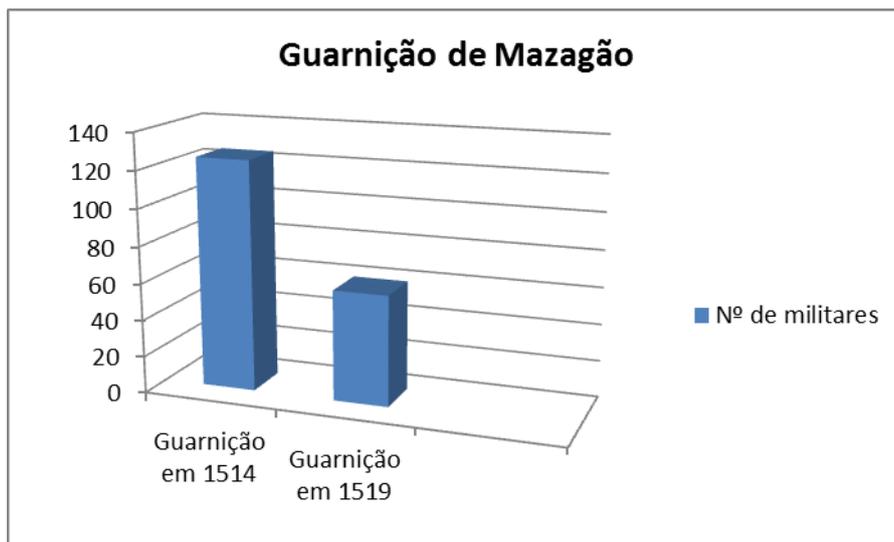


Gráfico 5 - Guarnição de Mazagão.

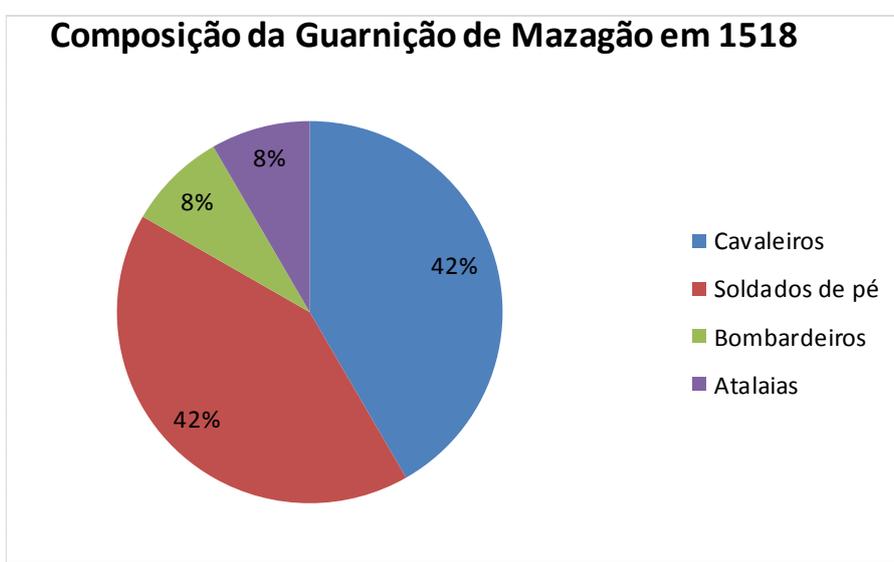


Gráfico 6 - Composição da guarnição de Mazagão em 1518.

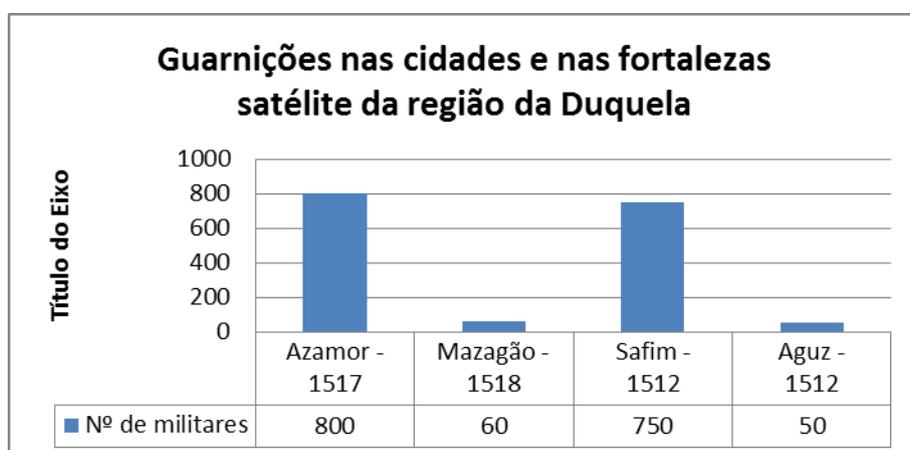


Gráfico 7 – Guarnições nas cidades e nas fortalezas satélite da região da Duquela.

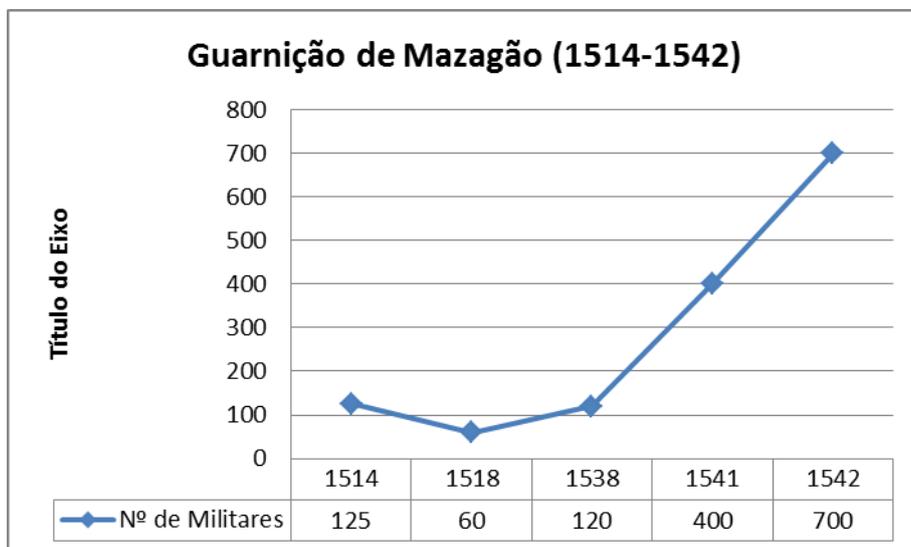


Gráfico 8 - Guarnição de Mazagão entre 1514 e 1542.

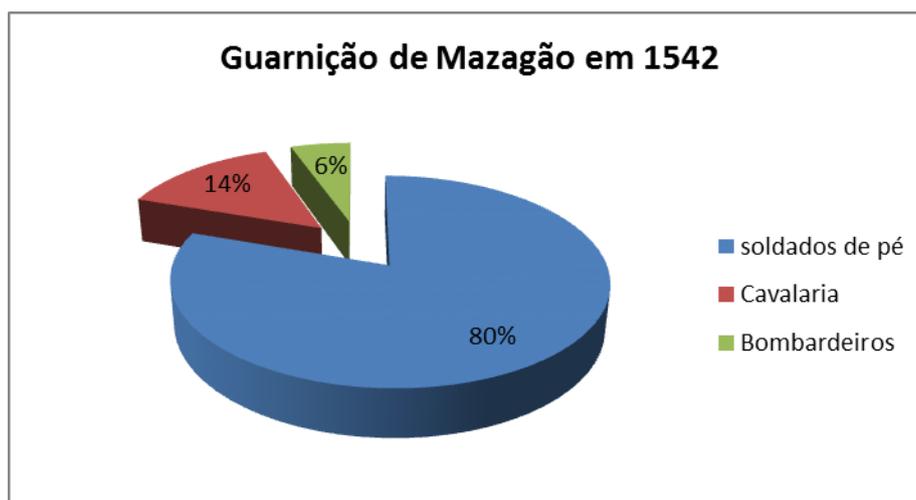


Gráfico 9 - Guarnição de Mazagão em 1542.

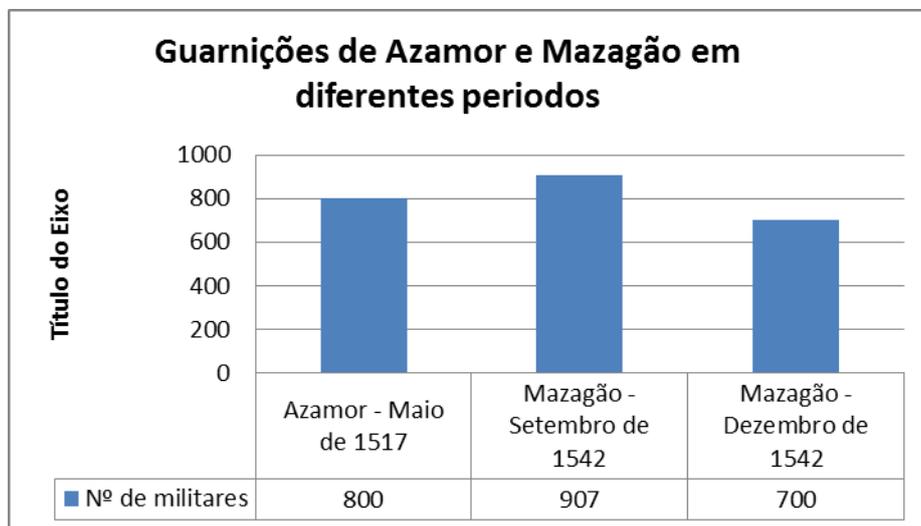


Gráfico 10 - Guarnições de Azamor e Mazagão em diferentes períodos.

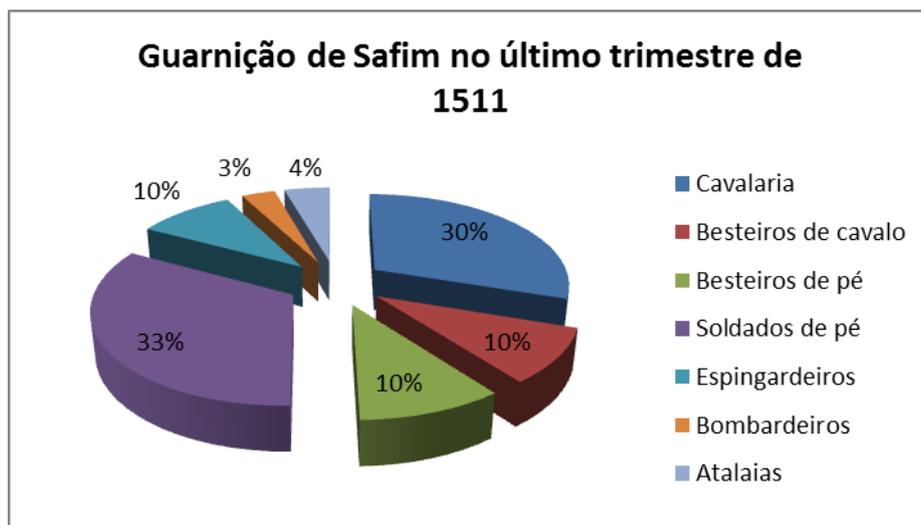


Gráfico 11 - Guarnição de Safim no último trimestre de 1511.

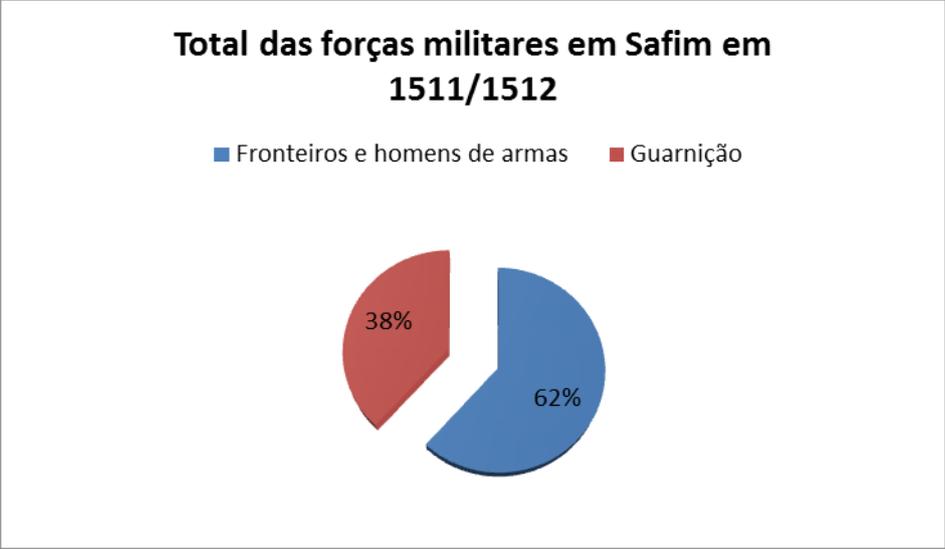


Gráfico 12 - Total das forças militares em Safim em 1511/1512.

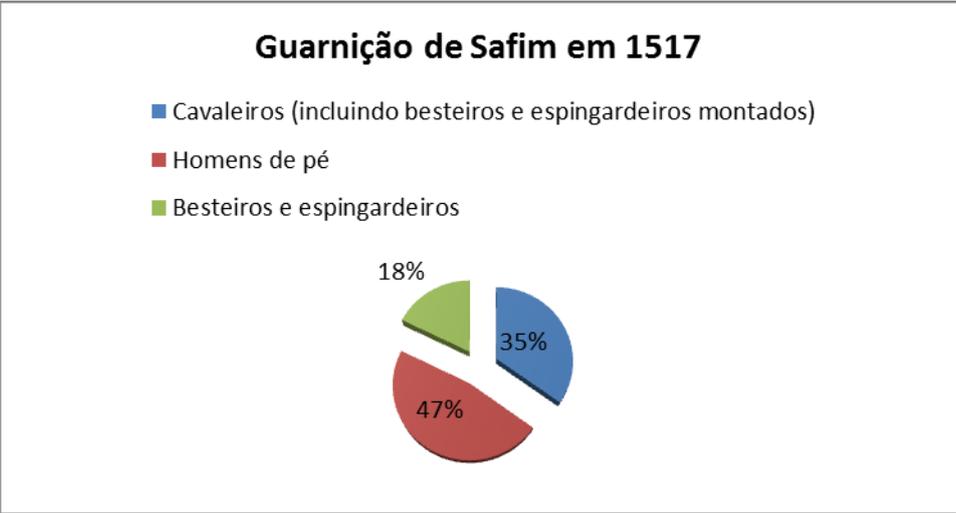


Gráfico 13 - Guarnição de Safim em 1517.

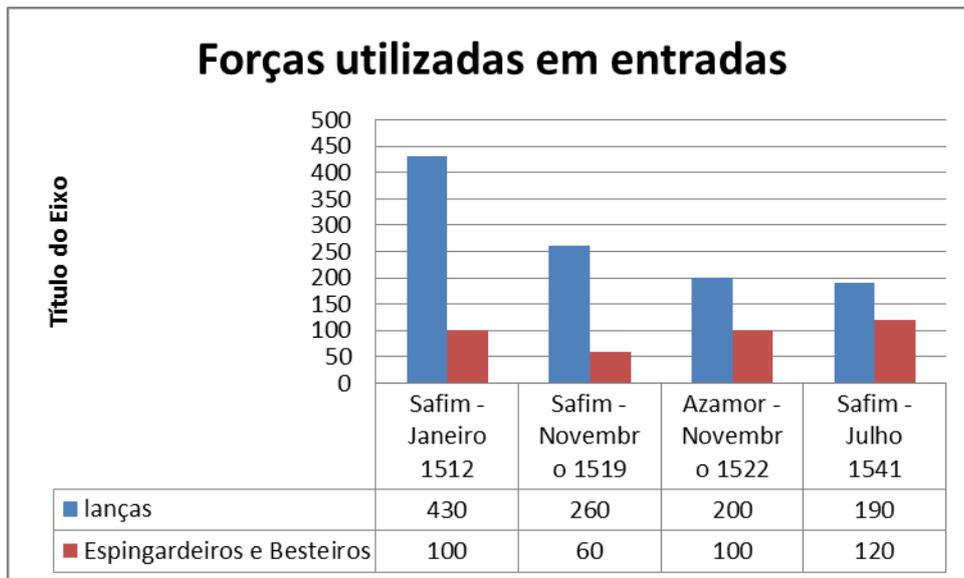


Gráfico 14 - Forças utilizadas em entradas.